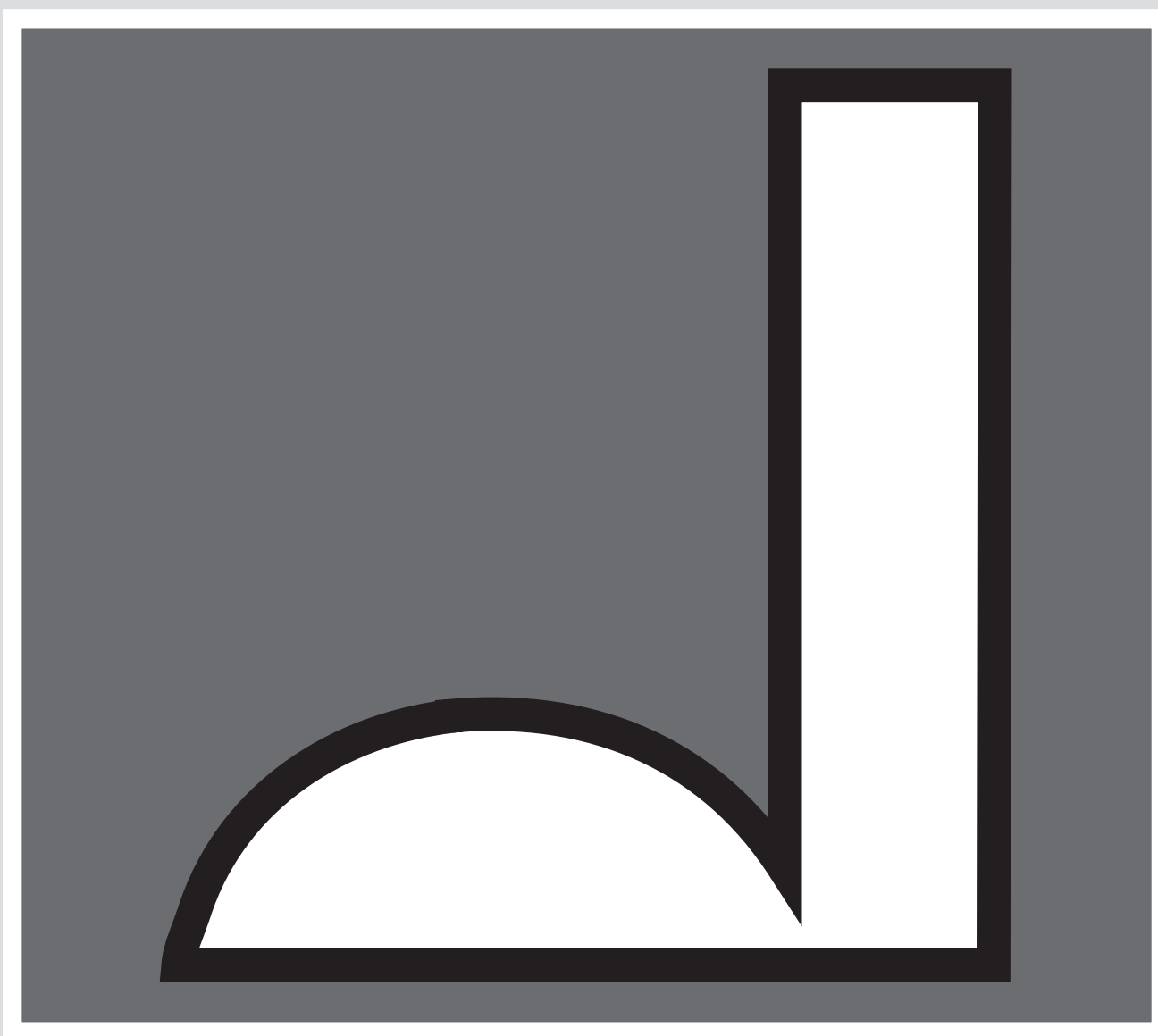




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**ESPELHO DAS EMENDAS INDIVIDUAIS APRESENTADAS
AO PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2010-CN**

**“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e
Execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências”**

VOLUME VI/VIII

ANO LXV – SUP. AO Nº 93 QUINTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2010 – BRASÍLIA – DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)		3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI) 4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

<p>Maioria (PMDB/PP) - 19</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Neuto De Conto</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28</p> <p>Líder Vago (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes</p> <p>Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaleo Paes</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p>PDT - 6</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p>	<p>PV - 1</p> <p>Líder Marina Silva - PV</p>	
	<p>PSC - 1</p> <p>Líder Mão Santa - PSC</p>	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.

EXPEDIENTE

<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA 2011**

(Projeto de Lei nº 04/2010-CN)

**ESPELHOS DAS EMENDAS
INDIVIDUAIS**

Presidente: Deputado WALDEMIR MOKA (PMDB/MS)
Relator: Senador TIÃO VIANA (PT/AC)

16/06/2010



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2151 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3585 - Rafael Guerra	35850001

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 70 Parágrafo 7

TEXTO PROPOSTO

§ 7º No âmbito do Poder Executivo, os prazos para publicação dos atos de restabelecimento de limites de empenho e movimentação financeira, quando for o caso, serão de até:

I - 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, quando decorrer da avaliação bimestral de que trata o art. 9º da Lei Complementar no 101, de 2000; ou

II - 7 (sete) dias úteis após o encaminhamento do relatório previsto no § 6º deste artigo, se não for resultante da referida avaliação bimestral.

JUSTIFICATIVA

O caput do art. 9º da Lei Complementar n.º 101, de 2000 - a LRF -, aponta que os Poderes e o Ministério Público devem promover limitação de empenho e movimentação financeira, nos 30 dias subsequentes ao final do bimestre em análise, caso a realização da receita no período se verifique aquém da prevista.

No § 1º do mesmo artigo, a LRF dispõe que, no caso de restabelecimento da receita, haverá recomposição proporcional das dotações cujos empenhos foram limitados, não indicando qualquer data para que os órgãos publiquem os atos de restabelecimento de limites.

Se a própria LRF não impôs prazo para restabelecimento de limites aos órgãos dos demais Poderes, não poderia a lei de diretrizes orçamentárias - uma lei ordinária - pretender fazê-lo.

Ademais, percebe-se que a proposta intenta contra a autonomia administrativa e financeira dos órgãos desses Poderes.

Por essa razão, solicita-se a alteração do caput desse artigo, excluindo os demais Poderes da obrigatoriedade de seguir prazos para a publicação de atos de restabelecimento de limitação de empenho e movimentação financeira, restringindo-se somente ao Poder Executivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2152 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3585 - Rafael Guerra****EMENDA****35850002**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 82

TEXTO PROPOSTO

Art. 82. Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes e do MPU, deverão ser disponibilizados, obrigatoriamente, por meio eletrônico, nos sítios dos respectivos órgãos, para acesso via internet.

JUSTIFICATIVA

A publicidade exigida para os atos de provimento e vacância de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, já vem sendo realizada de maneira bem mais efetiva e acessível à sociedade brasileira, na medida em que são informados, por meio eletrônico, nos sítios dos respectivos órgãos, para acesso via internet, dados relativos a membros e agentes públicos, como nome completo, número de identificação funcional, cargo e função, lotação e ato de nomeação ou contratação e a respectiva data de publicação. Ademais, a Câmara dos Deputados já publica os referidos atos no Diário da Câmara dos Deputados.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2153 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3585 - Rafael Guerra****EMENDA****35850003**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 14

TEXTO PROPOSTO

Art. 14. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e o MPU encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, ou de outro sistema que vier a substituí-lo, até 15 de agosto de 2010, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, observadas as disposições desta Lei

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa manter o prazo constante da LDO para 2010, visto que a redução do prazo de envio das propostas orçamentárias dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e o MPU poderá comprometer a adequada elaboração de suas respectivas propostas, haja vista o tempo exigido para analisar e consolidar o grande volume de dados envolvidos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2154 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3585 - Rafael Guerra	35850004

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 25

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Tal como ocorrido em anos anteriores, o Poder Executivo, por meio do PLDO 2011, intenta impor indevidamente limite a reajuste de benefícios sociais dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, propondo um nivelamento do valor dos benefícios ao valor médio pago pela União.

A proposta de congelamento é apresentada sem notas explicativas e sem mencionar informações básicas e importantes para a decisão. Não há, por exemplo, referências à evolução do custo da alimentação, educação e saúde do servidor público, pelo que não há fundamento econômico para sua imposição; nem há referência à jornada de trabalho dos beneficiários, que poderia justificar diferenças.

Além disso, do ponto de vista normativo, a regra proposta pode ser vista como ingerência indevida na administração financeira de cada Poder, como preconizam os arts. 2º, 51, IV, 52, XIII, 99, caput, da Constituição Federal, bem como contra a autonomia orçamentária dos Poderes.

Pelas razões apontadas e pelo fato de a proposta interferir em questões "interna corporis" dos órgãos dos demais Poderes, investindo sobre a autonomia administrativa e financeira dos mesmos, solicita-se a supressão desse artigo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2155 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3433 - Raimundo Gomes de Matos	34330001
PROGRAMA	
0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	
AÇÃO	
123I Construção de Submarinos Convencionais	
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)	ACRÉSCIMO DE META
Submarino construído (% de execução física)	9

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123I compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2156 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3433 - Raimundo Gomes de Matos****EMENDA****34330002**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso I Item 64

TEXTO PROPOSTO

- Alimentação do pessoal militar das Forças Armadas, (letra "g", do inciso IV do Art. 50 da Lei Nº 6880, de 09 de dezembro de 1980)

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com alimentação do Exército Brasileiro, no Programa 0620 - Preparo e Emprego da Força Terrestre, previstas na Ação 8966 - Logística de Alimentação, Veterinária e Agrícola.

- A alimentação, assim entendida como as refeições fornecidas aos militares em atividade, de acordo com o previsto na letra "g", do inciso IV do Art. 50 da Lei Nº 6880, de 09 de dezembro de 1980, é um direito do militar (ESTATUTO DOS MILITARES).

- A adequada alimentação dos militares é uma atividade essencial para manutenção da segurança do País e, em consequência, da execução da estratégia da dissuasão, bem como da manutenção do moral da tropa, com a preservação do expediente integral, o que traz reflexos para o nível de instrução do militar.

- A manutenção da alimentação para os militares também tem por finalidade dar tratamento isonômico entre civis e militares, tendo em vista que para os servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com o Art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório, bem como o § 1º e § 2º do Art. 1º do Decreto 3887, de 16 de agosto de 2001, que dispõe que o servidor civil ativo da Administração Pública fará jus ao auxílio-alimentação para subsidiar as despesas com a refeição, sendo-lhe pago diretamente e o receberá na proporção dos dias trabalhados, salvo a hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2157 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3433 - Raimundo Gomes de Matos

EMENDA

34330003

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 129

TEXTO PROPOSTO

Art. 129 O custo global de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO.

§ 2º. Nos casos em que o SINAPI e o SICRO não oferecerem custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI e do SICRO.

§ 4º. O órgão ou a entidade da Administração Pública Federal que aprovar tabela de custos unitários, nos termos do § 2º deste artigo, deverá divulgá-los pela internet e encaminhá-los à Caixa Econômica Federal.

JUSTIFICATIVA

No § 2º, apenas alterou-se o termo "Administração Pública Federal, para Administração Pública".

No § 4º, ficou determinado a divulgação via internet e encaminhamento à Caixa Econômica Federal, apenas para os órgãos e Entidades da Administração Pública Federal.

A LDO 2010, reconhecendo a insuficiência de custos tanto no SINAPI quanto no SICRO, em seu artigo 112, § 2º, possibilitou que órgãos da administração federal adotassem custos unitários de insumos e serviços, em outras tabelas de referência, formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, mas se abstraindo da possibilidade de utilização dos sistemas de preços de órgão estaduais, reconhecidos e disponíveis na internet.

Uma vez que o SINAPI e o SICRO não apresentam todos os custos necessários para os diversos tipos de projetos apoiados pelo governo federal, em alguns estados ocorre, também, que muitos preços constantes nesses sistemas são maiores que os praticados na região e que os constantes em sistemas de preços estaduais, como ocorre com projetos apoiados pela Funasa. No estado do Ceará são utilizadas as tabelas da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Seinfra-CE, em Rondônia as do Sistema da Departamento de Obras e Serviços Públicos do Estado de Rondônia e Deosp/RO, no Rio Grande do Norte a da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas do Estado do Sergipe e Cehop, e do Mato Grosso do Sul, as planilhas da Empresa de Saneamento do Estado do Mato Grosso do Sul e Sanesul, mesmo sem a previsão legal dessa prática.

A utilização de sistemas de preços disponíveis na internet, como é o caso dos órgãos e entidades estaduais, é muitas vezes mais vantajoso, pois além de constarem a grande maioria dos itens necessários aos projetos apoiados pela Funasa, também, apresentam, em muitos casos, custos inferiores aos do Sinapi e ao do Sicro.

Outro ponto importante para a Funasa, diz respeito à rapidez na análise e aprovação dos projetos, à garantia de estar aprovando um projeto com os custos e critérios adequados, e à segurança para o técnico que analisa e aprova as planilhas orçamentárias dos projetos a serem apoiados, portanto é fundamental que as mesmas sejam elaboradas contendo a descrição dos itens de custos unitários de insumos ou serviços conforme no Sistema de Preço utilizado e devam, também constar os números de seu respectivo código. Diante do exposto, entendemos que as alterações ora propostas são de grande relevância para a FUNASA, e outras entidades da Administração Pública, que estejam passando pelas mesmas dificuldades e necessidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2158 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3433 - Raimundo Gomes de Matos	34330004

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 129 Parágrafo 9

TEXTO PROPOSTO

§ 10 A Fundação Nacional de Saúde poderá utilizar sistema de custos próprio, baseado em coletas regionais periódicas, os quais deverão ser divulgados na internet e encaminhados à Caixa Econômica Federal para inclusão no SINAPI

JUSTIFICATIVA

A LDO 2010, reconhecendo a insuficiência de custos tanto no SINAPI quanto no SICRO, em seu artigo 112, § 2º, possibilitou que órgãos da administração federal adotassem custos unitários de insumos e serviços, em outras tabelas de referência, formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, mas se abstraindo da possibilidade de utilização dos sistemas de preços de órgão estaduais, reconhecidos e disponíveis na internet.

Uma vez que o SINAPI e o SICRO não apresentam todos os custos necessários para os diversos tipos de projetos apoiados pelo governo federal, em alguns estados ocorre, também, que muitos preços constantes nesses sistemas são maiores que os praticados na região e que os constantes em sistemas de preços estaduais, como ocorre com projetos apoiados pela Funasa. No estado do Ceará são utilizadas as tabelas da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Seinfra-CE, em Rondônia as do Sistema da Departamento de Obras e Serviços Públicos do Estado de Rondônia e Deosp/RO, no Rio Grande do Norte a da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas do Estado do Sergipe e Cehop, e do Mato Grosso do Sul, as planilhas da Empresa de Saneamento do Estado do Mato Grosso do Sul e Sanesul, mesmo sem a previsão legal dessa prática.

A utilização de sistemas de preços disponíveis na internet, como é o caso dos órgãos e entidades estaduais, é muitas vezes mais vantajoso, pois além de constarem a grande maioria dos itens necessários aos projetos apoiados pela Funasa, também, apresentam, em muitos casos, custos inferiores aos do Sinapi e ao do Sicro.

Outro ponto importante para a Funasa, diz respeito à rapidez na análise e aprovação dos projetos, à garantia de estar aprovando um projeto com os custos e critérios adequados, e à segurança para o técnico que analisa e aprova as planilhas orçamentárias dos projetos a serem apoiados, portanto é fundamental que as mesmas sejam elaboradas contendo a descrição dos itens de custos unitários de insumos ou serviços conforme no Sistema de Preço utilizado e devam, também constar os números de seu respectivo código.

Diante do exposto, entendemos que a alteração ora proposta é de grande relevância para a FUNASA, e outras entidades da Administração Pública, que estejam passando pelas mesmas dificuldades e necessidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2159 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3433 - Raimundo Gomes de Matos****EMENDA****34330005**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre e o Programa de Reparcelhamento e Adequação do Exército Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças. Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu reparcelhamento e ao seu preparo e emprego. Alimentação, fardamento, combustível, munição, suprimento e manutenção dos materiais de emprego militar são atividades típicas cobertas com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que se tornam ressalvadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reparcelhamento do Exército e para o Preparo e o Emprego da Força Terrestre.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometida para o Exército é a inserção dos gastos com os Programas de Reparcelhamento e Adequação do Exército Brasileiro e de Preparo e o Emprego da Força Terrestre no inciso II do Anexo IV, deixando-os como despesas ressalvadas da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2160 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3433 - Raimundo Gomes de Matos****EMENDA****34330006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, voltados para os V Jogos Mundiais Militares - "Jogos da Paz - Rio 2011".

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com o Programa 0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, voltados para os V Jogos Mundiais Militares - "Jogos da Paz - Rio 2011".

- Proporcionar as melhores condições para a realização dos V Jogos Mundiais Militares no País e projetar positivamente o estado brasileiro no âmbito internacional.

- Os jogos serão realizados em junho/julho 2011, o que demanda que os recursos estejam liberados integralmente tão logo seja sancionada a LOA 2011, a fim de permitir a sua utilização até a realização dos V Jogos Mundiais Militares.

- A adequada e oportuna liberação dos recursos para os V Jogos Mundiais Militares e, em consequência, a sua possibilidade de realizar a sua correta utilização, demonstrarão a capacidade que o País possui em organizar os importantes eventos esportivos que ocorrerão no curto prazo, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2161 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3433 - Raimundo Gomes de Matos	34330007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 63

TEXTO PROPOSTO

- Art. 63. As eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos, e auxílio-transporte, porventura existentes em unidades orçamentárias no âmbito do Poderes e do MPU, deverão ser remanejadas, prioritariamente, para o atendimento de outras despesas dessas unidades, sendo que os saldos por ventura existentes poderão atender à necessidade de suplementação das dotações de outras unidades orçamentárias dos respectivos Poderes e Órgão.

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com o Programa 0750 : Apoio Administrativo/Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Médica e Odontológica, inclusive Exames Periódicos e Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, qual seja envolve as chamadas despesas obrigatórias.
- Proporcionar a possibilidade de a Unidade Orçamentária transpor para uma ação deficitária as eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias de outras ações, tudo no âmbito das despesas obrigatórias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2162 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3433 - Raimundo Gomes de Matos	34330008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 68

TEXTO PROPOSTO

Art. 68. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2011 não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2010, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV desta Lei;

II - bolsas de estudo, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial - PET;

III - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

IV - ações de prevenção a desastres, classificadas na subfunção Defesa Civil;

V - formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos;

VI - outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2011, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000.

JUSTIFICATIVA

A proposta de LDO 2011 prevê dispositivo que autoriza a execução antecipada de 1/12 (um doze avos), mensalmente, de todos e quaisquer gastos caso não seja sancionado pelo Presidente da República até o término de 2010, inclusive as despesas de capital e as constantes do Orçamento de Investimento e aquelas consideradas prioritárias (o que inclui o PAC) no projeto de lei e que estejam em execução.

Tal dispositivo, sob tentativas anteriores e em seu ineditismo, inflige diretamente as atribuições constitucionais e precípua do Poder Legislativo, em apreciar as matérias orçamentárias e assumir condição legal.

Para tanto, a presente emenda visa manter a prerrogativa do Congresso Nacional de debater da forma mais ampla possível a destinação dos gastos públicos, notadamente os atinentes a investimentos governamentais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2163 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3433 - Raimundo Gomes de Matos

EMENDA

34330009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 94

TEXTO PROPOSTO

Art. 94. A programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e da respectiva Lei poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição.

§ 1o Para os efeitos desta Lei, entendem-se por:

- I : execução física, a realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;
- II : execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- III : execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar; e
- IV : indícios de irregularidades graves, os atos e fatos que, sendo materialmente relevantes em relação ao valor total contratado, tendo potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros e enquadrando-se em pelo menos uma das condições seguintes, recomendem o bloqueio preventivo das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço:

a) possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; ou

b) configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública.

§ 2o Não constarão do Anexo a que se refere o § 2o do art. 9o desta Lei e não estarão sujeitos a bloqueio da execução os casos para os quais tenham sido apresentadas garantias suficientes à cobertura integral dos prejuízos potenciais ao erário, nos termos da legislação pertinente.

§ 3o Os pareceres da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição, acerca de obras e serviços com indícios de irregularidades graves, deverão ser fundamentados, explicitando as razões da deliberação.

§ 4o Os ordenadores de despesa e os órgãos setoriais de contabilidade deverão providenciar o bloqueio, no SIAFI ou no SIASG, das dotações orçamentárias, das autorizações para execução e dos pagamentos relativos aos subtítulos de que trata o caput deste artigo, permanecendo nessa situação até a deliberação em contrário da Comissão Mista nos termos deste artigo.

§ 5o A inclusão, no Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e na respectiva Lei, assim como em créditos adicionais, de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves obedecerá, sempre que possível, à mesma classificação orçamentária constante das Leis Orçamentárias anteriores, ajustada à Lei do Plano Plurianual, conforme o caso.

§ 6o Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, às alterações decorrentes de créditos adicionais e à execução física e financeira das obras ou serviços cujas despesas foram inscritas em restos a pagar.

Art. 95. Para fins do disposto no art. 59, §1o, inciso I, da Lei Complementar no 101, de 2000 e nos arts. 9o, § 2o e 94 desta Lei, o Tribunal de Contas da União encaminhará à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2164 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3433 - Raimundo Gomes de Matos

EMENDA

34330009

órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, até 1o de agosto de 2010, a relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves, especificando as classificações institucional, funcional e programática vigentes, com os respectivos números dos contratos e convênios, na forma do Anexo VI da Lei Orçamentária de 2010.

§ 1o É obrigatória a especificação dos contratos, convênios ou editais relativos às etapas, parcelas ou subtrechos nos quais foram identificados indícios de irregularidades graves.

§ 2o Para efeito do que dispõe o art. 97, § 4o, desta Lei, o Tribunal de Contas da União encaminhará informações nas quais constará pronunciamento conclusivo quanto aos indícios de irregularidades graves que não se confirmaram e ao saneamento de irregularidades.

Art. 96. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da Proposta Orçamentária de 2010, informações recentes sobre a execução física das obras e serviços que tenham sido objeto de fiscalização nas quais foram identificados indícios de irregularidades graves, inclusive na forma de banco de dados.

§ 1o A seleção das obras e serviços a serem fiscalizados deve considerar, entre outros fatores, o valor empenhado no exercício de 2009 e o fixado para 2010, os projetos de grande vulto, a regionalização do gasto, o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores, a reincidência de irregularidades cometidas e as obras contidas no Anexo VI da Lei Orçamentária de 2010, que não foram objeto de deliberação do Tribunal de Contas da União pela regularidade durante os 12 (doze) meses anteriores à data da publicação desta Lei.

§ 2o O Tribunal de Contas da União deverá, adicionalmente, enviar informações sobre outras obras nas quais tenham sido constatados indícios de irregularidades graves em outros procedimentos fiscalizatórios realizados nos últimos 12 (doze) meses, contados da publicação desta Lei, com o grau de detalhamento definido no § 3o deste artigo.

§ 3o Das informações referidas no caput deste artigo constarão, para cada obra fiscalizada, sem prejuízo de outros dados considerados relevantes pelo Tribunal de Contas da União:

I - as classificações institucional, funcional e programática, atualizadas de acordo com a Lei Orçamentária de 2010;

II - sua localização e especificação, com as etapas, as parcelas ou os subtrechos e seus respectivos contratos e convênios, conforme o caso, o CNPJ e a razão social da empresa responsável pela execução da obra ou serviço, nos quais foram identificadas irregularidades;

III - a natureza e a classificação dos indícios de irregularidades de acordo com sua gravidade, bem como pronunciamento, acerca da estimativa do valor potencial do prejuízo ao erário e elementos que recomendem a paralisação preventiva da obra, com fundamento no art. 94, § 1o, inciso IV, desta Lei;

IV - as providências já adotadas pelo Tribunal de Contas da União quanto às irregularidades;

V - o percentual de execução físico-financeira;

VI - a estimativa do valor necessário para conclusão;

VII - a manifestação prévia do órgão ou entidade fiscalizada e a correspondente avaliação preliminar do Tribunal de Contas da União;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2165 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3433 - Raimundo Gomes de Matos

EMENDA

34330009

VIII - o conteúdo das eventuais alegações de defesa apresentadas e sua apreciação; e

IX - as eventuais garantias de que trata o § 2º do art. 94, identificando o tipo e o valor.

§ 4º O Tribunal de Contas da União encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo relatórios de atualização das informações fornecidas, sem prejuízo da atualização das informações relativas às deliberações proferidas para as obras ou serviços cuja execução apresente indícios de irregularidades graves, em 30 de novembro de 2010, disponibilizando, nessa oportunidade, o relatório atualizado na sua página na internet, até a aprovação da Lei Orçamentária de 2011.

§ 5º As unidades orçamentárias responsáveis por obras e serviços que constem, em dois ou mais exercícios, do Anexo a que se refere o § 2º do art. 9º desta Lei devem informar a Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da Proposta Orçamentária de 2011, as providências tomadas para sanar as irregularidades apontadas.

§ 6º Sempre que a informação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do § 4º, implicar reforma de deliberação anterior, deverão ser evidenciadas a decisão reformada e a correspondente decisão reformadora.

Art. 97. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca da inclusão ou exclusão dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, ainda não comprovados, no Anexo de que trata o § 2º, do art. 9º, desta Lei.

§ 1º Serão convidados para as audiências os representantes dos órgãos e entidades envolvidos, que poderão expor as medidas saneadoras já tomadas e as razões pelas quais as obras sob sua responsabilidade não devam ser paralisadas, acompanhadas da justificação por escrito.

§ 2º A deliberação da CMO que resulte na continuidade da execução de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves ainda não sanados dependerá de prévia realização da audiência pública prevista no caput deste artigo, quando também poderão ser avaliados os prejuízos potenciais da paralisação para a sociedade.

§ 3º A decisão pela paralisação ou pela continuidade de obras ou serviços com indícios de irregularidades graves, nos termos do § 2º deste artigo, se dará sem prejuízo da continuidade das ações de fiscalização e da apuração de responsabilidades dos gestores que lhes deram causa.

§ 4º Após a publicação da lei orçamentária de 2011, as alterações do Anexo de obras e serviços com indícios de irregularidades graves dar-se-ão mediante Decreto Legislativo com base na deliberação da Comissão Mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição, cabendo à mesma divulgar, pela internet, a relação atualizada das obras e serviços de que trata o caput deste artigo.

Art. 98. Durante o exercício de 2011, o Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias da constatação, informações relativas a novos indícios de irregularidades graves identificados em subtítulos constantes da Lei Orçamentária de 2011 e às alterações ocorridas nos subtítulos com execuções física, orçamentária e financeira bloqueadas, acompanhadas de subsídios que permitam a análise da conveniência e oportunidade de bloqueio ou liberação das respectivas execuções.

§ 1º O Tribunal de Contas da União disponibilizará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, acesso ao seu sistema eletrônico de fiscalização de obras e



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2166 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3433 - Raimundo Gomes de Matos

EMENDA

34330009

serviços.

§ 2o Os processos que tenham por objeto o exame de obras ou serviços nos quais foram constatados indícios de irregularidades graves serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a garantir decisão que indique, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízos significativos ao erário, no prazo de até 4 (quatro) meses, contado da comunicação prevista no caput deste artigo.

§ 3o Caso o empreendimento não possa ter continuidade, a decisão mencionada no § 2o deste artigo deverá relacionar todas as medidas a serem adotadas pelos responsáveis, com vistas ao saneamento das irregularidades graves.

§ 4o Após a manifestação do órgão ou entidade responsável quanto ao cumprimento das medidas corretivas, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o efetivo cumprimento dos termos da sua decisão, no prazo de até 3 (três) meses, contado da data de entrega da citada manifestação.

§ 5o Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados nos §§ 2o e 4o deste artigo, o Tribunal de Contas da União deverá informar e justificar ao Congresso Nacional as motivações do atraso.

§ 6o O Tribunal de Contas da União encaminhará, até 15 de maio de 2011, à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição relatório contendo as medidas saneadoras adotadas e as pendências que ainda impedem a continuidade da execução dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves que se encontram bloqueados preventivamente.

§ 7o A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição realizará audiências públicas, na forma do art. 97, para subsidiar a apreciação do relatório de que trata o § 6o deste artigo.

Art. 99. O bloqueio preventivo da execução orçamentária e financeira de dotações aprovadas na lei orçamentária e seus créditos adicionais observará o disposto nesta Lei.

JUSTIFICATIVA

O governo federal teve a iniciativa de modificar os procedimentos de paralisação de obras com indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU. Essa alteração foi motivo de muita polêmica no âmbito do Legislativo, pois dificulta o controle prévio e concomitante dos desvios de dinheiro público encontrados pelo Legislativo no seu poder fiscalizatório do orçamento da União. Desta forma, a presente emenda busca resgatar o texto já consolidado em LDO's anteriores quanto aos procedimentos de paralisação de obras com indícios de irregularidades graves.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2167 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3433 - Raimundo Gomes de Matos****EMENDA****34330010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 59

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único. A programação constante dos anexos a que se refere o caput deste artigo atenderá ao disposto no § 1º do art. 5º desta Lei, vedada a utilização, inclusive no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, a designação "A Classificar" ou outra que não permita a identificação precisa da programação.

JUSTIFICATIVA

Constantemente, especialmente com a edição de Medidas Provisórias, o governo tem inserido programação no SIAFI sem a designação correta dos títulos referentes ao Crédito Extraordinário, dificultando a identificação da programação específica. Agravando ainda mais essa falta de transparência, mesmo com o passar do tempo, após a abertura urgente de um crédito extraordinário, esses títulos não são ajustados, perdurando a obscuridade na lei orçamentária, mesmo com a reabertura desses créditos em exercícios futuros.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2168 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3433 - Raimundo Gomes de Matos	34330011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 103

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único. A execução da programação decorrente de emendas parlamentares deverá permitir a indentificação do seu autor no âmbito do SIAFI, em todas as suas etapas.

JUSTIFICATIVA

A programação decorrente de emendas parlamentares possui o caráter de ampliar e modernizar o atendimento às comunidades necessitadas de aparelhos públicos, essencialmente àquelas que possuem baixa capacidade fiscal para investimentos. Muito embora a programação constante da lei orçamentária não faça distinção entre os atores envolvidos na sua elaboração e apreciação, a execução das emendas parlamentares decorre, reconhecidamente, da atuação dos seus autores junto aos órgãos executores. A exemplo disso, vários ministérios possuem portais na internet com acessos restritos aos parlamentares, por meio de seus respectivos gabinetes, para que possam realizar os procedimentos necessários à execução dessas programações. É o caso do Ministério da Saúde, com o módulo parlamentar para execução das emendas circunscritas ao Fundo Nacional de Saúde.

Deste modo, o conhecimento do autor da emenda no momento da execução da programação, no âmbito do SIAFI, exclusivamente, não fere o princípio da impessoalidade, pelo contrário, uma vez que a falta de identificação específica do autor pode permitir o direcionamento da execução de emendas em momento de votação de proposições de interesse do Executivo, como já apontado em Acórdão do TCU 2087/2007.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2169 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3433 - Raimundo Gomes de Matos****EMENDA****34330012**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 102 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 2º Em cumprimento ao caput do art. 70 da Constituição Federal, o acesso irrestrito referido no caput será igualmente assegurado aos membros do Congresso Nacional, para consulta, até o dia 31 de agosto de 2010, aos sistemas ou informações referidos nos incisos V e VI do caput deste artigo, nos níveis de amplitude, abrangência e detalhamento concedido pelo SIAFI, constante do inciso I, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros.

JUSTIFICATIVA

A LDO 2010 (vigente) determinou como data limite o dia 22 de dezembro de 2009 para disponibilização do "acesso irrestrito" ao SIEST e ao SIGPLAN aos membros do Congresso Nacional. A despeito do prazo legal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não só ignorou tal dispositivo, como propõe na recente proposta de LDO para 2011 outra data limite - 22 de dezembro de 2010.

Ocorre que tal conduta tem sido recorrente há mais de 3 (três) anos, vez que o PSDB tem mantido sucessivos esforços para o Congresso Nacional obter acesso aos dois sistemas junto ao Poder Executivo, especificamente nesta Comissão Mista desde 2007. Desde então, quando das audiências públicas com o Ministério do Planejamento para discutir o PLDO 2008, tais iniciativas não têm logrado êxito, em prejuízo do exercício do poder constitucional fiscalizatório por parte do Poder Legislativo. A falta de acesso a ambos os sistemas, ainda que previstos em LDOs anteriores, transfigura-se em ferramentas de meros instrumentos de retórica a serviço exclusivo do Poder Executivo, num claro cerceamento das atividades do Poder Legislativo.

Isto se revelou ainda mais grave quando, em Audiência Pública recente nesta Comissão Mista com o Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, e com o Ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, quando pergunta do Coordenador da Bancada do PSDB revelou que tais acessos são igualmente dificultados ao Tribunal de Contas da União nos casos do SIGPLAN e do SIEST.

Para tanto, a presente emenda objetiva incluir no texto da LDO 2011 dispositivo que garanta o atendimento de sucessivos compromissos públicos firmados aqui nesta Comissão Mista pelo Sr. Ministro do Planejamento, Sr. Paulo Bernardo, e igualmente protelados a cada ano, até prazo coincidente com o envio da proposta orçamentária para o exercício de 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2170 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3433 - Raimundo Gomes de Matos****EMENDA****34330013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 55 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 4º A modificação do identificador de resultado primário autorizada no inciso III deste artigo não poderá ocorrer após a realização do empenho da despesa.

JUSTIFICATIVA

O Identificador de Resultado Primário da programação permite a classificação da despesa conforme seu impacto no resultado primário.

No sistema de metas de resultado primário estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo vem sistematicamente atribuindo a despesas que são essencialmente primárias a identificação de que não impactam o resultado, permitindo, por tanto, uma diminuição do esforço fiscal necessário às Necessidade de Financiamento do Setor Público.

Nesse sentido, a execução das despesas circunscritas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (RP 3) pode ser abatida da meta de superávit primário estabelecido pela LDO.

Ante o volume de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, as despesas do PAC que foram empenhadas em um exercício, porém não tiveram seu desembolso efetivado no exercício de seu empenho, não puderam ser utilizadas no abatimento da meta fixada. Para que pudesse realizar tal manobra, o governo federal inclui na LDO 2010 dispositivo permitindo abater estas despesas inscritas em RP Não Processados em exercícios anteriores da meta de superávit do exercício em que fora efetivamente pagas. Quanto a esta autorização, entendemos acertada a decisão do governo.

Entretanto, não se pode permitir alterar este identificador após a despesa ser efetivamente realizada simplesmente para regular o atingimento da meta estabelecida ou aumentar o volume de recursos a ser reduzido do resultado primário.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2171 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2220 - Ratinho Junior****EMENDA****22200001****PROGRAMA**

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO

12CE Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Aeroporto construído (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A presente emenda à LDO visa a inclusão no anexo de metas, a Construção do Aeroporto de Cargas na Região de Campos Gerais, no município de Tibagi - PR. Trata-se, sem dúvida, de um projeto de alcance social e econômico imensurável, pois serão gerados milhares de empregos diretos e indiretos e aumento de renda para a região. Com a obra não se pretende apenas abrir espaços para a aterrissagem e decolagem de aviões que se deslocam até o município. Será, na verdade, um grande terminal de cargas com movimentação milionária de produtos e riqueza, um aeroporto que desafogará parte do intenso tráfego aéreo de São Paulo e Curitiba. Será o primeiro terminal privado de cargas do Brasil, uma inovação sem precedentes na aviação nacional. Não só o Paraná tem muito a ganhar, mas todo o comércio do Mercosul, tendo em vista a localização privilegiada e o potencial da região em que será implantada a nova unidade aeroportuária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2172 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2220 - Ratinho Junior	22200002

PROGRAMA

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Unidade estruturada (unidade)	1.000
-------------------------------	-------

JUSTIFICATIVA

A presente emenda à Lei de Diretrizes Orçamentária visa a implantação, adequação e ampliação da rede de serviços especializados no SUS. Que compreende as ações de maior complexidade executadas por profissionais e estabelecimentos especializados (hospitais, clínicas e centros especializados). O objetivo é atender a população dos municípios do estado do Paraná com projetos que possam melhorar a qualidade do atendimento com equipamentos e aparelhamento e obras de infraestrutura em hospitais da rede filantrópica e pública.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2173 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2220 - Ratinho Junior	22200003

PROGRAMA

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Centro implantado (unidade)

10

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as prioridades de Governo, e dentre elas, a saúde, não podemos deixar que a meta constante no PLDO 2011 para Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia esteja zerada, motivo que nos leva a apresentar esta emenda, com o intuito de garantir atendimento aos portadores de uma doença que atinge uma parte considerável da população, o câncer.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2174 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2220 - Ratinho Junior	22200004

PROGRAMA

1250 Esporte e Lazer da Cidade

AÇÃO

2C60 Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas - Vida Saudável

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Pessoa beneficiada (unidade)

1.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias visa a inclusão de ações de Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas promovendo, desta forma, o desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos idosos e pessoas com necessidades especiais, visando garantir o direito social de acesso ao esporte em especial com a implantação de academia ao ar livre nas áreas já existentes nos municípios de Arapongas, Colombo, Fazenda Rio Grande, Araucária, Pinhais, Palmeira, Campina Grande do Sul, São José dos Pinhais, Piraquara, Roncador, Mandaguari, Imbituva, Reserva, Mato Rico, Almirante Tamandaré, Mandaguari, imbituva, Cândido de Abreu, Tomazina.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2175 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2220 - Ratinho Junior	22200005

PROGRAMA

1250 Esporte e Lazer da Cidade

AÇÃO

5450 Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Espaço implantado/modernizado (unidade)

10

JUSTIFICATIVA

A presente emenda à Lei de Diretrizes Orçamentária visa o atendimento dos municípios do Estado do Paraná com infraestrutura esportiva, mais especificamente com a construção de Praça da Juventude, quadras poliesportivas, campos de futebol, ginásio de esportes, complexos esportivos, pistas de atletismo, etc; com o objetivo de reduzir a exclusão e o risco social e melhorar a qualidade de vida da população em municípios do estado do Paraná.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2176 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3329 - Regis de Oliveira

EMENDA

33290001

PROGRAMA

0172 Cultura Afro-Brasileira

AÇÃO

8053 Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que a cultura afro-brasileira é pouco difundida em São Paulo e no Brasil também, apresento esta emenda, que visa a criação de um núcleo de administração cultural afro brasileira no Colégio de Umbanda Sagrado Pai Benedito de Aruanda em São Paulo/SP, para disseminar tão rica cultura.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2177 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3329 - Regis de Oliveira****EMENDA****33290002****PROGRAMA**

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

8736 Atenção Especializada em Saúde

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Rede de atenção especializada organizada e estruturada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A Fundação Dr. Amaral Carvalho, localizada no município de Jaú/SP, é mantenedora de 9 entidades além do Hospital, voltadas à prevenção, tratamento e diagnóstico de patologias oncológicas de alta e média complexidade. Apresento esta emenda que visa a dotação de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ao referido hospital.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2178 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3329 - Regis de Oliveira****EMENDA****33290003****PROGRAMA**

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

8736 Atenção Especializada em Saúde

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Rede de atenção especializada organizada e estruturada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

esta emenda visa dotar o Hospital Bandeirantes/SP, CNPJ 46.543.781/0001-61, administrado pelo Diretor Administrativo Dr. Marcelo Medeiros, com vários equipamentos. O Hospital possui um complexo médicoassistencial e hospitalar indispensável para o atendimento da população da cidade de São Paulo, considerado referência nos atendimentos de alta complexidade e politraumatizados da capital paulista. Atende em média 30 mil pacientes mês e recebe a população de todo o Estado que necessitam utilizar os serviços do Hospital.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2179 de 2923

ESELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3329 - Regis de Oliveira****EMENDA****33290004****PROGRAMA**

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

8736 Atenção Especializada em Saúde

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Rede de atenção especializada organizada e estruturada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

esta emenda visa dotar a Santa Casa de Caridade e Maternidade de Ibitinga/SP com equipamentos imprescindíveis para o seu bom funcionamento e atendimento de toda a região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2180 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3329 - Regis de Oliveira

EMENDA

33290005

PROGRAMA

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

8736 Atenção Especializada em Saúde

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Rede de atenção especializada organizada e estruturada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa dotar a Santa Casa de Misericórdia de Presidente Epitácio de equipamentos imprescindíveis para o seu bom funcionamento e atendimento de toda região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2181 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3329 - Regis de Oliveira	33290006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 18 Parágrafo 2 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

bem como da estruturação da escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, criada pela Emenda Constitucional nº 45; e

JUSTIFICATIVA

Garantir recursos orçamentários para atender despesas decorrentes da implantação e funcionamento da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados criado pela Emenda Constitucional nº 45. de 2004.
A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados está em fase de transparência provisória de sede, carecendo, portanto, de recursos para sua instalação física e para a decorrente de sua manutenção.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2182 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3329 - Regis de Oliveira

EMENDA

33290007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

8. Pagamento integral das emendas individuais aprovadas ao Orçamento Geral da União e, portanto, constantes na Lei Orçamentária Anual - LOA.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que os parlamentares sofrem ano após ano com a dificuldade em liberação dos recursos aportados - por meio das emendas individuais - ao OGU, nem sempre conseguindo a execução destas;
Considerando que os parlamentares são amplos conhecedores da realidade dos municípios (principais beneficiados) e de suas carências, bem como dos anseios da população;
Apresentamos esta emenda com o intuito de assegurar a execução das emendas individuais, de forma a oferecer uma melhor qualidade de vida ao povo brasileiro, mormente no que se trata da população de municípios pequenos, quase sempre esquecidos pelo Governo Federal, e apenas atendidos por recursos oriundos de emendas.
De se ressaltar, que o montante necessário será financiado pela Reserva de Contigência.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2183 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3329 - Regis de Oliveira	33290008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 25

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A vedação ou limitação de reajuste dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica, quando o valor unitário vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes e do MPU for superior ao valor médio da União, com o objetivo de impor um nivelamento transversal do valor dos benefícios, implica em congelamento.

Os valores praticados por órgãos dos Poderes e do MPU, que por ventura estejam superiores ao da média da União, alcançaram esse patamar a partir de atualizações baseadas na evolução dos custos da alimentação, educação e saúde do servidor público e seus dependentes, conforme previsto em regulamentação dos Órgãos dos Poderes e do MPU.

A introdução de dispositivo impondo regra de vedação ou limitação de reajuste dos benefícios nos termos da proposta, poderá ser interpretada como ofensa aos artigos 2º, 51, 52, 96 e 99, da Constituição Federal de 1988, que tratam da independência, competência e autonomia dos Poderes e do MPU.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:49
Página: 2184 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2537 - Renato Amary	25370001

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 39 Parágrafo 1 Inciso I Alinea a

TEXTO PROPOSTO

a) 0% (zero por cento) para Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes;

JUSTIFICATIVA

As contrapartidas financeiras previstas na proposta para as transferências voluntárias entre entes federados variam de 2% a 40%.

Particularmente, os municípios de pequeno e médio porte enfrentam problemas na hora de elaborar seus projetos, pois nem sempre contam com recursos disponíveis para honrarem suas contrapartidas, em prejuízo da viabilidade de programas que visem a diminuição da pobreza, a redução do desemprego, a superação da escassez de recursos e elevação do investimento público e privado. Assim, a mudança ora pretendida, além de seu caráter urgente, facilitará a descentralização de recursos por meio das transferências voluntárias da União para municípios com até 20 mil habitantes.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2185 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2381 - Renato Casagrande****EMENDA****23810001****PROGRAMA**

1409 Desenvolvimento da Agroenergia

AÇÃO

8971 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

6

JUSTIFICATIVA

A ação insere-se no Anexo I de Prioridades e Metas ; Item 2 - Promover o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda e na Prioridade Estratégica Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2186 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2381 - Renato Casagrande	23810002

PROGRAMA

0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação

AÇÃO

0901 Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores e Profissionais para C,T&I

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Bolsa concedida (unidade)

18.997

JUSTIFICATIVA

A ação insere-se no Anexo I de Prioridades e Metas ; Item 8- Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica e na Prioridade Estratégica Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2187 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2381 - Renato Casagrande****EMENDA****23810003****PROGRAMA**

0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social

AÇÃO

2B08 Realização de Olimpíadas em Ciências

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Aluno atendido (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

10.000.000

JUSTIFICATIVA

A ação insere-se no Anexo I de Prioridades e Metas ; Item 1- Promover a inclusão social e a redução das desigualdades e na Prioridade Estratégica Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2188 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2381 - Renato Casagrande****EMENDA****23810004****PROGRAMA**

0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

AÇÃO

4158 Fomento à Pesquisa Fundamental

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Pesquisa realizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1.400

JUSTIFICATIVA

A ação insere-se no Anexo I de Prioridades e Metas ; Item 1- Promover a inclusão social e a redução das desigualdades e na Prioridade Estratégica Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2189 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2381 - Renato Casagrande	23810005

PROGRAMA

1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

AÇÃO

0A29 Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004)

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

- (-)	10
-------	----

JUSTIFICATIVA

A ação insere-se no Anexo I de Prioridades e Metas ; Item 8- Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica e na Prioridade Estratégica Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2190 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2381 - Renato Casagrande****EMENDA****23810006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea b

TEXTO PROPOSTO

b) com recursos repassados às organizações sociais Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM, Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA e Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron - ABTLuS, supervisionadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, devendo o chefe imediato declarar não haver incompatibilidade de horários e qualquer comprometimento das atividades atribuídas ao servidor ou empregado; e

JUSTIFICATIVA

A dupla declaração de incompatibilidade de horário exigida no texto, além de desnecessária, tem trazido dificuldades e morosidade para a execução dos projetos contratados junto às Organizações Sociais. Torna-se mais adequado que a declaração seja concedida apenas pela chefia imediata, que acompanha de forma mais próxima o cumprimento das obrigações funcionais dos servidores sob seu comando.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2191 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2381 - Renato Casagrande	23810007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 2 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 3º O Poder Executivo publicará mediante Decreto, a ser editado em até 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, a metodologia completa de apuração dos resultados primário e nominal a que se refere o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2001, nos conceitos abaixo da linha e acima da linha, incluindo todos os parâmetros do cálculo e a especificação das receitas, despesas e outros movimentos financeiros que compõem cada um dos conceitos.

JUSTIFICATIVA

A gestão responsável das finanças públicas estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal tem como conceito central o resultado fiscal, tanto primário como nominal, que serve de parâmetro para todos os procedimentos de gestão fiscal. No entanto, este conceito essencial ainda padece de uma grave dificuldade na sua aplicação e generalização: a metodologia para apurá-lo, em suas diferentes vertentes, não tem adequada publicidade, ficando restrita a documentos internos às áreas técnicas do governo. Não existe uma fonte oficial que estabeleça em todo o detalhe necessário a metodologia de cálculo e do conjunto de receitas e despesas que compõem o resultado e a única informação oficial de acesso público a respeito é, até o momento, uma descrição feita em termos bastante resumidos na Mensagem Presidencial que acompanha as Leis Orçamentárias Anuais.

Assim, conquanto se tenha convicção do rigor técnico e metodológico desse cálculo, a ausência da divulgação oficial dos seus procedimentos causa inúmeros transtornos. Um deles, mais sério, é reputacional: a ausência de normativos sobre o método de cálculo permite que sejam lançadas objeções infundadas sobre eventuais inconsistências nessa informação crucial, sem que a população e os agentes econômicos possam avaliar objetivamente o mérito desses questionamentos. Além disso, a inexistência de um padrão codificado na legislação causa insegurança técnica e jurídica a todos os entes federativos na execução de sua política fiscal, uma vez que ficam sem parâmetros precisos para fixar o tratamento de casos complexos ou que fujam à rotina.

Por tais razões apresentamos a presente emenda, que impõe ao Poder Executivo o dever e a prerrogativa de fixar essa metodologia, de forma transparente, mediante normativo próprio e codificado em Decreto. Cabe observar que não se dispõe na LDO sobre questões do mérito dessa metodologia, nem se tolhe a liberdade técnica do Poder Executivo em desenvolvê-la, mas apenas se lhe requer que divulgue oficialmente o produto desse trabalho. Esta solução, aliás, guarda analogia com o procedimento temporário que fixa o art. 50, § 2º, da própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que diante da ausência do Conselho de Gestão Fiscal ainda por ser criado, atribui competências normativas ao órgão central de contabilidade da União.

A publicidade propiciada pela emenda virá então a garantir segurança jurídica às Administrações Públicas, bem como previsibilidade e horizonte mais preciso para os agentes econômicos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2192 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2381 - Renato Casagrande****EMENDA****23810008**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VIII Alínea c

TEXTO PROPOSTO

c) em atividades de pesquisa científica e tecnológica ou constantes e correlatas ao plano de ação previsto em contrato de gestão.

JUSTIFICATIVA

No caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, o seu papel essencial é o de promover atividades de pesquisas científica e tecnológica por meio, principalmente, de financiamento sem retorno, visando o desenvolvimento dos diversos setores da economia. Os principais instrumentos utilizados são o convênio e o contrato de gestão com organizações sociais que abarcam, entre outras instituições, entidades de direito privado ou de direito público.

Os projetos de pesquisa estão alicerçados em equipes e em redes de conhecimento que mobilizam, dentro de determinada área, diversos servidores e empregados públicos da ativa de entidades de ensino superior e institutos de pesquisa científica e tecnológicos, que interagem entre si, o que, em significativo número de projetos, representa viagens de reuniões, visitas ou mesmo orientações para discussão de soluções criativas e adequadas. Normalmente, esses atores externos não se encontram no quadro exclusivo tanto do conveniente ou do interveniente, pois são também pesquisadores que exercem a sua pesquisa nos seus locais de trabalho, se dispondo, dessa maneira, apenas a colaborar com colegas. Significa também dizer que o perfil das maiorias das pesquisas e de eventos são de projetos multidisciplinares, o que requer mobilizar pesquisadores de diferentes especialidades e instituições.

Nesse sentido, o inciso VIII do parágrafo 1º do artigo 21, da atual Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 12.017, de 12.08.09, mantém a mesma vedação do PLDO 2011. Isso significa que a vedação impacta diretamente na produção de atividades de pesquisas científica e tecnológica, pois na sua essência, o ambiente favorável para uma pesquisa não seria o de limitar essas interlocuções de pesquisadores que são claramente necessárias para o desenvolvimento de projetos na área de C&T.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2193 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2381 - Renato Casagrande****EMENDA****23810009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Inciso II Item 2

TEXTO PROPOSTO

2) Despesas com as ações vinculadas à função Ciência e Tecnologia, excetuadas as subfunções Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Comunicação Social, e Atenção Básica, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia;

JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem por objeto retirar das exceções previstas na Alínea 2, do Inciso II, do Anexo IV do PLDO-2011, as subfunções 125 - Normatização e Fiscalização e 182 - Defesa Civil, preservando assim de eventuais contingenciamentos orçamentários as seguintes ações:

- 2 2495 2 Controle de Bens Sensíveis;
- 2 2466 2 Licenciamento, Inspeções e Controle de Instalações e Atividades com Materiais Nucleares e Radioativos;
- 2 2468 2 Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares;
- 2 2469 2 Controle de Radioproteção e Dosimetria; e
- 2 2471 2 Salvaguardas e Proteção Física de Materiais Nucleares.

Essas ações, a primeira de responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia e as demais da Comissão Nacional de Energia Nuclear, estão inseridas no escopo da responsabilidade da União pela segurança de instalações nucleares e radiativas, tanto no que se refere à proteção ao trabalhador, à população e ao meio ambiente, por intermédio da regulamentação das atividades que lidam com radiações ionizantes, objeto da subfunção 125 - Normatização e Fiscalização, assim como àquelas referentes à ação de mitigação e atendimento a situações de emergências radiológicas e nucleares, objeto da subfunção 182 - Defesa Civil.

O custo-benefício decorrente da aceitação dessa proposta é extremamente positivo, visto que no exercício 2010 a soma das dotações orçamentárias dessas 5 (cinco) ações monta apenas R\$ 11.378.153,00 (onze milhões, trezentos e setenta e oito mil, cento e cinquenta e três reais). Por outro lado, é imperativo que os riscos de acidentes nucleares, devido à periculosidade dos mesmos, com altas taxas de contaminação e letalidade, alta velocidade de propagação, alcance de extensas áreas, efeitos prolongados e retardados etc., devam ser diminuídos ao extremo por meio de medidas adequadas de prevenção. Cabe aqui lembrar o episódico acidente nuclear com o Césio-137, de trágicas consequências, ocorrido em Goiânia, em 1987, mas cujos efeitos se estenderão ainda por cerca de 160 anos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2194 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2381 - Renato Casagrande

EMENDA

23810010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 94

TEXTO PROPOSTO

Art. 94 A programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2010 e da respectiva Lei poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

JUSTIFICATIVA

A emenda resgata a redação integral do dispositivo tal como figura na LDO atualmente vigente (Lei no 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010). Para tanto, restaura a crucial expressão "sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição" ao final desse artigo.

No mérito, a redação do PLDO/2001 termina por retirar da Comissão Mista a prerrogativa de dispor sobre o bloqueio preventivo e a liberação da execução das obras em que se encontrem indícios de irregularidades graves. Ora, trata-se em primeiro lugar de redução inaceitável e injustificável de atribuições institucionais que o Congresso Nacional vinha exercendo com proveito para os cofres públicos. Esta redução das atribuições legislativas, aliás, não merece na Exposição de Motivos do projeto qualquer referência, muito menos qualquer tentativa de justificação.

Além disso, retira do Congresso Nacional a ferramenta essencial de que dispunha para atuar de forma preventiva, evitando os danos ao Erário antes que se consumassem, e sobretudo protegendo a si próprio de quaisquer associações com práticas irregulares no domínio de obras. Sem o bloqueio preventivo, restará ao Congresso o falso dilema entre não orçar recursos para uma obra importante (por temor a financiar irregularidades) e fornecer os recursos para que irregularidades já detectadas se perpetuem (por falta de meios de intervir no processo orçamentário desautorizando o gasto até que seja comprovada a solução das irregularidades apontadas).

Acresce o fato de que o PLDO/2001 mantém todo o rito procedimental de discussão e elaboração do Anexo da Lei Orçamentária onde constem as obras com indícios de irregularidades graves, retirando-lhe tão somente os efeitos práticos. Esta combinação fará transmitir à opinião pública, de forma ostensiva, que o Congresso tomou ciência de todos estes indícios de irregularidades; posteriormente, quando da constatação da realização dos danos ao Erário que não foram impedidos (pois o bloqueio não mais se decide no Congresso), caberá ao Legislativo explicar não só porque não impediu que ocorressem tais danos mas também porque renunciou aos meios de fazê-lo.

Cabe destacar ainda que os Senhores Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e Transparência manifestaram expressamente, em audiências públicas realizadas pela Comissão Mista de Orçamento em 04 e 26 de maio respectivamente, que esta não era em absoluto a intenção do Poder Executivo ao formular o projeto. Afirmaram ambos, taxativamente, que o que visa o governo é explicitar critérios para a decisão extrema da paralisação, critérios estes que devem ser utilizados pelo Congresso Nacional para o exercício de sua prerrogativa constitucional. Por seus dois representantes máximos na matéria, portanto, afirma o Executivo que não tem por objetivo reduzir qualquer dos atuais âmbitos de fiscalização exercidos pelo Congresso, o que terminou por ser um efeito colateral e certamente indesejado de uma redação inadequada para os propósitos estabelecidos.

Assim, tendo em vista garantir uma das mais importantes prerrogativas com que conta o Congresso para proteger o Erário e a sua própria reputação de escândalos derivados de irregularidades, e para assegurar que a redação da lei corresponda à intenção expressa do Poder Executivo, apresentamos a presente emenda para retornar o texto do caput do artigo exatamente igual à forma com que consta da atual lei de diretrizes orçamentárias (LDO/2010), por inteiramente inaceitável a modificação preconizada no projeto.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2195 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2381 - Renato Casagrande

EMENDA

23810011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 94 Parágrafo 5

TEXTO PROPOSTO

§ 6º Os ordenadores de despesa e os órgãos setoriais de contabilidade deverão providenciar o bloqueio, no SIAFI ou no SIASG, das dotações orçamentárias, das autorizações para execução e dos pagamentos relativos aos subtítulos de que trata o caput deste artigo, permanecendo nessa situação até a deliberação em contrário da Comissão Mista nos termos deste artigo.

JUSTIFICATIVA

A emenda restaura a redação integral do parágrafo tal como figura na LDO atualmente vigente (Lei no 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010), reintroduzindo-o, eis que suprimido no PLDO/2011.

No mérito, a supressão promovida pelo PLDO/2001, da mesma forma que a mudança da parte final do caput que é corrigida por outra emenda de nossa autoria, termina por retirar da Comissão Mista a prerrogativa de dispor sobre o bloqueio preventivo e a liberação da execução das obras em que se encontrem indícios de irregularidades graves, já que se perde do texto o comando legal que dava executoriedade à sua deliberação. As obras constantes do Anexo específico da lei orçamentária somente contavam com a proteção do bloqueio preventivo porque a LDO responsabilizava os ordenadores de despesa pela imediata execução concreta do mencionado bloqueio em seus instrumentos de execução orçamentária, física e financeira. Sem tal medida, o referido Anexo passaria a ter caráter apenas informativo, desprovido de qualquer consequência no mundo real. Ora, trata-se em primeiro lugar de redução inaceitável e injustificável de atribuições institucionais que o Congresso Nacional vinha exercendo com proveito para os cofres públicos. Esta redução das atribuições legislativas, aliás, não merece na Exposição de Motivos do projeto qualquer referência, muito menos qualquer tentativa de justificação. Além disso, retira do Congresso Nacional a ferramenta essencial de que dispunha para atuar de forma preventiva, evitando os danos ao Erário antes que se consumassem, e sobretudo protegendo a si próprio de quaisquer associações com práticas irregulares no domínio de obras. Sem o bloqueio preventivo, restará ao Congresso o falso dilema entre não orçar recursos para uma obra importante (por temor a financiar irregularidades) e fornecer os recursos para que irregularidades já detectadas se perpetuem (por falta de meios de intervir no processo orçamentário desautorizando o gasto até que seja comprovada a solução das irregularidades apontadas).

Acréscce o fato de que o PLDO/2001 mantém todo o rito procedimental de discussão e elaboração do Anexo da Lei Orçamentária onde constem as obras com indícios de irregularidades graves, retirando-lhe tão somente os efeitos práticos. Esta combinação fará transmitir à opinião pública, de forma ostensiva, que o Congresso tomou ciência de todos estes indícios de irregularidades; posteriormente, quando da constatação da realização dos danos ao Erário que não foram impedidos (pois o bloqueio não mais se decide no Congresso), caberá ao Legislativo explicar não só porque não impediu que ocorressem tais danos mas também porque renunciou aos meios de fazê-lo.

Cabe destacar ainda que os Senhores Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e Transparência manifestaram expressamente, em audiências públicas realizadas pela Comissão Mista de Orçamento em 04 e 26 de maio respectivamente, que esta não era em absoluto a intenção do Poder Executivo ao formular o projeto. Afirmaram ambos, taxativamente, que o que visa o governo é explicitar critérios para a decisão extrema da paralisação, critérios estes que devem ser utilizados pelo Congresso Nacional para o exercício de sua prerrogativa constitucional. Por seus dois representantes máximos na matéria, portanto, afirma o Executivo que não tem por objetivo reduzir qualquer dos atuais âmbitos de fiscalização exercidos pelo Congresso, o que terminou por ser um efeito colateral e certamente indesejado e de uma redação inadequada para os propósitos estabelecidos.

Assim, tendo em vista garantir uma das mais importantes prerrogativas com que conta o Congresso para proteger o Erário e a sua própria reputação de escândalos derivados de irregularidades, bem como assegurar que o texto da LDO reflita a intenção expressa do Poder Executivo, apresentamos a presente emenda para retornar o texto do parágrafo exatamente igual à forma com que consta da atual lei de diretrizes orçamentárias



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2196 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
-----------------	--------

2381 - Renato Casagrande	23810011
--------------------------	----------

JUSTIFICATIVA

(LDO/2010), por inteiramente inaceitável a modificação preconizada no projeto.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2197 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2381 - Renato Casagrande****EMENDA****23810012**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 94 Parágrafo 5

TEXTO PROPOSTO

§ 5º Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, às alterações decorrentes de créditos adicionais e à execução física e financeira das obras ou serviços cujas despesas foram inscritas em restos a pagar.

JUSTIFICATIVA

A emenda restaura a redação integral do dispositivo tal como figura na LDO atualmente vigente (art. 94, § 5º, da Lei no 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010). Para tanto, restaura a crucial expressão "e à execução física e financeira das obras ou serviços cujas despesas foram inscritas em restos a pagar;" ao final desse parágrafo. No mérito, a redação do PLDO/2001 tem por resultado liberar o pagamento e a execução das despesas inscritas em Restos a Pagar que foram regularmente incluídas pelo Congresso Nacional no Anexo VI da Lei Orçamentária para 2010 atualmente em vigor. Isto porque, tendo vigência anual a lei orçamentária e as suas disposições de bloqueio preventivo, caberá à LDO dispor sobre a manutenção do bloqueio nos exercícios subsequentes das parcelas que tiverem sido eventualmente inscritas em Restos a Pagar. Não há razões para tal mudança, e certamente não consta na Exposição de Motivos do projeto qualquer referência a ela, muito menos tentativa de justificação.

O efeito prático da mudança operada pelo PLDO é que obras consideradas pelo Congresso Nacional como insuscetíveis de receberem execução financeira, por irregularidades graves, deixarão de sê-lo tão somente pelo encerramento do exercício; uma vez que os Restos a Pagar a elas relativos não mais se submetem a bloqueio. A redação pretendida pelo projeto, portanto, apenas adia o pagamento de despesas irregulares, permitindo que, bloqueadas pelo Congresso no ano em curso, sejam pagas a título de Restos a Pagar; tudo sem que nenhuma solução tenha que haver no tocante à irregularidade. Ora, não há sentido em manter uma obra bloqueada por uma determinada irregularidade grave, e ao mesmo tempo não adotar a mesma providência em relação a outra com a mesma irregularidade grave, se o que as distingue é tão somente o procedimento formal de contabilização da origem dos recursos, todos provenientes da União. Se a irregularidade é grave o suficiente para paralisar uma obra, sê-lo-á em toda e qualquer obra, independentemente de ser executada com recursos do orçamento do ano presente ou de anos anteriores inscritos em Restos a Pagar.

Cabe destacar ainda que os Senhores Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e Transparência manifestaram expressamente, em audiências públicas realizadas pela Comissão Mista de Orçamento em 04 e 26 de maio respectivamente, que esta não era em absoluto a intenção do Poder Executivo ao formular o projeto. Afirmaram ambos, taxativamente, que o que visa o governo é explicitar critérios para a decisão extrema da paralisação, critérios estes que devem ser utilizados pelo Congresso Nacional para o exercício de sua prerrogativa constitucional. Por seus dois representantes máximos na matéria, portanto, afirma o Executivo que não tem por objetivo reduzir qualquer dos atuais âmbitos de fiscalização exercidos pelo Congresso, o que terminou por ser um efeito colateral; certamente indesejado; de uma redação inadequada para os propósitos estabelecidos.

Para afastar a perspectiva de uma grave redução na incidência do controle, e garantir que o texto da lei corresponda à expressa intenção do Poder Executivo, oferecemos emenda que restaura o texto do caput do artigo exatamente igual à forma com que consta da atual lei de diretrizes orçamentárias (LDO/2010), por inteiramente inaceitável a modificação preconizada no projeto.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2198 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2381 - Renato Casagrande****EMENDA****23810013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 99 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 2º Os processos que tenham por objeto o exame de obras ou serviços nos quais foram constatados indícios de irregularidades graves, que possam ser objeto das deliberações previstas no art. 94 desta Lei, serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a garantir decisão que indique, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízos significativos ao erário, no prazo de até 4 (quatro) meses, contado da comunicação prevista no caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

A emenda corrige no parágrafo em referência a remissão ao artigo que contém a regra de competência para a deliberação pela paralisação de obras. A redação original do PLDO remete ao art. 95, que autoriza o ordenador de despesas a paralisar pagamentos. Sem prejuízo da extensão dessa faculdade para o próprio gestor da despesa, que não contestamos, o ponto crucial de todo o mecanismo preventivo é a deliberação legislativa que se recolhe no art. 94 da LDO atual (Lei no 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010). A manutenção desta prerrogativa, que impõe seja objeto da decisão soberana do Congresso Nacional e é objeto de emenda específica de nossa autoria, faz com que as paralisações com base no art. 95 passem a ser apenas um recurso mais disponível aos órgãos executores das obras.

Ora, a razão de ser do dispositivo ora emendado é priorizar, na tramitação do TCU, os processos que sejam relevantes para a decisão legislativa; um poder-dever abrangente, que envolve todas as obras com indícios de irregularidades; e não aqueles que eventualmente venham a ser também úteis para a decisão de cada gestor no caso concreto. Assim, não há sentido em dar tratamento prioritário às obras sujeitas a eventual bloqueio pelo ordenador de despesa (as quais, aliás, sequer são publicadas, não tendo conhecimento o TCU de quantas ou quais são); ao contrário, a prioridade é dada às obras constantes do Anexo da lei orçamentária.

Estas são as razões da emenda que oferecemos, corrigindo a referência do dispositivo para que assegure a prioridade à informação a ser prestada ao Legislativo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2199 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2381 - Renato Casagrande****EMENDA****23810014**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 9 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária de 2010 e a respectiva Lei conterão anexo específico com a relação dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

JUSTIFICATIVA

A emenda restaura a redação integral do dispositivo tal como figura na LDO atualmente vigente (Lei no 12.017, de 12 de agosto de 2009 - LDO/2010). Para tanto, retira a expressão "que constem dos referidos Projeto e Lei" ao final desse parágrafo. O efeito dessa modificação introduzida pelo PLDO/2011 é o de retirar do controle do Anexo de obras com indícios de irregulares quaisquer obras que sejam custeadas com créditos especiais ou extraordinários. Esta obstrução à fiscalização não tem qualquer justificativa: não tem sentido indicar indícios de irregularidades em uma obra que conste da lei orçamentária e não indicar os mesmos indícios em obra semelhante constante de crédito extraordinário. O efeito mais deletério disso é criar uma categoria potencialmente ilimitada de obras que não se submetam a qualquer escrutínio legislativo sob o ponto de vista do mecanismo de fiscalização orçamentária, bastando para isso trazê-las ao orçamento por via dos créditos adicionais. Não se recolhe da Exposição de Motivos, tampouco, razões para a mudança realizada. Cabe destacar ainda que os Senhores Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e Transparência manifestaram expressamente, em audiências públicas realizadas pela Comissão Mista de Orçamento em 04 e 26 de maio respectivamente, que esta não era em absoluto a intenção do Poder Executivo ao formular o projeto. Afirmaram ambos, taxativamente, que o que visa o governo é explicitar critérios para a decisão extrema da paralisação, critérios estes que devem ser utilizados pelo Congresso Nacional para o exercício de sua prerrogativa constitucional. Por seus dois representantes máximos na matéria, portanto, afirma o Executivo que não tem por objetivo reduzir qualquer dos atuais âmbitos de fiscalização exercidos pelo Congresso, o que terminou por ser um efeito colateral e certamente indesejado de uma redação inadequada para os propósitos estabelecidos. Desta forma, a modificação pretendida não tem qualquer fundamento, e é contrária à intenção explícita do Executivo. Por tais motivos, apresentamos a presente emenda para retornar o texto do parágrafo exatamente à forma com que consta da atual lei de diretrizes orçamentárias (LDO/2010), de forma a garantir que a ação preventiva do Congresso Nacional incida sobre a totalidade das obras financiadas com recursos dos orçamentos da União.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2200 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3332 - Ricardo Barros****EMENDA****33320001****PROGRAMA**

1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

AÇÃO

7G52 Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários em Curitiba

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Família beneficiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

5.000.000

JUSTIFICATIVA

Apoio a projetos de melhorias das condições habitacionais no município de Curitiba, beneficiando famílias carentes.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2201 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3332 - Ricardo Barros****EMENDA****33320002****PROGRAMA**

1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

AÇÃO1P01 Controle de Processos Erosivos em Paranavaí, Umuarama, Cianorte e Loanda no
Estado do Paraná**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

10.000.000

JUSTIFICATIVA

O processo de erosão nos municípios do Estado do Paraná se encontra em estágio avançado, justificando a urgência de obras de controle e recuperação das áreas degradadas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2202 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
3332 - Ricardo Barros		33320003
PROGRAMA		
1073 Brasil Universitário		
AÇÃO		
7M46 Estruturação e Modernização de Infra-Estrutura de Campus de Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Londrina		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Infra-estrutura implantada/modernizada (unidade)		10.000.000
JUSTIFICATIVA		
Estruturação do Campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2203 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3332 - Ricardo Barros****EMENDA****33320004****PROGRAMA**

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

7H96 Implantação da Sede do Hospital Regional do Oeste do Paraná em Toledo-PR

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade construída (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

20.000.000

JUSTIFICATIVA

Necessidade de Expansão da Rede Hospitalar Pública no Estado do Paraná, para atendimento da grande população da região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2204 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3332 - Ricardo Barros

EMENDA

33320005

PROGRAMA

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

7H62 Implantação de Terminal de Passageiros no Porto de Paranaguá - PR

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Terminal implantado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

15.000.000

JUSTIFICATIVA

O Porto de Paranaguá está se consolidando como grande terminal de turismo de passageiros que fazem o trecho Curitiba-Paranaguá, gerando desenvolvimento para a região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2205 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2615 - Roberto Alves	26150001

PROGRAMA

0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

AÇÃO

1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)	25
---------------------------	----

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a Construção da Avenida que liga a cidade de Pirassununga à Academia da Força Aérea - AFA. A implantação dessa avenida é muito importante para dar maior segurança e conforto na trafegabilidade das pessoas que necessitam de alguma forma frequentar a AFA, seja trabalhando ou estudando. Presta-se portanto a presente emenda a oferecer melhores condições à cidade e sua população.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2206 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2615 - Roberto Alves****EMENDA****26150002****PROGRAMA**

0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

AÇÃO

11UT Implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Brigada implantada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

100

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atender a adequação, construção e o reaparelhamento do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizada de Pirassununga subordinado a 11ª Brigada de Infantaria Leve, uma vez que a Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais. Entre as prioridades do Exército está a implantação da Brigada de Infantaria Leve que por circunstâncias alheias à vontade da Força não consegue alocar os recursos necessários para concluir a sua implantação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2207 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2615 - Roberto Alves	26150003

PROGRAMA

0632 Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

AÇÃO

3120 Construção de Instalações Militares

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Instalação militar construída (m²)	5.000
------------------------------------	-------

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir como meta e prioridade da LDO o apoio a construção, adequação e reaparelhamento da Academia da Força Aérea Brasileira - AFA - em Pirassununga/SP. As primeiras instalações da AFA datam de 1955 e até hoje, passados mais de 50 anos, o Comando da AFA ainda não tem instalações condizentes com as suas necessidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2208 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2615 - Roberto Alves	26150004

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Vaga disponibilizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

10.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa acrescentar em 10000 vagas a prioridade e meta definidas pelo Poder Executivo para Reestruturar e Expandir as Universidades Federais. Esse acréscimo decorre da necessidade de compatibilizar a meta estabelecida no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 com a criação da Universidade Federal de Pirassununga/SP. A criação da Universidade em Pirassununga está em consonância com a política pública federal de interiorizar o ensino público superior no País.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2209 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2615 - Roberto Alves	26150005

PROGRAMA

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

20CF Apoio à melhoria da gestão em Santas Casas de Misericórdia, entidades hospitalares sem fins econômicos e entidades de reabilitação física de portadores de deficiência.

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)

100

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo priorizar e garantir o atendimento em hospitais de natureza filantrópica, como as santas casas de misericórdia. Esse acréscimo decorre da necessidade de compatibilizar a meta estabelecida no Projeto de Diretrizes Orçamentárias para 2011 com a construção de 100 novos leitos na Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga/SP de modo também de assegurar o cumprimento da emenda constitucional nº 29, bem como de sua regulamentação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2210 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2470 - Roberto Britto****EMENDA****24700001**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 110

TEXTO PROPOSTO

Dê-se ao Art. 110 a seguinte redação, suprimindo os seus parágrafos:

Art. 110. As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais.

JUSTIFICATIVA

As leis de diretrizes orçamentárias anuais têm assegurado às instituições e agências financeiras oficiais a condição de agentes mandatários da União para a execução e fiscalização dos convênios e contratos, celebrados pela União com Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas. A agência financeira que tem atuado nessa condição é a Caixa Econômica Federal (CEF). Sabe-se, no entanto, que a CEF, não dispõe de estrutura na maioria das localidades que lhe possibilite cumprir a referida atribuição a contento. Há informações de que a CEF tem recorrido à contratação de serviços terceirizados para realizar a fiscalização de obras, cujo gasto é deduzido do valor dos projetos. Ademais, não é função da CEF acompanhar a execução de projetos do governo. É uma subtração de competência dos diversos órgãos e entidades federais que devem ter estruturas adequadas para o cumprimento de suas missões. Para minimizar os custos, sem a necessidade de se valer da CEF, poderia haver o aproveitamento de estruturas públicas existentes nas unidades da federação que se valeriam de apoio de conselhos comunitários locais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010

Hora: 18:50

Página: 2211 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2470 - Roberto Britto

EMENDA

24700002

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único Inciso II

TEXTO PROPOSTO

§ 3º O Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e respectiva Lei consignarão recursos, no montante mínimo de 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida, destinados à constituição de reserva para atender a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, considerada como despesa primária para efeito da apuração do resultado fiscal.

§ 4º A reserva constituída nos termos do § 3º deste artigo será considerada como compensação, durante o exercício financeiro de 2011, pelo órgão técnico legislativo responsável pelo exame de adequação orçamentária e financeira dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, conforme critérios previamente fixados por esse órgão, que comunicará ao Poder Executivo as proposições que vierem a ser consideradas adequadas orçamentária e financeiramente, para fins de abertura do crédito adicional correspondente.

JUSTIFICATIVA

Após a LRF, o Poder Legislativo ficou praticamente impossibilitado de editar leis que aumentem despesas obrigatórias ou que impliquem renúncia de receita, vez que não dispõe de meios para indicar fontes compensatórias. Em vista dessa dificuldade, foi proposta a criação de reserva que viesse a viabilizar, ainda que de forma tímida, a atuação legislativa. A alocação dos recursos que compõem a reserva não implica discriminação de proposições em face de sua origem, mas apenas atribuir competência a órgão legislativo para apropriar os recursos. A reserva instituída pelos §§ propostos à LDO/2011 se destina a quaisquer dos Poderes, visto que a compensação prevista no art. 17 da LRF diz respeito a proposições de toda e qualquer origem. O tema relacionado às formas pelas quais se pode dar a compensação determinada pelo art. 17 da LRF já foi, inclusive, motivo de inúmeros estudos. O Poder Executivo tem-se utilizando de estratégias para realizar compensações meramente formais. Se a LRF praticamente bloqueia iniciativas parlamentares em matéria financeira, já obstaculizadas pela reserva constitucional de iniciativa presidencial dos arts. 61 e 63, o mesmo não ocorre com o Poder Executivo. O Executivo não só deixa de reequilibrar o orçamento nos estritos termos da LRF, mas também pressiona o Congresso Nacional para aprovar projetos de seu interesse. Os mecanismos de compensação introduzidos pela LRF, nos artigos 14, 17 e 24, mostram que as medidas de compensação devem constar do mesmo ato que cria ou aumenta a despesa. Com esse desiderato, o Governo geralmente indica, genericamente, como fonte o crescimento de arrecadação ou a margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado, abstenendo-se da indicação de medidas concretas e específicas, a exemplo da edição da legislação que reduza a despesa obrigatória permanente.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2212 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2470 - Roberto Britto****EMENDA****24700003**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 58

TEXTO PROPOSTO

Acrescente-se ao Art. 58, renumerando os demais, com a seguinte redação:

Art 58. A medida provisória adotada para a abertura de crédito extraordinário, admissível unicamente para atender as despesas correntes de fato urgente, relevante e imprescindível, deverá contemplar programações vinculadas entre si pela afinidade, pertinência ou conexão com o fato que lhe der causa à adoção

JUSTIFICATIVA

As normas relativas aos créditos adicionais, incluída nas sucessivas LDOs, vêm sendo razoavelmente observadas, salvo no que diz respeito aos créditos extraordinários, abertos por meio de medidas provisórias. Especialmente o pressuposto de imprevisibilidade da despesa raramente tem sido satisfeito, em face dos parâmetros fornecidos pela própria Constituição: guerra, comoção interna e calamidade pública. A presente emenda visa explicitar na LDO a disciplina para edição de medidas provisórias, especialmente no que se refere à obrigação de estes normativos tratarem exclusivamente de matérias vinculadas entre si por afinidade, pertinência e conexão, nos termos do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 1998 (art. 7º, inciso III) e, ainda, que elas deverão visar ao saneamento de um único evento ou à solução de um único problema.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2213 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2470 - Roberto Britto****EMENDA****24700004**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 71

TEXTO PROPOSTO

IV - dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011 com o identificador de resultado primário 3 ou à conta de recursos de doações, convênios e receitas oriundas de atividades produtivas de bens e serviços destinadas à melhoria ou à manutenção das próprias atividades produtivas.

JUSTIFICATIVA

Tais receitas originam-se do esforço de arrecadação das unidades orçamentárias às quais estão associadas, por meio da produção industrial ou pela prestação de serviços fornecidos aos demais entes públicos, privados e pessoas físicas. Atualmente, essas receitas são objeto de Programação Orçamentária e Financeira, sujeitas a contingenciamentos, o que obviamente tem desestimulado seu incremento e, consequentemente, tornando essas unidades cada vez mais dependentes dos recursos do Tesouro. A proposta sugerida poderá reverter esse quadro de dependência, demandando nova motivação aos órgãos e unidades envolvidos a buscarem e incrementarem novas fontes de recursos próprios.

Ainda, o incremento dessas receitas gera grandes benefícios para toda a sociedade, como vem ocorrendo com a produção de fármacos destinados ao combate da malária (produzido nos laboratórios militares a preços populares), a prestação de serviços sociais pelas Organizações Militares Prestadoras de Serviços - OMPS, e o reparo de embarcações e aeronaves de natureza civil (prestados nas Bases Navais ou Aéreas, Parques de Material Aeronáutico e Arsenal de Marinha), apenas para citar alguns exemplos.

É importante frisar que tais atividades colaboram com a visibilidade das ações governamentais (a exemplo dos medicamentos produzidos pelos laboratórios militares encontrados nos lugares mais longínquos do território nacional), além de permitirem ampliar a qualificação dos quadros de pessoal. Portanto, sugere-se que seja dispensado, para as despesas que se enquadrem na situação descrita, o mesmo tratamento adotado para as programações oriundas de convênios no qual a União é recebedora de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2214 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2470 - Roberto Britto	24700005

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 9 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

VI - anexos dos critérios, elaborados mediante a utilização de indicadores sócioeconômicos, para a alocação e a transferência de recursos aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Setor Privado, de que tratam as Seções III e IV, em consonância com o § 7º, do artigo 165, da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), dispõe em seu art. 25 que, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde - SUS. A Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2011 deveria determinar que façam parte da Lei Orçamentária de 2011 os critérios para o procedimento das transferências voluntárias aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Setor Privado. Esses critérios assegurariam a promoção da redução das desigualdades regionais e sociais. Para tanto, poder-se-ia considerar parâmetros regionais e locais econômicos e sociais tais como: renda per capita, tamanho da população, índice de desenvolvimento humano, índice de mortalidade infantil, oferta de serviços de saúde, índice de analfabetismo, ofertas de vagas no ensino fundamental, população estudantil, índice de desemprego, potencialidades econômicas e regionais, extensões e tipificações de malhas rodoviárias, etc. Os indicadores sócio-econômicos setoriais e regionais poderiam ser disponibilizados pelo IBGE ou outros órgãos técnicos do Poder Executivo. Com isso, obter-se-ia os fatores representativos, cuja combinação resultaria em modelos de alocação e de transferência de recursos, principalmente aqueles correspondentes às ações de execução descentralizada, a cargo dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Ressalte-se que já existem modelos de descentralização de recursos sendo operacionalizados em alguns Ministérios como, por exemplo, para: alimentação escolar, algumas ações do sistema único de saúde, livros didáticos, bolsa família, etc. Caso haja dificuldade para estabelecer o modelo de descentralização para determinada ação, poder-se-á usar os critérios estabelecidos para as transferências do FPE e FPM.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2215 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2470 - Roberto Britto	24700006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

I - aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas no inciso IV do art. 34 desta Lei, bem como as Santas Casas de Misericórdia e as entidades voltadas para a educação especial, exclusivamente para:

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa ampliar a possibilidade de aplicação de recursos de capital para construção e ampliação de instalações das Santas Casas de Misericórdias e das entidades voltadas para a educação especial. É inquestionável o papel dessas instituições no atendimento à população, sobretudo das pessoas mais carentes, que é um dever do Estado. Tais instituições complementam e suprem as funções próprias de entidades públicas. Daí, não ser admissível que elas sofram restrições orçamentárias de uso de recursos públicos para a ampliação de seu atendimento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2216 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2470 - Roberto Britto****EMENDA****24700007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 39

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se § 5º ao Art. 39, com a seguinte redação:

§ ... Não se aplica a exigência de contrapartida nos termos do caput deste artigo quando o objeto da transferência voluntária referir-se a ações cuja competência seja exclusiva da União.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição de que seja incluído dispositivo na LDO/2011 objetivando isentar aos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas, da obrigação de assegurar contrapartida para execução de ações cuja competência constitucional seja exclusiva da União.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2217 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2470 - Roberto Britto****EMENDA****24700008**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 55 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

III - portaria do Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive as de que trata o art. 95 desta Lei, observadas as vinculações previstas na legislação, e para os identificadores de uso e de resultado primário, exceto o previsto no inciso IV do § 4º do artigo 7º desta Lei, que deverá ser objeto de projeto de lei de iniciativa do Presidente da República e submetido ao Congresso Nacional.

JUSTIFICATIVA

O PLDO/2011 estabelece em seu artigo 57, inciso III, que o Secretário da Secretário de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pode alterar, por Portaria, os indicadores de uso das dotações orçamentárias consignadas Lei Orçamentária. Ocorre que o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, inclui todos os títulos que compõem o Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI, cuja priorização na Lei Orçamentária requer tão somente a alteração do "identificador de uso", tal medida passou a ter uma importância muito além que uma mera revisão de prioridades na execução orçamentária. O Congresso Nacional - CN não pode ficar à margem da definição das prioridades orçamentárias do PAC. Com a presente emenda propõe-se incluir na LDO/2010, dispositivo que assegure ao CN uma ação condizente com as suas responsabilidades constitucionais na análise e avaliação das alterações das programações orçamentárias autorizadas, sobretudo no que diz respeito aos projetos que fazem parte do PPI que são considerados como prioritários na implementação do PAC.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2218 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2470 - Roberto Britto****EMENDA****24700009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 55

TEXTO PROPOSTO

§ 4o A modificação de que trata o inciso III deste artigo, no que se refere ao identificador de resultado primário 3, somente será permitida quando envolver programações relativas ao PAC, observado o disposto no § 7o do art. 7o desta Lei, cabendo ao Poder Executivo manter atualizado, na internet, o anexo específico de que trata o art. 3o desta Lei, vedada a alteração do identificador de resultado primário 3 quando a respectiva programação houver sido incluída pelo Congresso Nacional.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo proposto constou do Autógrafo do PLDO para 2009 e foi vetado pelo Executivo. A emenda pretende desconcentrar atribuições do Poder Executivo acerca da definição da programação caracterizada como Projeto Piloto de Investimentos Públicos - PPI. Assim, caso o Congresso Nacional venha incluir ações no rol do PPI, tais ações poderiam não mais ser excluídas pelo Executivo apenas com a alteração do identificador de resultado primário, de RP 3 para RP 2, por portaria da Secretaria de Orçamento Federal - SOF. O anexo específico, previsto no art. 3º da LDO, é que define a programação privilegiada dos projetos do PPI, na medida em que apenas em favor destes é que se dá o benefício da redução do superavit primário. A carteira do PPI é uma lista fechada de prioridades, com projetos definidos e nominalmente identificados. Paralelamente, o PLDO determina que a programação orçamentária conterà um dígito identificador de resultado primário, de caráter indicativo, tendo como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário, sendo, no caso da programação relativa ao PPI, igual a RP-3. Nesse ponto de vista, o dígito identificador nem define, nem fixa propriamente a programação do PPI porque essa função é do Anexo. O dígito identificador tem caráter acessório em relação ao anexo específico do PPI, porque apenas reconhece e reflete a respectiva programação. Daí se concluir que a autorização para a mudança do indicador de Resultado Primário, por Portaria, seria ineficaz quando se tratar de programações do PPI, uma vez que, para as mesmas está prevista norma especial (art. 3º), que vincula tal programação ao Anexo específico da lei orçamentária. Ressalte-se que, reconhecendo a necessidade de atualização da carteira do PPI, durante a execução orçamentária, concede-se ao governo a possibilidade de sua alteração, desde que sejam respeitadas as programações incluídas durante a tramitação da lei orçamentária. Ocorre que as ações incluídas pelo Legislativo no conceito de PPI são raras e de pequena monta, tendo em conta que as regras internas têm sido bastante restritivas quanto à aprovação de emendas ao PPI. Além disso, historicamente, na execução orçamentária, o Poder Executivo sequer tem se aproximado do total aprovado para as ações do PPI.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2219 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2470 - Roberto Britto****EMENDA****24700010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 57

TEXTO PROPOSTO

§ 10º. O Presidente da República poderá delegar, no âmbito do Poder Executivo, a abertura dos créditos suplementares a que se refere o caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa dar maior celeridade na abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual - LOA, no âmbito do Poder Executivo, a exemplo do que já ocorre com os Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público da União. A abertura dos referidos créditos pelos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal tem sido uma das reivindicações constantemente apresentadas pelos mencionados órgãos. O objetivo da abertura descentralizada é conferir maior racionalidade e agilidade nesse processo com vistas a possibilitar, a esses órgãos, a programação tempestiva de suas despesas, com ganho de qualidade e eficiência.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2220 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2132 - Roberto Cavalcanti****EMENDA****21320001****PROGRAMA**

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

11XL Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB)

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)Dragagem realizada (mil m³)**ACRÉSCIMO DE META**

3.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa priorizar a recuperação do Porto de Cabedelo(PB), promovendo obras de derrocagem e dragagem de modo a permitir o aprofundamento do calado para navios de grande porte. Trata-se de um porto com localização estratégica, ponto mais próximo da Europa.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2221 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2132 - Roberto Cavalcanti****EMENDA****21320002****PROGRAMA**

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO7J03 CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL PRESIDENTE CASTRO
PINTO (PB)**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)****ACRÉSCIMO DE META**

Obra executada (% de execução física)

3

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem por finalidade a construção do terminal de cargas do Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto, de João Pessoa-PB, dada a necessidade de acomodação do volumoso fluxo de cargas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2222 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2132 - Roberto Cavalcanti****EMENDA****21320003****PROGRAMA**

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO7G66 Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104 - no
Estado da Paraíba**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**

Trecho adequado (km)

ACRÉSCIMO DE META

17

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa duplicar a BR 104, melhorando as condições de trafegabilidade no trecho Campina Grande (PB) até a divisa com o estado de Pernambuco, minimizando acidentes e agilizando o trânsito na região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2223 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2132 - Roberto Cavalcanti	21320004

PROGRAMA

1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

AÇÃO

7F55 Obras de Recuperação e Urbanização Completa do Açude de Bodocongó e Anexo Adjacentes na Cidade de Campina Grande - PB

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra realizada (% de execução física)	4
---------------------------------------	---

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem o objetivo de viabilizar a continuidade da segunda etapa da canalização do canal de Bodocongó em Campina Grande(PB). Obra prevista no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o canal interligará o giradouro das Malvinas e a ponte do bairro de Santa Cruz, favorecendo também o bairro do Dinamérica, o que resultará em maior qualidade de vida para uma população que ultrapassa a casa de setenta mil pessoas.

Dentre as melhorias está a drenagem urbana, o controle de erosão, a urbanização da área e drenagem das vias marginais em uma extensão de aproximadamente três quilômetros.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2224 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2132 - Roberto Cavalcanti	21320005

PROGRAMA

0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

AÇÃO

5246 Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa com 5.100ha no Estado da Paraíba

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto executado (% de execução física)

10

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa dar continuidade ao Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, localizado no município de Sousa, PB e situado na Sub-bacia do Rio do Peixe e Bacia do Rio Piranhas, foi concebido para viabilizar atividades que beneficiem, tanto produtores que praticam a agricultura familiar, quanto a empresários que se destinam a exploração agropecuária com bases empresarias. Importante salientar que as atividades serão realizadas, prioritariamente através de Sistemas de Produção Orgânica Certificada. Outras ações serão desenvolvidas, tais como: capacitação de produtores(as), multiplicadores(as) e técnicos(as) em manejo de sistemas orgânicos de produção; elaboração dos planos de manejo das culturas que serão implantadas. Projeto está sendo implantado em uma área de 5.100ha para o aproveitamento hidroagrícola.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2225 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2132 - Roberto Cavalcanti****EMENDA****21320006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso I Item 64

TEXTO PROPOSTO

65. Despesas relativas ao atendimento às situações de emergência decorrentes de desastres naturais.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa garantir aparato legal para dar agilidade ao atendimento às situações decorrentes de calamidades públicas, mediante a pronta execução de ações emergenciais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2226 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2132 - Roberto Cavalcanti****EMENDA****21320007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2227 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
-----------------	--------

2132 - Roberto Cavalcanti	21320007
---------------------------	----------

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2228 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2132 - Roberto Cavalcanti	21320008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2229 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2132 - Roberto Cavalcanti	21320009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estrangeiras nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2230 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2132 - Roberto Cavalcanti	21320010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (¿royalties do petróleo e gás natural¿), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o ¿combustível do século XXI¿.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2231 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2132 - Roberto Cavalcanti	21320011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Inciso II Item 3

TEXTO PROPOSTO

3. Despesas com as ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

JUSTIFICATIVA

Com a missão de produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro dentro de uma Agenda do Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é um órgão estratégico do Estado, pois desempenha atividades importantes de gestão governamental (planejamento; realização de estudos e pesquisas econômicas e sociais; e avaliação de ações, programas e políticas públicas).

Em quase 45 anos de existência, o IPEA tem contribuído para uma melhor compreensão de temas centrais para o aperfeiçoamento de políticas públicas e, portanto, para o melhor funcionamento do setor público e do país em diversas áreas: agricultura, competitividade externa, desenvolvimento econômico, economia e demografia; economia internacional; economia regional e desenvolvimento econômico; educação; energia; finanças públicas; gasto público social; gestão pública; infra-estrutura econômica; inovação tecnológica; macroeconomia e economia monetária; mercado de trabalho; microeconomia; pobreza e desigualdade; política e organização industrial; política e reforma tributária; política urbana, habitação, transporte e saneamento; previdência, seguridade e assistência social; privatização; reestruturação produtiva e competitividade; regulação ambiental; regulação econômica e defesa da concorrência; saúde; segurança pública e criminalidade, entre outras.

Dentro do planejamento estratégico estabelecido para o IPEA formularam-se também os eixos temáticos essenciais para a Agenda do Desenvolvimento Brasileiro, em um total de sete: 1 - Inserção internacional soberana; 2 - Macroeconomia para o pleno emprego; 3 - Fortalecimentos do Estado, das instituições e da democracia; 4 - Estruturas produtiva e tecnológica avançadas e regionalmente articuladas; 5 - Infra-estruturas econômica, social e urbana; 6 - Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e 7 - Sustentabilidade Ambiental.

Neste contexto cabe ao IPEA a pesquisa aplicada à políticas de longo prazo, bem como gerir o programa 0797 - Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas contribuindo para a qualidade dos processos decisórios de governo no planejamento governamental de médio e longo prazos dentro da Agenda do Desenvolvimento Nacional, onde abriga diversas ações vinculadas a subfunção Desenvolvimento Científico em igual condição às demais instituições citadas no referido anexo.

Busca, dessa forma, conferir tratamento isonômico as ações de governo voltadas ao Desenvolvimento Científico Nacional dentro de uma política maior voltada a representação das instituições de pesquisa brasileira.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2232 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2132 - Roberto Cavalcanti	21320012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Art. 20 § 1º Inciso VI alínea "d":
d) com recursos das ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Científico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e IPEA, para execução de pesquisa econômica e social, devendo o chefe imediato e o dirigente máximo do órgão de origem declararem não haver incompatibilidade de horários e qualquer comprometimento das atividades atribuídas ao servidor ou empregado;

JUSTIFICATIVA

Com a missão de produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro dentro de uma Agenda do Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é um órgão estratégico do Estado, pois desempenha atividades importantes de gestão governamental (planejamento; realização de estudos e pesquisas econômicas e sociais; e avaliação de ações, programas e políticas públicas).

Ao longo de 44 anos de existência, o IPEA tem contribuído para uma melhor compreensão de temas centrais para o aperfeiçoamento de políticas públicas e, portanto, para o melhor funcionamento do setor público e do país em diversas áreas: agricultura, competitividade externa, desenvolvimento econômico, economia e demografia; economia internacional; economia regional e desenvolvimento econômico; educação; energia; finanças públicas; gasto público social; gestão pública; infra-estrutura econômica; inovação tecnológica; macroeconomia e economia monetária; mercado de trabalho; microeconomia; pobreza e desigualdade; política e organização industrial; política e reforma tributária; política urbana, habitação, transporte e saneamento; previdência, segurança e assistência social; privatização; reestruturação produtiva e competitividade; regulação ambiental; regulação econômica e defesa da concorrência; saúde; segurança pública e criminalidade, entre outras.

No âmbito do planejamento estratégico estabelecido para o IPEA formularam-se também os eixos temáticos essenciais para a Agenda do Desenvolvimento Brasileiro, em um total de sete: 1 - Inserção internacional soberana; 2 - Macroeconomia para o pleno emprego; 3 - Fortalecimentos do Estado, das instituições e da democracia; 4 - Estruturas produtiva e tecnológica avançadas e regionalmente articuladas; 5 - Infra-estruturas econômica, social e urbana; 6 - Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e 7 - Sustentabilidade Ambiental.

Apesar dos esforços institucionais no sentido de recompor o quadro de pesquisadores da Instituição, a abrangência e complexidade da Agenda do Desenvolvimento torna necessária a participação de pesquisadores de outras instituições. Com base na relação dos pesquisadores com maior produtividade detentores de bolsas mantidas pelo CNPq e da listagem dos melhores programas de pós-graduação responsáveis pela pesquisa nacional, verifica-se que a maioria de pesquisadores é de instituição pública.

Nesse sentido torna-se relevante a implantação de redes de pesquisa com esses pesquisadores visando à integração de ações e de pesquisas com ênfase na aplicação de resultados focados em amenizar os efeitos da crise mundial e na sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico brasileiro, além de incrementar o intercâmbio do IPEA e na troca de conhecimentos e experiências para internalizá-las à realidade brasileira, contribuindo para a implantação da Agenda do Desenvolvimento Brasileiro e do planejamento estratégico de longo prazo.

Outro aspecto a ser mencionado é o fato de que pesquisa não se enquadra do referido artigo, pois sua execução não é caracterizada como consultoria (melhoria administrativa) ou assistência técnica, mas sim em um intercâmbio de idéias, fatos e levantamentos técnicos utilizados por métodos quantitativos e qualitativos muito significativos e densos dentro de uma metodologia de pesquisa a fim de aferir a idéia da dimensão de sua



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2233 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2132 - Roberto Cavalcanti

EMENDA

21320012

JUSTIFICATIVA

afirmação.

Esse material precisa ser organizado e categorizado segundo critérios relativamente flexíveis e previamente definidos, de acordo com os objetivos da pesquisa. É um trabalho árduo e, numa primeira etapa, mais "braçal" do que propriamente analítico. Numa segunda etapa, ajuda na realização de tarefas que envolvem a análise de dados coletados/construídos em pesquisas quantitativas e qualitativas.

Dessa forma, foram dadas as instituições vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia essa prerrogativa e que a alteração proposta igualará o IPEA aos outros institutos listados dando maior condição de cumprimento de seus objetivos, bem como clarificar a utilização da pesquisa para que se cumpra a Agenda do Desenvolvimento Brasileiro.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2234 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2539 - Roberto Santiago	25390001

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

12EL Implantação da Universidade Federal do ABC

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Vaga disponibilizada (unidade)	2.942
--------------------------------	-------

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa ressaltar a importância da expansão do ensino superior no nosso país com ênfase na implantação do Campus de Atibaia/SP. A implantação do campus se faz necessária devido a crescente demanda da região e também da indústria e comércios locais, além do setor de prestação de serviços como: escolas, hospitais, informática e outros que estão em pleno crescimento e não há mão de obra qualificada o suficiente para atendimento da mesma. Com o intuito de colaborar com o crescimento econômico e com o desenvolvimento social da nossa comunidade, estamos priorizando a referida ação para o Orçamento Geral da União de 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2235 de 2923

ESELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2559 - Rodrigo Rocha Loures

EMENDA

25590001

PROGRAMA

1409 Desenvolvimento da Agroenergia

AÇÃO

8971 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

3

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa promover o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda e na prioridade estratégica de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas do plano de ação de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento nacional



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2236 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2559 - Rodrigo Rocha Loures****EMENDA****25590002****PROGRAMA**

1426 Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

AÇÃO

8606 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Pessoa beneficiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

5.000

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com a emenda, garantir que mais famílias possam ser beneficiadas com a produção de orgânicos no país.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2237 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2559 - Rodrigo Rocha Loures****EMENDA****25590003****PROGRAMA**

0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação

AÇÃO

0901 Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores e Profissionais para C,T&I

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Bolsa concedida (unidade)

18.997

JUSTIFICATIVA

Objetiva-se a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica e na prioridade estratégica da expansão e consolidação do sistema nacional de C,T&I do Plano de Ação, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2238 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2559 - Rodrigo Rocha Loures	25590004

PROGRAMA

0472 Proantar

AÇÃO

4130 Fomento à Pesquisa na Antártida

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Pesquisa realizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

2

JUSTIFICATIVA

A ação insere-se no Anexo I de Prioridades de Metas - Item 7, Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana e na Prioridade Estratégica Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2239 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2559 - Rodrigo Rocha Loures****EMENDA****25590005****PROGRAMA**

0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social

AÇÃO

2B08 Realização de Olimpíadas em Ciências

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Aluno atendido (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

10.000.000

JUSTIFICATIVA

Pretende-se ampliar a quantidade de alunos beneficiados com a realização das olimpíadas do conhecimento, promovendo a inclusão social e a redução das desigualdades e na prioridade estratégica ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social nacional



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2240 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2553 - Rodrigo Rollemberg	25530001

PROGRAMA

9989 Mobilidade Urbana

AÇÃO

10SS Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

50

JUSTIFICATIVA

As linhas do metrô de Brasília se dividem em três segmentos, o que as deixam com o formato da letra Y. No centro do Y fica a estação Águas Claras. 19,19 km unem a estação central, na rodoviária do Plano Piloto de Brasília, e a estação Águas Claras. Outros 14,31 km compreendem o ramal que parte de Águas Claras, passa por Taguatinga Centro e Norte e vai até Ceilândia. Último, 8,8 km de linhas partem de Águas Claras, passam por Taguatinga Sul e chegam ao ponto final em Samambaia. Transporte público é um dos grandes desafios dos governos atuais. A falta de uma política específica ao longo dos anos para o transporte coletivo no Brasil trouxe problemas que se tornam mais crônicos a cada dia. As vias urbanas já não suportam a crescente frota de veículos. É comum vermos veículos de passeio, que podem transportar até cinco pessoas, rodando apenas com o motorista. São estes mesmos veículos que ficam engarrafados por horas nas grandes metrópoles. Esta emenda objetiva ampliar a linha até Santa Maria, atingindo um número maior de passageiros, contribuindo para melhorar o fluxo de pessoas no Distrito Federal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2241 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2553 - Rodrigo Rollemberg****EMENDA****25530002****PROGRAMA**

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Submarino construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123H compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2242 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2553 - Rodrigo Rollemberg	25530003

PROGRAMA

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO

12CD Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Aeroporto construído (unidade)	1
--------------------------------	---

JUSTIFICATIVA

O Aeroporto Internacional Juscelino Kubistchek, único na capital do Brasil, já está entre os quatro mais movimentados no país na rota de abastecimento industrial. Um aeroporto específico para cargas colocaria Brasília em outro patamar nacional. A tendência é de que essa atividade continue crescendo, tendo em vista a previsão de operacionalização de novos parceiros, como forma de dar vazão a toda a demanda atual e futura. Atualmente, o único aeroporto industrial do país funciona em Cabo Frio, no Rio de Janeiro. O Governo do Distrito Federal (GDF) já assinou termo de cooperação com a empresa Newmark Knight Frank, com objetivo de realizar nos próximos meses estudos ambientais para captação de empresas parceiras interessadas na construção do Aeroporto Industrial do DF. Serão investidos cerca de R\$ 1 bilhão, da iniciativa privada, para a construção do espaço. A primeira área a ser estudada para a implantação do aeroporto fica em Planaltina (a 38 quilômetros do centro de Brasília).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2243 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2553 - Rodrigo Rollemberg	25530004

PROGRAMA

0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social

AÇÃO

7J58 Implantação do Centro Nacional de Tecnologias Assistivas no Distrito Federal

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto concluído (%)	20
-----------------------	----

JUSTIFICATIVA

Tecnologia Assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. A referida emenda visa a implantação do Centro Nacional de Tecnologias Assistivas no Distrito Federal, a ser coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2244 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2553 - Rodrigo Rollemberg	25530005

PROGRAMA

0464 Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

AÇÃO

7F40 Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Infra-estrutura implantada (% de execução física)	10
---	----

JUSTIFICATIVA

A ação insere-se no Anexo I de Prioridades e Metas - Item 8 - Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica e na Prioridade Estratégica de Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I, do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2245 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2553 - Rodrigo Rollemberg	25530006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprir salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2246 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2553 - Rodrigo Rollemberg

EMENDA

25530006

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2247 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2553 - Rodrigo Rollemberg****EMENDA****25530007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2248 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2553 - Rodrigo Rollemberg	25530008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2249 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2553 - Rodrigo Rollemberg****EMENDA****25530009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (¿royalties do petróleo e gás natural¿), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o ¿combustível do século XXI¿.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reaparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2250 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2447 - Rogério Marinho	24470001

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 12 Inciso XXII

TEXTO PROPOSTO

XXIX - às despesas decorrentes do apoio financeiro de que trata o art. 6º da Emenda Constitucional nº 59 de 2009.

JUSTIFICATIVA

A Emenda Constitucional n.º 59 de 2009 determina a (re)vinculação gradual dos recursos concernentes à educação desvinculados pela DRU, eliminando-do completamente sua incidência já em 2011, além de ampliar a faixa de abrangência da obrigatoriedade do ensino básico de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos.

Para atender as despesas no âmbito dos entes subnacionais com a ampliação da faixa do ensino básico, a mesma EC prevê o apoio técnico e financeiro da União.

Neste sentido, a presente emenda busca explicitar, no Projeto e na Lei Orçamentária para 2011, as programações exclusivas do apoio financeiro a ser prestado pela União aos Estados, DF e Municípios para o atendimento da ampliação da faixa etária do ensino básico.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2251 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2447 - Rogério Marinho****EMENDA****24470002**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 68

TEXTO PROPOSTO

Art. 68. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2011 não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2010, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV desta Lei;

II - bolsas de estudo, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial - PET;

III - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

IV - ações de prevenção a desastres, classificadas na subfunção Defesa Civil;

V - formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos;

VI - outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2011, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000.

JUSTIFICATIVA

A proposta de LDO 2011 prevê dispositivo que autoriza a execução antecipada de 1/12 (um doze avos), mensalmente, de todos e quaisquer gastos caso não seja sancionado pelo Presidente da República até o término de 2010, inclusive as despesas de capital e as constantes do Orçamento de Investimento e aquelas consideradas prioritárias (o que inclui o PAC) no projeto de lei e que estejam em execução.

Tal dispositivo, sob tentativas anteriores e em seu ineditismo, inflige diretamente as atribuições constitucionais e precípua do Poder Legislativo, em apreciar as matérias orçamentárias e assumir condição legal.

Para tanto, a presente emenda visa manter a prerrogativa do Congresso Nacional de debater da forma mais ampla possível a destinação dos gastos públicos, notadamente os atinentes a investimentos governamentais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2252 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2447 - Rogério Marinho	24470003

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 109 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

§ 2º. O registro da apropriação da despesa a que se refere o inciso II deste artigo limitar-se-á em 60% (sessenta por cento) do montante global inscrito no exercício vigente de 2010, referentes aos Grupos de Natureza da Despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras".

JUSTIFICATIVA

O volume de Inscrição em Restos a Pagar Não Processados no orçamento anual vem aumentando vertiginosamente a cada exercício. A presente emenda busca reduzir esse procedimento recorrente de apropriação de despesas que prejudica sobremaneira a execução da programação do orçamento vigente.

A montante total de RAP Não Processado inscritos em 2009 para o exercício de 2010 atinge R\$ 68,2 bilhões que somada à reinscrição de RAP NP de exercícios anteriores, no valor de R\$ 24,0 bilhões, e expurgados os cancelamentos realizados no montante de R\$ 4,5 bilhões, atinge-se a impressionante marca de R\$ 87,7 bilhões.

Considerando o valor de investimentos autorizados até maio de 2010, R\$ 61,9 bilhões, o montante de RAP NP inscritos exclusivamente deste grupo de despesa soma R\$ 44,7 bilhões, o equivalente a mais de 72% do orçamento programado para 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2253 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2447 - Rogério Marinho

EMENDA

24470004

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 94

TEXTO PROPOSTO

Art. 94. A programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e da respectiva Lei poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entendem-se por:

I - execução física, a realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;

II - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

III - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar; e

IV - indícios de irregularidades graves, os atos e fatos que, sendo materialmente relevantes em relação ao valor total contratado, tendo potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros e enquadrando-se em pelo menos uma das condições seguintes, recomendem o bloqueio preventivo das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço:

a) possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; ou

b) configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública.

§ 2º Não constarão do Anexo a que se refere o § 2º do art. 9º desta Lei e não estarão sujeitos a bloqueio da execução os casos para os quais tenham sido apresentadas garantias suficientes à cobertura integral dos prejuízos potenciais ao erário, nos termos da legislação pertinente.

§ 3º Os pareceres da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, acerca de obras e serviços com indícios de irregularidades graves, deverão ser fundamentados, explicitando as razões da deliberação.

§ 4º Os ordenadores de despesa e os órgãos setoriais de contabilidade deverão providenciar o bloqueio, no SIAFI ou no SIASG, das dotações orçamentárias, das autorizações para execução e dos pagamentos relativos aos subtítulos de que trata o caput deste artigo, permanecendo nessa situação até a deliberação em contrário da Comissão Mista nos termos deste artigo.

§ 5º A inclusão, no Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e na respectiva Lei, assim como em créditos adicionais, de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves obedecerá, sempre que possível, à mesma classificação orçamentária constante das Leis Orçamentárias anteriores, ajustada à Lei do Plano Plurianual, conforme o caso.

§ 6º Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, às alterações decorrentes de créditos adicionais e à execução física e financeira das obras ou serviços cujas despesas foram inscritas em restos a pagar.

Art. 95. Para fins do disposto no art. 59, §1º, inciso I, da Lei Complementar no 101, de 2000 e nos arts. 9º, § 2º e 94 desta Lei, o Tribunal de Contas da União encaminhará à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2254 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2447 - Rogério Marinho

EMENDA

24470004

Órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, até 1º de agosto de 2010, a relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves, especificando as classificações institucional, funcional e programática vigentes, com os respectivos números dos contratos e convênios, na forma do Anexo VI da Lei Orçamentária de 2010.

§ 1º É obrigatória a especificação dos contratos, convênios ou editais relativos às etapas, parcelas ou subtrechos nos quais foram identificados indícios de irregularidades graves.

§ 2º Para efeito do que dispõe o art. 97, § 4º, desta Lei, o Tribunal de Contas da União encaminhará informações nas quais constará pronunciamento conclusivo quanto aos indícios de irregularidades graves que não se confirmaram e ao saneamento de irregularidades.

Art. 96. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da Proposta Orçamentária de 2010, informações recentes sobre a execução física das obras e serviços que tenham sido objeto de fiscalização nas quais foram identificados indícios de irregularidades graves, inclusive na forma de banco de dados.

§ 1º A seleção das obras e serviços a serem fiscalizados deve considerar, entre outros fatores, o valor empenhado no exercício de 2009 e o fixado para 2010, os projetos de grande vulto, a regionalização do gasto, o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores, a reincidência de irregularidades cometidas e as obras contidas no Anexo VI da Lei Orçamentária de 2010, que não foram objeto de deliberação do Tribunal de Contas da União pela regularidade durante os 12 (doze) meses anteriores à data da publicação desta Lei.

§ 2º O Tribunal de Contas da União deverá, adicionalmente, enviar informações sobre outras obras nas quais tenham sido constatados indícios de irregularidades graves em outros procedimentos fiscalizatórios realizados nos últimos 12 (doze) meses, contados da publicação desta Lei, com o grau de detalhamento definido no § 3º deste artigo.

§ 3º Das informações referidas no caput deste artigo constarão, para cada obra fiscalizada, sem prejuízo de outros dados considerados relevantes pelo Tribunal de Contas da União:

I - as classificações institucional, funcional e programática, atualizadas de acordo com a Lei Orçamentária de 2010;

II - sua localização e especificação, com as etapas, as parcelas ou os subtrechos e seus respectivos contratos e convênios, conforme o caso, o CNPJ e a razão social da empresa responsável pela execução da obra ou serviço, nos quais foram identificadas irregularidades;

III - a natureza e a classificação dos indícios de irregularidades de acordo com sua gravidade, bem como pronunciamento, acerca da estimativa do valor potencial do prejuízo ao erário e elementos que recomendem a paralisação preventiva da obra, com fundamento no art. 94, § 1º, inciso IV, desta Lei;

IV - as providências já adotadas pelo Tribunal de Contas da União quanto às irregularidades;

V - o percentual de execução físico-financeira;

VI - a estimativa do valor necessário para conclusão;

VII - a manifestação prévia do órgão ou entidade fiscalizada e a correspondente avaliação preliminar do Tribunal de Contas da União;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2255 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2447 - Rogério Marinho

EMENDA

24470004

VIII - o conteúdo das eventuais alegações de defesa apresentadas e sua apreciação; e

IX - as eventuais garantias de que trata o § 2º do art. 94, identificando o tipo e o valor.

§ 4º O Tribunal de Contas da União encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo relatórios de atualização das informações fornecidas, sem prejuízo da atualização das informações relativas às deliberações proferidas para as obras ou serviços cuja execução apresente indícios de irregularidades graves, em 30 de novembro de 2010, disponibilizando, nessa oportunidade, o relatório atualizado na sua página na internet, até a aprovação da Lei Orçamentária de 2011.

§ 5º As unidades orçamentárias responsáveis por obras e serviços que constem, em dois ou mais exercícios, do Anexo a que se refere o § 2º do art. 9º desta Lei devem informar a Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da Proposta Orçamentária de 2011, as providências tomadas para sanar as irregularidades apontadas.

§ 6º Sempre que a informação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do § 4º, implicar reforma de deliberação anterior, deverão ser evidenciadas a decisão reformada e a correspondente decisão reformadora.

Art. 97. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca da inclusão ou exclusão dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, ainda não comprovados, no Anexo de que trata o § 2º, do art. 9º, desta Lei.

§ 1º Serão convidados para as audiências os representantes dos órgãos e entidades envolvidos, que poderão expor as medidas saneadoras já tomadas e as razões pelas quais as obras sob sua responsabilidade não devam ser paralisadas, acompanhadas da justificação por escrito.

§ 2º A deliberação da CMO que resulte na continuidade da execução de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves ainda não sanados dependerá de prévia realização da audiência pública prevista no caput deste artigo, quando também poderão ser avaliados os prejuízos potenciais da paralisação para a sociedade.

§ 3º A decisão pela paralisação ou pela continuidade de obras ou serviços com indícios de irregularidades graves, nos termos do § 2º deste artigo, se dará sem prejuízo da continuidade das ações de fiscalização e da apuração de responsabilidades dos gestores que lhes deram causa.

§ 4º Após a publicação da lei orçamentária de 2011, as alterações do Anexo de obras e serviços com indícios de irregularidades graves dar-se-ão mediante Decreto Legislativo com base na deliberação da Comissão Mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição, cabendo à mesma divulgar, pela internet, a relação atualizada das obras e serviços de que trata o caput deste artigo.

Art. 98. Durante o exercício de 2011, o Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias da constatação, informações relativas a novos indícios de irregularidades graves identificados em subtítulos constantes da Lei Orçamentária de 2011 e às alterações ocorridas nos subtítulos com execuções física, orçamentária e financeira bloqueadas, acompanhadas de subsídios que permitam a análise da conveniência e oportunidade de bloqueio ou liberação das respectivas execuções.

§ 1º O Tribunal de Contas da União disponibilizará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, acesso ao seu sistema eletrônico de fiscalização de obras e



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2256 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2447 - Rogério Marinho

EMENDA

24470004

serviços.

§ 2o Os processos que tenham por objeto o exame de obras ou serviços nos quais foram constatados indícios de irregularidades graves serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a garantir decisão que indique, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízos significativos ao erário, no prazo de até 4 (quatro) meses, contado da comunicação prevista no caput deste artigo.

§ 3o Caso o empreendimento não possa ter continuidade, a decisão mencionada no § 2o deste artigo deverá relacionar todas as medidas a serem adotadas pelos responsáveis, com vistas ao saneamento das irregularidades graves.

§ 4o Após a manifestação do órgão ou entidade responsável quanto ao cumprimento das medidas corretivas, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o efetivo cumprimento dos termos da sua decisão, no prazo de até 3 (três) meses, contado da data de entrega da citada manifestação.

§ 5o Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados nos §§ 2o e 4o deste artigo, o Tribunal de Contas da União deverá informar e justificar ao Congresso Nacional as motivações do atraso.

§ 6o O Tribunal de Contas da União encaminhará, até 15 de maio de 2011, à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição relatório contendo as medidas saneadoras adotadas e as pendências que ainda impedem a continuidade da execução dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves que se encontram bloqueados preventivamente.

§ 7o A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição realizará audiências públicas, na forma do art. 97, para subsidiar a apreciação do relatório de que trata o § 6o deste artigo.

Art. 99. O bloqueio preventivo da execução orçamentária e financeira de dotações aprovadas na lei orçamentária e seus créditos adicionais observará o disposto nesta Lei.

JUSTIFICATIVA

O governo federal teve a iniciativa de modificar os procedimentos de paralisação de obras com indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU. Essa alteração foi motivo de muita polêmica no âmbito do Legislativo, pois dificulta o controle prévio e concomitante dos desvios de dinheiro público encontrados pelo Legislativo no seu poder fiscalizatório do orçamento da União. Desta forma, a presente emenda busca resgatar o texto já consolidado em LDO's anteriores quanto aos procedimentos de paralisação de obras com indícios de irregularidades graves.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2257 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2447 - Rogério Marinho****EMENDA****24470005**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 59

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único. A programação constante dos anexos a que se refere o caput deste artigo atenderá ao disposto no § 1º do art. 5º desta Lei, vedada a utilização, inclusive no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, a designação "A Classificar" ou outra que não permita a identificação precisa da programação.

JUSTIFICATIVA

Constantemente, especialmente com a edição de Medidas Provisórias, o governo tem inserido programação no SIAFI sem a designação correta dos títulos referentes ao Crédito Extraordinário, dificultando a identificação da programação específica. Agravando ainda mais essa falta de transparência, mesmo com o passar do tempo, após a abertura urgente de um crédito extraordinário, esses títulos não são ajustados, perdurando a obscuridade na lei orçamentária, mesmo com a reabertura desses créditos em exercícios futuros.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2258 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2447 - Rogério Marinho****EMENDA****24470006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 103

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único. A execução da programação decorrente de emendas parlamentares deverá permitir a indentificação do seu autor no âmbito do SIAFI, em todas as suas etapas.

JUSTIFICATIVA

A programação decorrente de emendas parlamentares possui o caráter de ampliar e modernizar o atendimento às comunidades necessitadas de aparelhos públicos, essencialmente àquelas que possuem baixa capacidade fiscal para investimentos. Muito embora a programação constante da lei orçamentária não faça distinção entre os atores envolvidos na sua elaboração e apreciação, a execução das emendas parlamentares decorre, reconhecidamente, da atuação dos seus autores junto aos órgãos executores. A exemplo disso, vários ministérios possuem portais na internet com acessos restritos aos parlamentares, por meio de seus respectivos gabinetes, para que possam realizar os procedimentos necessários à execução dessas programações. É o caso do Ministério da Saúde, com o módulo parlamentar para execução das emendas circunscritas ao Fundo Nacional de Saúde.

Deste modo, o conhecimento do autor da emenda no momento da execução da programação, no âmbito do SIAFI, exclusivamente, não fere o princípio da impessoalidade, pelo contrário, uma vez que a falta de identificação específica do autor pode permitir o direcionamento da execução de emendas em momento de votação de proposições de interesse do Executivo, como já apontado em Acórdão do TCU 2087/2007.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2259 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2447 - Rogério Marinho****EMENDA****24470007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 102 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 2º Em cumprimento ao caput do art. 70 da Constituição Federal, o acesso irrestrito referido no caput será igualmente assegurado aos membros do Congresso Nacional, para consulta, até o dia 31 de agosto de 2010, aos sistemas ou informações referidos nos incisos V e VI do caput deste artigo, nos níveis de amplitude, abrangência e detalhamento concedido pelo SIAFI, constante do inciso I, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros.

JUSTIFICATIVA

A LDO 2010 (vigente) determinou como data limite o dia 22 de dezembro de 2009 para disponibilização do "acesso irrestrito" ao SIEST e ao SIGPLAN aos membros do Congresso Nacional. A despeito do prazo legal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não só ignorou tal dispositivo, como propõe na recente proposta de LDO para 2011 outra data limite - 22 de dezembro de 2010.

Ocorre que tal conduta tem sido recorrente há mais de 3 (três) anos, vez que o PSDB tem mantido sucessivos esforços para o Congresso Nacional obter acesso aos dois sistemas junto ao Poder Executivo, especificamente nesta Comissão Mista desde 2007. Desde então, quando das audiências públicas com o Ministério do Planejamento para discutir o PLDO 2008, tais iniciativas não têm logrado êxito, em prejuízo do exercício do poder constitucional fiscalizatório por parte do Poder Legislativo. A falta de acesso a ambos os sistemas, ainda que previstos em LDOs anteriores, transfigura-se em ferramentas de meros instrumentos de retórica a serviço exclusivo do Poder Executivo, num claro cerceamento das atividades do Poder Legislativo.

Isto se revelou ainda mais grave quando, em Audiência Pública recente nesta Comissão Mista com o Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, e com o Ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, quando pergunta do Coordenador da Bancada do PSDB revelou que tais acessos são igualmente dificultados ao Tribunal de Contas da União nos casos do SIGPLAN e do SIEST.

Para tanto, a presente emenda objetiva incluir no texto da LDO 2011 dispositivo que garanta o atendimento de sucessivos compromissos públicos firmados aqui nesta Comissão Mista pelo Sr. Ministro do Planejamento, Sr. Paulo Bernardo, e igualmente protelados a cada ano, até prazo coincidente com o envio da proposta orçamentária para o exercício de 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2260 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2447 - Rogério Marinho	24470008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 55 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 4º A modificação do identificador de resultado primário autorizada no inciso III deste artigo não poderá ocorrer após a realização do empenho da despesa.

JUSTIFICATIVA

O Identificador de Resultado Primário da programação permite a classificação da despesa conforme seu impacto no resultado primário.

No sistema de metas de resultado primário estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo vem sistematicamente atribuindo a despesas que são essencialmente primárias a identificação de que não impactam o resultado, permitindo, por tanto, uma diminuição do esforço fiscal necessário às Necessidade de Financiamento do Setor Público.

Nesse sentido, a execução das despesas circunscritas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (RP 3) pode ser abatida da meta de superávit primário estabelecido pela LDO.

Ante o volume de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, as despesas do PAC que foram empenhadas em um exercício, porém não tiveram seu desembolso efetivado no exercício de seu empenho, não puderam ser utilizadas no abatimento da meta fixada. Para que pudesse realizar tal manobra, o governo federal inclui na LDO 2010 dispositivo permitindo abater estas despesas inscritas em RP Não Processados em exercícios anteriores da meta de superávit do exercício em que fora efetivamente pagas. Quanto a esta autorização, entendemos acertada a decisão do governo.

Entretanto, não se pode permitir alterar este identificador após a despesa ser efetivamente realizada simplesmente para regular o atingimento da meta estabelecida ou aumentar o volume de recursos a ser reduzido do resultado primário.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2261 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2447 - Rogério Marinho****EMENDA****24470009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 51 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

§ 2º Será acrescido montante equivalente 0,1% do PIB (um décimo por cento do Produto Interno Bruto) estimado no Projeto de Lei Orçamentária para 2011, aos montantes mínimos referidos no inciso II deste artigo.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de mais recursos federais para a saúde é de conhecimento amplo. Assim, se nos próximos 4 anos tivermos um aumento de 0,1% do PIB, por ano, equivalente a R\$ 3,0 bilhões anuais, ao final de 4 anos teremos um aumento de 0,4% do PIB ou em acréscimo real de R\$ 12,0 bilhões em 2014



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2262 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA
2283 - Romeu Tuma

EMENDA
22830001

PROGRAMA

0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

AÇÃO

3138 Implantação do Sistema de Aviação do Exército

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Sistema implantado (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

15

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

A Força Terrestre necessita de um sistema de aviação eficiente e moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu reaparelhamento.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que se tornam ressalvadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reaparelhamento do Exército do Exército.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2263 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2283 - Romeu Tuma	22830002

PROGRAMA

0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre

AÇÃO

8966 Logística de Alimentação, Veterinária e Agrícola

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Organização militar apoiada (unidade)	390
---------------------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu preparo e emprego. A Alimentação é uma atividade típica coberta com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

Ano após ano o Exército tem tido dificuldades para garantir os recursos mínimos que permitam alimentar aos militares (direito previsto no Estatuto do Militares ; Lei nº 6.880, de 1980).

Visualiza-se garantir um patamar adequado de recursos para a atividade.

Descrição das principais despesas com a atividade:

- Aquisição de gêneros, rações, materiais, equipamentos destinados à alimentação de pessoal;
- Manutenção das instalações (laboratórios, depósitos, câmaras frigoríficas e outros) destinadas à estocagem, ao preparo e ao fornecimento de alimentação diária ao pessoal e animais;
- Atender às necessidades das Organizações Militares do Exército Brasileiro em itens de material de veterinária, de coudelaria, agrícola e de controle de zoonoses;
- Produzir, adquirir, manter, estocar e distribuir rações e forragens;
- Produzir e recompletar os efetivos de animais;
- Produzir, adquirir e distribuir de material de ferrageamento, de contenção e treinamento de cães, imunobiológicos, insumos e equipamentos para análise laboratorial (Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia - LIAB);
- Adquirir, distribuir e manter materiais e equipamentos agrícolas;
- Realizar pesquisa e desenvolvimento de projetos relativos à alimentação de pessoal e de animais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2264 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2283 - Romeu Tuma	22830003

PROGRAMA

0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre

AÇÃO

8967 Logística de Material de Intendência e Saúde

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Organização militar atendida (unidade)	676
--	-----

JUSTIFICATIVA

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu preparo e emprego. O fardamento, incluso na ação 8967, é uma atividade típica coberta com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

Ano após ano o Exército tem tido dificuldades para garantir os recursos mínimos que permitam prover aos jovens que ingressam no serviço militar obrigatório os itens de fardamento necessários (direito previsto no Estatuto do Militares ; Lei nº 6.880, de 1980).

Chega-se ao ponto de ter que aproveitar peças usadas de uniformes de um ano para fardar os recrutas que ingressam no ano seguinte.

Visualiza-se garantir um patamar adequado de recursos para a atividade.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2265 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2283 - Romeu Tuma****EMENDA****22830004****PROGRAMA**

0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre

AÇÃO

8968 Logística de Material e Equipamento Militar

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Organização militar mantida (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

510

JUSTIFICATIVA

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu preparo e emprego. A Logística de Material e Equipamento Militar inclui as despesas com o combustível, a munição e o suprimento e a manutenção dos armamentos e outros equipamentos de emprego militar. É uma atividade típica coberta com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

Ano após ano, o Exército tem tido dificuldades para garantir os recursos mínimos que permitam realizar o treinamento de tiro adequado, o combustível necessário para a realização dos exercícios e manobras no terreno. A manutenção dos meios está defasada e contribuindo para o sucateamento da Força Terrestre

Visualiza-se garantir um patamar que possibilite recuperar um pouco as demandas reprimidas da atividade.

Descrição do que é realizado pela atividade:

- Aquisição de munição, bem como prover a manutenção e a segurança dos equipamentos e das instalações destinadas à sua estocagem e guarda em condições ideais;
- Aquisição de combustíveis, lubrificantes, tambores descartáveis, tanques flexíveis, "kits" para inspeção de combustíveis, óleos e lubrificantes, bem como a manutenção dos equipamentos dos postos de abastecimento, de lavagem e de lubrificação;
- Aquisição de itens completos de suprimento, de peças de reposição, de insumos, de ferramental e contratação de serviços necessários à manutenção de viaturas e reboques, embarcações, material de engenharia de combate, armamento, alvos e instrumentos de observação, direção e controle de tiro.
- Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: treinamento do pessoal para manutenção, administração de importação (armazenagem, taxas, seguros, etc.), transporte e acondicionamento de cargas, diárias e passagens, manutenção de depósitos, laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2266 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2283 - Romeu Tuma	22830005

PROGRAMA

0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

AÇÃO

5375 Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Organização militar modernizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

28

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças. Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu reaparelhamento.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que se tornam ressaltadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reaparelhamento do Exército do Exército.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2267 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
2283 - Romeu Tuma

EMENDA
22830006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso I Item 64

TEXTO PROPOSTO

- Alimentação do pessoal militar das Forças Armadas, (letra "g", do inciso IV do Art. 50 da Lei Nº 6880, de 09 de dezembro de 1980)

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com alimentação do Exército Brasileiro, no Programa 0620 - Preparo e Emprego da Força Terrestre, previstas na Ação 8966 - Logística de Alimentação, Veterinária e Agrícola.

- A alimentação, assim entendida como as refeições fornecidas aos militares em atividade, de acordo com o previsto na letra "g", do inciso IV do Art. 50 da Lei Nº 6880, de 09 de dezembro de 1980, é um direito do militar (ESTATUTO DOS MILITARES).

- A adequada alimentação dos militares é uma atividade essencial para manutenção da segurança do País e, em consequência, da execução da estratégia da dissuasão, bem como da manutenção do moral da tropa, com a preservação do expediente integral, o que traz reflexos para o nível de instrução do militar.

- A manutenção da alimentação para os militares também tem por finalidade dar tratamento isonômico entre civis e militares, tendo em vista que para os servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com o Art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório, bem como o § 1º e § 2º do Art. 1º do Decreto 3887, de 16 de agosto de 2001, que dispõe que o servidor civil ativo da Administração Pública fará jus ao auxílio-alimentação para subsidiar as despesas com a refeição, sendo-lhe pago diretamente e o receberá na proporção dos dias trabalhados, salvo a hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2268 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
2283 - Romeu Tuma

EMENDA
22830007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 104 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

Adequar o conceito de Contabilidade Pública ao contido no Art. 1º, do Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922 e no inciso VI, do Art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, conforme texto abaixo transcritos:

DECRETO Nº 4.536, DE 28 DE JANEIRO DE 1922.

Vide Decretos:

15783, de 1922, 19.549, de 1930 e 20.393, de 1931

Organiza o Código de Contabilidade da União

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

CAPÍTULO I**CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE**

Art. 1º A Contabilidade da União, compreendendo todos os actos relativos às contas de gestão do património e na LRF:

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LRF - DOU de 5.5.2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Texto consolidado com as alterações decorrentes da ADIN 2.238-5 - Medida Liminar - DOU de 7.3.2001 e ADIN 2.238-5 - Medida Liminar - DOU de 21.5.2002.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

....

Seção II

Da Escrituração e Consolidação das Contas

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

.....

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2269 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
2283 - Romeu Tuma

EMENDA
22830008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Inciso II Item 2

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às funções Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia, excetuadas as subfunções Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Comunicação Social, Defesa Civil e Atenção Básica, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia.

JUSTIFICATIVA

Possibilitar às Forças Armadas executar o planejamento orçamentário e financeiro conforme os recursos disponibilizados na LOA, sem as surpresas decorrentes dos contingenciamentos e bloqueios realizados ao longo do exercício. As Forças Armadas, devido à suas especificidades e destinação constitucional, sentem sensivelmente com os contingenciamentos e bloqueios orçamentários e financeiros freqüentemente efetuados ao longo do exercício. Os efeitos desses bloqueios acontecem nos diversos projetos (em curto, médio e longo prazo) e os resultados, hoje, já aparecem de forma CLARA: fragilização dos vetores, instrumentos e equipamentos direcionados à DEFESA NACIONAL, assim como na formação, educação continuada e doutrina militares. Ademais, impacta negativamente no desenvolvimento das ações de ciência e tecnologia, que por sua vez, influencia em resultados pífios endereçados à indústria nacional - naquilo que se refere aos projetos duais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2270 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
2283 - Romeu Tuma

EMENDA
22830009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2271 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2283 - Romeu Tuma

EMENDA

22830009

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2272 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2283 - Romeu Tuma	22830010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2273 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2283 - Romeu Tuma****EMENDA****22830011**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2274 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
2283 - Romeu Tuma

EMENDA
22830012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reaparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2275 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2283 - Romeu Tuma****EMENDA****22830013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com a atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti do Programa Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas, previstas na Ação Participação Brasileira em Missões de Paz.

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com a atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti no Programa 8032 - Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas, previstas na Ação 2C.06 - Participação Brasileira em Missões de Paz.

- O Decreto Legislativo Nº 75, de 25 de janeiro de 2010, autoriza o aumento de efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas do Haiti (MINUSTAH) em mais 1300 militares (DOU Nº 17, de 26 de janeiro de 2010, Seção 1, página 1), o que caracteriza a importância da presença brasileira naquele País.

- Trata-se de uma operação real com risco de vida para os militares envolvidos, o que significa que o fluxo de recursos para a manutenção das atividades não pode ficar sujeito a contingenciamento.

- Tal emprego das tropas cresceu de importância após o forte terremoto ocorrido naquele País no dia 12 de janeiro, onde a capital Porto Príncipe sofreu sérios danos e mais de 200.000 pessoas morreram.

- Faz-se necessário o aporte de recursos para a referida ação com o intuito de auxiliar na reconstrução daquele País, proporcionar maior segurança possível para as tropas e melhorar as condições oferecidas pelo estado brasileiro aos militares enviados para a região.

- Essa participação trará reflexos positivos ao País diante da comunidade estrangeira, pois a atividade ocorre com sucesso desde 2004, e o Brasil lidera as tropas da ONU, integradas pelos seguintes países contribuintes: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai, o que contribui para a visão estratégica do País de projeção de poder.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2276 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2283 - Romeu Tuma	22830014

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu preparo e emprego. Alimentação, fardamento, combustível, munição, suprimento e manutenção dos materiais de emprego militar são atividades típicas cobertas com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que tornam-se ressaltadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Preparo e o Emprego da Força Terrestre.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometedor para o Exército é a inserção dos gastos com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre no inciso II do Anexo IV, deixando-o como uma despesa ressaltada da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2277 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
2283 - Romeu Tuma

EMENDA
22830015

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre e o Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças. Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu reaparelhamento e ao seu preparo e emprego. Alimentação, fardamento, combustível, munição, suprimento e manutenção dos materiais de emprego militar são atividades típicas cobertas com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que se tornam ressalvadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reaparelhamento do Exército e para o Preparo e o Emprego da Força Terrestre.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometedor para o Exército é a inserção dos gastos com os Programas de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro e de Preparo e o Emprego da Força Terrestre no inciso II do Anexo IV, deixando-os como despesas ressalvadas da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2278 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2283 - Romeu Tuma	22830016

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, voltados para os V Jogos Mundiais Militares - "Jogos da Paz - Rio 2011".

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com o Programa 0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, voltados para os V Jogos Mundiais Militares - "Jogos da Paz - Rio 2011".

- Proporcionar as melhores condições para a realização dos V Jogos Mundiais Militares no País e projetar positivamente o estado brasileiro no âmbito internacional.

- Os jogos serão realizados em junho/julho 2011, o que demanda que os recursos estejam liberados integralmente tão logo seja sancionada a LOA 2011, a fim de permitir a sua utilização até a realização dos V Jogos Mundiais Militares.

- A adequada e oportuna liberação dos recursos para os V Jogos Mundiais Militares e, em consequência, a sua possibilidade de realizar a sua correta utilização, demonstrarão a capacidade que o País possui em organizar os importantes eventos esportivos que ocorrerão no curto prazo, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2279 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
2283 - Romeu Tuma

EMENDA
22830017

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Reparcelamento e Adequação do Exército Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças.

Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, propõe a priorização da Região Amazônica nos esforços de defesa e a implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região, o que passa pelo trinômio monitoramento/ controle, mobilidade e presença, por parte do Exército e, em consequência, do Estado brasileiro.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que tornam-se ressalvadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reparcelamento do Exército.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometida para o Exército é a inserção dos gastos com o Programa de Reparcelamento e Adequação do Exército Brasileiro no inciso II do Anexo IV, deixando-o como uma despesa ressalvada da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2280 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2283 - Romeu Tuma	22830018

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 63

TEXTO PROPOSTO

- Art. 63. As eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos, e auxílio-transporte, porventura existentes em unidades orçamentárias no âmbito do Poderes e do MPU, deverão ser remanejadas, prioritariamente, para o atendimento de outras despesas dessas unidades, sendo que os saldos por ventura existentes poderão atender à necessidade de suplementação das dotações de outras unidades orçamentárias dos respectivos Poderes e Órgão.

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com o Programa 0750 : Apoio Administrativo/Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Médica e Odontológica, inclusive Exames Periódicos e Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, qual seja envolve as chamadas despesas obrigatórias.
- Proporcionar a possibilidade de a Unidade Orçamentária transpor para uma ação deficitária as eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias de outras ações, tudo no âmbito das despesas obrigatórias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2281 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2450 - Rômulo Gouveia	24500001

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

7N98 Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/CE - na BR-230 - no Estado da Paraíba

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)	70
----------------------	----

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Grande Vulto, com recursos aprovados nos Orçamentos de 2009 e 2010, por intermédio de Emenda da Bancada Estadual da Paraíba, inserido no PAC.

A BR-230 é a principal rodovia federal na Paraíba, interligando desde a Capital João Pessoa, no litoral, até Cajazeiras, na divisa com o Ceará, passando pelos principais municípios economicamente relevantes, como Campina Grande, Patos e Sousa.

Atualmente, apenas o trecho entre João Pessoa e Campina Grande está duplicado. Portanto, a continuidade das obras de duplicação daquela importante rodovia federal, por intermédio da duplicação do trecho da BR-230 compreendido entre o município de Campina Grande e a divida da Paraíba com o Estado do Ceará é fundamental para o incremento da economia da Paraíba e do Nordeste .



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2282 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
2450 - Rômulo Gouveia		24500002
PROGRAMA		
1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional		
AÇÃO		
7G66 Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104 - no Estado da Paraíba		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Trecho adequado (km)		17
JUSTIFICATIVA		
Trata-se de Projeto de grande vulto, e extrema importância para o desenvolvimento da Paraíba.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2283 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
2450 - Rômulo Gouveia		24500003
PROGRAMA		
1073 Brasil Universitário		
AÇÃO		
7G23 Apoio a Projeto de Ampliação e Modernização da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - no Estado da Paraíba		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Infra-estrutura modernizada (% de execução física)		25
JUSTIFICATIVA		
Pretende-se com a presente emenda assegurar prioridade ao projeto de ampliação e modernização dos cursos oferecidos pela Universidade Federal de Campina Grande.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2284 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2450 - Rômulo Gouveia	24500004

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

1H70 Expansão do Ensino Superior - Campus de Cuité

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Vaga disponibilizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

70

JUSTIFICATIVA

A expansão do campus de Cuité-PB, é fundamental para o desenvolvimento do Curimataú Paraibano. A interiorização das Universidades Públicas vem alavancando o desenvolvimento sócio econômico das médias e pequenas cidades.

Com a expansão do Campus de Cuité, será possível implantar o pólo da Universidade Federal de Campina Grande UFCG em Nova Floresta-PB, cidade essa que desenvolve um papael de grande importância para o desenvolvimento da região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2285 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2450 - Rômulo Gouveia****EMENDA****24500005****PROGRAMA**

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

7K28 Expansão do Ensino Superior - no Estado da Paraíba

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Vaga disponibilizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

500

JUSTIFICATIVA

A implantação do Campus de Santa Rita, município pertencente à Região Metropolitana de João Pessoa, terá grande impacto social, haja vista a oferta de ensino que será ampliada beneficiando os habitantes dos municípios que compõem a Grande João Pessoa.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2286 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2450 - Rômulo Gouveia

EMENDA

24500006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 104 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

Adequar o conceito de Contabilidade Pública ao contido no Art. 1º, do Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922 e no inciso VI, do Art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, conforme texto abaixo transcritos:

DECRETO Nº 4.536, DE 28 DE JANEIRO DE 1922.

Vide Decretos:

15783, de 1922, 19.549, de 1930 e 20.393, de 1931

Organiza o Código de Contabilidade da União

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

CAPÍTULO I

CENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE

Art. 1º A Contabilidade da União, compreendendo todos os actos relativos às contas de gestão do património e na LRF:

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LRF - DOU de 5.5.2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Texto consolidado com as alterações decorrentes da ADIN 2.238-5 - Medida Liminar - DOU de 7.3.2001 e ADIN 2.238-5 - Medida Liminar - DOU de 21.5.2002.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

....

Seção II

Da Escrituração e Consolidação das Contas

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

.....

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2287 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2450 - Rômulo Gouveia****EMENDA****24500007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Inciso II Item 2

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às funções Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia, excetuadas as subfunções Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Comunicação Social, Defesa Civil e Atenção Básica, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia.

JUSTIFICATIVA

Possibilitar às Forças Armadas executar o planejamento orçamentário e financeiro conforme os recursos disponibilizados na LOA, sem as surpresas decorrentes dos contingenciamentos e bloqueios realizados ao longo do exercício. As Forças Armadas, devido à suas especificidades e destinação constitucional, sentem sensivelmente com os contingenciamentos e bloqueios orçamentários e financeiros freqüentemente efetuados ao longo do exercício. Os efeitos desses bloqueios acontecem nos diversos projetos (em curto, médio e longo prazo) e os resultados, hoje, já aparecem de forma CLARA: fragilização dos vetores, instrumentos e equipamentos direcionados à DEFESA NACIONAL, assim como na formação, educação continuada e doutrina militares. Ademais, impacta negativamente no desenvolvimento das ações de ciência e tecnologia, que por sua vez, influencia em resultados pífios endereçados à indústria nacional - naquilo que se refere aos projetos duais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2288 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2450 - Rômulo Gouveia	24500008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2289 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2450 - Rômulo Gouveia

EMENDA

24500008

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2290 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2450 - Rômulo Gouveia	24500009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2291 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2450 - Rômulo Gouveia****EMENDA****24500010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2292 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2450 - Rômulo Gouveia	24500011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (¿royalties do petróleo e gás natural¿), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o ¿combustível do século XXI¿.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2293 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2450 - Rômulo Gouveia****EMENDA****24500012**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 68

TEXTO PROPOSTO

Art. 68. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2011 não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2010, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV desta Lei;

II - bolsas de estudo, no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e bolsas de residência médica e do Programa de Educação Tutorial - PET;

III - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

IV - ações de prevenção a desastres, classificadas na subfunção Defesa Civil;

V - formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos;

VI - outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2011, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000.

JUSTIFICATIVA

A proposta de LDO 2011 prevê dispositivo que autoriza a execução antecipada de 1/12 (um doze avos), mensalmente, de todos e quaisquer gastos caso não seja sancionado pelo Presidente da República até o término de 2010, inclusive as despesas de capital e as constantes do Orçamento de Investimento e aquelas consideradas prioritárias (o que inclui o PAC) no projeto de lei e que estejam em execução.

Tal dispositivo, sob tentativas anteriores e em seu ineditismo, inflige diretamente as atribuições constitucionais e precípua do Poder Legislativo, em apreciar as matérias orçamentárias e assumir condição legal.

Para tanto, a presente emenda visa manter a prerrogativa do Congresso Nacional de debater da forma mais ampla possível a destinação dos gastos públicos, notadamente os atinentes a investimentos governamentais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2294 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2450 - Rômulo Gouveia	24500013

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 109 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

§ 2º. O registro da apropriação da despesa a que se refere o inciso II deste artigo limitar-se-á em 60% (sessenta por cento) do montante global inscrito no exercício vigente de 2010, referentes aos Grupos de Natureza da Despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras".

JUSTIFICATIVA

O volume de Inscrição em Restos a Pagar Não Processados no orçamento anual vem aumentando vertiginosamente a cada exercício. A presente emenda busca reduzir esse procedimento recorrente de apropriação de despesas que prejudica sobremaneira a execução da programação do orçamento vigente.

A montante total de RAP Não Processado inscritos em 2009 para o exercício de 2010 atinge R\$ 68,2 bilhões que somada à reinscrição de RAP NP de exercícios anteriores, no valor de R\$ 24,0 bilhões, e expurgados os cancelamentos realizados no montante de R\$ 4,5 bilhões, atinge-se a impressionante marca de R\$ 87,7 bilhões.

Considerando o valor de investimentos autorizados até maio de 2010, R\$ 61,9 bilhões, o montante de RAP NP inscritos exclusivamente deste grupo de despesa soma R\$ 44,7 bilhões, o equivalente a mais de 72% do orçamento programado para 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2295 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2450 - Rômulo Gouveia

EMENDA

24500014

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 94

TEXTO PROPOSTO

Art. 94. A programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e da respectiva Lei poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição.

§ 1o Para os efeitos desta Lei, entendem-se por:

I - execução física, a realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;

II - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

III - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar; e

IV - indícios de irregularidades graves, os atos e fatos que, sendo materialmente relevantes em relação ao valor total contratado, tendo potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros e enquadrando-se em pelo menos uma das condições seguintes, recomendem o bloqueio preventivo das execuções física, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço:

a) possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; ou

b) configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública.

§ 2o Não constarão do Anexo a que se refere o § 2o do art. 9o desta Lei e não estarão sujeitos a bloqueio da execução os casos para os quais tenham sido apresentadas garantias suficientes à cobertura integral dos prejuízos potenciais ao erário, nos termos da legislação pertinente.

§ 3o Os pareceres da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição, acerca de obras e serviços com indícios de irregularidades graves, deverão ser fundamentados, explicitando as razões da deliberação.

§ 4o Os ordenadores de despesa e os órgãos setoriais de contabilidade deverão providenciar o bloqueio, no SIAFI ou no SIASG, das dotações orçamentárias, das autorizações para execução e dos pagamentos relativos aos subtítulos de que trata o caput deste artigo, permanecendo nessa situação até a deliberação em contrário da Comissão Mista nos termos deste artigo.

§ 5o A inclusão, no Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e na respectiva Lei, assim como em créditos adicionais, de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves obedecerá, sempre que possível, à mesma classificação orçamentária constante das Leis Orçamentárias anteriores, ajustada à Lei do Plano Plurianual, conforme o caso.

§ 6o Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, às alterações decorrentes de créditos adicionais e à execução física e financeira das obras ou serviços cujas despesas foram inscritas em restos a pagar.

Art. 95. Para fins do disposto no art. 59, §1o, inciso I, da Lei Complementar no 101, de 2000 e nos arts. 9o, § 2o e 94 desta Lei, o Tribunal de Contas da União encaminhará à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2296 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2450 - Rômulo Gouveia

EMENDA

24500014

Órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, até 1º de agosto de 2010, a relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves, especificando as classificações institucional, funcional e programática vigentes, com os respectivos números dos contratos e convênios, na forma do Anexo VI da Lei Orçamentária de 2010.

§ 1º É obrigatória a especificação dos contratos, convênios ou editais relativos às etapas, parcelas ou subtrechos nos quais foram identificados indícios de irregularidades graves.

§ 2º Para efeito do que dispõe o art. 97, § 4º, desta Lei, o Tribunal de Contas da União encaminhará informações nas quais constará pronunciamento conclusivo quanto aos indícios de irregularidades graves que não se confirmaram e ao saneamento de irregularidades.

Art. 96. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da Proposta Orçamentária de 2010, informações recentes sobre a execução física das obras e serviços que tenham sido objeto de fiscalização nas quais foram identificados indícios de irregularidades graves, inclusive na forma de banco de dados.

§ 1º A seleção das obras e serviços a serem fiscalizados deve considerar, entre outros fatores, o valor empenhado no exercício de 2009 e o fixado para 2010, os projetos de grande vulto, a regionalização do gasto, o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores, a reincidência de irregularidades cometidas e as obras contidas no Anexo VI da Lei Orçamentária de 2010, que não foram objeto de deliberação do Tribunal de Contas da União pela regularidade durante os 12 (doze) meses anteriores à data da publicação desta Lei.

§ 2º O Tribunal de Contas da União deverá, adicionalmente, enviar informações sobre outras obras nas quais tenham sido constatados indícios de irregularidades graves em outros procedimentos fiscalizatórios realizados nos últimos 12 (doze) meses, contados da publicação desta Lei, com o grau de detalhamento definido no § 3º deste artigo.

§ 3º Das informações referidas no caput deste artigo constarão, para cada obra fiscalizada, sem prejuízo de outros dados considerados relevantes pelo Tribunal de Contas da União:

I - as classificações institucional, funcional e programática, atualizadas de acordo com a Lei Orçamentária de 2010;

II - sua localização e especificação, com as etapas, as parcelas ou os subtrechos e seus respectivos contratos e convênios, conforme o caso, o CNPJ e a razão social da empresa responsável pela execução da obra ou serviço, nos quais foram identificadas irregularidades;

III - a natureza e a classificação dos indícios de irregularidades de acordo com sua gravidade, bem como pronunciamento, acerca da estimativa do valor potencial do prejuízo ao erário e elementos que recomendem a paralisação preventiva da obra, com fundamento no art. 94, § 1º, inciso IV, desta Lei;

IV - as providências já adotadas pelo Tribunal de Contas da União quanto às irregularidades;

V - o percentual de execução físico-financeira;

VI - a estimativa do valor necessário para conclusão;

VII - a manifestação prévia do órgão ou entidade fiscalizada e a correspondente avaliação preliminar do Tribunal de Contas da União;



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2297 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2450 - Rômulo Gouveia

EMENDA

24500014

VIII - o conteúdo das eventuais alegações de defesa apresentadas e sua apreciação; e

IX - as eventuais garantias de que trata o § 2º do art. 94, identificando o tipo e o valor.

§ 4º O Tribunal de Contas da União encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo relatórios de atualização das informações fornecidas, sem prejuízo da atualização das informações relativas às deliberações proferidas para as obras ou serviços cuja execução apresente indícios de irregularidades graves, em 30 de novembro de 2010, disponibilizando, nessa oportunidade, o relatório atualizado na sua página na internet, até a aprovação da Lei Orçamentária de 2011.

§ 5º As unidades orçamentárias responsáveis por obras e serviços que constem, em dois ou mais exercícios, do Anexo a que se refere o § 2º do art. 9º desta Lei devem informar a Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da Proposta Orçamentária de 2011, as providências tomadas para sanar as irregularidades apontadas.

§ 6º Sempre que a informação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do § 4º, implicar reforma de deliberação anterior, deverão ser evidenciadas a decisão reformada e a correspondente decisão reformadora.

Art. 97. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca da inclusão ou exclusão dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, ainda não comprovados, no Anexo de que trata o § 2º, do art. 9º, desta Lei.

§ 1º Serão convidados para as audiências os representantes dos órgãos e entidades envolvidos, que poderão expor as medidas saneadoras já tomadas e as razões pelas quais as obras sob sua responsabilidade não devam ser paralisadas, acompanhadas da justificação por escrito.

§ 2º A deliberação da CMO que resulte na continuidade da execução de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves ainda não sanados dependerá de prévia realização da audiência pública prevista no caput deste artigo, quando também poderão ser avaliados os prejuízos potenciais da paralisação para a sociedade.

§ 3º A decisão pela paralisação ou pela continuidade de obras ou serviços com indícios de irregularidades graves, nos termos do § 2º deste artigo, se dará sem prejuízo da continuidade das ações de fiscalização e da apuração de responsabilidades dos gestores que lhes deram causa.

§ 4º Após a publicação da lei orçamentária de 2011, as alterações do Anexo de obras e serviços com indícios de irregularidades graves dar-se-ão mediante Decreto Legislativo com base na deliberação da Comissão Mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição, cabendo à mesma divulgar, pela internet, a relação atualizada das obras e serviços de que trata o caput deste artigo.

Art. 98. Durante o exercício de 2011, o Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional, no prazo de até 15 (quinze) dias da constatação, informações relativas a novos indícios de irregularidades graves identificados em subtítulos constantes da Lei Orçamentária de 2011 e às alterações ocorridas nos subtítulos com execuções física, orçamentária e financeira bloqueadas, acompanhadas de subsídios que permitam a análise da conveniência e oportunidade de bloqueio ou liberação das respectivas execuções.

§ 1º O Tribunal de Contas da União disponibilizará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, acesso ao seu sistema eletrônico de fiscalização de obras e



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2298 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2450 - Rômulo Gouveia

EMENDA

24500014

serviços.

§ 2o Os processos que tenham por objeto o exame de obras ou serviços nos quais foram constatados indícios de irregularidades graves serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a garantir decisão que indique, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízos significativos ao erário, no prazo de até 4 (quatro) meses, contado da comunicação prevista no caput deste artigo.

§ 3o Caso o empreendimento não possa ter continuidade, a decisão mencionada no § 2o deste artigo deverá relacionar todas as medidas a serem adotadas pelos responsáveis, com vistas ao saneamento das irregularidades graves.

§ 4o Após a manifestação do órgão ou entidade responsável quanto ao cumprimento das medidas corretivas, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o efetivo cumprimento dos termos da sua decisão, no prazo de até 3 (três) meses, contado da data de entrega da citada manifestação.

§ 5o Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados nos §§ 2o e 4o deste artigo, o Tribunal de Contas da União deverá informar e justificar ao Congresso Nacional as motivações do atraso.

§ 6o O Tribunal de Contas da União encaminhará, até 15 de maio de 2011, à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição relatório contendo as medidas saneadoras adotadas e as pendências que ainda impedem a continuidade da execução dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves que se encontram bloqueados preventivamente.

§ 7o A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1o, da Constituição realizará audiências públicas, na forma do art. 97, para subsidiar a apreciação do relatório de que trata o § 6o deste artigo.

Art. 99. O bloqueio preventivo da execução orçamentária e financeira de dotações aprovadas na lei orçamentária e seus créditos adicionais observará o disposto nesta Lei.

JUSTIFICATIVA

O governo federal teve a iniciativa de modificar os procedimentos de paralisação de obras com indícios de irregularidades graves apontados pelo TCU. Essa alteração foi motivo de muita polêmica no âmbito do Legislativo, pois dificulta o controle prévio e concomitante dos desvios de dinheiro público encontrados pelo Legislativo no seu poder fiscalizatório do orçamento da União. Desta forma, a presente emenda busca resgatar o texto já consolidado em LDO's anteriores quanto aos procedimentos de paralisação de obras com indícios de irregularidades graves.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2299 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2450 - Rômulo Gouveia****EMENDA****24500015**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 59

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único. A programação constante dos anexos a que se refere o caput deste artigo atenderá ao disposto no § 1º do art. 5º desta Lei, vedada a utilização, inclusive no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, a designação "A Classificar" ou outra que não permita a identificação precisa da programação.

JUSTIFICATIVA

Constantemente, especialmente com a edição de Medidas Provisórias, o governo tem inserido programação no SIAFI sem a designação correta dos títulos referentes ao Crédito Extraordinário, dificultando a identificação da programação específica. Agravando ainda mais essa falta de transparência, mesmo com o passar do tempo, após a abertura urgente de um crédito extraordinário, esses títulos não são ajustados, perdurando a obscuridade na lei orçamentária, mesmo com a reabertura desses créditos em exercícios futuros.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2300 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2450 - Rômulo Gouveia	24500016

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 103

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único. A execução da programação decorrente de emendas parlamentares deverá permitir a indentificação do seu autor no âmbito do SIAFI, em todas as suas etapas.

JUSTIFICATIVA

A programação decorrente de emendas parlamentares possui o caráter de ampliar e modernizar o atendimento às comunidades necessitadas de aparelhos públicos, essencialmente àquelas que possuem baixa capacidade fiscal para investimentos. Muito embora a programação constante da lei orçamentária não faça distinção entre os atores envolvidos na sua elaboração e apreciação, a execução das emendas parlamentares decorre, reconhecidamente, da atuação dos seus autores junto aos órgãos executores. A exemplo disso, vários ministérios possuem portais na internet com acessos restritos aos parlamentares, por meio de seus respectivos gabinetes, para que possam realizar os procedimentos necessários à execução dessas programações. É o caso do Ministério da Saúde, com o módulo parlamentar para execução das emendas circunscritas ao Fundo Nacional de Saúde.

Deste modo, o conhecimento do autor da emenda no momento da execução da programação, no âmbito do SIAFI, exclusivamente, não fere o princípio da impessoalidade, pelo contrário, uma vez que a falta de identificação específica do autor pode permitir o direcionamento da execução de emendas em momento de votação de proposições de interesse do Executivo, como já apontado em Acórdão do TCU 2087/2007.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2301 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2450 - Rômulo Gouveia****EMENDA****24500017**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 102 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 2º Em cumprimento ao caput do art. 70 da Constituição Federal, o acesso irrestrito referido no caput será igualmente assegurado aos membros do Congresso Nacional, para consulta, até o dia 31 de agosto de 2010, aos sistemas ou informações referidos nos incisos V e VI do caput deste artigo, nos níveis de amplitude, abrangência e detalhamento concedido pelo SIAFI, constante do inciso I, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros.

JUSTIFICATIVA

A LDO 2010 (vigente) determinou como data limite o dia 22 de dezembro de 2009 para disponibilização do "acesso irrestrito" ao SIEST e ao SIGPLAN aos membros do Congresso Nacional. A despeito do prazo legal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não só ignorou tal dispositivo, como propõe na recente proposta de LDO para 2011 outra data limite - 22 de dezembro de 2010.

Ocorre que tal conduta tem sido recorrente há mais de 3 (três) anos, vez que o PSDB tem mantido sucessivos esforços para o Congresso Nacional obter acesso aos dois sistemas junto ao Poder Executivo, especificamente nesta Comissão Mista desde 2007. Desde então, quando das audiências públicas com o Ministério do Planejamento para discutir o PLDO 2008, tais iniciativas não têm logrado êxito, em prejuízo do exercício do poder constitucional fiscalizatório por parte do Poder Legislativo. A falta de acesso a ambos os sistemas, ainda que previstos em LDOs anteriores, transfigura-se em ferramentas de meros instrumentos de retórica a serviço exclusivo do Poder Executivo, num claro cerceamento das atividades do Poder Legislativo.

Isto se revelou ainda mais grave quando, em Audiência Pública recente nesta Comissão Mista com o Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, e com o Ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, quando pergunta do Coordenador da Bancada do PSDB revelou que tais acessos são igualmente dificultados ao Tribunal de Contas da União nos casos do SIGPLAN e do SIEST.

Para tanto, a presente emenda objetiva incluir no texto da LDO 2011 dispositivo que garanta o atendimento de sucessivos compromissos públicos firmados aqui nesta Comissão Mista pelo Sr. Ministro do Planejamento, Sr. Paulo Bernardo, e igualmente protelados a cada ano, até prazo coincidente com o envio da proposta orçamentária para o exercício de 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2302 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2450 - Rômulo Gouveia	24500018

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 55 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 4º A modificação do identificador de resultado primário autorizada no inciso III deste artigo não poderá ocorrer após a realização do empenho da despesa.

JUSTIFICATIVA

O Identificador de Resultado Primário da programação permite a classificação da despesa conforme seu impacto no resultado primário.

No sistema de metas de resultado primário estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo vem sistematicamente atribuindo a despesas que são essencialmente primárias a identificação de que não impactam o resultado, permitindo, por tanto, uma diminuição do esforço fiscal necessário às Necessidade de Financiamento do Setor Público.

Nesse sentido, a execução das despesas circunscritas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (RP 3) pode ser abatida da meta de superávit primário estabelecido pela LDO.

Ante o volume de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, as despesas do PAC que foram empenhadas em um exercício, porém não tiveram seu desembolso efetivado no exercício de seu empenho, não puderam ser utilizadas no abatimento da meta fixada. Para que pudesse realizar tal manobra, o governo federal inclui na LDO 2010 dispositivo permitindo abater estas despesas inscritas em RP Não Processados em exercícios anteriores da meta de superávit do exercício em que fora efetivamente pagas. Quanto a esta autorização, entendemos acertada a decisão do governo.

Entretanto, não se pode permitir alterar este identificador após a despesa ser efetivamente realizada simplesmente para regular o atingimento da meta estabelecida ou aumentar o volume de recursos a ser reduzido do resultado primário.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2303 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2576 - Rosalba Ciarlini	25760001

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

7I08 Construção de Trecho Rodoviário - Mossoró-Campo Grande - na BR-110 - no Estado do Rio Grande do Norte

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho pavimentado (km)	18
-------------------------	----

JUSTIFICATIVA

Obra de fundamental importância para a integração regional, ligando a BR 304 ao interior do RN e da PB, e para a viabilização de projetos de produção irrigada de frutas da Chapada do Apodi, utilizando as águas da Barragem de Umari, com capacidade de 400 milhões de metros cúbicos e que requer via de transporte para o escoamento da produção.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2304 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2576 - Rosalba Ciarlini****EMENDA****25760002****PROGRAMA**

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

113X Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Caicó - na BR-427 - no Estado do Rio Grande do Norte

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho pavimentado (km)

ACRÉSCIMO DE META

2

JUSTIFICATIVA

O município de Caicó, localizado na região Seridó do Rio Grande do Norte, constitui tem a sua sede como um pólo de desenvolvimento dessa região, congregando atividades nas áreas de serviços de educação e de saúde com influência em cerca de 21 municípios do seu entorno, com abrangência até o estado da Paraíba. Com isso, o movimento de veículos na BR 427, que corta a cidade, vem causando transtornos e riscos à população, razão porque se faz necessária a construção da via de contorno para desviar o tráfego das áreas críticas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2305 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2576 - Rosalba Ciarlini

EMENDA

25760003

PROGRAMA

0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

AÇÃO

12EH Construção do Instituto de Neurociências

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Instituto construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

30

JUSTIFICATIVA

A implantação do Instituto de Neurociências no município de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte, é uma iniciativa do renomado cientista brasileiro, Miguel Nicolelis, uma das maiores autoridades mundiais na área de pesquisa em neurociências. Atualmente encontra-se em funcionamento com o apoio de contribuições privadas, porém necessita de investimentos do setor público para ampliar as suas instalações e equipamentos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2306 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2576 - Rosalba Ciarlini	25760004

PROGRAMA

1385 Proteção Social Especial

AÇÃO

2B31 Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Unidade estruturada (unidade)	3.000
-------------------------------	-------

JUSTIFICATIVA

A questão do enfrentamento do tráfico de entorpecentes passa pela implementação de políticas públicas voltadas para proporcionar o tratamento e apoiar os jovens dependentes de drogas, principalmente o "crack". Um dos mecanismos mais eficazes é o de criar condições para que a rede de entidades sociais possa atuar no desenvolvimento de ações sócio-assistenciais visando a orientação, o convívio e o resgate de vínculos familiares aos jovens dependentes.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2307 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2576 - Rosalba Ciarlini

EMENDA

25760005

PROGRAMA

1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

AÇÃO

NOVA Implantação de Novas Unidades de CEFET no Rio Grande do Norte

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade construída (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

3

JUSTIFICATIVA

Essa ação consta no PPA 2008-2011, com o código 7J32, mas, por equívoco, enquadrada na esfera de Investimentos. Trata-se de ação estratégica para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, tendo em vista a importância da preparação de recursos humanos, principalmente na educação profissional, para a implementação de projetos em todos os segmentos da economia, notadamente no agronegócio, na indústria, na mineração e no turismo, áreas onde o estado vem apresentando um bom desempenho e com elevado potencial de desenvolvimento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2308 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2576 - Rosalba Ciarlini	25760006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 32

TEXTO PROPOSTO

Art. 32. A transferência de recursos a título de subvenção sociais, nos termos do art. 16 da lei 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação e preencham uma das seguintes condições:

JUSTIFICATIVA

Por meio da presente emenda, proponho a inclusão do termo "cultura" no caput do art. 32, tendo em vista que a dimensão cultural de nosso país caminha na razão direta de sua dimensão territorial e, portanto, num país tão rico culturalmente, são muitas as entidades sem fins lucrativos com finalidades institucionais voltadas à cultura.

O artigo 216, inc. V de nossa Constituição Federal, ao fazer referência ao patrimônio cultural brasileiro, diz que esta expressão é constituída por bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Em relação ao patrimônio histórico, estabelecer na Lei de Diretrizes Orçamentárias a destinação de recursos nesta área da cultura é importante tanto para entidades com finalidades voltadas ao patrimônio histórico objeto de tombamento como também para aquelas que atuam na preservação de bens históricos que não possuem esta característica, isto porque o parágrafo único do art. 216 da Constituição Federal determina que "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação."

Assim, o tombamento não é a única forma de se acautelar e preservar um patrimônio histórico. Nos Municípios, são muitos os bens históricos que, conquanto não tombados, estão situados em locais históricos e, em alguns casos, localizados no marco zero da cidade.

A preservação destes espaços que, culturalmente, emprestaram significado à história da cidade, vem conduzindo o Poder Público a um tratamento diferenciado aos mesmos, outorgando-lhes regimes urbanísticos especiais, denominados de Unidade de Interesse de Preservação - UIP, o que, aliás, vem plenamente corroborado pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 que, ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana, determinou em seu artigo 2º que "a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana; sendo uma das suas diretrizes gerais a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, dentre outros.

Em relação às demais formas de expressão culturais, sobretudo artísticas, é importante ressaltar que são atividades culturais de grande importância para estimular as habilidades corporais, sendo, por muitas vezes, uma forma de afastar as pessoas da violência. Neste sentido, muitas entidades privadas sem fins lucrativos que ofertam oficinas de músicas, danças e artes cênicas poderão fazê-lo com mais qualidade do que já fazem, por meio da obtenção de recursos públicos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2309 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2576 - Rosalba Ciarlini****EMENDA****25760007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 32 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica:

I - às entidades de assistência social voltadas ao atendimento direto e gratuito de pessoas deficientes, crianças e idosos detentoras de registro ou certificação de entidade beneficente de assistência social, expedida pelo Conselho Nacional de Assistência Social ; CNAS ou nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto nos seus arts. 35 e 38;

II - às entidades de educação extraescolar de atendimento direto e gratuito detentoras de registro ou certificação de entidade beneficente de assistência social, expedida pelo Conselho Nacional de Assistência Social ; CNAS ou nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto nos seus arts. 35 e 38.;

JUSTIFICATIVA

Acrescente-se ao artigo 32 do PL nº 04/2010-CN o seguinte parágrafo único:

; Art. 32.

.....

...

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica:

I ; às entidades de assistência social voltadas ao atendimento direto e gratuito de pessoas deficientes, crianças e idosos detentoras de registro ou certificação de entidade beneficente de assistência social, expedida pelo Conselho Nacional de Assistência Social ; CNAS ou nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto nos seus arts. 35 e 38;

II - às entidades de educação extraescolar de atendimento direto e gratuito detentoras de registro ou certificação de entidade beneficente de assistência social, expedida pelo Conselho Nacional de Assistência Social ; CNAS ou nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto nos seus arts. 35 e 38.;

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo incluir no PL 04/2001-CN dispositivos presentes na Lei nº 12.017, de 2009, que dispôs sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2010, e que merecem ser novamente contemplados.

Trata-se de dispositivo que cuida de entidades de assistência social voltadas ao atendimento direto e gratuito de pessoas com deficiência, crianças e idosos, bem como de entidades de educação extraescolar.

A emenda tece alguns ajustes ao texto que constava da Lei nº 12.017, de 2009, substituindo o termo `pessoas deficientes; por `pessoas com deficiência; ressaltando a entrada em vigor da Lei 12.101, de 2009, que passa a dispor sobre as novas regras de certificação das entidades beneficente de assistência social.

Especificamente em relação às entidades voltadas ao atendimento extraescolar, com expressão no trabalho realizado pelo Movimento dos Escoteiros, o ajuste ao texto da Lei



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2310 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2576 - Rosalba Ciarlini

EMENDA

25760007

JUSTIFICATIVA

nº 12.017/09 é feito no sentido de que a certificação não precisa ocorrer especificamente na área de educação, pois esta condição contraria a finalidade da Lei 12.101, de 2009 que em momento algum obriga que estas referidas entidades busquem sua certificação perante o Ministério da Educação.

Ademais, é importante destacar que, conquanto a expressão atendimento extraescolar guarde relação com a educação, o Escotismo é um movimento que objetiva a promoção da cidadania, incentivando os jovens a atividades pautadas em princípios de respeito à liberdade, à diversidade cultural e ambiental, aspectos estes extrapolam o âmbito educacional, atingindo também a defesa e garantia de direitos que, em nosso ordenamento jurídico, são também tratados na seara da assistência social, nos termos do que dispõe o Decreto nº 6.308, de 2007.

Senador FLÁVIO ARNS



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2311 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2576 - Rosalba Ciarlini****EMENDA****25760008**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 34 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, inclusive assistência a portadores de DST/AIDS, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras entidades sem fins lucrativos, e que tenham certificação de entidade beneficente de assistência social nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto nos seus arts. 35 e 38; ou estejam registradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social e CNAS;

...;

JUSTIFICATIVA

A redação original do Projeto determina que as entidades sem fins lucrativos sejam voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, inclusive à assistência a portadores de DST/AIDS, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social expedida por órgão competente da área de saúde, nos termos da Lei nº 12.101, de 2009, observado o disposto no seu art. 38.

O referido art. 38 assim dispõe:

Art. 38. As entidades certificadas até o dia imediatamente anterior ao da publicação desta Lei poderão requerer a renovação do certificado até a data de sua validade.

Conquanto o dispositivo do PL nº 04/2010 e CN esteja a assegurar que as entidades que foram certificadas sob a égide da legislação anterior à Lei 12.101/09 também possam ser contempladas com a transferência de recursos a títulos de subvenções sociais, é preciso resguardar aquelas entidades que, quando da edição da referida Lei, estavam aguardando a análise do protocolo do pedido de renovação do certificado, nos termos do que dispõe o art. 35 daquele instrumento normativo:

Art. 35. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social protocolados e ainda não julgados até a data de publicação desta Lei serão julgados pelo Ministério da área no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da referida data.

Ademais disso, não se pode desconsiderar outro documento importante, admitido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de anos anteriores, que é o Atestado de Registro, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social e CNAS.

Conquanto a Lei nº 12.101/09 tenha revogado o dispositivo que tratava do pedido deste documento perante o Conselho Nacional de Assistência Social e, doravante, o Atestado de Registro não seja mais emitido, a Lei não revogou o documento em si e, portanto, as entidades que obtiveram o documento ainda anteriormente à entrada em vigor da Lei nº 12.101/09 permanecem com um documento com validade e que, historicamente, sempre foi admitido pela legislação de diretrizes orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2312 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2576 - Rosalba Ciarlini****EMENDA****25760009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 34 Inciso XI

TEXTO PROPOSTO

XI - de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, e que tenham certificação de entidade beneficente de assistência social nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto nos seus arts. 35 e 38; ou estejam registradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social ¿ CNAS;
...¿

JUSTIFICATIVA

A redação original do Projeto determina que as entidades sem fins lucrativos sejam ¿de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, certificada como entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei no 12.101, de 2009, observado o disposto no seu art. 38¿.

O referido art. 38 assim dispõe:

¿Art. 38. As entidades certificadas até o dia imediatamente anterior ao da publicação desta Lei poderão requerer a renovação do certificado até a data de sua validade.¿

Conquanto o dispositivo do PL nº 04/2010 ¿ CN esteja a assegurar que as entidades que foram certificadas sob a égide da legislação anterior à Lei 12.101/09 também possam ser contempladas com a transferência de recursos à títulos de subvenções sociais, é preciso resguardar aquelas entidades que, quando da edição da referida Lei, estavam aguardando a análise do protocolo do pedido de renovação do certificado, nos termos do que dispõe o art. 35 daquele instrumento normativo:

¿Art. 35. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social protocolados e ainda não julgados até a data de publicação desta Lei serão julgados pelo Ministério da área no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da referida data.¿

Ademais disso, não se pode desconsiderar outro documento importante, admitido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de anos anteriores, que é o Atestado de Registro, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social ¿ CNAS.

Conquanto a Lei nº 12.101/09 tenha revogado o dispositivo que tratava do pedido deste documento perante o Conselho Nacional de Assistência Social e, doravante, o Atestado de Registro não seja mais emitido, a Lei não revogou o documento em si e, portanto, as entidades que obtiveram o documento ainda anteriormente à entrada em vigor da Lei nº 12.101/09 permanecem com um documento com validade e que, historicamente, sempre foi admitido pela legislação de diretrizes orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2313 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2576 - Rosalba Ciarlini

EMENDA

25760010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

I - aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas nos incisos IV, VIII e XI do art. 34 desta Lei, exclusivamente para:

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo incluir na redação do inciso I do artigo 36 do PL 04/2001-CN, o inciso `VIII¿ do art. 34, cujo teor também foi contemplado na Lei nº 11.768, de 2008, que dispôs sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2009, e que merece ser novamente contemplado.

Por meio do inciso I do art. 36 do PL 04/2001-CN, permite-se que a aplicação de recursos de capital seja utilizada exclusivamente para aquisição e instalação de equipamentos, obras de adequação física necessárias à instalação de equipamentos; aquisição de material permanente e conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, até o exercício de 2000, atestado pela autoridade máxima da unidade concedente, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original; ressalvadas as situações previstas no inciso IV do art. 34.

Ou seja, o dispositivo permite que as entidades ¿signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Federal, não qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998¿, possam aplicar os recursos de capital para além das situações previstas nas alíneas `a¿ a `d¿ do inciso I do art. 36.

Por meio da presente emenda, proponho que esta aplicação dos recursos de capital para além das situações previstas nas alíneas `a¿ a `d¿ do inciso I do art. 36 seja também estendida às entidades referida no inciso VIII do art. 34 do PL 04/2010-CN, que são aquelas entidades privadas sem fins lucrativos que sejam ¿voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas portadoras de deficiência.¿

É importante ressaltar que estas entidades estavam previstas no inciso IX do art. 34 da Lei nº 11.768, de 2008 (`voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais¿), tendo sido o referido dispositivo mencionado no inciso I do art. 36 da referida Lei.

Em outras palavras, a emenda propõe situação que já esteve prevista anteriormente, no caso, na Lei nº 11.768, de 2008, que dispôs sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2009, tendo constado, inclusive, no ano passado, na redação original do inciso I do art. 36 do PL nº 07/2009 ¿ CN.

Em outras palavras, a redação original do PL nº 07/2009 ¿ CN mantinha a redação que, após um amplo debate, foi construída, no bojo da Lei nº 11.768, de 2008, em favor das entidades ¿voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas portadoras de deficiência.¿

Inexplicavelmente, a referida conquista foi suprimida quando da aprovação do PL nº 07/2009 ¿ CN, implicando no retrocesso do diálogo que havia sido estabelecido.

Assim, é preciso resgatar às referidas entidades a possibilidade de utilização dos recursos de capital para obras de construção, reforma ou ampliação, sobretudo porque a utilização do referido recurso objetivará a prestação de serviços à comunidade.

As entidades que já possuem instalações poderão ampliar o atendimento prestado por meio da construção de novos espaços, ao passo que as entidades que ainda não possuem



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2314 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2576 - Rosalba Ciarlini

EMENDA

25760010

JUSTIFICATIVA

instalações terão a construção acrescida ao patrimônio que, em caso de dissolução ou extinção da entidade, será revertido a entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social ou à entidade pública como, aliás, é a previsão contida no art. 3º, inciso IX, do Decreto nº 2.536, de 1998, ainda em vigor.

Esta cláusula de reversão patrimonial, vale dizer, é aplicável igualmente aos casos de entidades contempladas com recursos para obras de ampliação, na hipótese de posterior dissolução da entidade.

Ao mesmo tempo, propomos incluir na redação do inciso I do artigo 36 do PL 04/2001-CN, o inciso `XI¿ do art. 34, como medida de isonomia, para benefício de inúmeras entidades que, a toda evidência, desempenham com excelência e abnegação um dever estatal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2315 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2576 - Rosalba Ciarlini****EMENDA****25760011**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 89 Inciso IV Alínea i

TEXTO PROPOSTO

i - financiamento à geração de renda e de emprego por meio do microcrédito, com ênfase nos empreendimentos afro-brasileiros, indígenas ou protagonizados por mulheres e pelo público definido pelo art. 3º da Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999;

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo incluir na redação da alínea i do inciso IV do artigo 89 do PL 04/2001-CN, a expressão e pelo público definido pelo art. 3º da Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999, tendo em vista que a prioridades a serem observadas pelas agências de fomento, observadas as suas especificidades, também devem observar as especificidades da população.

Neste sentido, se por meio do inciso I do art. 89, a Caixa Econômica Federal deverá priorizar a redução do déficit habitacional e melhoria das condições de vida das populações mais carentes, especialmente quando beneficiam, dentre outros, pessoas com deficiência, este segmento também merece ser contemplado no inciso IV do art. 89, que trata das prioridades a ser observada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e BNDES quando do financiamento à geração de renda e de emprego por meio do microcrédito.

Considerando que o inciso IV do art. 89 trata de financiamento à geração de renda e de emprego por meio do microcrédito, julgo importante que também seja dada ênfase aos empreendimentos desenvolvidos pelas pessoas referidas no artigo 3º da Lei nº 9.867, de 1999, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica.

As referidas Cooperativas Sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos (art. 1º), elencando como pessoas em desvantagem, para os efeitos da Lei os deficientes físicos e sensoriais; os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos; os dependentes químicos; os egressos de prisões; os condenados a penas alternativas à detenção e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2316 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2418 - Sabino Castelo Branco	24180001

PROGRAMA

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO

12CE Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Aeroporto construído (unidade)

30

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem como objetivoo acrescimo de meta de construção de Aerodromos de interesse Estadual . Principalmente na região Norte onde a carencia de aerodromos fica muito dificil a pratica dessa modalidade de transporte que e muito usada na região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2317 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2418 - Sabino Castelo Branco****EMENDA****24180002****PROGRAMA**

0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

AÇÃO0217 Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho
Suspendido**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**

Trabalhador beneficiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1.000

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem como objetivo aumentar a meta de concessão de bolsa de qualificação para trabalhador que encontra-se com contrato de trabalho suspenso.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2318 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2418 - Sabino Castelo Branco****EMENDA****24180003****PROGRAMA**

0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis

AÇÃO

0585 Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Pescador beneficiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

100.000

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda tem como objetivo aumentar a meta para o pagamento do seguro desemprego para o pescador artesanal, essa categoria representa uma classe de trabalhadores que tem suas praticas de trabalho paralisada no periodo DEFESO, sendo o seguro a unica alternativa para a sua manutenção.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2319 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
2418 - Sabino Castelo Branco		24180004
PROGRAMA		
0515 Infra-Estrutura Hídrica		
AÇÃO		
2B90 Revitalização de Infra-estruturas de Abastecimento de Água		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Obra recuperada (unidade)		100
JUSTIFICATIVA		
A Presente Emenda tem como objetivo o acrescimo de meta no Program de Infra Estrutura Hídrica na Ação de Abastecimento de agua, elevando a qualidade da oferta de agua potavel a toda população.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2320 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
2418 - Sabino Castelo Branco		24180005
PROGRAMA		
0101 Qualificação Social e Profissional		
AÇÃO		
4725 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanSeQs)		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Trabalhador qualificado (unidade)		500.000
JUSTIFICATIVA		
A presente Emenda visa Qualificação Profissional para melhorar o acesso ao mercado de trabalho.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2321 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1262 - Sandra Rosado	12620001

PROGRAMA

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

20CF Apoio à melhoria da gestão em Santas Casas de Misericórdia, entidades hospitalares sem fins econômicos e entidades de reabilitação física de portadores de deficiência.

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)	1
---------------------------	---

JUSTIFICATIVA

O APOIO AOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS SÃO ESSENCIAIS PARA O PRONTO ATENDIMENTO COM QUALIDADE PARA AS CAMADAS SOCIAIS MENOS FAVORECIDAS. EM ESPECIAL NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, QUE TEM UMA POPULAÇÃO ESTIMADA EM TORNO DE 600.000 HABITANTES, COMPOSTA EM SUA GRANDE MAIORIA POR PESSOAS CARENTES. ASSIM A PRESENTE AÇÃO SERÁ DE GRANDE VALIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA CITADA REGIÃO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2322 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1262 - Sandra Rosado	12620002

PROGRAMA

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO

12CE Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Aeroporto construído (unidade)	1
--------------------------------	---

JUSTIFICATIVA

A região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte conta com uma população fixa estimada em 600.000 habitantes, além de uma vocação econômica bastante pungente, como por exemplo temos que 98% da produção de sal marinho do país é extraído na citada região. Além disto temos um potencial turístico em expansão, dentre outras atividades econômicas. Assim a construção de um aeroporto que possa contemplar a citada região seria de fundamental importância para o desenvolvimento sócio-econômico para a região oeste potiguar.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2323 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1262 - Sandra Rosado	12620003

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

7I08 Construção de Trecho Rodoviário - Mossoró-Campo Grande - na BR-110 - no Estado do Rio Grande do Norte

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho pavimentado (km)	1
-------------------------	---

JUSTIFICATIVA

A Construção de Trecho Rodoviário no perímetro estabelecido entre Mossoró-Campo Grande - na BR-110 - no Estado do Rio Grande do Norte é de fundamental importância para o desenvolvimento sócio-econômico da região oeste potiguar. Assim sendo é obra de fundamental importância para o Estado do Rio Grande do Norte.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2324 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1262 - Sandra Rosado****EMENDA****12620004****PROGRAMA**

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

2070 Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-110 - no Estado do Rio Grande do Norte

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho mantido (km)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A presente BR é um dos vetores de deslocamento dos mais importantes para a região NE, em especial para o Estado do Rio Grande do Norte, assim a manutenção da mesma é de fundamental importância para o desenvolvimento sócio econômico do RN.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2325 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1262 - Sandra Rosado	12620005

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 17 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Art. 17, § 6º Os Poderes e o MPU deverão realizar audiências públicas com a finalidade de estimular a participação popular no debate e aprimoramento do Projeto de Lei Orçamentária, de acordo com o art. 48 da Lei complementar 101/ 2000.

JUSTIFICATIVA

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 48, atualizada pela Lei complementar nº 131/2009 destaca a transparência aos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. O inciso I do parágrafo único ressalta que a transparência também será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Esta responsabilidade vem sendo atribuída apenas ao Poder Legislativo nas Leis de Diretrizes Orçamentárias. A presente emenda busca, portanto, dar efetividade ao disposto na LRF, assegurando que o debate público ocorra também no Poder Executivo, durante o processo de elaboração das leis orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2326 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1262 - Sandra Rosado	12620006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 4

TEXTO PROPOSTO

Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2011, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento ; PAC, à redução do desemprego e da mortalidade materna, à igualdade de gênero em conformidade com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a igualdade étnico-racial, e àquelas constantes do Anexo I desta Lei as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2011, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda busca assegurar o cumprimento do objetivo estratégico de governo expresso no Plano Plurianual, de fortalecer a democracia com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos. Para isso, assegura prioridade aos compromissos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em especial às metas de redução em 15% da taxa de mortalidade materna, bem como de redução do desemprego (e aumento da taxa de atividade das mulheres em 4%) até 2011. A mortalidade materna ; que em 92% dos casos é evitável mediante a oferta de serviços de saúde adequado- tem crescido no Brasil: o governo projeta uma taxa (de 2008 a 2010) entre 69 e 77 óbitos por 100 mil nascidos vivos, maior do que nos anos anteriores (73,4 e 75,0). A redução do desemprego - que atinge mais as mulheres do que os homens ; é outra medida fundamental para garantir o bem-estar e a autonomia de homens e mulheres. A taxa de desemprego masculina foi de 5,2% e a feminina atingiu 9,2% em 2008. Os percentuais representam um contingente de mais de 1,2 milhão de mulheres desempregadas em comparação com os homens. Apesar de as taxas de desemprego terem caído nos últimos anos, as distâncias entre homens e mulheres permanecem praticamente inalteradas, o que demanda do poder público a priorização de ações que combatam essas desigualdades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2327 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1262 - Sandra Rosado****EMENDA****12620007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se § 3º ao art. 2º, com a seguinte redação:

Redação:

Art. 2º, § 3º - O programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres não será considerado na meta de superávit primário, de que trata o caput deste artigo, relativa ao Programa de Dispendios Globais.

JUSTIFICATIVA

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, muitas vezes praticado por seus maridos e companheiros. Dados da Fundação Perseu Abramo indicam que, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima de violência no Brasil. Dados da USP/OMS (2001) apontam que em média 30% das mulheres da Grande São Paulo e da Zona da Mata pernambucana relataram algum episódio de violência física cometido por parceiros ou ex-parceiros; e que 29% das entrevistadas com mais de 15 anos referiram ter sido vítimas de violência sexual por parte de estranhos.

Em agosto de 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), exigindo do Poder Público a criação, a manutenção e a gestão de serviços públicos de prevenção e combate à violência doméstica. No entanto, grande parte dos recursos destinados ao programa 0156 - Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher foram contingenciados, limitando fortemente a implantação dos serviços previstos em Lei: mais da metade dos 764 serviços (casas-abrigo, Delegacias Especializadas, Centros de Referência Especializados etc.) ainda precisam ser criados e apoiados, e mais de 100 mil profissionais necessitam de capacitação para que possam oferecer atendimento qualificado às vítimas. O cumprimento dessas metas até 2011 é um compromisso expresso no Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Para que tais metas sejam cumpridas, é preciso proteger o programa 0156 do contingenciamento, viabilizando assim a integral execução de seus recursos e a garantia, até 2011, da oferta de mais serviços e profissionais capacitados para o atendimento às mulheres vítimas de violência.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2328 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3350 - Sandro Mabel	33500001

PROGRAMA

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

7I40 Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho adequado (km)

ACRÉSCIMO DE META

300

JUSTIFICATIVA

A presente emenda apresentada ao Projeto de lei nº 04/2010, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, objetiva garantir a inclusão desta obra estrutural para o desenvolvimento da região centro-oeste, no quadro de metas do referido projeto. Cabe ressaltar que esta obra, integrante do plano plurianual de investimentos é fundamental para o fortalecimento da infra-estrutura de transportes na região. Ao assegurar os recursos necessários para a sua plena execução busca-se garantir opção segura e confortável para os seus milhares de usuários, além de garanti-la como importante opção via de escoamento da produção agroindustrial do Estado de Goiás.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2329 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3350 - Sandro Mabel	33500002

PROGRAMA

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7N11 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa GO/TO - Itumbiara - na BR-153 - No Estado de Goiás

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)	60
----------------------	----

JUSTIFICATIVA

A presente emenda apresentada ao Projeto de lei nº 04/2010, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, objetiva garantir a inclusão desta obra estrutural para o desenvolvimento da região centro-oeste, no quadro de metas do referido projeto. Cabe ressaltar que esta obra, integrante do plano plurianual de investimentos é fundamental para o fortalecimento da infra-estrutura de transportes na região. Ao assegurar os recursos necessários para a sua plena execução busca-se garantir opção segura e confortável para os seus milhares de usuários, além de garanti-la como importante opção via de escoamento da produção agroindustrial do Estado de Goiás.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2330 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3350 - Sandro Mabel	33500003

PROGRAMA

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

3768 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Entroncamento BR-153 - na BR-060 - no Estado de Goiás

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)

50

JUSTIFICATIVA

A presente emenda apresentada ao Projeto de lei nº 04/2010, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, objetiva garantir a inclusão desta obra estrutural para o desenvolvimento da região centro-oeste, no quadro de metas do referido projeto. Cabe ressaltar que esta obra, integrante do plano plurianual de investimentos é fundamental para o fortalecimento da infra-estrutura de transportes na região. Ao assegurar os recursos necessários para a sua plena execução busca-se garantir opção segura e confortável para os seus milhares de usuários, além de garanti-la como importante opção via de escoamento da produção agroindustrial do Estado de Goiás.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2331 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3350 - Sandro Mabel****EMENDA****33500004****PROGRAMA**

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7Pl3 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MG/GO - Aruanã - na BR-251 - no Estado de Goiás

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho pavimentado (km)

ACRÉSCIMO DE META

60

JUSTIFICATIVA

A presente emenda apresentada ao Projeto de lei nº 04/2010, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, objetiva garantir a inclusão desta obra estrutural para o desenvolvimento da região centro-oeste, no quadro de metas do referido projeto. Cabe ressaltar que esta obra, integrante do plano plurianual de investimentos é fundamental para o fortalecimento da infra-estrutura de transportes na região. Ao assegurar os recursos necessários para a sua plena execução busca-se garantir opção segura e confortável para os seus milhares de usuários, além de garanti-la como importante opção via de escoamento da produção agroindustrial do Estado de Goiás.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2332 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3350 - Sandro Mabel	33500005

PROGRAMA

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7N12 Adequação de Trecho Rodoviário - Niquelândia - Anápolis - na BR-414 - No Estado de Goiás

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)

25

JUSTIFICATIVA

A presente emenda apresentada ao Projeto de lei nº 04/2010, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, objetiva garantir a inclusão desta obra estrutural para o desenvolvimento da região centro-oeste, no quadro de metas do referido projeto. Cabe ressaltar que esta obra, integrante do plano plurianual de investimentos é fundamental para o fortalecimento da infra-estrutura de transportes na região. Ao assegurar os recursos necessários para a sua plena execução busca-se garantir opção segura e confortável para os seus milhares de usuários, além de garanti-la como importante opção via de escoamento da produção agroindustrial do Estado de Goiás.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2333 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3350 - Sandro Mabel****EMENDA****33500006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 7 Parágrafo 7 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas

JUSTIFICATIVA

A emenda visa aprimorar a redação do dispositivo referente à definição de modalidade de aplicação. A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social; ou indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas. Ocorre que a redação do inciso II prevê tão-somente a transferência a entidades privadas sem fins lucrativos, que é a situação da grande maioria das entidades beneficiadas, mas deixa de contemplar transferências realizadas a entidades com fins lucrativos (modalidade 60, utilizada para as subvenções econômicas previstas no art. 18 da Lei nº 4.320/64).

Portanto, a presente emenda visa apenas aprimorar a redação



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2334 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3350 - Sandro Mabel	33500007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 4

TEXTO PROPOSTO

§ n° A despesa empenhada no exercício de 2011 relativa a publicidade, diária, passagem e locomoção, no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, não excederá os valores empenhados no exercício de 2010, excluindo-se, na apuração de ambos os exercícios, as despesas relativas às ações finalísticas para o atendimento à segurança pública, fiscalização, vigilância sanitária e epidemiológica, defesa civil, eleições, ações integrantes do PAC, as despesas com a equipe de transição do candidato eleito ao cargo de Presidente da República e as voltadas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo. Trata-se de dispositivo que visa limitar despesas com publicidade, diárias, passagens e locomoção.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2335 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3350 - Sandro Mabel****EMENDA****33500008**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do art. 20 vem se repetindo nas LDOs dos últimos anos e tem a finalidade de coibir o pagamento a servidores já remunerados pela Administração Pública Federal por serviços de consultoria prestados à própria esfera de Governo a que pertencem. Trata-se, assim, de norma de evidente cunho moralizador no tocante às "contratações temporárias" para desenvolvimento de serviços determinados.

No PLDO 2011 novamente o Poder Executivo propõe a inclusão de ressalva a tal vedação de forma a excepcionar também as situações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição, que trata das cumulações de cargos, cumulações essas constitucionalmente autorizadas.

As consultorias do Congresso Nacional, em Notas técnicas conjuntas de avaliação de projetos passados de diretrizes orçamentárias, já analisou o assunto que recebeu o seguinte tratamento:

"Não parece razoável a ressalva em questão, uma vez que cuida de matéria distinta da tratada no referido inciso. O art. 37, XVI, da CF trata especificamente da possibilidade de cumulação de "cargos" (de natureza permanente) na administração pública. Ou seja, excepciona cargos cuja natureza e importância tenham sido considerados como merecedores de tratamento distinto para efeito de ocupação simultânea e permanente por determinado profissional. Deve-se mencionar que, em se mantendo tal ressalva, um médico dos quadros da administração poderia ser eventualmente contratado para prestar serviços de consultoria, por exemplo, junto ao Ministério da Saúde, sob o argumento de que pode acumular cargos. Mas a possibilidade de acumular refere-se a dois cargos de médico strictu sensu." (Pág. 16 da Nota Técnica Conjunta 06/2005). Portanto, não há que se confundir a vedação tratada no dispositivo com a cumulação constitucional de "cargos" prevista no XVI do art. 37 da CF.

Deve-se ainda mencionar que, embora constante dos últimos projetos encaminhados pelo Executivo, o Congresso Nacional tem, reiteradamente, suprimido essa ressalva, em conformidade com os argumentos das notas técnicas retromencionadas. Ante o exposto, propomos que a redação original do dispositivo seja resgatada com a supressão da alínea "c".



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2336 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3350 - Sandro Mabel****EMENDA****33500009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso IX

TEXTO PROPOSTO

IX - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, no âmbito das áreas de assistência social ou do trabalho, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

JUSTIFICATIVA

Hoje, as áreas de governo que atuam na concessão de auxílios com a finalidade de atender atividades de coleta e processamento de material reciclável são as de assistência social e de trabalho. A redação proposta busca tão-somente evidenciar essas áreas e aprimorar a redação da LDO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2337 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3350 - Sandro Mabel****EMENDA****33500010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 36 do PLDO 2011

Art. 36. (...)

§ 8º Para efeito do que dispõem os arts. 32 e 34 desta Lei, a escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a celebração de Termo de Parceria com o governo federal dependerá de processo de seleção, com ampla divulgação.

JUSTIFICATIVA

A emenda tem o objetivo de resgatar dispositivo inserido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 no sentido de exigir seleção para firmar termo de parceria com a União. Tem ainda a finalidade de resgatar antiga orientação das LDOs com a obrigatoriedade de publicação de critérios para destinação de recursos a entidades privadas. Além disso, visa reforçar determinações da Corte de Contas constantes dos Acórdãos nº 1.777/2005-Plenário/TCU e 1331/2008-Plenário, no sentido de tornar obrigatória a realização de concurso para escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que firmará termo de parceria com o Estado.

Ressalte-se que tal entendimento (determinação) é ainda reforçado pelo Decreto nº 3.100/1999 (art. 23), que expressamente prevê a possibilidade de realização de concurso com publicação de edital para escolha de tais entidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2338 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3350 - Sandro Mabel****EMENDA****33500011**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 36. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 32, 33, 34 e 35 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3o do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas no inciso IV do art. 34 desta Lei, exclusivamente para:

- a) aquisição e instalação de equipamentos, bem como obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
- b) aquisição de material permanente; e
- c) conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, até o exercício de 2000, atestado pela autoridade máxima da unidade concedente, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original;

JUSTIFICATIVA

A regra original do dispositivo tem cunho moralizador e restritivo. Como forma de não inviabilizar a modernização de entidades que prestam serviços de relevância, foi permitida a aquisição, com recursos federais, de equipamentos e a respectiva instalação desses aparelhos.

Vale dizer, a intenção é que todo equipamento adquirido com recurso federal seja efetivamente instalado e passe imediatamente a atender à população. Não há interesse em autorizar a destinação de recursos para aquisição de equipamentos que ficarão encaixotados, sem agregar qualidade ao atendimento do povo brasileiro.

Todavia, ao desmembrar em duas alíneas ("a" e "d" do inciso I do art. 36), a redação do PLDO ampliou demasiadamente a possibilidade de gastos e não circunscreveu as despesas a obras para instalação de equipamentos adquiridos também com recursos federais.

Além disso, a nova redação permite que se execute obras de adequação para instalação de equipamentos adquiridos em exercícios anteriores, o que não se coaduna com a intenção da norma.

A concessão de recursos públicos a entidades privadas é - e deve continuar sendo - exceção. Logo, se foi realizada uma despesa pública para aquisição de equipamentos, o ajuste que orientou essa despesa deve contemplar necessariamente a instalação do aparelho e permitir o seu pleno funcionamento, fique essa despesa a cargo da União, fique a cargo da entidade conveniente.

O que não se pode admitir é a realização de despesa pública sem que o bem adquirido passe a atender imediatamente a população. Vale dizer, se não era para prestar os serviços esperados, a despesa não devia ter se realizado; se o conveniente não tem condições de arcar nem com a instalação, não devia ter recebido o equipamento.

A presente emenda visa restaurar a antiga redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2339 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3350 - Sandro Mabel

EMENDA

33500012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 71 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

IV - constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Executivo que veda a limitação de empenho de programação de RP 3 (PAC).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2340 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3350 - Sandro Mabel****EMENDA****33500013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 40 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§7ºA União fixará, no processo de habilitação do proponente para o recebimento de transferência voluntária, as condições para o aproveitamento de licitações que tenham sido realizados antes da assinatura do termo de compromisso, devendo ser observado, no mínimo, sem prejuízo da Lei 8.666, de 1993:

- a) a demonstração de que a contratação é mais vantajosa para a Administração, se comparada com a realização de uma nova licitação;
- b) a adequação do projeto básico;
- c) a descrição do objeto do termo de compromisso deve ser equivalente a descrição do objeto presente no edital da licitação, sendo vedada a utilização de objetos genéricos ou indefinidos;
- d)a vedação de aproveitamento de licitações realizadas anteriormente à vigência da Lei nº 8.666/93

JUSTIFICATIVA

A presente proposta ao Projeto de Diretrizes Orçamentárias - LDO, objetiva dotar a referida lei de parâmetros no que se refere ao aproveitamento de licitações realizadas antes da assinatura de contratos afim de que se evite prejuízos aos proponentes quando da execução pretendida. Tem-se observado em diversos casos a dificuldade dos órgãos responsáveis pela análise e posterior aprovação deste processos em chegar a um entendimento único, o que tem trazido inúmeros transtornos, sobretudo na extensão dos projetos, visto que na grande maioria das vezes a realização de novos certames licitatórios acaba por majorar preços, resultando na diminuição do objetivo anterior, causando frustração nas populações que seriam beneficiadas. Faz-se importante esclarecer que já a por parte da Controladoria Geral da União orientação nesse sentido.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2341 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1159 - Sarney Filho	11590001

PROGRAMA

1457 Vetor Logístico Centro-Norte

AÇÃO

127H Adequação de Trecho Rodoviário - Estiva - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - na BR-135 - no Estado do Maranhão

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho adequado (km)	9
----------------------	---

JUSTIFICATIVA

A duplicação da rodovia BR-135, que vai de São Luís a Bacabeira se faz necessária pois neste trecho ocorre inúmeros acidentes fatais. É preciso duplicar esse trecho para evitar que novos acidentes aconteçam e para que o trânsito no local flua melhor e mais rápido. A infraestrutura e a sinalização estão precárias. Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal a BR 135 é a rodovia federal que mais acontece acidentes,. Com a aprovação dessa emenda queremos ajudar a corrigir estes erros e também contribuir para a diminuição de acidentes, bem como a melhoria no fluxo de veículos e pessoas ao longo do trecho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2342 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1159 - Sarney Filho	11590002

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

1H66 Expansão do Ensino Superior - Campus de Imperatriz

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Vaga disponibilizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

68

JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal do Maranhão nasceu através da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, associada à Fundação Paulo Ramos e à Arquidiocese de São Luís. Após da Lei Estadual nº 1.976 de 31/12/59, a universidade se desligou da Fundação e passou a compor a Sociedade Maranhense de Cultura Superior ; SOMACS. Hoje a Universidade Federal do Maranhão é reconhecida no Brasil e no mundo como centro de excelência em estudo. Essa emenda visa dar suporte a expansão do seu campus em Pinheiros com o aumento do número de vagas oferecidas como também na melhoria de sua excelência, auxiliando na promoção e discriminação do conhecimento científico.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2343 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA
1159 - Sarney Filho

EMENDA
11590003

PROGRAMA

1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

AÇÃO

6381 Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Área regularizada (ha)

ACRÉSCIMO DE META

12.000

JUSTIFICATIVA

As unidades de conservação representam uma das melhores estratégias de proteção aos atributos e patrimônio naturais. Nestas áreas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção da biodiversidade.

O Brasil, conforme informações disponíveis no sítio do Ibama, conta com um total de 727 unidades de conservação, sendo 126 delas de proteção integral e as demais 601, de uso sustentável.

Hoje temos mais de 50 milhões de hectares protegidos no país, o que faz do Brasil a segunda nação do mundo que mais protege seus ecossistemas.

O processo de regularização fundiária, de qualquer unidade de conservação, possibilita a plena assunção do Poder Público em termos de gestão sobre a mesma, podendo, assim, agir, diretamente, sobre os focos dos mais diversos tipos de agressões ambientais e na busca de seus objetivo maior de proteção da biodiversidade.

Assim, unidades de conservação tais como a Reserva Biológica do Gurupi (MA), o Parque Nacional do Itatiaia (RJ/MG), o Parque Nacional da Serra da Canastra (MG), o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (MA/PI/TO/BA), o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS), o Parque Nacional da Chapada das Mesas (MA), o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). O Parque Nacional de São Joaquim (SC) e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, são exemplos prioritários, que demandam regularização urgente, e que não são contempladas com os recursos oriundos da compensação ambiental, quando do licenciamento ambiental de empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores, de que trata a Lei do SNUC-

Por outro lado, os recursos previstos no Projeto de Lei Orçamentária para 2008, alcançam o insignificante montante de, apenas, R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), o que torna imperiosa a aprovação da presente emenda.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2344 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1159 - Sarney Filho	11590004

PROGRAMA

1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

AÇÃO

7H69 Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Itapecuru - no Estado do Maranhão

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)	225.000
---------------------------	---------

JUSTIFICATIVA

O rio Itapecuru possuiu, aproximadamente, 1.050 Km de extensão, até a sua desembocadura na baía do Arraial, a sul da ilha de São Luís, sendo que um total de 45 municípios estão presentes na sua bacia, dos quais 10 estão localizadas às margens do rio. A população diretamente afetada, conforme dados de 2004, é de aproximadamente 1.402.000 habitantes para uma densidade populacional em torno de 26,5 habitantes/Km². É responsável por boa parte do abastecimento da capital e de outros municípios do Maranhão, alcançando quase 50% do fornecimento de água potável do estado, todavia, atualmente cerca de 75% do seu volume de água inicial, já se perdeu em funções das agressões ambientais.

O desmatamento, intenso, notadamente objetivando a implantação de projetos agropecuários, principalmente o plantio de soja, esta, intimamente ligado a ocorrência de queimadas e incêndios florestais.

Nas regiões com maior adensamento populacional, como no caso dos municípios localizadas no baixo Itapecuru, a principal agressão esta caracterizado pelo lançamento de efluentes industriais e domésticos, inclusive hospitalares, não tratados, como no caso de matadouros públicos, esgotamento sanitário e a presença de lixo a céu aberto. Os principais municípios que contribuem com este quadro são Itapecuru-Mirim, Rosário e Santa Rita.

Desta forma, a devida alocação de recursos para o desenvolvimento das ações relacionadas a recuperação da matas ciliares que compõem a Bacia do rio Itapecuru, bem como as voltadas ao tratamento e a destinação adequada dos resíduos sólidos e dos efluentes industriais, principalmente nos municípios ribeirinhos, é vital para a recuperação do potencial pleno de fornecimento de água potável, com qualidade, para o estado do Maranhão.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2345 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1159 - Sarney Filho	11590005

PROGRAMA

0512 Zoneamento Ecológico-Econômico

AÇÃO

8689 Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Zoneamento realizado (km²)

ACRÉSCIMO DE META

1.500.000

JUSTIFICATIVA

Um dos instrumentos mais importantes da Política Nacional do Meio Ambiente é o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), definido como instrumento de gestão do território por estabelecer diretrizes para a proteção ambiental e a distribuição espacial das atividades econômicas, sendo a sua efetiva implantação e implementação vitais para conter o processo de degradação ambiental, principalmente a ocorrida na forma do desmatamento ilegal e das queimadas, notadamente na região Amazônica.

O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico tem caráter multi setorial e descentralizado, é gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente e tem executores federais, estaduais e municipais. O seu caráter transversal faz com que incorpore e subsidie as decisões de agentes, públicos e privados, na definição e execução de políticas regionais de desenvolvimento e das ações de gestão territorial, além de proporcionar uma base técnico-científica e operacional ao planejamento estratégico em nível federal. Dessa forma, apóia técnica e operacionalmente as iniciativas de projetos de ZEE, no país, nas esferas regionais, estaduais e locais.

Várias iniciativas, em nível estadual e local, estão sendo implementadas ao lado dos ZEEs estaduais, tais como o Macro ZEE da Amazônia Legal, que busca a integração desses ZEEs estaduais, o ZEE da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, os ZEEs do Baixo Rio Parnaíba, da Bacia do Rio Parnaíba, da Bacia do Rio São Francisco, dentre outros.

À luz do exposto, ações voltadas à uniformização de critérios e procedimentos utilizados na elaboração dos diversos ZEEs no território nacional, em diferentes escalas de abordagem, se fazem necessárias, bem como o incentivo ao avanço na elaboração para as áreas ainda não contempladas.

O ZEE, além de constituir, especificamente, vital instrumento de prevenção e combate ao aquecimento global, também deve transformar-se no instrumento central de estruturação dos setores florestal, madeireiro, pecuário, agrícola, minerário, pesqueiro e todos os outros que, direta ou indiretamente, utilizam recursos naturais. Deve, portanto, servir como norte para as decisões referentes à proteção dos recursos hídricos, solo, subsolo, fauna e flora.

Deve, ainda, orientar os investimentos públicos e privados realizados em cada uma das regiões do País. Não se pode aceitar a omissão orçamentária em relação a esse tema. O ZEE não há de permanecer na esfera apenas das boas intenções que não ganham concretude. Diante disso, rogamos pela aprovação da presente emenda.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2346 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2594 - Sérgio Barradas Carneiro	25940001

PROGRAMA

9989 Mobilidade Urbana

AÇÃO

7L52 Adequação de Vias Urbanas na Região Metropolitana de Salvador - BA

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

25

JUSTIFICATIVA

A principal carência na infraestrutura urbana de Salvador e demais municípios da RMS está na mobilidade. A proposta visa construir projetos que integrem todas as modalidades de transporte coletivo, aliado ao desenvolvimento dessa região, possibilitando a circulação de pessoas e veículos de forma adequada. A idéia é atender a demanda dos fluxos de passageiros e veículos, priorizando o transporte público e reduzindo os gargalos de trânsito, como também encontrar soluções sustentáveis, menos poluidoras, e mais racionais do ponto de vista urbano. Vale ressaltar que Salvador será uma das sedes da Copa 2014, o que implica na reestruturação do sistema de transporte público e na realocação de estacionamentos, envolvendo também, a integração de outros modais, a exemplo do metroviário.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2347 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2594 - Sérgio Barradas Carneiro****EMENDA****25940002****PROGRAMA**

1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

AÇÃO

8991 Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Território apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

Esta emenda destina-se a aquisição de máquinas e equipamentos para proporcionar melhores condições sócio-econômicas dos pequenos agricultores do Estado da Bahia, bem como melhorar a capacidade dos municípios beneficiados e possibilitar que se tornem mais eficientes em sua produção agrícola e comercialização.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2348 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2594 - Sérgio Barradas Carneiro****EMENDA****25940003****PROGRAMA**

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

10V0 Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto realizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

A Bahia está entre os Estados de maior expressão turística do país. Nela são destacadas diversas formas, a exemplo, dos turismos histórico/cultural, religioso, ecológico, dentre outros, localizados em Salvador e em várias outras cidades e regiões do interior do Estado. A presente proposta visa melhorar a qualidade do turismo no Estado da Bahia, trazendo grandes benefícios para a população.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2349 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2594 - Sérgio Barradas Carneiro	25940004

PROGRAMA

1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

AÇÃO

8988 Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Unidade aparelhada (unidade)

1

JUSTIFICATIVA

A Chapada Diamantina é uma região de importância estratégica para a Bahia, na medida em que abriga as nascentes dos dois principais rios do Estado, quais sejam o Paraguaçu e o Rio de Contas.

Esta região, que abriga o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), enfrenta, há muitos anos, grandes dificuldades para sua preservação. Os números relativos a incêndios na região crescem de forma alarmante e as estruturas e ações existentes para preservação do Parque mostram-se cada vez mais ineficientes.

Cerca de metade da área ocupada pela unidade de conservação virou cinza em 2008, quando se registrou a pior temporada de incêndios da história do local: aproximadamente 5 mil hectares de floresta nativa foram dizimados pelo fogo no período, que dessa vez atingiu, inclusive, residências, e só foi controlado graças à chuva, que pôs fim aos focos de calor. O assoreamento, sedimentação acelerada por processos de ocupação do espaço geográfico pelo homem (ex: desmatamento, pecuária, agricultura, mineração, urbanismo e, principalmente, focos de incêndio), vêm gerando, também, um outro grave problema. A destruição da mata ciliar, que provoca o depósito de terra e matéria orgânica nos rios, reduz sua largura e profundidade, fazendo com que as nascentes, possam vir a secar completamente num futuro próximo, inclusive afetando a região metropolitana de Salvador.

A fim de que a PRF possa desempenhar de maneira adequada o seu papel institucional e desenvolver em articulação com os órgãos federais, estaduais e municipais, um programa continuado de fiscalização ambiental na área do PNCD e entorno, promovendo, dessa forma, toda a proteção que a Unidade de Conservação merece e necessita faz-se necessário reestruturar e aparelhar a Delegacia PRF 10/06 -Seabra, que funcionará como o principal ponto de articulação do Projeto Chapada Diamantina.

A incorporação dessa nova estrutura se somará aos diversos esforços feitos naquela área, tanto no que diz respeito à proteção ambiental, quanto no favorecimento do desenvolvimento turístico da região, além de contribuir para a celeridade nos resgates de vítimas de acidentes de trânsito, missões de busca e combate à criminalidade.

A efetiva implantação desse projeto poderá significar o fim dos incêndios no PNCD.

Por fim, o reaparelhamento da PRF nessa região facilitaria o trabalho de Segurança Pública em todo o Estado, por conta da localização geográfica centralizada, podendo assim dispor de um eficiente deslocamento para apoio a toda a Bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2350 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2594 - Sérgio Barradas Carneiro	25940005

PROGRAMA

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO

12CE Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Aeroporto construído (unidade)	5
--------------------------------	---

JUSTIFICATIVA

Os investimentos em infra-estrutura e logística apresentam-se como pré-requisitos fundamentais para a criação das condições a um desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia. A construção da Ferrovia Oeste-Leste, por exemplo, aumentará a competitividade dos produtos do agronegócio baiano e integrará o Oeste da Bahia com o litoral, dinamizando a área intermediária localizada no semi-árido baiano. O fortalecimento de outros modais, a exemplo do aeroviário, potencializará os demais, em especial o rodoviário e o ferroviário, contribuindo para o incremento na circulação de pessoas e dinamização de novas atividades econômicas, com destaque para a área de serviços e da atividade turística. Nessa perspectiva, a construção de novos aeroportos e aeródromos nos municípios de Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras, Feira de Santana e outros município no estado da Bahia, passa a ser prioritário para a consolidação desta integração do território baiano.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2351 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2015 - Sérgio Guerra****EMENDA****20150001****PROGRAMA**

1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

AÇÃO

127C Ampliação do Sistema de Macrodrenagem Urbana da Bacia do Rio Timbó e Bacia do Rio Paratibe, no Estado de Pernambuco

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra executada (% de execução física)

2

JUSTIFICATIVA

As bacias dos rios Timbó e Pirapama, fazem parte da rede pluvial Norte da Região Metropolitana do Recife, e são responsáveis pelo abastecimento de águas na Região Norte. A sua Drenagem faz-se necessário para evitar o assoramento dos rios e melhorar a escoação das águas nos tempor chuvosos, evitando assim o transbordamento dos mesmos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2352 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2015 - Sérgio Guerra

EMENDA

20150002

PROGRAMA

1027 Prevenção e Preparação para Desastres

AÇÃO

8348 Apoio a Obras Preventivas de Desastres

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto implantado (% de execução)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

O Município do Jaboatão dos Guararapes é uma cidade bastante problemática no que diz respeito à sua infraestrutura urbana ligada ao saneamento básico, ou seja, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e limpeza urbana (resíduos sólidos), o que, como decorrência das aglomerações humanas cada vez maiores, contribui fortemente para a degradação ambiental da região, com consequente reflexo negativo na qualidade de vida de seus habitantes.

Desses serviços, os que se apresentam como mais críticos no município são o esgotamento sanitário e a drenagem pluvial. Este último, afeta a população em termos de conforto, segurança e saúde, provocando, isolada ou conjuntamente, entre outros, os seguintes efeitos:

- Inundações de ruas até de casas, dificultando o tráfego de pedestres e de veículos e deixando a população sobressaltadas nas épocas chuvosas;
- Disseminação de doenças de veiculação hídrica, uma vez que é comum lançamento de esgoto bruto na rede de drenagem, em virtude da deficiência de um sistema de coleta de esgotos;
- Criação de focos de vetores biológicos, devidos aos alagamentos que são formados pela deficiência ou inexistência da microdrenagem;
- Erosão de áreas de morros com riscos de desmoronamentos de encostas o que provoca inclusive o assoreamento de elementos de drenagem naturais ou construídos, existentes nas áreas jusantes.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2353 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2015 - Sérgio Guerra****EMENDA****20150003****PROGRAMA**

6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

AÇÃO

7H17 Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

O município de Limoeiro, é um dos mais importantes da sua região, onde tem na sua maioria a vocação para o setor agropecuário. Promover o desenvolvimento da bacia leiteira e de criação é a meta desta emenda que visa também o melhoramento de estradas facilitando também o escoamento da produção leiteira, principalmente de pequenos produtores rurais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2354 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2015 - Sérgio Guerra****EMENDA****20150004**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 33

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o seguinte paragrafo no artigo 33:
"O apoio financeiro na implementação da Política Nacional de Turismo prevista no art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, não poderá ser realizado por entidades privadas sem fins lucrativos com recursos transferidos pela União a título de contribuição corrente."

JUSTIFICATIVA

Os recentes escandalos envolvendo a destinação de recursos a "entidades sem fins lucrativos" para "Promoção de Eventos de Divulgação do Turismo Interno" demandam a necessária atuação do Poder Legislativo no sentido de proteger o erário dos desvios que tais transferências vem acarretando.

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, dispôs sobre a Política Nacional de Turismo, definindo as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.

Segundo o paragrafo unico do art. 3º dessa Lei, o poder publico atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de geração de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimonio natural, cultural e turístico brasileiro.

Assim o apoio financeiro do poder público, quando envolver entidades privadas, deve sempre observar o devido processo licitatorio, razão pela qual estamos propondo a inclusão de dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentarias no sentido de que a implementação da Política Nacional de Turismo não poderá ser realizada por entidades privadas sem fins lucrativos com recursos transferidos pela União a título de contribuição corrente.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2355 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2566 - Sérgio Moraes****EMENDA****25660001****PROGRAMA**

0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

AÇÃO

1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

25

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a Construção da Avenida que liga a cidade de Pirassununga à Academia da Força Aérea - AFA. A implantação dessa avenida é muito importante para dar maior segurança e conforto na trafegabilidade das pessoas que necessitam de alguma forma frequentar a AFA, seja trabalhando ou estudando. Presta-se portanto a presente emenda a oferecer melhores condições à cidade e sua população.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2356 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2566 - Sérgio Moraes****EMENDA****25660002****PROGRAMA**

0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

AÇÃO

11UT Implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Brigada implantada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

100

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atender a adequação, construção e o reaparelhamento do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizada de Pirassununga subordinado a 11ª Brigada de Infantaria Leve, uma vez que a Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais. Entre as prioridades do Exército está a implantação da Brigada de Infantaria Leve que por circunstâncias alheias à vontade da Força não consegue alocar os recursos necessários para concluir a sua implantação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2357 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2566 - Sérgio Moraes****EMENDA****25660003****PROGRAMA**

0632 Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

AÇÃO

3120 Construção de Instalações Militares

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Instalação militar construída (m²)

ACRÉSCIMO DE META

5.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir como meta e prioridade da LDO o apoio a construção, adequação e reaparelhamento da Academia da Força Aérea Brasileira - AFA - em Pirassununga/SP. As primeiras instalações da AFA datam de 1955 e até hoje, passados mais de 50 anos, o Comando da AFA ainda não tem instalações condizentes com as suas necessidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2358 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2566 - Sérgio Moraes****EMENDA****25660004****PROGRAMA**

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Vaga disponibilizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

10.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa acrescentar em 10000 vagas a prioridade e meta definidas pelo Poder Executivo para Reestruturar e Expandir as Universidades Federais. Esse acréscimo decorre da necessidade de compatibilizar a meta estabelecida no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 com a criação da Universidade Federal de Pirassununga/SP. A criação da Universidade em Pirassununga está em consonância com a política pública federal de interiorizar o ensino público superior no País.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2359 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2566 - Sérgio Moraes****EMENDA****25660005****PROGRAMA**

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

20CF Apoio à melhoria da gestão em Santas Casas de Misericórdia, entidades hospitalares sem fins econômicos e entidades de reabilitação física de portadores de deficiência.

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

100

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo priorizar e garantir o atendimento em hospitais de natureza filantrópica, como as santas casas de misericórdia. Esse acréscimo decorre da necessidade de compatibilizar a meta estabelecida no Projeto de Diretrizes Orçamentárias para 2011 com a construção de 100 novos leitos na Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga/SP de modo também de assegurar o cumprimento da emenda constitucional nº 29, bem como de sua regulamentação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2360 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2022 - Serys Shessarenko	20220001

PROGRAMA

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

10V0 Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto realizado (unidade)	430
-----------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

É importante que se amplie a infraestrutura turística de nosso país, há espalhado pelo país inúmeras regiões e grande potencial turístico, não só para o público nacional, como internacional, mas que carecem de infraestrutura para receber estes visitantes.

O turismo é reconhecido como a indústria limpa capaz de gerar emprego e renda, além de trazer grandes divisas para o país. Investir na estruturação destes polos turísticos é investir na geração de emprego das regiões.

Neste momento em o país inicia os investimentos para recepcionar a copa do mundo de futebol masculino em 2014, torna-se mais urgente estes investimentos, precisamos garantir recursos para que consigamos tornar o Brasil em um grande destino turístico mundial.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2361 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2022 - Serys Shessarenko

EMENDA

20220002

PROGRAMA

0135 Assentamentos para Trabalhadores Rurais

AÇÃO

4460 Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Área obtida (ha)

ACRÉSCIMO DE META

2.350.000

JUSTIFICATIVA

Precisamos garantir que o processo de reforma agrária avance e tenhamos mais trabalhadores rurais assentados, especialmente em um momento em que muito se fala na crise da produção de alimentos, devemos fomentar



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2362 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2022 - Serys Slhessarenko	20220003

PROGRAMA

0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

AÇÃO

1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)	40
---------------------------	----

JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento urbano, em Mato Grosso, tanto quanto no restante do País, constitui uma das grandes necessidades públicas a serem atendidas por meio de intervenções estatais. Demandam-se água tratada, esgoto, galerias de águas pluviais, pavimentação, arruamento, calçamento, iluminação pública e várias obras de arte em áreas urbanas, particularmente viadutos, passarelas, vias e ciclovias e outros equipamentos que permitam melhorar as condições de acessibilidade nas cidades. O Poder Público federal tem despendido seus maiores e melhores esforços nesse sentido, estando a presente iniciativa, portanto, em perfeita consonância com a programação de trabalho já em andamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2363 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2022 - Serys Slhessarenko****EMENDA****20220004****PROGRAMA**

0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

AÇÃO

7K44 Projeto de Irrigação Baixada Cuiabana no Estado do Mato Grosso

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto implantado (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

30

JUSTIFICATIVA

A presente emenda vem contribuir para a elevação da produção de alimentos na baixada cuiabana, gerando emprego e renda à região. A proposta já consta do orçamento vigente e está sendo implementada pelo Ministério da Integração Nacional. Incluir como prioridade a irrigação da baixada cuiabana é garantir acesso a melhores condições de trabalho às famílias dedicadas a agricultura familiar.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2364 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2022 - Serys Slhessarenko****EMENDA****20220005****PROGRAMA**

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

10V0 Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto realizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

200

JUSTIFICATIVA

A vocação turística de Mato Grosso, tanto quanto do Brasil, é natural. Temos grande potencial turístico a explorar, especialmente em face de nossas paisagens naturais. Rios, acidentes geográficos variados, relevo, vegetação e clima são atrativos turísticos que merecem divulgação, visita e conhecimento. Por isso, apresentamos esta emenda, na expectativa de que possamos compor o cenário do turismo no Brasil com as imagens de nosso Mato Grosso.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2365 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2022 - Serys Slhessarenko****EMENDA****20220006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 39 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

Art. 39. A realização de transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, dependerá da comprovação, por parte do conveniente, antes da liberação dos recursos da União, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.

JUSTIFICATIVA

Visando dar cumprimento às determinações da lei de responsabilidade fiscal, as leis de diretrizes orçamentárias vêm disciplinando que para celebrar convênio com Órgãos da União, os Convenientes têm que demonstrar a previsão de recursos para contrapartida, nas suas rubricas orçamentárias.

Em consequência, à luz dessas orientações, as Assessorias Jurídicas vêm opinando pelo cancelamento de convênios, mesmo naqueles casos em que os Convenientes comprovam a existência de disponibilidade orçamentária, mas essa comprovação acontece depois da celebração dos convênios.

Após a criação do SICONV, o processamento de pleitos, com vistas à transferência de recursos da União, passou a ser muito rápido, possibilitando a formalização de grande número de convênios e similares, em curtos períodos de tempo.

Além disso, o SICONV tornou possível a celebração de convênios mediante a pactuação de condições a serem cumpridas antes da liberação de recursos financeiros de União, especialmente a apresentação do projeto básico ou do termo de referência, os documentos de propriedade dos imóveis a serem utilizados e a licença ambiental, com previsão do cancelamento do convênio, no caso de descumprimento das condições suspensivas, no prazo estabelecido, ou da emissão de parecer contrário à sua aprovação, no âmbito do Órgão Concedente.

Entende-se que a exigência de comprovação, pelo Conveniente, da disponibilidade dos recursos orçamentários necessários à contrapartida, poderá também ser condicionada, a descumprimento da lei de responsabilidade fiscal.

De outra forma a citação, no texto de convênio, de que os recursos da contrapartida devem estar previstos na lei Orçamentária do Conveniente, ficando a liberação dos recursos da União condicionada à sua comprovação, possibilita o cumprimento do que determina a Lei Complementar nº. 101 Art.25, Parágrafo 1º, Inciso d), sem prejuízo da agilidade pretendida com a criação do SICONV.

Importa destacar que no âmbito da administração pública, os orçamentos deverão estar aprovados, via de regra, desde o início dos exercícios fiscais, quando são definidas, pelos pretendentes Convenientes, as dotações destinadas às contrapartidas de convênios, o que pressupõe a definição, a priori, das dotações orçamentárias disponíveis para contrapartidas de Convênios, a despeito constar, ou não, a sua discriminação, no texto do Convênio, detalhamento esse que poderá ser apresentado posteriormente, como condição à liberação dos recursos da União



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2366 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2022 - Serys Shessarenko

EMENDA

20220007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Inciso II Item 3

TEXTO PROPOSTO

3. Despesas com as ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

JUSTIFICATIVA

Com a missão de produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro dentro de uma Agenda do Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é um órgão estratégico do Estado, pois desempenha atividades importantes de gestão governamental (planejamento; realização de estudos e pesquisas econômicas e sociais; e avaliação de ações, programas e políticas públicas).

Em quase 45 anos de existência, o IPEA tem contribuído para uma melhor compreensão de temas centrais para o aperfeiçoamento de políticas públicas e, portanto, para o melhor funcionamento do setor público e do país em diversas áreas: agricultura, competitividade externa, desenvolvimento econômico, economia e demografia; economia internacional; economia regional e desenvolvimento econômico; educação; energia; finanças públicas; gasto público social; gestão pública; infra-estrutura econômica; inovação tecnológica; macroeconomia e economia monetária; mercado de trabalho; microeconomia; pobreza e desigualdade; política e organização industrial; política e reforma tributária; política urbana, habitação, transporte e saneamento; previdência, seguridade e assistência social; privatização; reestruturação produtiva e competitividade; regulação ambiental; regulação econômica e defesa da concorrência; saúde; segurança pública e criminalidade, entre outras.

Dentro do planejamento estratégico estabelecido para o IPEA formularam-se também os eixos temáticos essenciais para a Agenda do Desenvolvimento Brasileiro, em um total de sete: 1 - Inserção internacional soberana; 2 - Macroeconomia para o pleno emprego; 3 - Fortalecimentos do Estado, das instituições e da democracia; 4 - Estruturas produtiva e tecnológica avançadas e regionalmente articuladas; 5 - Infra-estruturas econômica, social e urbana; 6 - Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e 7 - Sustentabilidade Ambiental.

Neste contexto cabe ao IPEA a pesquisa aplicada à políticas de longo prazo, bem como gerir o programa 0797 - Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas contribuindo para a qualidade dos processos decisórios de governo no planejamento governamental de médio e longo prazos dentro da Agenda do Desenvolvimento Nacional, onde abriga diversas ações vinculadas a subfunção Desenvolvimento Científico em igual condição às demais instituições citadas no referido anexo.

Busca, dessa forma, conferir tratamento isonômico as ações de governo voltadas ao Desenvolvimento Científico Nacional dentro de uma política maior voltada a representação das instituições de pesquisa brasileira.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2367 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2022 - Serys Shessarenko

EMENDA

20220008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Art. 20 § 1º Inciso VI alínea "d":

d) com recursos das ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Científico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e IPEA, para execução de pesquisa econômica e social, devendo o chefe imediato e o dirigente máximo do órgão de origem declararem não haver incompatibilidade de horários e qualquer comprometimento das atividades atribuídas ao servidor ou empregado;

JUSTIFICATIVA

Com a missão de produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro dentro de uma Agenda do Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é um órgão estratégico do Estado, pois desempenha atividades importantes de gestão governamental (planejamento; realização de estudos e pesquisas econômicas e sociais; e avaliação de ações, programas e políticas públicas).

Ao longo de 44 anos de existência, o IPEA tem contribuído para uma melhor compreensão de temas centrais para o aperfeiçoamento de políticas públicas e, portanto, para o melhor funcionamento do setor público e do país em diversas áreas: agricultura, competitividade externa, desenvolvimento econômico, economia e demografia; economia internacional; economia regional e desenvolvimento econômico; educação; energia; finanças públicas; gasto público social; gestão pública; infra-estrutura econômica; inovação tecnológica; macroeconomia e economia monetária; mercado de trabalho; microeconomia; pobreza e desigualdade; política e organização industrial; política e reforma tributária; política urbana, habitação, transporte e saneamento; previdência, seguridade e assistência social; privatização; reestruturação produtiva e competitividade; regulação ambiental; regulação econômica e defesa da concorrência; saúde; segurança pública e criminalidade, entre outras.

No âmbito do planejamento estratégico estabelecido para o IPEA formularam-se também os eixos temáticos essenciais para a Agenda do Desenvolvimento Brasileiro, em um total de sete: 1 - Inserção internacional soberana; 2 - Macroeconomia para o pleno emprego; 3 - Fortalecimentos do Estado, das instituições e da democracia; 4 - Estruturas produtiva e tecnológica avançadas e regionalmente articuladas; 5 - Infra-estruturas econômica, social e urbana; 6 - Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e 7 - Sustentabilidade Ambiental.

Apesar dos esforços institucionais no sentido de recompor o quadro de pesquisadores da Instituição, a abrangência e complexidade da Agenda do Desenvolvimento torna necessária a participação de pesquisadores de outras instituições. Com base na relação dos pesquisadores com maior produtividade detentores de bolsas mantidas pelo CNPq e da listagem dos melhores programas de pós-graduação responsáveis pela pesquisa nacional, verifica-se que a maioria de pesquisadores é de instituição pública.

Nesse sentido torna-se relevante a implantação de redes de pesquisa com esses pesquisadores visando à integração de ações e de pesquisas com ênfase na aplicação de resultados focados em amenizar os efeitos da crise mundial e na sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico brasileiro, além de incrementar o intercâmbio do IPEA e na troca de conhecimentos e experiências para internalizá-las à realidade brasileira, contribuindo para a implantação da Agenda do Desenvolvimento Brasileiro e do planejamento estratégico de longo prazo.

Outro aspecto a ser mencionado é o fato de que pesquisa não se enquadra do referido artigo, pois sua execução não é caracterizada como consultoria (melhoria administrativa) ou assistência técnica, mas sim em um intercâmbio de idéias, fatos e levantamentos técnicos utilizados por métodos quantitativos e qualitativos muito significativos e densos dentro de uma metodologia de pesquisa a fim de aferir a idéia da dimensão de sua



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2368 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2022 - Serys Slhessarenko

EMENDA

20220008

JUSTIFICATIVA

afirmação.

Esse material precisa ser organizado e categorizado segundo critérios relativamente flexíveis e previamente definidos, de acordo com os objetivos da pesquisa. É um trabalho árduo e, numa primeira etapa, mais "braçal" do que propriamente analítico. Numa segunda etapa, ajuda na realização de tarefas que envolvem a análise de dados coletados/construídos em pesquisas quantitativas e qualitativas.

Dessa forma, foram dadas as instituições vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia essa prerrogativa e que a alteração proposta igualará o IPEA aos outros institutos listados dando maior condição de cumprimento de seus objetivos, bem como clarificar a utilização da pesquisa para que se cumpra a Agenda do Desenvolvimento Brasileiro.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2369 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3355 - Severiano Alves	33550001

PROGRAMA

0515 Infra-Estrutura Hídrica

AÇÃO

109J Construção de Adutoras

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A adutora pleiteada ser construída na região sudoeste da Bahia de clima Semi-árido, em região de baixa precipitação pluviométrica (índices pluviométricos em torno de 650mm anual), apresentando-se como a melhor alternativa para o abastecimento de água da região. A construção da adutora de água com cerca de 50 km de extensão para transportar água do Lago da Barragem de Pedra (Rio das Contas -BA) para a sede do município de Manoel Vitorino - BA com possibilidade de atender os seguintes distritos: Caititu, Mato Cipo, Cabaceiras, Quebradas, água Boa, Onça, Miguel, Lagoa Rasa, Pedra Melada, Boa Vista, Pegador Barraquinha, Inchu, Vinte e Um, Povoado de Feirinha e Povoado Salvado Grande. A Adutora da Barragem da Pedra/Manoel Vitorino, que está sendo pleiteada irá beneficiar uma população de cerca de 15 mil pessoas, além de ampliar a capacidade de irrigação da produção agrícola que constitui a base da economia regional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2370 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3355 - Severiano Alves	33550002

PROGRAMA

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO

12CE Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Aeroporto construído (unidade)	2
--------------------------------	---

JUSTIFICATIVA

Os investimentos em infraestrutura e logística apresentam-se como pré-requisitos fundamentais para a criação das condições a um desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia.

A construção da Ferrovia Oeste da ferrovia Oeste - Leste, por exemplo, aumentará a competitividade dos produtos do agronegócio baiano e integrará o Oeste da Bahia com o litoral, dinamizando a área intermediária localizada no semi-árido baiano. O fortalecimento de outros modais, a exemplo do aeroviário, potencializará, além disso, em especial o rodoviário e o ferroviário, contribuindo para o incremento na circulação de pessoas e dinamização de novas atividades econômicas, com destaque para a área de serviços e da atividade turística.

Nessa perspectiva, a construção de novos aeroportos e aeródromos nos municípios de Jacobina e Santo Antônio de Jesus passa a ser prioritário para a consolidação desta integração do território baiano.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2371 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3355 - Severiano Alves

EMENDA

33550003

PROGRAMA

1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

AÇÃO

1H10 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade de ensino implantada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

3

JUSTIFICATIVA

A extensão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica apresenta-se como uma prioridade absoluta na medida que contribui diretamente pra a inserção dos jovens no mundo do trabalho, possibilitando a volta e a permanência de muitos jovens na escola. A falta de capacitação profissional associada com os efeitos da crise financeira internacional vem contribuindo para o aumento das taxas de desemprego nos centros urbanos, que se reflete no aumento da incidência da criminalidade envolvendo jovens. Nessa perspectiva, o pleito proposto para os municípios de Jacobina, Tucano, Serrinha se justifica pela alta taxa de retorno social que se refletirá nos municípios que implantarão a unidade de ensino, e a sua área de influencia, beneficiando milhares de baianos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2372 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3355 - Severiano Alves	33550004

PROGRAMA

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

10V0 Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto realizado (unidade)

50

JUSTIFICATIVA

A Bahia está entre os estados de maior expressão turística do país. Nela são destacadas diversas formas, a exemplo, dos turismos histórico / cultural, religioso, ecológico, dentre outros, localizados em Salvador e em várias outras cidades e regiões do interior do Estado.

Mais recentemente, vem-se dando ênfase ao turismo social como uma forma de inclusão ds classes trabalhadoras e das comunidades organizadas, em roteiros turísticos. Cabe aos governos apoiar essas iniciativas, ampliando os investimentos nas infraestruturas (de transporte, saneamento básico, dentre outras) necessárias à sua viabilidade, bem como promover a dinamização e sustentabilidade desse mercado consumidor e gerador de oportunidades de trabalho e renda.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2373 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
3355 - Severiano Alves		33550005
PROGRAMA		
1448 Qualidade na Escola		
AÇÃO		
09CW Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Escola apoiada (unidade)		250
JUSTIFICATIVA		
A presente proposta visa melhorar a qualidade da Rede Pública de Ensino Infantil em municípios do Estado da Bahia.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2374 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3357 - Silas Brasileiro	33570001

PROGRAMA

0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira

AÇÃO

0012 Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Financiamento concedido (unidade)	100.000
-----------------------------------	---------

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa alocar às linhas de crédito rural e agroindustrial que se destinam a financiar a manutenção e desenvolvimento da cafeicultura. O objetivo é precipuamente equalizar a taxa de juros e concessões de financiamentos destinados ao custeio dos tratamentos culturais da lavoura, da colheita, da estocagem, da comercialização e ao investimento para modernização dos equipamentos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2375 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570002

PROGRAMA

0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira

AÇÃO

4803 Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Pesquisa desenvolvida (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

550

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda à LDO/2011, visa aumentar a meta orçamentária na ação de pesquisa e desenvolvimento da cafeicultura nacional propiciando um aumento no efetivo avanço tecnológico na pesquisa cafeeira, e em contrapartida diminuir a defasagens na produção e rendimentos da cultura. Serão desta feita alcançados esforços para a recuperação e implantação de lavouras dentro de novos padrões tecnológicos, que visem maior produtividade e qualidade nos diversos processos do agronegócio café no país. Nos últimos anos, embora esforços tenham sido despendidos, a produtividade média de café em algumas regiões no país continua na faixa de 10 sacos beneficiados por hectare, muito abaixo do seu potencial. A qualificação e quantificação dos problemas e a busca de soluções, com o envolvimento de todos os setores, é um passo decisivo para retomar o processo de desenvolvimento do café, obtenção de um produto de boa qualidade e retornos econômicos satisfatórios. A retomada do desenvolvimento do café depende da ação articulada e participativa de todos os setores que atuam na cadeia do café, da produção ao consumo. A pesquisa e o desenvolvimento do Cafeicultura visam o crescimento do agronegócio neste setor e o estabelecimento de canais formalizados e eficazes de comunicação e intercâmbio entre as instituições de pesquisa, de assistência técnica, produtores, cooperativas e associações; indústrias, comércio e todos os agentes do agronegócio café brasileiro, substituindo o esporádico pelo sistematizado e o informal pelo institucionalizado. Os avanços conseguidos serão amplamente difundidos, através de mecanismos que viabilizem o intercâmbio permanente das informações geradas, possibilitando que os benefícios sejam ampliados e democratizados aos agentes da cadeia produtiva, em decorrência do maior acesso e apropriação dos conhecimentos e tecnologias geradas. Devido à grande importância do café e levando em consideração as diferenças regionais de caráter social, econômico, cultural e edafoclimático, os principais estados produtores sempre mantiveram, através das instituições públicas, programas de pesquisa cafeeira com vistas a desenvolver modelos tecnológicos de produção que atendessem as necessidades regionais. A descontinuidade dos investimentos em pesquisa, a desarticulação institucional e mesmo a paralisação total de programas acarretam hoje para o País, um cenário de crescente defasagem no campo tecnológico, com riscos para a qualidade, a produtividade e a competitividade do produto nacional e para a permanência da cadeia produtiva do café como atividade viável e crescente a longo prazo. De longa data reduziu-se a pesquisa cafeeira no Brasil e vários projetos estabelecidos, de importância para a cafeicultura, foram desativados ou se encontram em ritmo lento de execução. Esse fato é grandemente desfavorável à cafeicultura nacional. Enquanto a pesquisa cafeeira é relegada a plano secundário no Brasil, países concorrentes como a Costa Rica, Colômbia, México, Quênia e Índia têm feito grandes investimentos em pesquisa na cultura do café, visando o aprimoramento da qualidade, produtividade e competitividade, o que tem contribuído para perdas sucessivas de posições do agronegócio brasileiro no cenário internacional. Assim, se faz necessário desenvolver estudos e pesquisas capazes de dar sustentação tecnológica e econômica ao agronegócio café, através da integração das instituições de pesquisa entre si e todos os demais componentes do setor cafeeiro, no sentido de expandir e consolidar a capacidade de identificação de problemas, geração e difusão de tecnologias e informações, necessários ao pleno desenvolvimento do café brasileiro. Para tanto, o objetivos a serem alcançados estão diretamente relacionados ao desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e estudos sócio-econômicos e mercadológicos, em atendimento às demandas prioritárias do setor; a constituição de banco de dados da documentação cafeeira e da biblioteca de referência da cultura do café; acompanhamento e análise da lavoura cafeeira e do negócio café; fornecimento de subsídios à política cafeeira brasileira; difusão tecnológica e informações; fornecimento de serviços e produtos tecnológicos; treinamento e capacitação de recursos humanos e por fim, a capacitação de usuários e clientes.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2376 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570003

PROGRAMA

1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social

AÇÃO4682 Pesquisa e Desenvolvimento para Diferenciação e Agregação de Valor à Produção
Extrativista, Agropecuária e Agroindustrial de Pequena Escala**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)****ACRÉSCIMO DE META**

Pesquisa desenvolvida (unidade)

100

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa garantir a prioridade no Orçamento Geral da União das ações de pesquisa aplicada aos processos produtivos típicos da agricultura familiar, seja voltados ao extrativismo, agroindústria ou atividades agropecuárias tradicionais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2377 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570004

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 3º Mantida a meta de superávit primário para o setor público consolidado estabelecida no caput deste artigo, a parcela referente aos Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser reduzida em até 0,05% (cinco centésimos por cento) do PIB, desde que essa redução seja destinada para investimentos.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo. Trata-se de dispositivo que permite destinar a investimentos parcela superavit de Estados e Municípios até o limite de 0,05% (cinco centésimos por cento) do PIB.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2378 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3357 - Silas Brasileiro	33570005

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20

TEXTO PROPOSTO

§... A despesa empenhada no exercício de 2011 relativa a publicidade, diária, passagem e locomoção, no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, não excederá os valores empenhados no exercício de 2010, excluindo-se, na apuração de ambos os exercícios, as despesas relativas às ações finalísticas para o atendimento à segurança pública, fiscalização, vigilância sanitária e epidemiológica, defesa civil, eleições, ações integrantes do PAC, as despesas com a equipe de transição do candidato eleito ao cargo de Presidente da República e as voltadas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, dispositivo definido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 e vetado pelo Poder Executivo. Trata-se de dispositivo que visa limitar despesas com publicidade, diárias, passagens e locomoção.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2379 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3357 - Silas Brasileiro	33570006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 91

TEXTO PROPOSTO

§.... Os projetos de lei e medidas provisórias que, direta ou indiretamente, acarretem renúncia de receita tributária, financeira, patrimonial ou de transferências de Estado, do Distrito Federal ou de Município, deverão ser acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro na arrecadação desses entes.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Poder Executivo que estabelece necessidade de estimativa de impacto para renúncia de receita.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2380 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3357 - Silas Brasileiro	33570007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso XIII ao art. 20 do PLDO 2011:

Art. 20 (...)

XIII - Pagamento, a qualquer título, de assistência médica e odontológica de quem não perceba remuneração, provento e/ou pensão pagos pela Administração Pública Federal, ressalvado o caso de dependentes legais de agentes públicos federais.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de emenda que visa coibir a concessão de benefícios a quem não pertence aos quadros da União.

Nos termos do art. 230 da Lei nº 8.112/90, a assistência a saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS ou diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou, ainda, mediante convênio ou contrato, na forma estabelecida em regulamento.

Portanto, ressalvada utilização dos serviços ofertados pelo SUS, não se justifica que o Governo Federal arque com despesas médicas ou odontológicas de quem não ostenta relação direta de trabalho com a União.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2381 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 51

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o § 2º, art. 51:

Art. 51

§ 2º Para fins do art. 195, § 5º, da Constituição, o Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 conterão demonstrativo das alterações nos benefícios ou serviços da seguridade social, indicando a correspondente fonte de custeio, a proposição legislativa e correspondente crédito orçamentário detentor da dotação suficiente para financiamento do impacto orçamentário-financeiro estimado nos termos do art. 123 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O art. 195, § 5º, da Constituição determina que: § 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Ocorre que o controle do dispositivo tem-se se mostrado de difícil atingimento, como o prova o crescente déficit da previdência social.

Propõe-se a adoção de mecanismo semelhante ao hoje já adotado para as proposições que aumentem gastos com pessoal, fundados no art. 169 da Constituição federal.

A constituição do demonstrativo permitirá a formação de um foro para discussão e avaliação do mérito das melhores alternativas em termos de formulação de políticas públicas na área da seguridade social, compreendida aí as áreas de saúde, previdência e assistência social.

Durante o processo orçamentário o demonstrativo encaminhado pelo Poder Executivo pode ser alterado por meio de emendas parlamentares.

O mecanismo permitirá a compensação de proposições que de outra maneira nunca seriam aprovadas pelo Congresso Nacional, em especial as de iniciativa parlamentar.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2382 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20

TEXTO PROPOSTO

Art. 20

§5º Fica vedado o pagamento integral de despesas de convênios ou contratos relacionadas a assistência médica ou odontológica de agente público federal, seus dependentes e pensionistas.

JUSTIFICATIVA

Segundo dispõe a Lei 8.112/90, a assistência à saúde pode ser prestada de três formas. Por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, na forma estabelecida em regulamento.

Na última hipótese, por se tratar de convênio ou contratos, deve haver naturalmente a participação do agente no total da despesa, não se justificando que a União arque com a integralidade dos gastos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2383 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o § 7º ao art. 36 do PLDO 2011;

Art. 36.

§ 7º Para efeito do que dispõem os arts. 32 e 34 desta Lei, a escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a celebração de Termo de Parceria com o governo federal dependerá de processo de seleção, com ampla divulgação.

JUSTIFICATIVA

A emenda tem o objetivo de resgatar dispositivo inserido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 no sentido de exigir seleção para firmar termo de parceria com a União.

Tem ainda a finalidade de resgatar antiga orientação das LDOs com a obrigatoriedade de publicação de critérios para destinação de recursos a entidades privadas. Além disso, visa reforçar determinações da Corte de Contas constantes dos Acórdãos nº 1.777/2005-Plenário/TCU e 1331/2008-Plenário, no sentido de tornar obrigatória a realização de concurso para escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que firmará termo de parceria com o Estado.

Ressalte-se que tal entendimento (determinação) é ainda reforçado pelo Decreto nº 3.100/1999 (art. 23), que expressamente prevê a possibilidade de realização de concurso com publicação de edital para escolha de tais entidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2384 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 93 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§ 7º Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária de 2010, o Poder Executivo deverá considerar:

I - o valor da renúncia de receita decorrente de proposições legislativas de sua autoria em tramitação no Congresso Nacional; e

II - o Projeto de Lei nº 2.472, de 2003.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo, vetado pelo Executivo no PLDO para 2010, que estabelece obrigações para a estimativa de receitas do Projeto de Lei Orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2385 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 111

TEXTO PROPOSTO

§ 7º Os órgãos de controle definirão a metodologia de seleção e avaliação dos itens de custo mais relevantes que correspondam a até 80 % (oitenta por cento) do custo global para fins de aplicação do caput deste artigo.

JUSTIFICATIVA

Restabelecimento de dispositivo vetado na LDO 2010, estabelecendo que os órgãos de controle definirão a metodologia de seleção e avaliação dos itens de custo mais relevantes que correspondam a até 80 % (oitenta por cento) do custo global para fins de aplicação da regra prevista no caput do artigo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2386 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570013

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o § 7º ao art. 36 do PLDO 2011:

§ 7º A seleção prevista no inciso III do art 33, aplica-se ao inciso II do art. 32 e ao inciso V do art. 34.

JUSTIFICATIVA

A seleção pública para escolha da instituição atende o princípio da igualdade e se encontra em consonância com o disposto nas LDOs dos últimos anos (art. 36, VI, da LDO para 2010).

Referido entendimento sobre a necessidade de processo seletivo é ainda endossado pelo Executivo, que regulou a possibilidade de chamamento público para celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos no Decreto nº 6.170, de 2007 (art. 4º) e a realização de concursos de projetos para a celebração do Termo de Parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Decreto nº 3.100, de 1999 (art. 23).

Não menos importante são as recentes decisões do TCU sobre o assunto, "determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a inclusão em normativo próprio de dispositivo que obrigue a aplicação do critério de seleção de Oscip previsto no art. 23 do Decreto n.º 3.100/99 em toda e qualquer situação" (Acórdão TCU nº 1777/2005 - Plenário, Ata 43/2005, Sessão 09/11/2005, aprovação 16/11/2005, Dou 22/11/2005), e "recomendendo à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão n. 1.777/2005-TCU-Plenário" (Acórdão 2066/2006 - Plenário, Ata 45/2006, Sessão 08/11/2006, aprovação 09/11/2006, Dou 13/11/2006).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2387 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570014**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 93 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o § 7º ao art. 93 do PLDO 2011:

§7º No caso de tributos de natureza vinculada, além do disposto no parágrafo anterior exigir-se-á a demonstração, devidamente justificada, da necessidade de instituição ou ampliação do tributo para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

JUSTIFICATIVA

Uma vez que praticamente todos os tributos não-vinculados já foram instituídos e possuem regras próprias para aumento na Constituição e na legislação ordinária, tem sido prática constante a instituição de contribuições e de taxas por novos serviços a serem prestados ao contribuinte.

A presente emenda visa regular a elaboração de leis que veiculem novas exações vinculadas, ou a ampliação das já existentes, de forma a que também demonstrem previamente o custo e a necessidade do serviço a ser prestado ao contribuinte, que arcará com o tributo.

O que se pretende, é exigir a demonstração da necessidade e dos custos de novas exações em relação ao serviço a ser prestado ao contribuinte, como uma espécie de adequação social para instituição de novas exações.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2388 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3357 - Silas Brasileiro	33570015

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

e) ampliação de instalações físicas de entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada na área de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, inclusive de assistência a portadores de DST/AIDS, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde.

JUSTIFICATIVA

Cerca de 80% dos serviços do SUS são prestados por entidades conveniadas, entre elas, as Santas Casas de Misericórdia. Permitir a ampliação física desses hospitais, entidades privadas sem fins lucrativos, certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde, que atuam, de forma continuada, no atendimento direto e gratuito ao público, é uma forma de otimizar a estrutura já existente e oferecer à população atendimento mais adequado, com melhor qualidade. A par da melhoria desses serviços, o despêndio governamental tende a ser menor do que aquele se tivesse que construir, equipar e manter um novo hospital.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2389 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570016

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso X ao §1º do art. 20 do PLDO 2011:

Art. 20

§1º

X - No inciso XIII do caput deste artigo, quando prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de emenda que visa coibir a concessão de benefícios a quem não pertence aos quadros da União.

Nos termos do art. 230 da Lei nº 8.112/90, a assistência a saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS ou diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou, ainda, mediante convênio ou contrato, na forma estabelecida em regulamento.

Portanto, ressalvada utilização dos serviços ofertados pelo SUS, não se justifica que o Governo Federal arque com despesas médicas ou odontológicas de quem não ostenta relação direta de trabalho com a União.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2390 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3357 - Silas Brasileiro	33570017

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o inciso XI ao Art. 36 do PLDO 2011:

XI - publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

JUSTIFICATIVA

Há anos o Legislativo inseriu dispositivo na LDO exigindo que o Executivo publicasse normas e critérios para seleção de entidades privadas aptas a receberem transferências de recursos públicos federais.

O PLDO para 2011 suprime tal dispositivo.

Propomos que se resgate o antigo dispositivo



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2391 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570018

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 12

TEXTO PROPOSTO

Art. 12. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

XXIV - ao atendimento das despesas previstas no §1º do art. 20 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda com a finalidade de aprimorar o dispositivo, uma vez que o §1º do art. 20, já exige que a dotação esteja prevista em categoria de programação específica. Porém, tais despesas não se encontram elencadas no art. 12



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2392 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570019

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XXXIII

TEXTO PROPOSTO

XXXIV - demonstrativo atualizado da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado de que trata o anexo IV.7 desta Lei, em observância ao disposto no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2010; e

JUSTIFICATIVA

Restabelece demonstrativo das Informações Complementares, vetado na LDO de 2010, relativo à margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2393 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570020**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

7. Pagamento das ações e serviços socioassistenciais cofinanciados pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

8. Despesas com alimentação do Exército, prevista na ação logística de alimentação, veterinária e agrícola, de acordo com o previsto na letra "g" do inciso IV do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;

9. Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental;

10. Despesas com aprimoramento da execução penal; e

11. Despesas relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Anexo IV, diversas despesas que não devem ser objeto de limitação de empenho, cuja inclusão no Anexo foi vetada pelo Executivo no PLDO 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2394 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3357 - Silas Brasileiro	33570021

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 2

TEXTO PROPOSTO

§ 3º Para fins da obtenção da meta fixada no caput deste artigo para o Programa de Dispendios Globais, as proposições legislativas relativas às empresas nele incluídas submetem-se ao disposto no art. 123 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

A emenda exige que as proposições em tramitação no Congresso Nacional que afetem o Programa de Dispendios Globais, custeio, essencialmente pessoal, também submetam-se às restrições de natureza fiscal a que estão constringidas as proposições com impacto orçamentário e financeiro da União. Assim, a medida tem caráter de controle e permitirá avaliar previamente a observância do resultado fiscal fixado pela LDO/2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2395 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570022

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 71 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

IV - constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO de 2010 vetado pelo Executivo que veda a limitação de empenho de programação de RP 3 (PAC).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2396 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570023

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 12 Inciso XXI

TEXTO PROPOSTO

XXIV - à concessão de ajuda e doações a países estrangeiros, que deverão ser nominalmente identificadas na Lei Orçamentária;

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda com a finalidade de conferir transparência à realização de ajuda a países estrangeiros.

Tendo em vista se tratar de despesas que não importam contraprestação em bens e serviços, é fundamental que o Congresso Nacional tenha a possibilidade de apreciar o montante a ser destinado a tais finalidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2397 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570024

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 55 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 4º É vedada a alteração do identificador de resultado primário 3 (RP 3), quando a respectiva programação houver sido incluída pelo Congresso Nacional.

JUSTIFICATIVA

Restabelece dispositivo do PLDO para 2010 vetado pelo Executivo que veda a alteração do identificador de resultado primário 3 (RP 3), quando a respectiva programação houver sido incluída pelo Congresso Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2398 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
3357 - Silas Brasileiro

EMENDA
33570025

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 102

TEXTO PROPOSTO

NOVO ARTIGO. Para assegurar efetividade ao disposto no artigo 102, todo documento de gestão orçamentária ou financeira, inclusive contrato, convênio, ordem bancária, DARF, etc., dos Poderes e do Ministério Público, deve conter, no mínimo, as seguintes informações relativas à respectiva programação:

I - Exercício orçamentário;

II - Exercício financeiro;

III - Unidade Orçamentária;

IV - Código da funcional da despesa ou da natureza da receita;

§ 1º Os sistemas e bases de dados relativos à execução orçamentária e financeira devem estar estruturados e interrelacionados de modo a permitir o acesso, para fins de acompanhamento e fiscalização, a qualquer informação, documento ou relatório, em qualquer nível, a partir dos dados orçamentários básicos constantes dos incisos deste artigo.

§ 2º Os sistemas orçamentários e financeiros conterão mecanismos para impedir lacuna, omissão ou falha no registro de dado ou informação essencial, necessária ou relevante para o acompanhamento ou fiscalização dos atos orçamentários e financeiros, considerando especialmente:

I - elementos da classificação orçamentária;

II - elementos da classificação econômica;

III - a localidade, UF e Região beneficiada pela despesa;

IV - a entidade beneficiária;

V - o instrumento legal ou administrativo de autorização da despesa; e

VI - dados essenciais da licitação aplicada à respectiva despesa ou ato legal ou administrativo base para sua dispensa ou

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda para estabelecer diretrizes e requisitos mínimos para os sistemas e bases de dados orçamentários e financeiros, com o propósito de assegurar maior efetividade no acompanhamento, controle ou fiscalização dos atos orçamentários, financeiros e administrativos relacionados ao registro e execução do orçamento da União.

A iniciativa decorre da dificuldade de obtenção, pelo Congresso Nacional, de informações orçamentárias e financeiras, devido a limitações da estrutura e de conteúdo do SIAFI e de outras bases de dados e sistemas disponibilizados pelo poder Executivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2399 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3357 - Silas Brasileiro	33570026

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XII Alinea a Item 5

TEXTO PROPOSTO

5. Receita de dividendos, discriminada por empresa, com a arrecadação estimada e a realizada nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e a estimada para 2011, indicando data de recolhimento, forma de pagamento, bem como os valores recolhidos a título de adiantamento, devendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminhar à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, em 30 de setembro e em 30 de novembro de 2010, demonstrativo atualizado dessa receita;

JUSTIFICATIVA

Restabelece documento a ser encaminhado ao Congresso como parte das Informações Complementares: Demonstrativo da receita de dividendos das empresas estatais, desde 2008 e a estimada para 2011. Dispositivo foi vetado na LDO 2010 e representa importante instrumento para acompanhamento, pelo Congresso, da atuação e desempenho das empresas estatais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2400 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
3357 - Silas Brasileiro

EMENDA
33570027

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 20 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

Modifica o §1º do art. 20 do PLDO 2011:

Art. 20

§1º Desde que as despesas sejam identificadas e discriminadas em categorias de programação específicas na Lei Orçamentária de 2010, excluem-se da vedação prevista:

JUSTIFICATIVA

Como regra geral, desde 1990, as LDOs vêm sistematicamente estabelecendo vedações à destinação de recursos públicos para determinadas finalidades.

Todavia, considerando a existência de situações concretas, que excepcionalmente podem exigir a realização dessas despesas, a LDO também contém dispositivo que afasta tais vedações. Na prática, a LDO estabelece a vedação, mas prevê situações excepcionais para sua realização. Por isso a despesa deve se enquadrar em uma das exceções legais e se encontrar identificada e discriminada em categoria de programação específica no Orçamento.

Ocorre que o PLDO 2011 (art. 20, §1º) propõe nova redação ao dispositivo que afasta a apreciação ex-ante do Parlamento sobre tais despesas, uma vez que não precisarão constar de forma discriminada na peça orçamentária (art. 20, §1º, do PLDO 2011).

A presente emenda visa resgatar a redação anterior e manter a possibilidade de análise pelo Parlamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2401 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570028

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 93 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

§ 6º O projeto de lei ou medida provisória que institua ou aumente exações com natureza de tributos vinculados somente será aprovado se demonstrada, inclusive financeiramente, a necessidade de sua instituição ou de seu aumento para a prestação de serviço público ao contribuinte ou o exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo do tributo.

JUSTIFICATIVA

Uma vez que praticamente todos os tributos não-vinculados já foram instituídos e possuem regras próprias na Constituição e na legislação para aumento, tem sido prática constante a instituição de contribuições e taxas por novos serviços a serem prestados ao contribuinte. A presente emenda visa regular a elaboração de leis que veiculem novas exceções vinculadas, ou a ampliação das já existentes, de forma a que demonstrem previamente o custo e a necessidade do serviço a ser prestado ao contribuinte, que arcará com o tributo. O que se pretende, é exigir a demonstração da necessidade e dos custos de novas exações em relação ao serviço a ser prestado ao contribuinte, como uma espécie de adequação social para instituição de novas exações.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2402 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
3357 - Silas Brasileiro

EMENDA
33570029

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 123

TEXTO PROPOSTO

DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO ART. 123 DO PLDO/2011:

Art. 123. As proposições legislativas, sob a forma de projeto de lei, decreto legislativo ou medida provisória, que importem ou autorizem diminuição da receita ou aumento de despesa da União no exercício de 2011 deverão estar acompanhadas de estimativa desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2011 a 2013, detalhando a memória de cálculo respectiva e apresentarem a correspondente compensação, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão da União, acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 2º Os Poderes e o MPU, encaminharão, quando solicitados pelo Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa em apreciação pelo órgão colegiado, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerá os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 3º Os órgãos mencionados no § 1º deste artigo atribuirão a órgão de sua estrutura administrativa a responsabilidade pelo cumprimento do disposto neste artigo.

§ 4º A remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios financeiros futuros do impacto orçamentário-financeiro da proposição não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação previstas no caput deste artigo.

§ 5º Considera-se a diminuição da receita ou o aumento da despesa prevista no caput deste artigo em termos nominais, sendo que a simples presunção de compensação por fatos ou efeitos econômicos ou financeiros decorrentes da proposição legislativa não a exime da estimativa e compensação orçamentário-financeira.

§ 6º Consideram-se compensados, para fins deste artigo, as proposições constantes do Anexo IV - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias que tenha dotação suficiente para seu impacto no exercício na lei orçamentária para 2011.

§ 7º Aplica-se o disposto neste artigo às proposições legislativas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial, restrita a vigência legal a no máximo cinco anos, facultada sua compensação mediante o cancelamento de despesas em valor equivalente.

§ 8º As disposições desta Lei aplicam-se inclusive às proposições que se encontrem em tramitação no Congresso Nacional.

§ 9º As proposições decorrentes do disposto no art. 21, XIV, da Constituição, submetem-se às disposições desta Lei.

JUSTIFICATIVA

As alterações propostas ao art. 123 do PLDO/2011 aperfeiçoam dispositivos necessários à manutenção do equilíbrio fiscal do estado brasileiro, em especial da União. As alterações aperfeiçoam o instrumento de controle do equilíbrio fiscal de médio e longo prazo desempenhado pelo exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da legislação permanente.

A menção no caput do artigo ao gênero "proposições legislativas" visa exclusivamente reduzir as remissões ao longo do dispositivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2403 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570029

JUSTIFICATIVA

A inclusão no artigo dos decretos legislativos como proposições submetidas ao controle disciplinado pelo dispositivo nada mais é do que expressar o que já é efetivamente realizado pelo Congresso Nacional durante o exame de compatibilidade e adequação orçamentário e financeiro.

A inclusão in fine no caput do artigo da remissão aos dispositivos que fundam o próprio artigo, nos termos das disposições constitucionais e legais que regem a matéria, somente explicitam os fundamentos constitucionais e legais que hoje já sustentam o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das proposições legislativas, como os arts. 169 (gastos com pessoal) e 195, § 5º (benefícios da seguridade social : previdenciários, assistenciais e da saúde), assim como outros diplomas legais que não as leis do ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA) a exemplo da LRF e Lei 4.320/64.

A inclusão no § 4º do artigo da hipótese de remissão à futura legislação traz para a LDO entendimento consolidado na Comissão de Finanças e Tributação de que remeter à futura regulamentação ou legislação não afasta a necessidade da proposição já consignar seu impacto e compensação.

O novo § 5º igualmente expressa interpretação autêntica do legislador, que hoje já assim procede quando considera a diminuição da receita ou o aumento da despesa em termos nominais, e não reais, afastando interpretações de que a simples atualização de limites e classes de contribuintes de tributos ou de benefícios, exceto exceções legais como o art. 25 da LRF, não teriam impacto orçamentário-financeiro para fins dos arts. 14 e 17 da LRF. No mesmo sentido, explicita que a simples presunção de compensação por fatos ou efeitos econômicos ou financeiros decorrentes da proposição legislativa não a exime da estimativa e compensação orçamentário-financeira

O novo § 6º do artigo meramente reafirma o caráter neutralizador, sob o prisma fiscal, da inserção de proposições, para fins de compensação, no Anexo IV - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias, desde que tenha dotação suficiente para seu impacto no exercício na lei orçamentária para 2011. Ou seja, não basta a inserção no Demonstrativo, exige-se que tenha dotação suficiente na lei orçamentária correspondente.

Para fins de boa técnica legislativa, fundem-se os antigos §§ 7º e 8º em um só, sem qualquer outra implicação normativa.

O novo § 9º traz ao disciplinamento do regime de responsabilidade fiscal as proposições relativas ao art. 21, XIV, da Constituição que atribui obrigação à União de organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio.

Só a existência de fundo específico não exime tais proposições de demonstrarem seu impacto orçamentário-financeiro e suficiência de recursos para seu financiamento, no caso, demonstrar que os recursos do FCDF são suficientes, mantidos os outros dispêndios já legislados, de arcar com as novas obrigações instituídas pela proposição em exame.

Assim, pedimos a nossos pares o apoio à iniciativa depuradora de proposições que contenham desequilíbrios fiscais e em desacordo com a boas regras do regime da responsabilidade fiscal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2404 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570030**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 13

TEXTO PROPOSTO

Dê-se ao art. 13 do PLDO a seguinte redação:

Art. 13. (...)

§1º (...)

III - para atender expansão de despesa obrigatória de caráter continuado e para compensar medida de desoneração de receita não considerada na estimativa do projeto de lei orçamentária.

(...)

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e a respectiva Lei consignarão recursos, no montante mínimo de 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida, destinados à constituição de reserva para atender a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado ou renúncias de receita, considerada como despesa primária para efeito da apuração do resultado fiscal.

§ 3º A reserva constituída nos termos do § 2º deste artigo será considerada como compensação, durante o exercício financeiro de 2011, pelo órgão colegiado legislativo permanente com a atribuição de examinar a adequação orçamentária e financeira das proposições em tramitação no Congresso Nacional;

§ 4º As proposições mencionadas no § 3º deste artigo, independente de sua autoria, deverão ter demonstrada previamente sua compatibilidade com a legislação financeira correlata, em especial com o Plano Plurianual e com esta Lei.

§ 5º A apropriação da reserva constituída nos termos deste artigo observará critérios previamente fixados pelo órgão mencionado no § 3º deste artigo, que comunicará ao Poder Executivo as proposições que vierem a ser consideradas adequadas, para fins de abertura do crédito adicional correspondente.

JUSTIFICATIVA

A emenda acima propõe a concretização dos institutos fixados pelo art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, que exige demonstração da neutralidade fiscal das proposições que gerem gastos tributários ou despesas obrigatórias continuadas, nos termos de seus arts. 14 e 17, respectivamente.

Como é consabido, as proposições de iniciativa parlamentar encontram dificuldades para apresentar tal neutralidade em razão da ausência de iniciativa financeiro-orçamentária por força constitucional.

Dessa forma, como forma de viabilizar a adequação de proposições que tenham seu mérito acolhido previamente pelas comissões permanentes temáticas, propõe-se a fixação, desde já na LDO, de dispositivo que determine a constituição de reserva de recursos para fazer face à escassez de recursos que sirvam de compensação para proposições que tenham impacto e tramitem pelo Congresso Nacional.

A proposta orçamentária consignará recursos, no montante mínimo de um por cento da receita corrente líquida destinados à constituição de reserva da margem de expansão das despesas obrigatórias continuadas, a serem apropriadas durante o exercício financeiro de 2011 pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, conforme critérios previamente fixados pelo órgão técnico legislativo e que assegurem tratamento equânime a todas as proposições que se apresentem com seu impacto devidamente estimado e demonstrem compatibilidade com a legislação financeira correlata.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2405 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570030

JUSTIFICATIVA

Ressaltamos que a reserva aqui propugnada, apesar de motivo de veto presidencial na LDO/2009, foi motivo de emenda da Comissão de Finanças e Tributação no processo orçamentário de 2009 e foi utilizada em 2009, com a compensação por meio de apropriação de crédito orçamentário com dotação para reserva específica destinada à desoneração de receitas, constante da Lei Orçamentária para 2009. A dotação da reserva destinou-se à adequação do Projeto de Lei nº 3.795/04, que "institui bolsa de estudos, denominada 'bolsa-estágio'", com o objetivo de apoiar estudantes do ensino superior, tendo como contrapartida a prestação de serviços destes, como estagiários" com seu apensado PL 4584/04 tendo impacto orçamentário e financeiro estimado pela Receita Federal do Brasil em R\$ 54 milhões em 2009. A proposição foi considerada compatível e adequada pela CFT em reunião de 16.12.2009, e hoje encontra-se em tramitação na CCJC/CD.

Todavia, como já mencionado, dispositivo semelhante já motivo de veto presidencial nas duas últimas LDOs sob o argumento de que :

O art. 17 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece as condições necessárias para que se promova a criação e/ou expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Em função desse dispositivo legal, o Poder Executivo encaminha anualmente, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, um anexo contendo o demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias.

Dessa forma, o Projeto de Lei Orçamentária para 2010 já deverá conter todas as estimativas de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e as renúncias de receita aprovadas até o dia 31 de agosto de 2009. Não há como considerar expectativas de expansão, excetuadas aquelas definidas na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, como a garantia de recursos para cobertura de despesas influenciadas pelo salário mínimo.

O objetivo dos dispositivos seria possibilitar ao órgão colegiado legislativo permanente utilizar essa reserva para garantir a adequação das propostas de expansão para as despesas obrigatórias de caráter continuado ou renúncias de receita em termos de equilíbrio fiscal. Ocorre que esta previsão na Lei Orçamentária não é suficiente para atender plenamente os dispositivos da LRF, que exigem, também, a compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, itens não abarcados pelo texto do projeto de lei.

Ademais, pela redação dada ao § 4o do art. 13, essa reserva só poderia ser utilizada pelo Poder Legislativo, caracterizando uma diferenciação no tratamento entre os Poderes, no que tange à observação do disposto no art. 17 da LRF.

O veto presidencial repete exatamente os mesmos argumentos opostos quando dos vetos à LDO/2009. A reiterada recusa do Poder Executivo em conciliar o processo orçamentário com o legislativo permanente, na busca de mecanismos que assegurem concomitantemente o equilíbrio fiscal e a iniciativa parlamentar constitucionalmente assegurada, demonstra sua resistência à participação do Poder Legislativo na formulação de políticas públicas de longo prazo que tenham impacto orçamentário-financeiro significativo.

As exigências formuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, insitas nos arts. 14, 17 e 24, de compensação específica, tópica, no próprio texto legal, significou ao Poder Legislativo a quase impossibilidade de editar leis que aumentem despesas obrigatórias ou que impliquem renúncia de receita, vez que não dispõe de meios para indicar fontes compensatórias próprias. Em vista dessa dificuldade, foi proposta a criação de reserva que viesse a viabilizar, ainda que de forma tímida, a atuação legislativa, sem comprometer o necessário regime da responsabilidade fiscal.

Os mecanismos de compensação introduzidos pela LRF, nos artigos 14, 17 e 24, mostram que as medidas de compensação devem constar do mesmo ato que cria ou aumenta a despesa. Com



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2406 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570030

JUSTIFICATIVA

esse desiderato, o Governo geralmente indica, genericamente, como fonte o crescimento de arrecadação ou a margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado, abstando-se da indicação de medidas concretas e específicas, a exemplo da edição da legislação que reduza a despesa obrigatória permanente.

Ressalte-se que a alocação dos recursos que compõem a reserva não implica discriminação de proposições em face de sua origem. Inexiste qualquer preceito nos dispositivos vetados que permitam tal interpretação. O diploma restringe-se a indicar a competência de órgão legislativo para apropriar os recursos durante o processo legislativo ordinário. Assim, a nova proposta explicita que a escolha da proposição beneficiada com a compensação independe de sua autoria.

Assim, a formação de reserva para fins de compensação de proposições que afetem o equilíbrio fiscal, já na lei orçamentária anual, permitiria compatibilizar a necessidade desse equilíbrio com nossa cultura político-legislativa, adequando e compatibilizando proposições originárias de todos o Poderes e não só do Legislativo, como afirmado nas razões do veto. Medida realista, equânime e coerente com o regime da responsabilidade fiscal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2407 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570031**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 25

TEXTO PROPOSTO

Art. 25. Fica vedado o reajuste superior à atualização monetária, no exercício de 2011, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, quando o valor unitário vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes e do MPU for superior ao valor médio da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2010.

JUSTIFICATIVA

Cabe à LDO estabelecer parâmetros para os gastos públicos, e não congelar gastos referentes a despesas indenizatórias previstas em legislação especial (§1º do art. 22 da Lei nº 8.460/92).

Nesse sentido propõe-se que fique vedado aumento superior ao da atualização monetária do para o benefício de auxílio-alimentação ou refeição que tiver valor unitário superior ao valor médio da União.

Propõe-se ainda a supressão da vedação em relação às despesas com assistência médica e odontológica uma vez que se trata de gasto ajustado em função de contrato e/ou convênio, conforme regula o art. 230 da Lei nº 8.112/90. Ademais, não se pode afastar as peculiaridades inerentes a Cada Poder, que já seriam suficientes para justificar tratamentos distintos em relação a tais gastos, mormente em relação a utilização de médias unitárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2408 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
3357 - Silas Brasileiro

EMENDA
33570032

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 32

TEXTO PROPOSTO

Art. 32. É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos nos termos do art. 12, § 3º da Lei nº 9.532, de 1997, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, observado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, e que preencham uma das seguintes condições:

I - tenham certificação de entidade beneficente de assistência social nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto no seu art. 38; ou

II - sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Federal, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

JUSTIFICATIVA

A destinação de recursos públicos ao patrimônio privado sempre foi alvo de severas restrições nas leis orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional, especialmente após a CPI do Orçamento em 1993. Devido às inúmeras denúncias e irregularidades, o Parlamento sempre adotou como regra a vedação de tais transferências, estabelecendo algumas exceções, que ficam sujeitas a restrições e condições para inclusão na Lei de Meios e posterior liberação de recursos por meio de subvenções, auxílios e contribuições. Tal postura conservadora do Legislativo, encontra amparo nas vedações constantes na própria Constituição (art. 199, §2º, art. 213, I) e na Lei nº 4.320/64 (arts. 19 e 21), que restringem a realização de transferências a determinadas entidades. Além disso, atendem ao disposto no art. 4º, I, f e art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101, DE 2000). O pldo 2011 entra em choque com essa postura ao apresentar novas redações para os arts. 32, 33 e 34 que tratam, respectivamente, das alocações a título de subvenções sociais, contribuições correntes e auxílios, afasta a regra de vedação, que pautou as leis de diretrizes pretéritas e, apesar de manter as condições restritivas anteriormente previstas nas citadas leis, liberaliza diversas dessas condições. Diante do exposto, mostra-se oportuno e conveniente restabelecer a redação original dos caputs dos artigos 32, 33 e 34 das Leis de Diretrizes Orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2409 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570033

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 33

TEXTO PROPOSTO

Art. 33. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, que exerçam atividades em áreas diversas das previstas no caput do art. 32, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica que expressamente identifique a entidade beneficiária; ou

II - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Federal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.

Parágrafo Único. A transferência dos recursos para entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999 observará, além do disposto no inciso I ou II deste artigo, o disposto no inciso II do art. 32.

JUSTIFICATIVA

Diversas são as áreas de atuação governamental, mas toda ação estatal sempre pressupõe a existência de interesse público e a necessidade da atividade a ser desenvolvida. Atendidas essas diretrizes, e respeitadas as disposições constitucionais e legais sobre a realização de transferências ao setor privado, surge a necessidade de estabelecer critérios para seleção da entidade que complementará a atuação do Estado em cada área de governo.

A seleção pública para escolha da instituição atende o princípio da igualdade e se encontra em consonância com o disposto nas LDOs dos últimos anos (art. 36, VI, da LDO para 2010).

Referido entendimento sobre a necessidade de processo seletivo é ainda endossado pelo Executivo, que regulou a possibilidade de chamamento público para celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos no Decreto nº 6.170, de 2007 (art. 4º) e a realização de concursos de projetos para a celebração do Termo de Parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Decreto nº 3.100, de 1999 (art.23).

Não menos importante são as recentes decisões do TCU sobre o assunto, "determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a inclusão em normativo próprio de dispositivo que obrigue a aplicação do critério de seleção de Oscip previsto no art. 23 do Decreto n.º 3.100/99 em toda e qualquer situação" (Acórdão TCU nº 1777/2005 - Plenário, Ata 43/2005, Sessão 09/11/2005, aprovação 16/11/2005, Dou 22/11/2005), e "recomendendo à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão n. 1.777/2005-TCU-Plenário" (Acórdão 2066/2006 - Plenário, Ata 45/2006, Sessão 08/11/2006, aprovação 09/11/2006, Dou 13/11/2006).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2410 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570034

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 37

TEXTO PROPOSTO

Art. 37. Será exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts.32, 33, 34 e 35, de acordo com os percentuais previstos no art. 39 desta Lei, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos Municípios onde as ações forem executadas ou ao Município sede da entidade.

§ 1º A exigência de contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida mediante justificativa do titular do órgão responsável pela execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

§ 2º Não se exigirá contrapartida nas transferências de recursos às entidades com certificação atualizada de entidade beneficente de assistência social nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 3º A redução a que se refere o § 1º deste artigo levará em consideração diretrizes do órgão colegiado ou conselho ao qual a política pública esteja relacionada.

JUSTIFICATIVA

Restabelece redação original de dispositivo do PLDO para 2010, vetado parcialmente pelo Executivo, que exige contrapartida para transferências a entidades privadas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2411 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570035

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 80

TEXTO PROPOSTO

DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO ART. 80 DO PLDO/2011:

Art. 80. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, a que se refere o art. 78, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:

(...)

IV - parecer favorável quanto ao atendimento às disposições desta Lei, emanado do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que trata o art. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

(...)

§ 2º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos à sua entrada em vigor

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa manter a redação original das LDOs anteriores e aperfeiçoar o dispositivo relativo ao conteúdo das proposições legislativas que aumentem gastos com pessoal.

No caput do art. 80 restitui-se a redação original das 10 (dez) LDOs anteriores, desde a Lei nº 9811/98, LDO/1999, que faz menção expressa às proposições que tenham por objeto a transformação de cargos. Observe-se que transformar um cargo significa, necessariamente, extinguir um cargo e criar outro cargo, necessitando assim, nos termos constitucionais do art. 169, § 1º, de autorização expressa na LDO e dotação suficiente.

No inciso IV do art. 80 do PLDO/2011, explicita-se que o parecer do CNJ e do CNMP deve ser favorável ao disciplinamento da LDO e não somente do próprio dispositivo, porquanto existem vários outros dispositivos na LDO que também dizem respeito às proposições que criam despesas com pessoal, a exemplo das disposições constantes no art. 18 do PLDO/2011.

No § 2º do mesmo artigo, que hoje fixa a irretroatividade de exercício para os efeitos das proposições, propõe-se que tenha irretroatividade absoluta, como mecanismo de redução do impacto orçamentário e financeiro dos projetos de lei.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2412 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570036

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 81

TEXTO PROPOSTO

DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO ART. 81 DO PLDO/2011:

Art. 81. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2011, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei Complementar no 101, de 2000.

§ 1º O Anexo a que se refere o caput conterá, autorização somente quando amparada por projeto de lei ou medida provisória, cuja tramitação seja iniciada no Congresso Nacional até 31 de agosto de 2011, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e Ministério Público da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei Complementar no 101, de 2000, com as respectivas:

I - quantificações, para a criação ou transformação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos, especificando, no caso do primeiro provimento, o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente; e

III - especificações, relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente.

§ 2º O Anexo de que trata o § 1º deste artigo considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2011, e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização, durante a apreciação do projeto, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo fixado pelo art. 166, § 5º, da Constituição.

§ 3º Para fins de elaboração do anexo específico previsto no caput deste artigo, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União informarão e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal submeterão a relação das modificações pretendidas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando a compatibilidade das modificações com as referidas propostas e com o disposto na Lei Complementar no 101, de 2000.

§ 4º Os Poderes e o Ministério Público da União publicarão, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, demonstrativo dos saldos das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções, mencionadas no caput deste artigo, constantes do anexo específico da Lei Orçamentária de 2010, que poderão ser utilizadas no exercício de 2011, desde que comprovada a existência de disponibilidade orçamentária para o atendimento dos respectivos impactos orçamentários no exercício de 2011.

§ 5º Na utilização das autorizações previstas no caput deste artigo, bem como na apuração dos saldos de que trata o § 4º deste artigo, deverão ser considerados os atos praticados em decorrência de decisões judiciais.

§ 6º A implementação das alterações nas despesas de pessoal e encargos sociais, previstas no art. 81 desta Lei, fica condicionada à observância dos limites fixados para



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2413 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570036

o exercício de 2011 e desde que haja dotação autorizada, nos termos deste artigo, igual ou superior à metade do impacto orçamentário-financeiro anualizado.

§ 7º Os projetos de lei e medidas provisórias que criarem cargos, empregos ou funções a serem providos além do exercício em que forem editados deverão conter cláusula suspensiva de sua eficácia até constar a autorização e dotação em anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem providos, não sendo considerados autorizados enquanto não publicada a respectiva lei orçamentária.

§ 8º Os Poderes e o Ministério Público da União encaminharão, no exercício de 2011, projetos de lei no âmbito de suas iniciativas extinguindo os cargos, empregos e funções vagos e que não tenham tido provimento nos últimos cinco anos, facultada a extinção pelo Poder Executivo nos termos do art. 84,VI, "b", da Constituição.

JUSTIFICATIVA

Propomos a manutenção dos avanços e aperfeiçoamentos no trato dos gastos com pessoal, segundo item no grupo de despesas obrigatórias continuadas (que representam 9/10 dos gastos primários), logo após os benefícios previdenciários.

Inicialmente, identificamos a supressão pelo Poder Executivo da exigência de constar do Anexo V as proposições que transformem cargos e funções públicas. O Anexo V caracterizase como expressão numérica das exigências contidas no art. 169, § 1º, da Constituição, que disciplina o tema gastos com pessoal sob os seguintes termos:

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

A supressão das proposições que transformem cargos e funções foi motivo de veto presidencial na LOA/2010. Tais proposições tinham sido reincluídas pelo Congresso Nacional, após originariamente apresentadas pelo Executivo em sua proposta orçamentária e suprimidas em sua revisão do Anexo V, no uso da faculdade presente neste mesmo artigo no § 2º. A motivação da reinclusão das proposições que transformam cargos consta Relatório Final do Relator Geral do PLOA/2010, que sintetiza a razão da permanência dos dispositivos no Anexo V:

Reitere-se que a reinclusão na peça orçamentária dos itens vetados, originariamente encaminhadas pelo Executivo, foi iniciativa da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, único órgão permanente do Congresso Nacional que examina a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das proposições em tramitação no Poder Legislativo federal, que assim se manifestou quanto à necessidade de reinserção das autorizações constantes do PLOA/2010 originariamente apresentadas pelo Poder Executivo:

Observamos que a atualização do Anexo V pelo Poder Executivo, enviada pelo Ofício nº 490/2009/GM-MP, de 11.11.2009, não mais contempla o PL nº 3.429, de 2008, em razão do Poder Executivo entender que as proposições que ofereçam compensação com a extinção de cargos e funções não necessitam de autorização do Congresso Nacional, como expressamente consta da nota de rodapé do Anexo V atualizado, *ipsis litteris*: (3) PL que contempla a criação de cargos e/ou funções comissionados com compensação parcial oriunda da extinção de cargos e/ou funções. Neste caso, para fins da composição do Anexo V, considerou-se apenas o saldo (físico e financeiro) resultante da diferença entre a criação e a extinção, tendo em vista que a criação de cargos e/ou funções comissionados com extinção de outros, não implica em aumento de despesas, uma vez que os mesmos estão incluídos nas



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2414 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570036

JUSTIFICATIVA

bases de projeção da folha de pagamento do Poder Executivo.

Essa nova interpretação dada pelo Poder Executivo ao comando constitucional expresso no art. 169 não constava da proposta orçamentária para 2010, PLN 46/2009, originalmente apresentada ao Congresso Nacional em 31.08.2009, não só inexistia a nota de rodapé transcrita como constava expressamente o item autorizativo do PL 3.429, DE 2008, item I.5.7, que transforma cargos comissionados (DAS) em funções comissionadas (FCPE) no âmbito do Poder Executivo, proposição sub examine.

Estranha-nos a nova interpretação constitucional dada pelo Executivo porquanto em outros inúmeros itens do Anexo V onde somente são criados os cargos, sem serem providos no exercício de 2010, ou seja, sem qualquer impacto para 2010, são informadas as proposições a serem autorizadas nos termos do art. 169 da Constituição, a exemplo dos itens: 5.9. PL nº 3.643, de 2008- CVM, 5.12. PL nº 3.943, de 2008 - MD, 5.14. PL nº 3.945, de 2008- BACEN, ou o 5.15. PL nº 3.946, de 2008 - ANCINE.

Observe-se que a atualização realizada pelo Poder Executivo introduziu novo item criando cargos também sem qualquer impacto, 5.31. PL nº 5.911, de 2009 - Diversos. O mesmo verifica-se nos demais Poderes, que solicitam autorização para suas proposições, mesmo que sem qualquer provimento de cargo em 2010, ou hoje ocupadas em cargos criados por ato administrativo impugnados na esfera jurisdicional, a exemplo dos TRT s da 2ª e 15ª Regiões (itens 2.6.2. PL nº 5.238, de 2005 e 2.6.14. PL nº 5.546, de 2009).

Ou seja, é reconhecida pelo Poder Executivo a necessidade de autorização prévia para a criação de cargos, funções e empregos, ainda que sem qualquer impacto orçamentário-financeiro em 2010, mas essa já não mais se faz necessária quando tais cargos sejam compensados com outros cargos anteriores.

Discordamos de tal assertiva em razão do mandamento constitucional insito no art. 169 não fazer tal distinção além de não ser razoável suprimir-se processo de controle parlamentar de foro constitucional por mera interpretação administrativa.

Ademais, não verificamos diferença significativa entre criar cargo com ou sem compensação da extinção de outro anterior, evento passível de ocorrer inclusive por meio estritamente administrativo, por decreto presidencial, nos termos do art. 84, VI, "b", da Constituição.

A determinação constitucional de prévia autorização do ciclo orçamentário funda-se na criação do cargo, emprego ou função em si, aí exigida a vênica congressual por seu impacto efetivo ou eventual de geração de despesas obrigatórias de caráter continuado de extrema rigidez e perpetuidade.

Assim, propomos a recomposição da autorização constante do PLOA/2010 por meio desta emenda de texto ao PLN 46/2009, Proposta Orçamentária para 2010, mantendo a prévia autorização anteriormente concedida, constante originariamente do Anexo V, para o PL 3.429, de 2008.

Mantém-se, no inciso II do § 1º, da exigência existente na LDO/2010, e agora suprimida, sem qualquer justificativa, pelo Poder Executivo no PLDO/2011, da necessidade de especificação, no caso do primeiro provimento, do projeto de lei, da medida provisória ou da lei correspondente, que criem gasto com pessoal em razão do provimento de cargos, funções e empregos. O art. 169, § 1º é expresso ao determinar que qualquer forma de admissão na administração pública federal, direta ou indireta, deverá vir acompanhada de autorização na LDO (e discriminada na LOA) e correspondente dotação orçamentária que a comporte.

Estranhamos a supressão da exigência efetivada pelo Poder Executivo pois esse argumenta em todas as oportunidades que somente o provimento e não a criação do cargo é que enseja



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2415 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570036

JUSTIFICATIVA

o aumento de despesa com pessoal, justificando inclusive a retirada das transformações de cargos e funções, por não terem o condão de gerarem obrigações para o estado, só advinda do provimento do cargo por servidor.

Propomos no § 2º a explicitação, no Anexo de que trata o § 1º deste artigo, do crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2011. O comando nada mais faz do que facilitar para a sociedade a identificação da observância do dispositivo constitucional que exige prévia dotação orçamentária para concessão de qualquer aumento de gastos com pessoal. Tal tarefa faz-se hoje em muitas situações impossível, não se identificando na peça orçamentária a correspondente dotação orçamentária com a autorização existente no texto da lei orçamentária (Anexo V).

Propomos, finalmente, a inclusão de novo dispositivo (§ 8º) tratando de tema esquecido porém cada vez com maior atualidade: excesso de cargos e funções vagas na administração pública federal.

Conforme Demonstrativo publicado pelo Poder Executivo, em 2008 existiam 257.256 cargos vagos. Injustificável a permanência de estoque de cargos vagos em tal montante. Faz-se necessária a revisão urgente dessa massa de cargos sem qualquer uso ou destino, alguns vagos há décadas. Assim, propõe-se a revisão de tal quadro com a extinção de todos aqueles cargos sem provimento há mais de cinco anos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2416 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
3357 - Silas Brasileiro

EMENDA
33570037

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 36. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 32, 33, 34 e 35 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas no inciso IV do art. 34 desta Lei, exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos, bem como obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

b) aquisição de material permanente; e

c) conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, até o exercício de 2000, atestado pela autoridade máxima da unidade concedente, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original;

JUSTIFICATIVA

A regra original do dispositivo tem cunho moralizador e restritivo. Como forma de não inviabilizar a modernização de entidades que prestam serviços de relevância, foi permitida a aquisição, com recursos federais, de equipamentos e a respectiva instalação desses aparelhos.

Vale dizer, a intenção é que todo equipamento adquirido com recurso federal seja efetivamente instalado e passe imediatamente a atender à população. Não há interesse em autorizar a destinação de recursos para aquisição de equipamentos que ficarão encaixotados, sem agregar qualidade ao atendimento do povo brasileiro.

Todavia, ao desmembrar em duas alíneas ("a" e "d" do inciso I do art. 36), a redação do PLDO ampliou demasiadamente a possibilidade de gastos e não circunscreveu as despesas a obras para instalação de equipamentos adquiridos também com recursos federais.

Além disso, a nova redação permite que se execute obras de adequação para instalação de equipamentos adquiridos em exercícios anteriores, o que não se coaduna com a intenção da norma.

A concessão de recursos públicos a entidades privadas é - e deve continuar sendo - exceção. Logo, se foi realizada uma despesa pública para aquisição de equipamentos, o ajuste que orientou essa despesa deve contemplar necessariamente a instalação do aparelho e permitir o seu pleno funcionamento, fique essa despesa a cargo da União, fique a cargo da entidade conveniente.

O que não se pode admitir é a realização de despesa pública sem que o bem adquirido passe a atender imediatamente a população. Vale dizer, se não era para prestar os serviços esperados, a despesa não devia ter se realizado; se o conveniente não tem condições de arcar nem com a instalação, não devia ter recebido o equipamento.

A presente emenda visa restaurar a antiga redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2417 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570038

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 32 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 32.....

I - prestem atendimento direto ao público e gozem de isenção do pagamento das contribuições para a seguridade social, nos termos da Lei nº 12.101, de 2009, ou de legislação anterior, ou

JUSTIFICATIVA

A nova redação do art. 32 não prevê o atendimento direto ao público como requisito de recebimento de recursos públicos. A certificação prevista na Lei nº 12.101/2009 prevê situações em que a entidade não precisa atuar diretamente junto ao público, como no caso previsto no art. 11 da citada norma, que regula a substituição do atendimento pela realização de estudos, capacitação de pessoal etc.

Em que pese tais atividades serem suficientes para justificar a certificação como beneficentes de assistência social, não justificam a transferência de recursos, a título de subvenção social, sem a devida contraprestação em serviços.

Cumprir destacar que a exigência de atendimento direto é requisito presente nas LDOs desde 1994 e pressupõe a destinação de recursos federais a entidades que efetivamente atuem junto à população.

Além disso, entendemos que a isenção pressupõe a prévia certificação da entidade, mas exige o cumprimento de requisitos formais como a regularidade fiscal e contábil; além da não-distribuição de resultados da instituição. Tendo em vista tratar-se de destinação de recursos a fundo perdido, consideramos que sejam requisitos mínimos para recebimento de benefícios financeiros federais.

Por tais motivos propomos a nova redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2418 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570039**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 32 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

II - sejam entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, e desde que:

- a) haja termo de parceria firmado com o Poder Público Federal, de acordo com a Lei no 9.790, de 1999;
- b) haja participação da OSCIP na execução de programas constantes do plano plurianual;
- c) haja conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido termo de parceria; e
- d) a transferência dos recursos ocorra por meio de termo de parceria celebrado com o Poder Público Federal.

JUSTIFICATIVA

A nova redação pretende regular a realização de transferências a fundo perdido a OSCIPs reforçando o objeto do termo de parceria. Para tanto, passaria a ser exigido que houvesse conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido termo de parceria.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2419 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570040**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 7 Parágrafo 7 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas

JUSTIFICATIVA

A emenda visa aprimorar a redação do dispositivo referente à definição de modalidade de aplicação. A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social; ou indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas. Ocorre que a redação do inciso II prevê tão-somente a transferência a entidades privadas sem fins lucrativos, que é a situação da grande maioria das entidades beneficiadas, mas deixa de contemplar transferências realizadas a entidades com fins lucrativos (modalidade 60, utilizada para as subvenções econômicas previstas no art. 18 da Lei nº 4.320/64).

Portanto, a presente emenda visa apenas aprimorar a redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2420 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570041

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 20 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

Dê-se ao art. 20, inciso III a seguinte redação:

Art. 20

III - aquisição de automóveis de representação, especiais e de transporte institucional;

JUSTIFICATIVA

Desde as primeiras LDOs tem sido prática o controle de gastos com construção, ampliação, reforma voluptuária, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais funcionais; aquisição, locação ou arrendamento de mobiliário e equipamento para unidades residenciais funcionais; bem como com aquisição de automóveis de representação.

Segundo a LDO para 2010, a realização de tais gastos é em regra vedada (art. 21, III). Porém a vedação não se aplica no caso de ser encaminhada a proposta de gasto de forma identificada e discriminada em categorias de programação na Lei Orçamentária (inciso II do §1º do art. 21 da LDO 2010). Na prática, portanto, o que se exige é que tais autorizações de gastos sejam submetidas ao Congresso Nacional.

Especificamente sobre automóveis oficiais, dispõe o art. 6º da Lei nº 1.081, de 1950, que: "os automóveis destinados ao serviço público federal, observadas as condições estabelecidas nesta Lei, serão dos tipos mais econômicos e não se permitirá a aquisição de carros de luxo, salvo na hipótese dos carros destinados à Presidência e Vice-Presidência da República, Presidência do Senado Federal, Presidência da Câmara da Deputados, Presidência do Supremo Tribunal Federal e Ministro de Estado."

Portanto, segundo a citada Lei, existiriam apenas dois tipos de veículos: os econômicos e os de luxo. Todavia, nos termos do Decreto nº 6.403, de 2008, os veículos oficiais sujeitam-se hoje a cinco classificações: a) de representação; b) especiais; c) de transporte institucional; d) de serviços comuns; e e) de serviços especiais.

Os veículos especiais destinam-se a atendimento de necessidades dos ex-Presidentes da República, a atividades peculiares do Ministério das Relações Exteriores e a Comandos Militares. Por sua vez, os de transporte institucional alcançam cargos de natureza especial, dirigentes, grupo DAS, chefes de gabinete, titulares dos órgãos e familiares do Presidente e do Vice-Presidente da República.

Nas categorias de serviços comuns e especializados, os veículos destinam-se a transporte de material; transporte de pessoal a serviço; segurança pública; saúde pública; fiscalização; segurança nacional; e coleta de dados.

Entretanto, a LDO ao tratar da aquisição de veículos de representação ressalva a aquisição de veículos que nem sempre são dessa categoria, como ocorre com: Cerimonial do serviço diplomático (alínea g do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO); representações diplomáticas no exterior (alínea h do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO); Procurador-Geral da República (alínea e do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO); Presidentes dos Tribunais Superiores (alínea b do inciso II do §1º do art. 20 do PLDO).

Portanto, mostra-se oportuno e conveniente ajustar a redação do dispositivo de forma a adequá-lo à atual realidade, contemplando tanto os veículos de representação quanto os especiais e de transporte institucional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2421 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570042**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

III - prestem atendimento direto ao público na área de saúde, e alternativamente:

a) atendam ao disposto no inciso I do art. 32; ou

b) sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Federal, não qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa consolidar os incisos III e IV do art. 34 do PLDO, que regulam a concessão de auxílios a entidades que atuam na saúde, em um único dispositivo. Para tanto, também apresentamos emenda que visa suprimir o inciso IV, que passa a ser a alínea "b" do inciso III.

Busca-se ainda conferir tratamento similar ao atribuído às subvenções sociais, com a exigência da certificação prevista na Lei nº 12.101, de 2009 (prevista no inciso I do art. 32 do PLDO 2011)



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2422 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570043

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso IX

TEXTO PROPOSTO

IX - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, no âmbito das áreas de assistência social ou do trabalho, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

JUSTIFICATIVA

Hoje, as áreas de governo que atuam na concessão de auxílios com a finalidade de atender atividades de coleta e processamento de material reciclável são as de assistência social e de trabalho. A redação proposta busca tão-somente evidenciar essas áreas e aprimorar a redação da LDO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2423 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570044**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 68

TEXTO PROPOSTO

Art 68.....

§ 1º

V - formação de estoques públicos que trata das aquisições/manutenção dos estoques vinculados à PGPM executadas pela CONAB;

JUSTIFICATIVA

A União, conforme o art. 1º do Decreto-Lei 79, de dezembro de 1966, garantirá os preços dos produtos das atividades agrícolas, pecuária ou extrativa, que forem fixados de acordo com este Decreto-Lei. A mencionada garantia de preços se efetivará comprando os produtos pelo preço mínimo fixado; e concedendo financiamento aos produtores, inclusive para beneficiamento, acondicionamento e transporte de produtos (art. 4º). A política de garantia de preços mínimos - PGPM é ratificada pela Lei 8.171, de 17.01.1991 (art. 4º e § 2º do art. 33), que dispõe sobre a política agrícola.

Por tratar-se de uma obrigação legal da União, prevista na legislação supracitada, as despesas inerentes a execução da PGPM que integram a ação Formação de Estoques Públicos (aquisição e manutenção/carregamento dos estoques), deverão constar da lista que compõe a exclusão da execução das despesas mencionadas no art. 68 do Projeto de Lei nº 4, de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO. Outro aspecto importante é que estas despesas se constituem em inversões financeiras, classificadas como despesas financeiras, não estando sujeitas as limitações impostas pelos Decretos que tratam da execução orçamentária/financeira dos órgãos do Poder Executivo, uma vez que não geram impacto nas contas que compõem o superávit primário.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2424 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570045

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso V

TEXTO PROPOSTO

V - sejam entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de acordo com a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, e desde que:

- a) haja termo de parceria firmado com o Poder Público Federal, de acordo com a Lei nº 9.790, de 1999;
- b) haja participação da OSCIP na execução de programas constantes do plano plurianual;
- c) haja conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade eo programa de trabalho estabelecido no referido termo de parceria; e
- d) a transferência dos recursos ocorra por meio de termo de parceria celebrado com o Poder Público Federal

JUSTIFICATIVA

A nova redação pretende regular a realização de transferências a fundo perdido a OSCIPs reforçando o objeto do termo de parceria. Para tanto, passaria a ser exigido que houvesse conformidade entre a destinação dos recursos, os objetivos sociais da entidade e o programa de trabalho estabelecido no referido.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2425 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570046

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 20 Inciso VII

TEXTO PROPOSTO

VII - clubes e associações de agentes públicos, ou quaisquer outras entidades congêneres, ainda que relacionados a contratações regidas pela Lei 8.666, de 1993;

JUSTIFICATIVA

A intenção da restrição é zelar pelo bom uso dos recursos públicos e impedir que sejam destinados recursos a entidades privadas de quaisquer agentes públicos, sejam servidores, militares, empregados, membros de Poder ou agentes políticos. Portanto, a nova redação pretende tão somente aprimorar a redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2426 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570047

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso VIII

TEXTO PROPOSTO

VIII - atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I do art. 32.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa consolidar as possibilidades de transferências de capital no âmbito da assistência social. Entende-se que o inciso alcança tanto as entidades voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência, quanto aquelas que atuam com pessoas carentes em situação de vulnerabilidade e risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda

Tendo em vista a aprovação da Lei nº 12.101, de 2009, propõe-se ainda que se conferirá tratamento similar ao hoje vigente em relação às subvenções sociais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2427 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3357 - Silas Brasileiro	33570048

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Inciso XII Alinea a

TEXTO PROPOSTO

5. Receita de dividendos, discriminada por empresa, com a arrecadação estimada e a realizada nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e a estimada para 2011, indicando data de recolhimento, forma de pagamento, bem como os valores recolhidos a título de adiantamento, devendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão encaminhar à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, em 30 de setembro e em 30 de novembro de 2010, demonstrativo atualizado dessa receita;

JUSTIFICATIVA

Restabelece documento a ser encaminhado ao Congresso como parte das Informações Complementares: Demonstrativo da receita de dividendos das empresas estatais, desde 2008 e a estimada para 2011. Dispositivo foi vetado na LDO 2010 e representa importante instrumento para acompanhamento, pelo Congresso, da atuação e desempenho das empresas estatais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2428 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570049

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 87

TEXTO PROPOSTO

Art. 87.

§ 3º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

(...)

§4º Os instrumentos de contratação de serviços terceirizados, inclusive os mencionados no § 3º deste artigo, deverão prever o fornecimento pela empresa contratada de informações contendo o nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados na contratante, para fins de divulgação na internet nas condições estabelecidas pelo § 4º do art. 77 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

A transferência do dispositivo que exige transparência na contratação de terceirizados do art. 76 da LDO/2010 para o art. 87 do PLDO/2011 mostra-se adequado.

Porém, a condicionante de restringir a transparência somente ao terceirizados passíveis de inclusão nos limites do § 1º do art. 18 da LRF (terceirização de mão de obra como gasto com pessoal) omite a maior parte dos terceirizados, que não são considerados como substituição de pessoal. Assim, propomos aos nossos pares a supressão da condicionante e explicitação da abrangência das informações, que devem, necessariamente, incluir toda e qualquer espécie de terceirização.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2429 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570050

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 36 Inciso VI

TEXTO PROPOSTO

VI - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da:

- a) entrega de cópia das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou
- b) declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2010 por 3 (três) autoridades locais sob as penas da lei;

JUSTIFICATIVA

Restabelece redação original de dispositivo do PLDO para 2010, vetado parcialmente pelo Executivo, que exige DIPJ para transferência a entidade privada.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2430 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570051

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 102 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo, inserido na LDO de 2010, traz injustificável limitação de prazo para acesso a importantes sistemas de acompanhamento da execução das ações de governo, devendo, portanto estar sempre franqueadas ao Congresso Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2431 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570052

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso X

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Entendemos que as pessoas 'carentes em situação de risco social' ou 'diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda' já são alcançadas por programas específicos de governo, não se justificando a criação de novas ressalvas para transferências de recursos públicos a título de auxílios a entidades privadas com o mesmo fim.

De fato, se os referidos programas não estão alcançando os objetivos originais a que se propuseram, é necessário que passem por novo processo de avaliação para correção das inadequações e impropriedades detectadas. Mas não parece razoável a manutenção de toda uma estrutura governamental (com órgãos e unidades específicas) para suporte aos referidos programas e ainda se destinar recursos de capital para entidades privadas que atuem (ou venham a atuar) nessa área.

Não menos importante é destacar que as regras concessivas de auxílios já atendem na área de educação (inciso I), na área de saúde (inciso III), na área de desporto (inciso VII) e na área de portadores de necessidades especiais (inciso VIII); bem como a União também atende entidades de assistência social por meio de subvenções sociais (art. 32).

Logo, se os programas de governo atendem diretamente as pessoas carentes (benefício pessoal) e as áreas de saúde, educação, desporto e assistência social já estão previstas nas ressalvas da LDO, não se justifica a criação da nova ressalva para concessão de auxílios.

Portanto, entendemos que não deva ser mantida a hipótese do inciso X do art. 34 do PLDO 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2432 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570053

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso XI

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Estamos propondo nova redação ao inciso VIII do citado artigo. Com a nova redação proposta, serão atendidas as entidades que: atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I do art. 32.

Nos termos do disposto no art. 203, II, da Constituição, entendemos que 'crianças e idosos' já serão alcançadas pelo novo disposto, que contemplará toda a assistência social.

Dessa forma propomos a supressão do inciso XI.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2433 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
3357 - Silas Brasileiro

EMENDA
33570054

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea b

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do art. 20 tem a finalidade de coibir o pagamento a servidores já remunerados pela Administração Pública Federal por serviços de consultoria prestados à própria esfera de Governo a que pertencem. Trata-se, portanto, de norma de evidente cunho moralizador no tocante às "contratações temporárias" para desenvolvimento de determinados serviços de interesse da União.

Entretanto, o Art. 20, §1º, VI, "b", ressalva as organizações sociais ligadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia da citada regra do art. 20, VIII. Em que pese a importância dessas entidades, a flexibilização acaba permitindo que servidores e empregados públicos, já remunerados pelo governo federal, venham a perceber novos pagamentos realizados por tais entidades para realização de serviços solicitados pela própria Administração Federal; ou seja, de fato, a União é levada a pagar duas vezes seus servidores, uma como remuneração e outra como repasse de ajustes para serviços de consultoria; com o agravante de que neste último caso os pagamentos não se subordinam às regras e limites constitucionais.

Portanto, a vedação busca evitar que a Administração venha a realizar novas despesas para prestação de serviços de assistência técnica e consultoria, quando já conta em seus quadros com pessoal habilitado para execução dessas atividades. Deve-se mencionar que a legislação ordinária dispõe de institutos como a cessão de pessoal, a designação para cargo comissionado temporário e até a concessão de gratificações para desenvolvimento de pesquisas para viabilizar a prestação de tais serviços.

Ressalte-se ainda que a tais situações não se aplicam os casos de cumulação autorizada pela constituição (como a de dois cargos de técnicos). De fato, ao ser contratado pela entidade - mesmo que temporariamente -, o servidor não está ocupando novo cargo público, não sendo beneficiado ou prejudicado pelas previsões constitucionais afetas a cumulação. Outros dois aspectos também dizem contra a manutenção de tal dispositivo. O primeiro refere-se a uma avaliação política quanto a re-remunerar servidores federais; o outro, diz respeito à norma que deve regular tal situação.

De fato, mostra-se fundamental avaliar a existência de interesse público em re-remunerar servidores federais pela prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica à própria União, mesmo que por meio de entidades privadas como as organizações sociais. Aparentemente, não se mostra em conformidade com os princípios administrativos da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, a União contratar uma entidade privada, sabendo que esta mesma entidade contrata(rá) servidor público federal para desenvolvimento de serviços de consultoria e assistência técnica para a própria União.

Todavia, mesmo em se constatando haver tal interesse, a LDO não é o o normativo adequado para tal finalidade. A União conta com a Lei nº 8.112/90, que regula o regime jurídico dos servidores federais. Parece mais razoável criar gratificação específica, e em legislação permanente, para desenvolvimento de tais atividades no próprio sistema remuneratório da União. Em tal situação, ficaria a cargo do órgão de lotação do servidor averiguar a compatibilidade de horário e o interesse em ceder servidores para determinadas atividades a serem prestadas por organizações. A LDO, por sua vez, é lei anual que deve regular a elaboração do orçamento e estabelecer parâmetros para a realização dos gastos públicos.

Por fim, a ressalva prevista no art. 20, §1º, VI, "b" não atende à boa técnica legislativa. O mencionado artigo trata de vedações genéricas e abstratas que buscam regular e moralizar a realização de despesas públicas. Todavia, a referida ressalva se limita a identificar nominalmente entidades privadas (organizações sociais), sem



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2434 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570054

JUSTIFICATIVA

estabelecer situações abstratas que autorizariam a realização dos mencionados pagamentos.

Por tais motivos propomos a supressão do dispositivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2435 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570055**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso V Alinea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Referida proibição consta desde a primeira LDO sancionada no Brasil (Lei nº 7.800, de 1989). As únicas ressalvas criadas, também em 1989 e mantidas até hoje, dizem respeito a creches e ensino pré-escolar.

Todavia, o PLDO 2011 pretende ampliar tais exceções para alcançar também a "capacitação de servidores públicos".

Associações de servidores congregam exatamente os indivíduos que integram determinada categoria e que exercem determinada atividade; portanto, é natural, e até esperado, que tais entidades disponham de pessoal habilitado para ministrar cursos de treinamento e de capacitação para exercício exatamente na respectiva atividade da categoria, mas essa situação de forma alguma autoriza a quebra de princípios constitucionais e legais.

De fato, não se pode esquecer que o dispositivo original, previsto desde a primeira LDO, teve o intuito de afastar qualquer possibilidade de privilégios a associações de servidores, empregados e agentes públicos. Afinal, a decisão de realizar treinamentos e de autorizar a liberação de recursos cabe exatamente a um servidor também representado por tais associações.

Dessa forma, antes de tudo, o dispositivo atende aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Além disso, o simples fato de a entidade representar a categoria não pode servir de justificativa para repassar a tais entidades a tarefa de promover a capacitação técnica dos servidores do órgão. Cabe aos administradores públicos promoverem e estimularem essa capacitação, mas sempre por meio do devido processo licitatório sempre com ampla divulgação e participação de todas as entidades habilitadas.

De fato, a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), em seu art. 13, inciso, VI, dispõe que "para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal".

Não menos importante é mencionar a existência de diversos dispositivos na LDO que vedam o pagamento de servidores federais pela prestação de serviços (art. 20, VIII e X, do PLDO 2011). Entretanto, ao se destinar recursos a associações de servidores para realização de cursos de capacitação desses mesmos servidores, estar-se-á indiretamente destinando recursos para tal finalidade, uma vez que naturalmente haverá remuneração dos instrutores.

Em síntese, tais entidades nasceram para representar e para defender interesses de servidores, não podendo, e não devendo, o governo federal estimular distorções na atividade das associações ou o aparecimento de privilégios por meio da destinação de recursos federais.

Portanto, a emenda atende princípios constitucionais e legais e visa manter a redação que já vem prevalecendo nas LDOs das últimas décadas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2436 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570056**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do art. 20 vem se repetindo nas LDOs dos últimos anos e tem a finalidade de coibir o pagamento a servidores já remunerados pela Administração Pública Federal por serviços de consultoria prestados à própria esfera de Governo a que pertencem.

Trata-se, assim, de norma de evidente cunho moralizador no tocante às "contratações temporárias" para desenvolvimento de serviços determinados.

No PLDO 2011 novamente o Poder Executivo propõe a inclusão de ressalva a tal vedação de forma a excepcionar também as situações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição, que trata das cumulações de cargos, cumulações essas constitucionalmente autorizadas.

As consultorias do Congresso Nacional, em Notas técnicas conjuntas de avaliação de projetos passados de diretrizes orçamentárias, já analisou o assunto que recebeu o seguinte tratamento:

"Não parece razoável a ressalva em questão, uma vez que cuida de matéria distinta da tratada no referido inciso. O art. 37, XVI, da CF trata especificamente da possibilidade de cumulação de "cargos" (de natureza permanente) na administração pública. Ou seja, excepciona cargos cuja natureza e importância tenham sido considerados como merecedores de tratamento distinto para efeito de ocupação simultânea e permanente por determinado profissional. Deve-se mencionar que, em se mantendo tal ressalva, um médico dos quadros da administração poderia ser eventualmente contratado para prestar serviços de consultoria, por exemplo, junto ao Ministério da Saúde, sob o argumento de que pode acumular cargos. Mas a possibilidade de acumular refere-se a dois cargos de médico strictu sensu." (Pág. 16 da Nota Técnica Conjunta 06/2005).

Portanto, não há que se confundir a vedação tratada no dispositivo com a cumulação constitucional de "cargos" prevista no XVI do art. 37 da CF.

Deve-se ainda mencionar que, embora constante dos últimos projetos encaminhados pelo Executivo, o Congresso Nacional tem, reiteradamente, suprimido essa ressalva, em conformidade com os argumentos das notas técnicas retromencionadas.

Ante o exposto, propomos que a redação original do dispositivo seja resgatada com a supressão da alínea "c".



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2437 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570057

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VIII Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Em 2004 foram aprovadas 04 (quatro) emendas ao PLDO com a finalidade de vedar a utilização de recursos destinados a convênios para pagamento de diárias e passagens a servidores públicos federais por meio de tais ajustes. Contudo, a alteração implementada em 2008 alterou significativamente tal intenção e pretendemos retornar a redação original pelos motivos que se seguem.

Deve-se mencionar que a possibilidade de utilização de recursos federais repassados por meio de convênios (e outros ajustes congêneres) a entidades privadas e órgãos públicos para pagamento de diárias e passagens contraria o disposto na legislação básica do serviço público.

Convênio é instrumento que visa a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (art. 1º, §1º, I, do Decreto nº 6.170/ 2007). Portanto, no convênio, as partes desejam a mesma coisa: realizar conjuntamente uma ou várias operações comuns, e para consecução desses objetivos verifica-se a mútua colaboração, que pode assumir várias formas, como repasse de verbas, uso de equipamentos, de recursos humanos e materiais, de imóveis, de know-how e outros. Para atender tais objetivos, prevê a legislação a possibilidade de cessão de pessoal para exercício em outros órgãos e entidades (art. 93 da Lei nº 8.112/90 e art. 14 da Lei nº 9.637/98).

Por sua vez, diárias e passagens visam cobrir gastos pelo afastamento eventual do servidor de sua sede para outro ponto do território (art. 58 da Lei nº 8.112/90). Ou seja, visa cobrir despesas do servidor no desempenho de suas atividades, não no cumprimento de determinações emanadas do órgão cessionário ou de entidades privadas.

Nesse sentido, a redação original do dispositivo previa a utilização de recursos federais para pagamento dessa espécie de despesas tão-somente no caso de se tratar de indivíduos pertencentes aos quadros do conveniente (beneficiário) ou de ser a Administração Federal a beneficiária dos recursos transferidos.

Cabe ressaltar que diversos problemas com o pagamento de diárias e passagens de servidores realizados por intermédio de convênios firmados com pessoas de direito privado foram identificadas pelo TCU e pela CGU, dificultando o controle de gastos e ensejando, em alguns casos, a utilização de valores de diárias e passagens diferentes dos praticados pelos órgãos concedentes (pag. 32/33 do Relatório nº 174780, UCI 170971: Coordenação-Geral de Auditoria-DSSEG; Exercício : 2005; Processo nº : 08020.000748/2006-80; Unidade Auditada : Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ, da CGU).

Não menos importante é destacar que o retorno à antiga redação inserida pelo Congresso Nacional em 2004, e mantida até 2007, guarda conformidade com normativos da própria Secretaria do Tesouro Nacional. De fato, o tema é tratado pela Instrução Normativa nº 1/1997 (com alterações posteriores), que dispõe ser "vedada a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam: (...) II - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica. (Redação alterada p/ IN nº 2/2002)".

No mesmo sentido, são ainda encontrados acórdãos do Tribunal de Contas da União, reforçando tal posição e vedando a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, de



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2438 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
-----------------	--------

3357 - Silas Brasileiro	33570057
-------------------------	----------

JUSTIFICATIVA

cláusulas ou condições que possibilitem o pagamento de despesas a título de administração, gerência ou similar (Acórdão 722/2003 - Plenário; Ata 23/2003 - Plenário, Sessão 18/06/2003, Aprovação 25/06/2003, DOU 30/06/2003)

Portanto, a ressalva prevista na alínea "c", VIII, §1º do art. 20 contraria o disposto na legislação básica do serviço público.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2439 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3357 - Silas Brasileiro****EMENDA****33570058**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 33 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O PLDO 2011 inclui dentre as hipóteses de transferências a título de contribuições correntes a mera qualificação como OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Federal.

Na LDO para 2010, foi prevista a necessidade de prévia seleção da OSCIP para fins de celebração do termo de parceria com o poder público (§ 8º do art. 36) Tal exigência, que teve por fundamento o princípio constitucional da igualdade, surgiu da necessidade verificada pelo Congresso Nacional de prever e estabelecer critérios para seleção da entidade que complementaria a atuação do Estado em cada área de governo.

Deve-se mencionar que a necessidade de processo seletivo é endossada ainda pelo Executivo, que regulou a possibilidade de chamamento público para celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos no Decreto nº 6.170, de 2007 (art. 4º) e a realização de concursos de projetos para a celebração de termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Decreto nº 3.100, de 1999 (art. 23).

Não menos importante são as recentes decisões do TCU sobre o assunto, "determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a inclusão em normativo próprio de dispositivo que obrigue a aplicação do critério de seleção de Oscip previsto no art. 23 do Decreto n.º 3.100/99 em toda e qualquer situação" (Acórdão TCU nº 1777/2005 - Plenário, Ata 43/2005, Sessão 09/11/2005, aprovação 16/11/2005, Dou 22/11/2005), e "recomendendo à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão n. 1.777/2005-TCU-Plenário" (Acórdão 2066/2006 - Plenário, Ata 45/2006, Sessão 08/11/2006, aprovação 09/11/2006, Dou 13/11/2006).

Ocorre que, para 2011, o Executivo pretende não só incluir a qualificação como OSCIP como suficiente para a realização de transferências voluntárias, como também suprimiu o disposto no §8º do art. 36 da LDO 2010, que exigia a seleção para a celebração do termo de parceria. Vale dizer, não haverá qualquer necessidade de seleção para a escolha da entidade.

Por tais motivos propomos que se mantenha a redação da LDO 2010, com a supressão do inciso IV.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2440 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570059

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 33 Inciso II

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A nova possibilidade proposta pelo Executivo acaba de fato com qualquer possibilidade de seleção para a escolha de entidades, além de tornar desproporcionais e desarrazoadas as exigências legais previstas para concessão de subvenções sociais e para contribuições correntes.

De fato, qual a razão de nada se exigir para a realização de transferências a título de contribuições correntes, bastando o nome da entidade no orçamento. Porém se determinar o cumprimento de uma série de exigências - consubstanciadas na necessidade de certificação de entidade beneficente de assistência social - para a liberação de recursos a título de subvenções sociais, que são transferências de inegável importância social, porquanto se destinam a atender entidades que atuam junto às camadas mais carentes da população nas áreas da saúde, educação e assistência ?

Não se justifica tal tratamento. Pelo contrário, historicamente sempre se prestigiou as áreas da seguridade e da educação por atenderem as camadas mais carentes da população.

Por sua vez, a mera identificação da entidade no orçamento para fins de recebimento de contribuições, sem qualquer processo seletivo, fere o princípio constitucional da impessoalidade. Nesse sentido, inclusive, pode-se citar o Acórdão TCU nº 1331/2008 - Plenário, que em seu item 9.2.2, orienta no sentido de que os órgãos e entidades da Administração Pública instituem processo de chamamento e seleção públicos previamente à celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos.

Por tais motivos, propomos a supressão do dispositivo



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2441 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

3357 - Silas Brasileiro

EMENDA

33570060

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda é apresentada em conjunto com outra que dá nova redação ao inciso III. Na prática, visa consolidar os incisos III e IV do art. 34 do PLDO, que regulam a concessão de auxílios a entidades que atuam na saúde, em um único dispositivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2442 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2514 - Solange Almeida****EMENDA****25140001****PROGRAMA**

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO20G8 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos
Hospitais Universitários**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**

Atendimento realizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

4.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir no Anexo de Metas e Prioridades ação destinada a promover Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais de Ensino.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2443 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

2514 - Solange Almeida

EMENDA

25140002

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

6379 Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Hospital apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

46

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir no Anexo de Metas e Prioridades ação destinada a promover Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais de Ensino.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2444 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2493 - Sueli Vidigal****EMENDA****24930001****PROGRAMA**

0154 Garantia e Acesso a Direitos

AÇÃO

8800 Apoio a Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Conselho apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

50

JUSTIFICATIVA

A CRIANÇA E O ADOLESCENTE EM NOSSO PAÍS TEM SOFRIDO TODO TIPO DE VIOLÊNCIA: VÍTIMAS DE MAUS-TRATOS, ASSIM DISTRIBUIDOS: NEGLIGÊNCIA, ABUSO FÍSICO, ABUSO SEXUAL E PSICOLÓGICO/ABANDONO, QUE ACONTECEM NO SEIO DA FAMÍLIA, NA COMUNIDADE E NO AMBIENTE SOCIAL EM GERAL. OS CONSELHOS TUTELARES NESSE CONTEXTO FUNCIONAM COMO RETAGUARDA AOS JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL.

A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DEVE NORTEAR EM TODO O ATENDIMENTO PRESTADO, TENDO COMO OBJETIVO RESGUARDAR SEU BEM-ESTAR.

A ATUAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NECESSITAM SEREM FORTALECIDOS EM TODOS OS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ACIMA DE CINQUENTA MIL HABITANTES.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2445 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2493 - Sueli Vidigal****EMENDA****24930002****PROGRAMA**

1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

AÇÃO

7J23 INSTALAÇÃO DE DELEGACIAS ESPECIAIS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade instalada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

10

JUSTIFICATIVA

NO QUE TANGE AOS DIREITOS DA MULHER, ACREDITAMOS QUE A CRIAÇÃO DAS DELEGACIAS CONSTITUI A MAIOR CONQUISTA DAS MULHERES NESTE SÉCULO. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NÃO ESCOLHE COR, RAÇA, NÍVEL SOCIAL, ECONÔMICO OU CULTURAL E NÃO TEM HORA, DIA OU LOCAL PARA ACONTECER. GERALMENTE VEM ACOMPANHADA DE ALIADOS COMO A CALADA DA NOITE, A QUATRO PAREDES, O ALCOOLISMO E OUTRAS DROGAS.

REFLETEM, NA VERDADE, A TRISTE REALIDADE DOS DESAJUSTES DE HOMENS QUE NÃO POSSUEM INFRA-ESTRUTURA EMOCIONAL PARA COMPREENDER A AFETIVIDADE NATA QUE EXIGE O TRATAMENTO COM A MULHER.

ANTE AO EXPOSTO, FAZ-SE NECESSÁRIO OFERECER AS DELEGACIAS DA MULHER, CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA, RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS ESSÊNCIAIS PARA SEU FUNCIONAMENTO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2446 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2493 - Sueli Vidigal****EMENDA****24930003****PROGRAMA**

0665 Gestão da Política Nacional Sobre Drogas

AÇÃO

8236 Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional Antidrogas

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

48

JUSTIFICATIVA

A ESCALADA DA VIOLÊNCIA QUE ASSOLA O PAÍS VEM ASSOCIADA AS DROGAS QUE TEM VITIMIZADO NOSSOS JOVENS, TORNANDO-OS REFÊNS DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS. PORTANTO, OS DOENTES E DEPENDENTES, NECESSITAM DE UMA OPÇÃO DE TRATAMENTO, DIGNO DE RESGATÁ-LO E REINSERIR-LO NA SOCIEDADE.

NOSSOS JOVENS SOFREM, POR FALTA DE OPORTUNIDADE DE ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO: SAÚDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO, QUE POSSAM OFERECER A DIGNIDADE DE UM FUTURO PROMISSOR.

O MUNICÍPIO DA SERRA-ES, FIGURA COMO UM DOS MUNICÍPIOS MAIS VIOLENTO DO PAÍS. OCUPA O TERCEIRO LUGAR NO RANKING DE MORTALIDADE DE JOVENS NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 25 ANOS, POR USO DE DROGAS. O OBJETIVO DESSA EMENDA É REVERTER ESSE TRISTE QUADRO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2447 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA
2493 - Sueli Vidigal

EMENDA
24930004

PROGRAMA

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7J19 Implantação de Estação Piloto de tratamento de água de lastro na área portuária de Vitória (ES)

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Estação implantada (unidade)

25

JUSTIFICATIVA

CONSTA DO PPA A IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO PILOTO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE LASTRO NA ÁREA PORTUÁRIA DE VITÓRIA(ES).
A ÁGUA DE LASTRO, UTILIZADA PELAS EMBARCAÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DE SUA ESTABILIDADE, TEM PROVOCADO PROBLEMAS SOB ASPECTOS AMBIENTAIS E DE SAÚDE PÚBLICA, UMA VEZ QUE POSSIBILITA A TRANSFERÊNCIA DE ORGANISMOS VIVOS, MUITOS DOS QUAIS PATOGÊNICOS, ENTRE LOCAIS MUITAS VEZES DISTANTES E ECOLOGICAMENTE DIVERSOS.
MUITOS SÃO OS CASOS RELATADOS DE ESPÉCIES INVASORAS INTRODUZIDAS POR MEIO DA ÁGUA DE LASTRO. NO CASO DO BRASIL, AOS MENOS TRÊS EXEMPLOS PODEM SER CITADOS. A ESPÉCIE ISOGNOMON BICOLOR, UM MOLUSCO BIVALVE, VEIO DO CARIBE E, HÁ CERCA DE 10 ANOS, VIVE NA REGIÃO ENTREMARÊS DO LITORAL BRASILEIRO, ONDE ALCANÇA ALTAS DENSIDADES E IMPEDE A FIXAÇÃO DE MUITAS ESPÉCIES NATIVAS. TAMBÉM O SIRI CHARYBDIS HELLERII, ORIGINÁRIO DO OCEANO ÍNDICO E OBSERVADO ATUALMENTE EM VÁRIAS REGIÕES DO LITORAL BRASILEIRO, PROVONANDO O DESAPARECIMENTO DAS ESPÉCIES NATIVAS DE SIRIS QUE TEM IMPORTÂNCIA PESQUEIRA.
NO ENTANTO, O CASO MAIS EMBLEMÁTICO PROVAVELMENTE SEJA O DO MEXILHÃO-DOURADO (LIMNOPERNA FORTUNE), ORIGINÁRIO DA CHINA E SUDESTE DA ÁSIA E REGISTRADA NA ARGENTINA EM 1991, E NO BRASIL, O RIO GRANDE DO SUL, EM 1999. ATUALMENTE ESTÁ DISSEMINADO EM VÁRIAS BACIAS HIDROGRÁFICAS, TENDO ATINGIDO, INCLUSIVE, O PANTANAL.
DIANTE DA GRAVIDADE DO PROBLEMA É NECESSÁRIO INVESTIMENTO EM AÇÕES QUE MINIMIZE A DISSEMINAÇÃO. FIXANDO A IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO PILOTO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE LASTRO NA ÁREA PORTUÁRIA DE VITÓRIA. HAJA VISTA QUE O PORTO DE VITÓRIA É O QUE MAIS RECEBE ÁGUA DE LASTRO NO PAÍS.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2448 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2493 - Sueli Vidigal****EMENDA****24930005****PROGRAMA**

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7J97 Adequação de Trecho Rodoviário - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho adequado (km)

ACRÉSCIMO DE META

2

JUSTIFICATIVA

O MUNICÍPIO DA SERRA-ES, INTEGRA A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA, SENDO QUE A MANUTENÇÃO DE TRECHOS NA ALTURA DOS BAIRROS BRANCO/ BARCELONA/ LARANJEIRAS/ JOSÉ ANCHIETA/ CARAPINA/ NOVA CARAPINA/ MESTRE ALVARO, É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA A SEGURANÇA DOS SEUS USUÁRIOS.

A MANUTENÇÃO IRÁ MINIMIZAR A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES GRAVES, QUE É BASTANTE ELEVADA, E VEM COLOCANDO EM RISCO A INTEGRIDADE FÍSICA DOS QUE TRAFEGAM, NAQUELA LOCALIDADE URBANA DO MUNICÍPIO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2449 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1436 - Tatico****EMENDA****14360001****PROGRAMA**

0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

AÇÃO

1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

25

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a Construção da Avenida que liga a cidade de Pirassununga à Academia da Força Aérea - AFA. A implantação dessa avenida é muito importante para dar maior segurança e conforto na trafegabilidade das pessoas que necessitam de alguma forma frequentar a AFA, seja trabalhando ou estudando. Presta-se portanto a presente emenda a oferecer melhores condições à cidade e sua população.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2450 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1436 - Tatico****EMENDA****14360002****PROGRAMA**

0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

AÇÃO

11UT Implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Brigada implantada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

100

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atender a adequação, construção e o reaparelhamento do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizada de Pirassununga subordinado a 11ª Brigada de Infantaria Leve, uma vez que a Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais. Entre as prioridades do Exército está a implantação da Brigada de Infantaria Leve que por circunstâncias alheias à vontade da Força não consegue alocar os recursos necessários para concluir a sua implantação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2451 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1436 - Tatico****EMENDA****14360003****PROGRAMA**

0632 Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

AÇÃO

3120 Construção de Instalações Militares

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Instalação militar construída (m²)

ACRÉSCIMO DE META

5.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa incluir como meta e prioridade da LDO o apoio a construção, adequação e reaparelhamento da Academia da Força Aérea Brasileira - AFA - em Pirassununga/SP. As primeiras instalações da AFA datam de 1955 e até hoje, passados mais de 50 anos, o Comando da AFA ainda não tem instalações condizentes com as suas necessidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2452 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1436 - Tatico	14360004

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Vaga disponibilizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

10.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa acrescentar em 10000 vagas a prioridade e meta definidas pelo Poder Executivo para Reestruturar e Expandir as Universidades Federais. Esse acréscimo decorre da necessidade de compatibilizar a meta estabelecida no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 com a criação da Universidade Federal de Pirassununga/SP. A criação da Universidade em Pirassununga está em consonância com a política pública federal de interiorizar o ensino público superior no País.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2453 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1436 - Tatico	14360005

PROGRAMA

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

20CF Apoio à melhoria da gestão em Santas Casas de Misericórdia, entidades hospitalares sem fins econômicos e entidades de reabilitação física de portadores de deficiência.

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)

100

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo priorizar e garantir o atendimento em hospitais de natureza filantrópica, como as santas casas de misericórdia. Esse acréscimo decorre da necessidade de compatibilizar a meta estabelecida no Projeto de Diretrizes Orçamentárias para 2011 com a construção de 100 novos leitos na Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga/SP de modo também de assegurar o cumprimento da emenda constitucional nº 29, bem como de sua regulamentação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2454 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1432 - Thelma de Oliveira****EMENDA****14320001****PROGRAMA**

0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

AÇÃO

NOVA Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Ações de Infra-estrutura Urbana no Estado de Mato Grosso.

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Ponto crítico eliminado (unidade)

30

JUSTIFICATIVA

ESSA EMENDA VISA CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO E AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA EM MUNICÍPIO CARENTES DE MATO GROSSO



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2455 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1432 - Thelma de Oliveira		14320002
PROGRAMA		
1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial		
AÇÃO		
7M07 Revitalização e Urbanização de Córregos em Cuiabá - no Estado de Mato Grosso		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Obra executada (% de execução física)		10
JUSTIFICATIVA		
A PRESENTE EMENDA VISA CONTORNAR EM PARTE AS SITUAÇÕES DE PRECARIIDADE, DEVIDO A FALTA DE INVESTIMENTOS EM DRENAGEM URBANA E NO CONTROLE DAS EROSÕES, PRINCIPALMENTE EM ÉPOCA DE CHUVA, OCASIONANDO PREJUÍZOS DIVERSOS E CRIANDO TRANSTORNOS A POPULAÇÃO DE MATO GROSSO, PRINCIPALMENTE NOS MUNICÍPIOS PEQUENOS E RIBEIRINHOS.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2456 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1432 - Thelma de Oliveira	14320003

PROGRAMA

1250 Esporte e Lazer da Cidade

AÇÃO

NOVA Implantação e Modernização fr Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer - Na Região Metropolitana de Cuiabá - No Estado do Mato Grosso.

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Serviço instalado (unidade)

30

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA ATENDER OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO CUIABÁ, ATRAVÉS DE AÇÕES QUE VISAM DOTAR OS MUNICÍPIOS COM INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA, DE FORMA A DAR CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA AS PRÁTICAS DESPORTIVAS.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2457 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1432 - Thelma de Oliveira		14320004
PROGRAMA		
1067 Gestão da Política de Educação		
AÇÃO		
NOVA Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do mato Grosso		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Infra-estrutura implantada (unidade)		50
JUSTIFICATIVA		
A PRESENTE EMENDA VISA ATENDER OS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO COM A IMPLANTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES BÁSICAS DE ENSINO.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2458 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
3524 - Themístocles Sampaio		35240001
PROGRAMA		
0515 Infra-Estrutura Hídrica		
AÇÃO		
7G88 Construção da Barragem de Atalaia no Município de Sebastião Barros - no Estado do Piauí		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Obra executada (% de execução física)		50
JUSTIFICATIVA		
A PRESENTE EMENDA TEM POR FINALIDADE INCLUIR META À LDO 2011 PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ATALAIA NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS NO ESTADO DO PIAUÍ.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2459 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3524 - Themístocles Sampaio	35240002

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO

7J11 Construção de Trecho Rodoviário - Piripiri - Matias Olímpio - na BR-222 - no
Estado do Piauí

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho pavimentado (km)	145
-------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA TEM POR FINALIDADE INCLUIR META SIFUCIENTE PARA A CONSTRUÇÃO DE 145 KM DE PAVIMENTAÇÃO NA RODOVIA BR-222, NO ESTADO DO PIAUÍ, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PIRIPIRI E MATIAS OLÍMPIO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2460 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
3524 - Themístocles Sampaio		35240003
PROGRAMA		
0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista		
AÇÃO		
11BC Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina-PI		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Edifício construído (% de execução física)		90
JUSTIFICATIVA		
A PRESENTE EMENDA TEM POR FINALIDADE INCLUIR META Á LDO 2011 PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO TRT DA 22ª REGIÃO EM TERESINA PIAUÍ.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2461 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2322 - Tião Viana

EMENDA

23220001

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 7 Parágrafo 11

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o seguinte inciso VII ao o no art. 7º, §11, do PLDO 2011
Art. 7º (...)

"VII - recursos decorrentes de alterações promovidas pelo Congresso Nacional não destinados à contrapartida (IU 6);"

JUSTIFICATIVA

Há muito se discute a importância de conferir publicidade à execução orçamentária de emendas parlamentares. Não se questiona que todo dispêndio estatal deva ter publicidade suficiente para garantir o acompanhamento pela população; porém, quando se trata de alteração introduzida pelo próprio Legislativo, essa importância é significativamente ampliada por se tratar de representantes dos Estados e da população local.

Nesse sentido, apresentamos a presente emenda que busca viabilizar a marcação dessas alterações introduzidas pelo Congresso Nacional à lei de meios durante o processo orçamentário, garantindo assim a possibilidade de acompanhamento pela sociedade da execução dessas dotações.

A presente emenda, portanto, apresenta evidentemente cunho moralizador e atende a princípios legais de transparência na realização de despesas públicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2462 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2462 - Valadares Filho	24620001

PROGRAMA

1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

AÇÃO

8991 Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Território apoiado (unidade)	560
------------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa viabilizar, priorizando a articulação com programas e políticas públicas, investimentos na implantação, ampliação e modernização de infra-estrutura e serviços necessários à dinamização econômica dos territórios rurais, ao fortalecimento da gestão social de seu processo de desenvolvimento e de redes sociais de cooperação e à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Através do apoio a projetos territoriais para implementação e expansão dos investimentos em obras de infra-estrutura que beneficiem coletivamente os agricultores familiares, tais como construção ou ampliação de unidades de beneficiamento e armazenagem, estruturas de comercialização, construção e recuperação de centros de treinamentos, centros comunitários, apoio na estruturação de cooperativas de crédito e de produção da agricultura familiar, bem como de redes de assistência técnica, etc.

O MDA transfere aos Agentes Operadores (CEF ou BNB) os recursos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes da formalização dos contratos de repasse, individualmente com cada município, com os governos estaduais ou outras institucionalidades definidas na LDO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2463 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2462 - Valadares Filho****EMENDA****24620002****PROGRAMA**

0665 Gestão da Política Nacional Sobre Drogas

AÇÃO

8236 Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional Antidrogas

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa apoiar o funcionamento integrado e sistêmico das organizações que compõem o Sistema Nacional Antidrogas e orientar as organizações do Sistema Nacional Antidrogas para a atuação na redução da demanda de drogas.

Através de elaboração de projetos na área de redução da demanda de drogas: identificação de projetos regionais, considerados exitosos; recebimento e avaliação de projetos, tanto da redução da demanda quanto da redução da oferta de drogas; busca de parcerias para financiar ou co-financiar projetos avaliados e considerados importantes para a redução da demanda e da oferta de drogas; estabelecimento de convênios e outras formas de parcerias com vistas a financiar e executar os projetos; acompanhamento da execução dos projetos; disseminação dos resultados com vistas a subsidiar políticas setoriais na área de redução da demanda e oferta de drogas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2464 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2462 - Valadares Filho	24620003

PROGRAMA

0068 Erradicação do Trabalho Infantil

AÇÃO

8662 Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Criança/adolescente beneficiado (unidade)	30.739
---	--------

JUSTIFICATIVA

Esta emenda assegurar a proteção social especial a crianças e adolescentes com idade até 16 anos incompletos, por meio da concessão de bolsas aos que tiverem seu direito ao não trabalho violado e da igualdade de condições e acesso para a permanência na escola, além de inseri-los nos demais serviços do Sistema Único de Assistência Social, primando pela convivência familiar e comunitária.

Isso se dará através do pagamento de bolsas para as famílias que possuem crianças e adolescentes retiradas do trabalho, contribuindo para a permanência destes na escola, visando seu sucesso escolar e a retirada do trabalho, bem como a convivência familiar e comunitária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2465 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2462 - Valadares Filho****EMENDA****24620004****PROGRAMA**

1250 Esporte e Lazer da Cidade

AÇÃO

5450 Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Espaço implantado/modernizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

300

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa a implantação, reforma ou ampliação de infra-estrutura esportiva e de lazer (quadras poliesportivas, campos de futebol, ginásios de esporte, complexos esportivos, pistas de atletismo, piscinas, entre outros), inclusive com o provimento de equipamentos e materiais esportivos e de lazer de forma a reduzir a exclusão e o risco social e melhorar a qualidade de vida da população.

Além de ajudar o estádio de futebol da capital sergipana, o Batistão tem mais de 30 anos de existência e necessita com urgência de reformas estruturais e ampliação da capacidade de público para adequá-lo às normas da FIFA, colocação de cobertura, cadeiras, melhoria dos acessos internos e externos, recuperação e ampliação das instalações hidráulicas, elétricas, e outros equipamentos como iluminação, telão e som adequados, que permitam a sua utilização como centro secundário durante a copa do mundo de 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2466 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2462 - Valadares Filho	24620005

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

7L83 Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Unidade construída/ ampliada (unidade)

50

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa a expansão, consolidação e interiorização da Universidade Federal de Sergipe e de outras.

Através de aparelhagem e a sofisticação de seus laboratórios que são etapas essenciais para a formação de recursos humanos e a geração de novos conhecimentos, fundamentais ao processo de desenvolvimento econômico e social dos Estados.

A realidade tem mostrado, nos últimos anos, uma efetiva ampliação do número de vagas nos cursos de graduação. Em consequência, o número de alunos matriculados nos cursos presenciais aumentou quase 40% ao longo dos últimos 4 (quatro) anos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2467 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1063 - Valdir Colatto	10630001

PROGRAMA

9991 Habitação de Interesse Social

AÇÃO

10SJ Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Família beneficiada (unidade)	10.000
-------------------------------	--------

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover a melhoria da qualidade de vida da população em Municípios como o de Campos Novos, no Oeste Catarinense, haja vista o déficit habitacional existente, tanto na zona urbana quando no meio rural. Esta ação vem ao encontro das necessidades dos Municípios. Atualmente existe um déficit de milhões de moradias. No Município de Campos Novos esse déficit é de aproximadamente 2000 moradias, sendo que 1500 no meio urbano e 500 no meio rural, seja no intuito de promover o resgate da cidadania, seja no intuito de oferecer moradias dignas e o acesso aos bens e serviços públicos é da maior relevância.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2468 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1063 - Valdir Colatto	10630002

PROGRAMA

0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto

AÇÃO

10GE Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Família beneficiada (unidade)

50.000

JUSTIFICATIVA

Campos Novos é um Município com uma economia baseada essencialmente na agropecuária, é um dos maiores produtores de matéria prima de Santa Catarina, tendo grande potencial para a industrialização. Logo, esta emenda objetiva priorizar ações na área de Serviços urbanos de água e esgoto à população dessa localidade, bem como de outras situadas em diferentes regiões do Estado de Santa Catarina e de outras Unidades da Federação, o que certamente contribuirá para o desenvolvimento econômico da região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2469 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480001****PROGRAMA**

0271 Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

AÇÃO

6594 Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Autorização outorgada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

Tem-se argumentado que, com a ligação de Rondônia ao Sistema Interligado Nacional, que conecta todo o sistema de abastecimento elétrico do País, a construção do Gasoduto tornou-se desnecessária, o que não é verdadeiro. A usina termelétrica Termonorte, em Porto Velho, com cerca de 500 megawatts de potência, abastecida com o gás natural de Urucu, poderá ser despachada com grande economia, sempre que necessário, ou seja, nos momentos de escassez de chuvas. E, conectada ao Sistema Interligado, ela passará a atender não só Rondônia, mas todo o País. A grande vantagem, nesse caso, é que se passa a dispor de uma reserva de energia, complementar ao sistema hidráulico de geração, a um preço mínimo. Como se sabe, a energia elétrica gerada a gás natural é a segunda mais barata depois da energia de fontes hidrelétricas. Trata-se, portanto, de aumentar a confiabilidade do abastecimento nacional, a um custo de geração menor que a atual geração a diesel.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2470 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
2048 - Valdir Raupp		20480002
PROGRAMA		
1456 Vetor Logístico Amazônico		
AÇÃO		
207M Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-425 - no Estado de Rondônia		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Trecho mantido (km)		125
JUSTIFICATIVA		
A Construção de obras de artes (pontes) em concreto sobre os rios Ribeirão e Araras na BR-425 no estado de Rondônia, em substituição as antigas pontes de ferro construídas pela antiga estrada de ferro madeira mamoré, é de suma importância para a ligação e integração dos municípios de Abunã, Nova Mamoré e Guajara-Mirim, Estado de Rondônia.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2471 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480003****PROGRAMA**

1456 Vetor Logístico Amazônico

AÇÃO7M62 Adequação de Acessos Rodoviários - Divisa MT/RO - Divisa RO/AC - na BR-364 - no
Estado de Rondônia**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**

Trecho adequado (km)

ACRÉSCIMO DE META

800

JUSTIFICATIVA

Os municípios do estado de Rondonia, situados ao longo da BR-364, necessitam de apoio do governo federal para minorar os problemas causados pela tráfegabilidade de veículos pesados, além dos inúmeros acidentes ao longo das mesmas que atravessam as principais cidades, sendo portanto primordial a adequação dessas vias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2472 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2048 - Valdir Raupp	20480004

PROGRAMA

0225 Gestão da Política dos Transportes

AÇÃO

2C00 Estudos de Viabilidade e Projetos de Infra-Estrutura de Transportes

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Estudo realizado (unidade)	1
----------------------------	---

JUSTIFICATIVA

O Projeto para execução da Ferrovia Transcontinental do trecho compreendido entre Lucas do Rio Verde (MT), Vilhena - Porto Velho (RO) - Rio Branco - Cruzeiro do Sul - Fronteira Brasil-Peru (Boqueirão da Esperança).
Visando a importância da magnitude desse projeto para o Estado de Rondônia, para população rondoniense, especialmente para o desenvolvimento do Brasil, tendo em vista o grande aumento da produção, em razão da construção das Usinas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2473 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480005****PROGRAMA**

1456 Vetor Logístico Amazônico

AÇÃO

7M89 Construção do Porto de Porto Velho (RO)

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Obra executada (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

Considerada uma das obras prioritárias para a Região Norte. A maior parte da produção agropecuária dos estados do Mato Grosso, Rondônia e Acre são exportadas através da hidrovia do Rio Madeira. O Porto Fluvial, situado na cidade de Porto Velho/RO é fundamental para favorecer o desenvolvimento sócio-econômico da Região Norte.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2474 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2048 - Valdir Raupp	20480006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 32 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo Único:
Fica assegurada a manutenção dos benefícios às entidades privadas sem fins lucrativos, e que exerçam atividades continuada nas áreas de Assistencial Social, Saúde e Educação, e que por força maior se encontram com seu pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, não emitido pelo órgão competente, por falta de regulação da Lei 10.101 de 27 de novembro de 2009, até que se adote as medidas de correção à mesma.

JUSTIFICATIVA

O presente paragrafo sugerido, trata-se da falta de adaptação dos órgãos, a Lei 10.101 de 27 de novembro de 2009, para a emissão e ou renovação do certificado de Entidade Beneficente Assistencia Social às entidades privadas sem fins lucrativos nas áreas Assistencia Social, Saude e Educação, e que porventura se encontram impossibilitadas de obter o beneficio por falta de regulamentação da mesma.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2475 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 39

TEXTO PROPOSTO

Art. 39. A realização de transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000, dependerão da comprovação, por parte do conveniente, até o ato da assinatura do instrumento de transferência, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.

JUSTIFICATIVA

Visando dar cumprimento as determinações da lei de responsabilidade fiscal, as leis de diretrizes orçamentárias vem disciplinando que para celebrar convênio com Órgãos da União, os Convenientes tem que demonstrar a previsão de recursos para contrapartida, nas suas rubricas orçamentárias.

Em consequência, a luz dessas orientações, as Assessorias Jurídicas vem opinando pelo cancelamento de convênios, mesmo naqueles casos em que os Convenientes comprovam a existência de disponibilidade orçamentária, mas essa comprovação acontece depois da celebração dos convênios.

Após a criação do SICONV, o processamento de pleitos, com vistas à transferências de recursos da União, passou a ser muito rápido, possibilitando a formalização de grande número de convênios e similares, em curtos períodos de tempo.

Além disso, o SICONV tornou possível a celebração de convênios mediante a pactuação de condições a serem cumpridas antes da liberação de recursos financeiros da União, especialmente a apresentação do projeto básico ou do termo de referência, os documentos de prioridade dos imóveis a serem utilizados e a licença ambiental, com previsão do cancelamento do convênio, no caso de descumprimento das condições suspensivas, no prazo estabelecido, ou da emissão de parecer contrário a sua aprovação, no âmbito do órgão concedente.

Entende-se que a existência de comprovação, pelo conveniente, da disponibilidade dos recursos orçamentários necessários à contrapartida, poderá também ser condicionada, a exemplo das demais exigências, possibilitando agilizar a celebração do convênio, sem descumprimento da lei de responsabilidade fiscal.

De outra forma a citação, no texto do convênio, de que os recursos da contrapartida devem estar previstos na Lei Orçamentária do Conveniente, ficando a liberação dos recursos da União condicionada a sua comprovação, possibilita o cumprimento do que determina a Lei Complementar nº 101, Art 25, Parágrafo 1º, Inciso d), sem prejuízo da agilidade pretendida com a criação do SICONV.

Importa destacar que no âmbito da administração pública, os orçamentos deverão estar aprovados, via de regra, desde o início dos exercícios fiscais, quando são definidas, pelos pretensos Convenientes, as dotações destinadas às contrapartida de convênios, o que pressupõe a definição, a prioridade, das dotações orçamentárias disponíveis para contrapartidas de convênios, a despeito constar, ou não, a sua discriminação, no texto do Convênio, detalhamento esse que poderá ser apresentado posteriormente, como condição a liberação dos recursos da União.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2476 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2048 - Valdir Raupp	20480008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprir salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2477 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2048 - Valdir Raupp

EMENDA

20480008

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2478 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2048 - Valdir Raupp

EMENDA

20480009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reaparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2479 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2480 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2048 - Valdir Raupp	20480011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2481 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA

2361 - Valter Pereira

EMENDA

23610001

PROGRAMA

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

7N48 Construção da Ferrovia Cascavel/PR - Maracajú/MS - Dourados/MS - na EF-484 - Nacional

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho construído (km)

ACRÉSCIMO DE META

1.200

JUSTIFICATIVA

Esta ferrovia faz a ligação de dois Estados importantes produtores de grãos Paraná e Mato Grosso do Sul. Ajudará no transporte e escoamento da produção pois fará a junção da ferrovia com a Hidrovia Tietê-Paraná, isso servirá para desafogar o tráfego intenso da BR 163, principal rota de pesados caminhões de carga. Vale ressaltar, que esta ferrovia se transformará no principal tronco de escoamento para exportação com acesso ao Porto de Paranaguá/PR. A construção desta ferrovia vem sendo pleiteada em conjunto entre os Governos do Estado de Mato Grosso do Sul e Paraná. Além dos Estados de Rio Grande do Sul e São Paulo que também serão beneficiados. A construção da Ferroeste se insere plenamente nos objetivos do Governo, como parte das ferrovias previstas no PNV Plano Nacional de Viação.

- Principais cargas transportadas: soja em grão, farelo de soja, óleo de soja, milho, cimento, adubos, fertilizantes, trigo e cargas frigoríficas.

A expansão da Ferroeste é estratégica para a região Sul, para o Centro-Oeste, para o Brasil e para a América do Sul. Os atuais trilhos, entre Guarapuava e Cascavel, com 248 km de extensão, serão multiplicados por cinco.

O desafio está à altura do Paraná e do Brasil e será vencido com um projeto audacioso. A Ferroeste vai construir 1.200 km de estrada de ferro interligando três Estados: Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

O papel estratégico da Ferroeste, porém, é bem maior. As novas linhas serão fundamentais na integração da América do Sul. A chegada dos trilhos a Foz do Iguaçu e ao Paraguai permitirá a consolidação do sonhado corredor ferroviário bioceânico que unirá os portos paranaenses e chilenos, especialmente Paranaguá e Antofagasta. Um novo porto público de águas profundas, aliás, será construído pelo Governo do Paraná, na Ponta do Poço, município de Pontal do Paraná. O Porto do Mercosul, como está sendo chamado, integrará o complexo portuário do Porto de Paranaguá, terá capacidade para receber grandes navios e vai operar, sobretudo, com contêineres.

A Ferroeste não está só nesta empreitada, múltiplos agentes, públicos e privados, cooperam para viabilizar a obra, governos e sociedade civil. O projeto mobiliza importantes setores econômicos e políticos da sociedade. Os primeiros a se alinharem foram os governos do Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, no âmbito do Codesul Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul. Com a união da Região Sul o projeto conquistou o apoio do Governo Federal, através da Casa Civil, do Ministério do Planejamento, Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, e foi incluído no PAC Programa de Aceleração do Crescimento. Além disso, em 2008, uma aliança suprapartidária no Congresso Nacional abriu as portas do orçamento da União para o projeto da Ferroeste.

O apoio à expansão da ferrovia paranaense é geral, porque o Brasil precisa reduzir os custos de transporte. A indústria, o comércio e o setor de serviços querem a ampliação da ferrovia. As cooperativas, o agronegócio, os exportadores, os pequenos e médios produtores e os trabalhadores apóiam a construção dos novos ramais. Os municípios das regiões que serão atendidas pelo projeto estão mobilizados. Os órgãos e entidades ambientais manifestam sua adesão, porque o trem é um meio de transporte de menor custo ecológico. O projeto também encontrou acolhida em organismos internacionais como a Associação Latino-Americana de Ferrovias (Alaf) e Fórum Consultivo de Cidades e Regiões



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2482 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA

2361 - Valter Pereira

EMENDA

23610001

JUSTIFICATIVA

do Mercosul.

Estudos realizados, em conjunto, pela Ferroeste e Petrobrás Transportes S/A Transpetro demonstram que a expansão da ferrovia ao Mato Grosso do Sul e ao Porto de Paranaguá é fundamental para a competitividade da logística da exportação do etanol brasileiro. O mesmo vale para o transporte dos derivados de petróleo desde a Refinaria de Araucária até o Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraguai.

A expansão da Ferroeste, em suma, é irreversível. O Ministério dos Transportes já aprovou o essencial do projeto e os estudos técnicos, econômicos e ambientais do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec) demonstram a viabilidade da construção dos novos ramais. A Ferroeste já está em linha com o futuro.

Os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (primeira fase) dos projetos de expansão da Ferroeste somam R\$ 50 milhões. Os investimentos previstos no projeto, por trechos, são os seguintes: Guarapuava-Paranaguá : R\$ 985 milhões (obra do PAC e PNLT); Cascavel/PR-Novo Mundo/MS : R\$ 430 milhões; Novo Mundo-Maracaju/MS R\$ 540 milhões; Cascavel-Presidente Franco/Paraguai R\$ 390 milhões; Laranjeiras/Nova Laranjeiras/PR-Chapecó/SC R\$ 600 milhões. Totalizando: R\$ 2,9 bilhões.

A capacidade de transporte da companhia, atualmente, chega a 5 milhões de toneladas ao ano. A demanda anual em toda a área de influência da empresa (Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraguai), no entanto, é estimada em 20 milhões de toneladas ao ano. Apenas o Estado do Paraná tem capacidade potencial de movimentar até 12 milhões de toneladas/ano.

O ramal que sairá de Cascavel até Guaíra, com 170 km, às margens do Rio Paraná, na divisa com o Mato Grosso do Sul, no município de Mundo Novo seguirá a Maracaju, passando por Dourados, num percurso de mais 270 km. Para isso, será construída uma ponte ferroviária que vai unir Guaíra a Mundo Novo sobre o Rio Paraná. Para viabilizar este projeto os governos do Paraná, do Mato Grosso do Sul e o Governo Federal criaram a Comissão para a Consolidação do Projeto da Ferroeste.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2483 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2361 - Valter Pereira****EMENDA****23610002****PROGRAMA**

0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

AÇÃO

1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

100

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda, visa melhorar as condições de vida da população do Município, que sofrem sérias consequências dos problemas causados pela falta de infra-estrutura. Com o propósito de minimizar esta situação, os recursos solicitados serão investidos nessa importante área.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2484 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2361 - Valter Pereira	23610003

PROGRAMA

1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO

AÇÃO

6409 Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto executado (% de execução)	100
-----------------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa contemplar Infraestrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-regionais. Especificamente o Assoreamento do Rio Taquari constitui hoje um dos mais graves e discutidos problemas de impacto ambiental e sócio econômicos do Pantanal e, particularmente, do Estado do Mato Grosso do Sul. Com 801 metros de extensão, o Rio Percorre 34 Km no Estado de Mato Grosso e, em 134 KM, é o divisor dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para somente depois, iniciar a sua trajetória no estado sul-mato-grossense. A nascente do Rio Taquari está localizada no Município do Alto Taquari/MT e percorre o Estado de Mato Grosso do Sul, no sentido leste-oeste de 500 Km percorrem a planície pantaneira. É importante salientar que a sub-bacia do Rio Taquari pode ser dividida em três compartimentos: Baixo, Médio e Alto Taquari, sendo esta última região a ser priorizada pela ação do Governo Federal. Os recursos da União poderão resultar em importantes melhorias na região Alto Taquari, que tem como objetivo maior recuperar, preservar, revitalizar, sanear e controlar a poluição da Bacia do Alto Taquari.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2485 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2361 - Valter Pereira	23610004

PROGRAMA

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

NOVA Apoio à Implantação do Roteiro Turístico "Caminhos da Retirada da Laguna"

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto realizado (% de execução física)

1

JUSTIFICATIVA

Em 21 de abril de 1867 os brasileiros entravam em Bela Vista, no território paraguaio, e dias depois, em 1º de maio, alcançavam Laguna, distante cerca de vinte e poucos quilômetros. Mas tudo naquele lugar estava devastado. Com a falta de mantimentos tornava a fome iminente, e ainda por cima a munição escasseava de forma preocupante, o recurso derradeiro foi a retirada imediata, que se processou por entre escaramuças com tropas paraguaias e luta incessante contra a vegetação incendiada. Nessa triste e desolada caminhada de regresso à pátria os soldados da coluna se viram obrigados a abandonar cerca de 122 companheiros doentes e feridos, que foram deixados numa clareira da mata, entregues à própria sorte. Dos dois mil soldados que haviam penetrado no Paraguai, restavam apenas 700 homens.

A Retirada da Laguna foi, sem dúvida, a página mais brilhante escrita pelo Exército Brasileiro em toda a Guerra da Tríplice Aliança. O Visconde de Taunay, que dela participou, imortalizou-a num dos mais famosos livros da literatura brasileira. Essa epopéia teve início na fazenda Laguna, situada no Paraguai, a Retirada da Laguna foi uma marcha dos pracinhas brasileiros percorrendo os municípios de Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Anastácio e Miranda, no Estado do Mato Grosso do Sul, e durante essa marcha, diversos acontecimentos marcam a história do país.

Este episódio tem sido revisitado por instituições governamentais e intelectuais ligas às elites sul-matogrossenses. A rememoração desse episódio da guerra com o Paraguai, apropriando-se das representações contidas na obra de Taunay, tem, entre outras, a pretensão de implantação de eventos como a Implementação do Roteiro Turístico da Retirada da Laguna tendo em vista a inserção do Estado no roteiro turístico internacional de visitação histórica.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2486 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2361 - Valter Pereira	23610005

PROGRAMA

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

202Q Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho mantido (km)

ACRÉSCIMO DE META

326

JUSTIFICATIVA

A presente emenda justifica-se pela real necessidade de se realizar a manutenção e restauração frequente da BR 262, tendo em vista que atravessa o Estado de Mato Grosso do Sul no sentido Leste/Oeste promovendo a ligação do Estado de São Paulo a Corumbá (MS) na fronteira Brasil - Bolívia, sendo considerada rodovia de segurança nacional. A implantação de indústrias de grande porte em Três Lagoas, as fábricas de cimento e siderúrgicas existentes em Corumbá, o fluxo de turistas que viajam pelo Pantanal Sulmatogrossense, o tráfego decorrente das exportações para Bolívia e o Gasoduto Brasil-Bolívia que está instalado em toda a sua extensão, faz da BR 262/MS uma rodovia de grande importância para a economia do Estado de Mato Grosso do Sul.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2487 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2361 - Valter Pereira****EMENDA****23610006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 39 Parágrafo 1 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

I - no caso dos Municípios:

- a) 1% (um por cento) e 2% (dois por cento) para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- b) 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento) para Municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO; e
- c) 8% (oito por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais;

JUSTIFICATIVA

Os municípios brasileiros, em sua grande maioria, não têm sequer a possibilidade de entrar com uma contrapartida de 1% (um por cento) em alguns convênios de obras de grande porte, como infra-estrutura urbana e saneamento básico, o que inviabilizaria, para estes municípios, a feitura de convênios tão essenciais para aquelas populações.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2488 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2361 - Valter Pereira****EMENDA****23610007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 34 Inciso XI

TEXTO PROPOSTO

XI - de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, e que tenham certificação de entidade beneficente de assistência social nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto nos seus arts. 35 e 38; ou estejam registradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social ¿ CNAS;
...¿

JUSTIFICATIVA

A redação original do Projeto determina que as entidades sem fins lucrativos sejam ¿de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, certificada como entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei no 12.101, de 2009, observado o disposto no seu art. 38¿.

O referido art. 38 assim dispõe:

¿Art. 38. As entidades certificadas até o dia imediatamente anterior ao da publicação desta Lei poderão requerer a renovação do certificado até a data de sua validade.¿

Conquanto o dispositivo do PL nº 04/2010 ¿ CN esteja a assegurar que as entidades que foram certificadas sob a égide da legislação anterior à Lei 12.101/09 também possam ser contempladas com a transferência de recursos à títulos de subvenções sociais, é preciso resguardar aquelas entidades que, quando da edição da referida Lei, estavam aguardando a análise do protocolo do pedido de renovação do certificado, nos termos do que dispõe o art. 35 daquele instrumento normativo:

¿Art. 35. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social protocolados e ainda não julgados até a data de publicação desta Lei serão julgados pelo Ministério da área no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da referida data.¿

Ademais disso, não se pode desconsiderar outro documento importante, admitido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de anos anteriores, que é o Atestado de Registro, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social ¿ CNAS.

Conquanto a Lei nº 12.101/09 tenha revogado o dispositivo que tratava do pedido deste documento perante o Conselho Nacional de Assistência Social e, doravante, o Atestado de Registro não seja mais emitido, a Lei não revogou o documento em si e, portanto, as entidades que obtiveram o documento ainda anteriormente à entrada em vigor da Lei nº 12.101/09 permanecem com um documento com validade e que, historicamente, sempre foi admitido pela legislação de diretrizes orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2489 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2361 - Valter Pereira****EMENDA****23610008**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 84

TEXTO PROPOSTO

Art. 84B - Fica autorizada a equiparação dos cabos da Aeronáutica e membros do Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica (QESA), inclusive aqueles que se encontram na reserva, ao Quadro de Taifeiros da Aeronáutica (QTA).

JUSTIFICATIVA

O Decreto nº 3690/2000, que regulamenta as carreiras da Aeronáutica estabelece que os taifeiros, que tem início de carreira inferior a cabo, tem direitos a promoções gradativas até suboficiais (art. 10, inciso II). Após 4 anos de carreira o taifeiro chega ao nível de cabo, com 11 anos chega a 3º sargento, 18 anos passa a 2º sargento, 25 anos vai a 1º sargento e quanto for para a reserva passa a suboficial (com 50 anos de idade ele vai compulsoriamente para a reserva), de acordo com a Lei nº 12.158/2009. No entanto, os cabos apenas são promovidos a 3º sargento com 20 anos de serviço e após isso não há mais nenhuma promoção.

Para corrigir essa distorção, faz-se necessário uma alteração do decreto nº 3690/2000, permitindo que os cabos sejam promovidos a QESAs com 11 anos de serviço (equiparando aos taifeiros) e que os QESAs possam ser promovidos a 2º sargento (após 7 anos), 1º sargento (após 7 anos da promoção anterior) e depois suboficial, tal qual ocorre com os taifeiros. A promoção para suboficial, somente ocorrerá quando for a reserva, mediante projeto de lei ou medida provisória nos mesmos moldes definidos para os taifeiros na Lei nº 12.158/2009, abrangendo tanto os cabos quanto aos QESAs que já estão na reserva hoje. A estimativa de impacto da equiparação aos taifeiros é de R\$ 149 milhões por ano beneficiando, de imediato, 3.912 na ativa (decreto) e 5.554 na reserva (PL ou MP). Todavia, para estas medidas poderem ser efetivadas em 2011, faz-se necessário a previsão orçamentária. Nesse sentido, propomos a inclusão da presente emenda na LDO de 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2490 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2361 - Valter Pereira****EMENDA****23610009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 32

TEXTO PROPOSTO

Parágrafo Único. Aplicação-se as transferências previstas no caput, onde couber, a normativa constante da Instrução Normativa n.º 01 de 1999 - STN, e suas modificações.

JUSTIFICATIVA

O terceiro setor tem sido de grande ajuda nas ações onde o governo federal não tem a sensibilidade necessária para agir. Contudo estas se utilizam de recursos públicos para cumprir suas finalidades. Portanto, nada mais coerente de que estas organizações cumpram as mesmas exigências, no que couber, dos demais convenientes com a União.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2491 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2361 - Valter Pereira****EMENDA****23610010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 40 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

§ 1º A demonstração, por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária deverá ser feita por meio de apresentação, ao órgão concedente, de documentação comprobatória da regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido pelo subsistema Cadastro Único de Convênio - CAUC do SIAFI, observando-se o disposto na Lei 10.522.

JUSTIFICATIVA

É Lei vigente no ordenamento jurídico brasileiro, não foi ab-rogada nem derogada, contudo não é aplicada pelos órgãos federais, de maneira uniforme, quando da celebração de convênios. Também não é incompatível com a normatização ulterior, mas somente uma exceção às mesmas, visto que se aplica a municípios específicos e não a todos generalizadamente, é aplicável a Lei 10.522, de 2002, no caso em tela.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2492 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2361 - Valter Pereira	23610011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Supressiva	Artigo 24

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O art. 24 fere o princípio da especialidade da Lei Orçamentária. PPA não é PLOA, são assuntos diferentes e têm que ser tratados diferentemente, em documentos próprios e distintos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2493 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2361 - Valter Pereira****EMENDA****23610012**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 17 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

§ 1º Serão divulgados na internet, em sítio único:

JUSTIFICATIVA

Apesar da obrigatoriedade da divulgação das informações, estas estão espalhadas pelos sítios dos ministérios, a idéia é a criação de um portal único para facilitar o acesso e visualização de todos os cidadãos, como determina o art. 48 da LRF.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2494 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2361 - Valter Pereira	23610013

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Modificativa	Artigo 34 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, inclusive assistência a portadores de DST/AIDS, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras entidades sem fins lucrativos, e que tenham certificação de entidade beneficente de assistência social nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, observado o disposto nos seus arts. 35 e 38; ou estejam registradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social e CNAS;
...;

JUSTIFICATIVA

A redação original do Projeto determina que as entidades sem fins lucrativos sejam voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, inclusive à assistência a portadores de DST/AIDS, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social expedida por órgão competente da área de saúde, nos termos da Lei nº 12.101, de 2009, observado o disposto no seu art. 38.

O referido art. 38 assim dispõe:

Art. 38. As entidades certificadas até o dia imediatamente anterior ao da publicação desta Lei poderão requerer a renovação do certificado até a data de sua validade.

Conquanto o dispositivo do PL nº 04/2010 e CN esteja a assegurar que as entidades que foram certificadas sob a égide da legislação anterior à Lei 12.101/09 também possam ser contempladas com a transferência de recursos a títulos de subvenções sociais, é preciso resguardar aquelas entidades que, quando da edição da referida Lei, estavam aguardando a análise do protocolo do pedido de renovação do certificado, nos termos do que dispõe o art. 35 daquele instrumento normativo:

Art. 35. Os pedidos de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social protocolados e ainda não julgados até a data de publicação desta Lei serão julgados pelo Ministério da área no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da referida data.

Ademais disso, não se pode desconsiderar outro documento importante, admitido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de anos anteriores, que é o Atestado de Registro, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social e CNAS.

Conquanto a Lei nº 12.101/09 tenha revogado o dispositivo que tratava do pedido deste documento perante o Conselho Nacional de Assistência Social e, doravante, o Atestado de Registro não seja mais emitido, a Lei não revogou o documento em si e, portanto, as entidades que obtiveram o documento ainda anteriormente à entrada em vigor da Lei nº 12.101/09 permanecem com um documento com validade e que, historicamente, sempre foi admitido pela legislação de diretrizes orçamentárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2495 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2361 - Valter Pereira	23610014

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprir salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2496 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2361 - Valter Pereira	23610014

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2497 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA
2361 - Valter Pereira

EMENDA
23610015

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2498 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2361 - Valter Pereira	23610016

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2499 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2361 - Valter Pereira

EMENDA

23610017

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Senador	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (¿royalties do petróleo e gás natural¿), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o ¿combustível do século XXI¿.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reaparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2500 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1451 - Vander Loubet		14510001
PROGRAMA		
1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste		
AÇÃO		
7N44 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MS (Rio Aporé) - Entroncamento BR-497 - na BR-483 - no Estado do Mato Grosso do Sul		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Trecho pavimentado (km)		10
JUSTIFICATIVA		
Trata-se de iniciativa que viabilizará rota alternativa de transportes ligando os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2501 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1451 - Vander Loubet		14510002
PROGRAMA		
1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste		
AÇÃO		
7G44 Construção de Contorno Rodoviário - em Dourados (Perimetral Norte) - na BR-163 - no Estado de Mato Grosso do Sul		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Trecho construído (km)		5
JUSTIFICATIVA		
Esta intervenção proporcionará a redução do volume de tráfego de veículos pesados na área urbana do município, o que acarretará redução significativa no número de acidentes envolvendo, principalmente, pedestres, além de preservar o pavimento das vias públicas urbanas.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2502 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1451 - Vander Loubet	14510003

PROGRAMA

1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

AÇÃO

1090 Recuperação e Conclusão dos Diques e Macrodrenagem de Porto Murtinho no Estado do Mato Grosso do Sul

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra executada (% de execução física)

9

JUSTIFICATIVA

O dique de Porto Murtinho é uma necessidade para a proteção de vidas humanas. Historicamente o Rio Paraguai se comporta de modo extremo quando em ciclos de enchentes, provocando alagamentos e inundações na área urbana, proporcionando epidemias e endemias que podem comprometer o sistema de saúde municipal.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2503 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1451 - Vander Loubet	14510004

PROGRAMA

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

7N48 Construção da Ferrovia Cascavel/PR - Maracajú/MS - Dourados/MS - na EF-484 - Nacional

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho construído (km)

75

JUSTIFICATIVA

Esta importante intervenção proporcionará um sistema mais eficiente na matriz de transportes do Estado do mato Grosso do Sul, o que desafogará as rodovias, garantindo mais segurança aos usuários.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2504 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1451 - Vander Loubet****EMENDA****14510005****PROGRAMA**

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

202D Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso do Sul

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho mantido (km)

ACRÉSCIMO DE META

300

JUSTIFICATIVA

A manutenção deste importante corredor de transportes merece atenção especial, pois, trata-se de artéria que proporciona o escoamento da produção agrícola de toda a região norte e de parte considerável da região centro-oeste.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2505 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970001**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 12 Inciso XXII

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso XXI ao art. 12:

Art. 12. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

XXIV - ao atendimento das despesas previstas no §1º do art. 20 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda com a finalidade de aprimorar o dispositivo, uma vez que o §1º do art. 20 já exige que a dotação esteja prevista em categoria de programação específica. Porém, tais despesas não se encontram elencadas no art. 12



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2506 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970002**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Parágrafo 4

TEXTO PROPOSTO

Art. 20 (...)

§5º Fica vedado o pagamento integral de despesas de convênios ou contratos relacionadas a assistência médica ou odontológica de agente público federal, seus dependentes e pensionistas.

JUSTIFICATIVA

Segundo dispõe a Lei 8.112/90, a assistência à saúde pode ser prestada de três formas. Por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, na forma estabelecida em regulamento.

Na última hipótese, por se tratar de convênio ou contratos, deve haver naturalmente a participação do agente no total da despesa, não se justificando que a União arque com a integralidade dos gastos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2507 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970003**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 20 Inciso XII

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso XIII ao art. 20 e o seguinte inciso X ao §1º do art. 20 do PLDO 2011:

Art. 20 (...)

XIII - Pagamento, a qualquer título, de assistência médica e odontológica de quem não perceba remuneração, provento e/ou pensão pagos pela Administração Pública Federal, ressalvado o caso de dependentes legais de agentes públicos federais.

§1º Desde que as despesas sejam identificadas e discriminadas em categorias de programação específicas na Lei Orçamentária de 2010, excluem-se da vedação prevista:

X - No inciso XIII do caput deste artigo, quando prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de emenda que visa coibir a concessão de benefícios a quem não pertence aos quadros da União.

Nos termos do art. 230 da Lei nº 8.112/90, a assistência a saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS ou diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou, ainda, mediante convênio ou contrato, na forma estabelecida em regulamento.

Portanto, ressalvada utilização dos serviços ofertados pelo SUS, não se justifica que o Governo Federal arque com despesas médicas ou odontológicas de quem não ostenta relação direta de trabalho com a União.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2508 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970004**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 20 Parágrafo 1

TEXTO PROPOSTO

Dê-se a seguinte redação ao §1º do art. 20 do PLDO 2011:

Art. 20. (...)
(...)

§ 1º Desde que as despesas sejam identificadas e discriminadas em categorias de programação específicas na Lei Orçamentária de 2010, excluem-se da vedação prevista:

JUSTIFICATIVA

Como regra geral, desde 1990, as LDOs vêm sistematicamente estabelecendo vedações à destinação de recursos públicos para determinadas finalidades. Todavia, considerando a existência de situações concretas, que excepcionalmente podem exigir a realização dessas despesas, a LDO também contém dispositivo que afasta tais vedações. Na prática, a LDO estabelece a vedação, mas prevê situações excepcionais para sua realização. . Por isso a despesa deve se enquadrar em uma das exceções legais e se encontrar identificada e discriminada em categoria de programação específica no Orçamento. Ocorre que o PLDO 2011 (art. 20, §1º) propõe nova redação ao dispositivo que afasta a apreciação ex-ante do Parlamento sobre tais despesas, uma vez que não precisarão constar de forma discriminada na peça orçamentária (art. 20, §1º, do PLDO 2011). A presente emenda visa resgatar a redação anterior e manter a possibilidade de análise pelo Parlamento.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2509 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970005**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso V Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Referida proibição consta desde a primeira LDO sancionada no Brasil (Lei nº 7.800, de 1989). As únicas ressalvas criadas, também em 1989 e mantidas até hoje, dizem respeito a creches e ensino pré-escolar.

Todavia, o PLDO 2011 pretende ampliar tais exceções para alcançar também a "capacitação de servidores públicos".

Associações de servidores congregam exatamente os indivíduos que integram determinada categoria e que exercem determinada atividade; portanto, é natural, e até esperado, que tais entidades disponham de pessoal habilitado para ministrar cursos de treinamento e de capacitação para exercício exatamente na respectiva atividade da categoria, mas essa situação de forma alguma autoriza a quebra de princípios constitucionais e legais.

De fato, não se pode esquecer que o dispositivo original, previsto desde a primeira LDO, teve o intuito de afastar qualquer possibilidade de privilégios a associações de servidores, empregados e agentes públicos. Afinal, a decisão de realizar treinamentos e de autorizar a liberação de recursos cabe exatamente a um servidor também representado por tais associações.

Dessa forma, antes de tudo, o dispositivo atende aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Além disso, o simples fato de a entidade representar a categoria não pode servir de justificativa para repassar a tais entidades a tarefa de promover a capacitação técnica dos servidores do órgão. Cabe aos administradores públicos promoverem e estimularem essa capacitação, mas sempre por meio do devido processo licitatório sempre com ampla divulgação e participação de todas as entidades habilitadas.

De fato, a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), em seu art. 13, inciso, VI, dispõe que "para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal".

Não menos importante é mencionar a existência de diversos dispositivos na LDO que vedam o pagamento de servidores federais pela prestação de serviços (art. 20, VIII e X, do PLDO 2011). Entretanto, ao se destinar recursos a associações de servidores para realização de cursos de capacitação desses mesmos servidores, estar-se-á indiretamente destinando recursos para tal finalidade, uma vez que naturalmente haverá remuneração dos instrutores.

Em síntese, tais entidades nasceram para representar e para defender interesses de servidores, não podendo, e não devendo, o governo federal estimular distorções na atividade das associações ou o aparecimento de privilégios por meio da destinação de recursos federais.

Portanto, a emenda atende princípios constitucionais e legais e visa manter a redação que já vem prevalecendo nas LDOs das últimas décadas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2510 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970006**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea b

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do art. 20 tem a finalidade de coibir o pagamento a servidores já remunerados pela Administração Pública Federal por serviços de consultoria prestados à própria esfera de Governo a que pertencem. Trata-se, portanto, de norma de evidente cunho moralizador no tocante às "contratações temporárias" para desenvolvimento de determinados serviços de interesse da União.

Entretanto, o Art. 20, §1º, VI, "b", ressalva as organizações sociais ligadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia da citada regra do art. 20, VIII. Em que pese a importância dessas entidades, a flexibilização acaba permitindo que servidores e empregados públicos, já remunerados pelo governo federal, venham a perceber novos pagamentos realizados por tais entidades para realização de serviços solicitados pela própria Administração Federal; ou seja, de fato, a União é levada a pagar duas vezes seus servidores, uma como remuneração e outra como repasse de ajustes para serviços de consultoria; com o agravante de que neste último caso os pagamentos não se subordinam às regras e limites constitucionais.

Portanto, a vedação busca evitar que a Administração venha a realizar novas despesas para prestação de serviços de assistência técnica e consultoria, quando já conta em seus quadros com pessoal habilitado para execução dessas atividades. Deve-se mencionar que a legislação ordinária dispõe de institutos como a cessão de pessoal, a designação para cargo comissionado temporário e até a concessão de gratificações para desenvolvimento de pesquisas para viabilizar a prestação de tais serviços.

Ressalte-se ainda que a tais situações não se aplicam os casos de cumulação autorizada pela constituição (como a de dois cargos de técnicos). De fato, ao ser contratado pela entidade - mesmo que temporariamente -, o servidor não está ocupando novo cargo público, não sendo beneficiado ou prejudicado pelas previsões constitucionais afetas a cumulação. Outros dois aspectos também dizem contra a manutenção de tal dispositivo. O primeiro refere-se a uma avaliação política quanto a re-remunerar servidores federais; o outro, diz respeito à norma que deve regular tal situação.

De fato, mostra-se fundamental avaliar a existência de interesse público em re-remunerar servidores federais pela prestação de serviços de consultoria e de assistência técnica à própria União, mesmo que por meio de entidades privadas como as organizações sociais. Aparentemente, não se mostra em conformidade com os princípios administrativos da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, a União contratar uma entidade privada, sabendo que esta mesma entidade contrata(rá) servidor público federal para desenvolvimento de serviços de consultoria e assistência técnica para a própria União. Todavia, mesmo em se constatando haver tal interesse, a LDO não é o normativo adequado para tal finalidade. A União conta com a Lei nº 8.112/90, que regula o regime jurídico dos servidores federais. Parece mais razoável criar gratificação específica, e em legislação permanente, para desenvolvimento de tais atividades no próprio sistema remuneratório da União. Em tal situação, ficaria a cargo do órgão de lotação do servidor averiguar a compatibilidade de horário e o interesse em ceder servidores para determinadas atividades a serem prestadas por organizações. A LDO, por sua vez, é lei anual que deve regular a elaboração do orçamento e estabelecer parâmetros para a realização dos gastos públicos.

Por fim, a ressalva prevista no art. 20, §1º, VI, "b" não atende à boa técnica legislativa. O mencionado artigo trata de vedações genéricas e abstratas que buscam regular e moralizar a realização de despesas públicas. Todavia, a referida ressalva se limita a identificar nominalmente entidades privadas (organizações sociais), sem estabelecer situações abstratas que autorizariam a realização dos mencionados pagamentos.

Por tais motivos propomos a supressão do dispositivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2511 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970007**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VI Alínea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O Inciso VIII do art. 20 vem se repetindo nas LDOs dos últimos anos e tem a finalidade de coibir o pagamento a servidores já remunerados pela Administração Pública Federal por serviços de consultoria prestados à própria esfera de Governo a que pertencem. Trata-se, assim, de norma de evidente cunho moralizador no tocante às "contratações temporárias" para desenvolvimento de serviços determinados.

No PLDO 2011 novamente o Poder Executivo propõe a inclusão de ressalva a tal vedação de forma a excepcionar também as situações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição, que trata das cumulações de cargos, cumulações essas constitucionalmente autorizadas.

As consultorias do Congresso Nacional, em Notas técnicas conjuntas de avaliação de projetos passados de diretrizes orçamentárias, já analisou o assunto que recebeu o seguinte tratamento:

"Não parece razoável a ressalva em questão, uma vez que cuida de matéria distinta da tratada no referido inciso. O art. 37, XVI, da CF trata especificamente da possibilidade de cumulação de "cargos" (de natureza permanente) na administração pública. Ou seja, excepciona cargos cuja natureza e importância tenham sido considerados como merecedores de tratamento distinto para efeito de ocupação simultânea e permanente por determinado profissional. Deve-se mencionar que, em se mantendo tal ressalva, um médico dos quadros da administração poderia ser eventualmente contratado para prestar serviços de consultoria, por exemplo, junto ao Ministério da Saúde, sob o argumento de que pode acumular cargos. Mas a possibilidade de acumular refere-se a dois cargos de médico strictu sensu." (Pág. 16 da Nota Técnica Conjunta 06/2005). Portanto, não há que se confundir a vedação tratada no dispositivo com a cumulação constitucional de "cargos" prevista no XVI do art. 37 da CF.

Deve-se ainda mencionar que, embora constante dos últimos projetos encaminhados pelo Executivo, o Congresso Nacional tem, reiteradamente, suprimido essa ressalva, em conformidade com os argumentos das notas técnicas retromencionadas. Ante o exposto, propomos que a redação original do dispositivo seja resgatada com a supressão da alínea "c".



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2512 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3497 - Vanessa Grazziotin	34970008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 20 Parágrafo 1 Inciso VIII Alinea c

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Em 2004 foram aprovadas 04 (quatro) emendas ao PLDO com a finalidade de vedar a utilização de recursos destinados a convênios para pagamento de diárias e passagens a servidores públicos federais por meio de tais ajustes. Contudo, a alteração implementada em 2008 alterou significativamente tal intenção e pretendemos retornar a redação original pelos motivos que se seguem.

Deve-se mencionar que a possibilidade de utilização de recursos federais repassados por meio de convênios (e outros ajustes congêneres) a entidades privadas e órgãos públicos para pagamento de diárias e passagens contraria o disposto na legislação básica do serviço público.

Convênio é instrumento que visa a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (art. 1º, §1º, I, do Decreto nº 6.170/2007). Portanto, no convênio, as partes desejam a mesma coisa: realizar conjuntamente uma ou várias operações comuns, e para consecução desses objetivos verifica-se a mútua colaboração, que pode assumir várias formas, como repasse de verbas, uso de equipamentos, de recursos humanos e materiais, de imóveis, de know-how e outros. Para atender tais objetivos, prevê a legislação a possibilidade de cessão de pessoal para exercício em outros órgãos e entidades (art. 93 da Lei nº 8.112/90 e art. 14 da Lei nº 9.637/98).

Por sua vez, diárias e passagens visam cobrir gastos pelo afastamento eventual do servidor de sua sede para outro ponto do território (art. 58 da Lei nº 8.112/90). Ou seja, visa cobrir despesas do servidor no desempenho de suas atividades, não no cumprimento de determinações emanadas do órgão cessionário ou de entidades privadas. Nesse sentido, a redação original do dispositivo previa a utilização de recursos federais para pagamento dessa espécie de despesas tão-somente no caso de se tratar de indivíduos pertencentes aos quadros do conveniente (beneficiário) ou de ser a Administração Federal a beneficiária dos recursos transferidos.

Cabe ressaltar que diversos problemas com o pagamento de diárias e passagens de servidores realizados por intermédio de convênios firmados com pessoas de direito privado foram identificadas pelo TCU e pela CGU, dificultando o controle de gastos e ensejando, em alguns casos, a utilização de valores de diárias e passagens diferentes dos praticados pelos órgãos concedentes (pag. 32/33 do Relatório nº 174780, UCI 170971: Coordenação-Geral de Auditoria-DSSEG; Exercício: 2005; Processo nº: 08020.000748/2006-80; Unidade Auditada: Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ, da CGU).

Não menos importante é destacar que o retorno à antiga redação inserida pelo Congresso Nacional em 2004, e mantida até 2007, guarda conformidade com normativos da própria Secretaria do Tesouro Nacional. De fato, o tema é tratado pela Instrução Normativa nº 1/1997 (com alterações posteriores), que dispõe ser "vedada a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam: (...) II - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica. (Redação alterada p/ IN nº 2/2002)".

No mesmo sentido, são ainda encontrados acórdãos do Tribunal de Contas da União, reforçando tal posição e vedando a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, de cláusulas ou condições que possibilitem o pagamento de despesas a título de administração, gerência ou similar (Acórdão 722/2003 - Plenário; Ata 23/2003 - Plenário, Sessão 18/06/2003, Aprovação 25/06/2003, DOU 30/06/2003).

Portanto, a ressalva prevista na alínea "c", VIII, §1º do art. 20 contraria o disposto na legislação básica do serviço público.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2513 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970009**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 25

TEXTO PROPOSTO

Art. 25. Fica vedado o reajuste superior à atualização monetária, no exercício de 2011, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, quando o valor unitário vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade no âmbito dos Poderes e do MPU for superior ao valor médio da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2010.

JUSTIFICATIVA

Cabe à LDO estabelecer parâmetros para os gastos públicos, e não congelar gastos referentes a despesas indenizatórias previstas em legislação especial (§1º do art. 22 da Lei nº 8.460/92).

Nesse sentido propõe-se que fique vedado aumento superior ao da atualização monetária do para o benefício de auxílio-alimentação ou refeição que tiver valor unitário superior ao valor médio da União.

Propõe-se ainda a supressão da vedação em relação às despesas com assistência médica e odontológica uma vez que se trata de gasto ajustado em função de contrato e/ou convênio, conforme regula o art. 230 da Lei nº 8.112/90. Ademais, não se pode afastar as peculiaridades inerentes a Cada Poder, que já seriam suficientes para justificar tratamentos distintos em relação a tais gastos, mormente em relação a utilização de médias unitárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2514 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 32 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 32. (...):

I - prestem atendimento direto ao público e gozem de isenção do pagamento das contribuições para a seguridade social, nos termos da Lei nº 12.101, de 2009, ou de legislação anterior, ou

JUSTIFICATIVA

A nova redação do art. 32 não prevê o atendimento direto ao público como requisito de recebimento de recursos públicos. A certificação prevista na Lei nº 12.101/2009 prevê situações em que a entidade não precisa atuar diretamente junto ao público, como no caso previsto no art. 11 da citada norma, que regula a substituição do atendimento pela realização de estudos, capacitação de pessoal etc.

Em que pese tais atividades serem suficientes para justificar a certificação como beneficentes de assistência social, não justificam a transferência de recursos, a título de subvenção social, sem a devida contraprestação em serviços.

Cumprir destacar que a exigência de atendimento direto é requisito presente nas LDOs desde 1994 e pressupõe a destinação de recursos federais a entidades que efetivamente atuem junto à população.

Além disso, entendemos que a isenção pressupõe a prévia certificação da entidade, mas exige o cumprimento de requisitos formais como a regularidade fiscal e contábil; além da não-distribuição de resultados da instituição. Tendo em vista tratar-se de destinação de recursos a fundo perdido, consideramos que sejam requisitos mínimos para recebimento de benefícios financeiros federais.

Por tais motivos propomos a nova redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2515 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970011**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 33

TEXTO PROPOSTO

Art. 33. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, que exerçam atividades em áreas diversas das previstas no caput do art. 32, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica que expressamente identifique a entidade beneficiária; ou

II - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Federal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.

Parágrafo Único. A transferência dos recursos para entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 observará, além do disposto no inciso I ou II deste artigo, o disposto no inciso II do art. 32.

JUSTIFICATIVA

Diversas são as áreas de atuação governamental, mas toda ação estatal sempre pressupõe a existência de interesse público e a necessidade da atividade a ser desenvolvida. Atendidas essas diretrizes, e respeitadas as disposições constitucionais e legais sobre a realização de transferências ao setor privado, surge a necessidade de estabelecer critérios para seleção da entidade que complementará a atuação do Estado em cada área de governo.

A seleção pública para escolha da instituição atende o princípio da igualdade e se encontra em consonância com o disposto nas LDOs dos últimos anos (art. 36, VI, da LDO para 2010).

Referido entendimento sobre a necessidade de processo seletivo é ainda endossado pelo Executivo, que regulou a possibilidade de chamamento público para celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos no Decreto nº 6.170, de 2007 (art. 4º) e a realização de concursos de projetos para a celebração do Termo de Parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público no Decreto nº 3.100, de 1999 (art. 23).

Não menos importante são as recentes decisões do TCU sobre o assunto, "determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que avaliem a inclusão em normativo próprio de dispositivo que obrigue a aplicação do critério de seleção de Oscip previsto no art. 23 do Decreto n.º 3.100/99 em toda e qualquer situação" (Acórdão TCU nº 1777/2005 - Plenário, Ata 43/2005, Sessão 09/11/2005, aprovação 16/11/2005, Dou 22/11/2005), e "recomendendo à Secretaria do Tesouro Nacional que discipline a obrigatoriedade de os órgãos/entidades concedentes estabelecerem critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão n. 1.777/2005-TCU-Plenário" (Acórdão 2066/2006 - Plenário, Ata 45/2006, Sessão 08/11/2006, aprovação 09/11/2006, Dou 13/11/2006).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2516 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3497 - Vanessa Grazziotin	34970012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso III

TEXTO PROPOSTO

III - prestem atendimento direto ao público na área de saúde, e alternativamente:

- a) atendam ao disposto no inciso I do art. 32; ou
- b) sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Federal, não qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa consolidar os incisos III e IV do art. 34 do PLDO, que regulam a concessão de auxílios a entidades que atuam na saúde, em um único dispositivo. Para tanto, também apresentamos emenda que visa suprimir o inciso IV, que passa a ser a alínea "b" do inciso III.
Busca-se ainda conferir tratamento similar ao atribuído às subvenções sociais, com a exigência da certificação prevista na Lei nº 12.101, de 2009 (prevista no inciso I do art. 32 do PLDO 2011)



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2517 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970013**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso IV

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda é apresentada em conjunto com outra que dá nova redação ao inciso III. Na prática, visa consolidar os incisos III e IV do art. 34 do PLDO, que regulam a concessão de auxílios a entidades que atuam na saúde, em um único dispositivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2518 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970014**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso IX

TEXTO PROPOSTO

IX - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, no âmbito das áreas de assistência social ou do trabalho, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

JUSTIFICATIVA

Hoje, as áreas de governo que atuam na concessão de auxílios com a finalidade de atender atividades de coleta e processamento de material reciclável são as de assistência social e de trabalho. A redação proposta busca tão-somente evidenciar essas áreas e aprimorar a redação da LDO.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2519 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970015**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 34 Inciso VIII

TEXTO PROPOSTO

VIII - atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I do art. 32.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa consolidar as possibilidades de transferências de capital no âmbito da assistência social. Entende-se que o inciso alcança tanto as entidades voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de deficiência, quanto aquelas que atuam com pessoas carentes em situação de vulnerabilidade e risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda

Tendo em vista a aprovação da Lei nº 12.101, de 2009, propõe-se ainda que se conferira tratamento similar ao hoje vigente em relação às subvenções sociais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2520 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970016**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Substitutiva	Artigo 34

TEXTO PROPOSTO

Dê-se aos incisos VIII, X e XI do art. 34 a seguinte redação:
VIII atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I art. 32.

JUSTIFICATIVA

Os inciso VIII e XI tratam de entidades que atuam na área de assistência social e, portanto, para aprimoramento da redação da LDO, nada mais adequado do que unificá-los em um único inciso. O inciso X é por demais genérico, o que gera dificuldades no seu entendimento e aplicação. Por outro lado, observa-se que tal dispositivo alcança entidades que atuam na área de assistência social, portanto entendemos ser adequado também unificá-lo, na forma da redação que ora propomos.

A referência que fazemos ao inciso I do art. 32 tem por finalidade adotar os mesmos requisitos exigidos na concessão de subvenção social para a concessão de auxílios na área de assistência social.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2521 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970017**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso X

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Entendemos que as pessoas 'carentes em situação de risco social' ou 'diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda' já são alcançadas por programas específicos de governo, não se justificando a criação de novas ressalvas para transferências de recursos públicos a título de auxílios a entidades privadas com o mesmo fim.

De fato, se os referidos programas não estão alcançando os objetivos originais a que se propuseram, é necessário que passem por novo processo de avaliação para correção das inadequações e impropriedades detectadas. Mas não parece razoável a manutenção de toda uma estrutura governamental (com órgãos e unidades específicas) para suporte aos referidos programas e ainda se destinar recursos de capital para entidades privadas que atuem (ou venham a atuar) nessa área.

Não menos importante é destacar que as regras concessivas de auxílios já atendem na área de educação (inciso I), na área de saúde (inciso III), na área de desporto (inciso VII) e na área de portadores de necessidades especiais (inciso VIII); bem como a União também atende entidades de assistência social por meio de subvenções sociais (art. 32).

Logo, se os programas de governo atendem diretamente as pessoas carentes (benefício pessoal) e as áreas de saúde, educação, desporto e assistência social já estão previstas nas ressalvas da LDO, não se justifica a criação da nova ressalva para concessão de auxílios.

Portanto, entendemos que não deva ser mantida a hipótese do inciso X do art. 34 do PLDO 2011.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2522 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970018**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 34 Inciso XI

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

Estamos propondo nova redação ao inciso VIII do citado artigo. Com a nova redação proposta, serão atendidas as entidades que: atuem na área de Assistência Social e atendam ao disposto no inciso I do art. 32.

Nos termos do disposto no art. 203, II, da Constituição, entendemos que 'crianças e idosos' já serão alcançadas pelo novo disposto, que contemplará toda a assistência social.

Dessa forma propomos a supressão do inciso XI.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2523 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970019**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 36 do PLDO 2011

Art. 36. (...)

§ 8º Para efeito do que dispõem os arts. 32 e 34 desta Lei, a escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a celebração de Termo de Parceria com o governo federal dependerá de processo de seleção, com ampla divulgação.

JUSTIFICATIVA

A emenda tem o objetivo de resgatar dispositivo inserido pelo Congresso Nacional na LDO para 2010 no sentido de exigir seleção para firmar termo de parceria com a União. Tem ainda a finalidade de resgatar antiga orientação das LDOs com a obrigatoriedade de publicação de critérios para destinação de recursos a entidades privadas. Além disso, visa reforçar determinações da Corte de Contas constantes dos Acórdãos nº 1.777/2005-Plenário/TCU e 1331/2008-Plenário, no sentido de tornar obrigatória a realização de concurso para escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que firmará termo de parceria com o Estado.

Ressalte-se que tal entendimento (determinação) é ainda reforçado pelo Decreto nº 3.100/1999 (art. 23), que expressamente prevê a possibilidade de realização de concurso com publicação de edital para escolha de tais entidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2524 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970020**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Inciso X

TEXTO PROPOSTO

Insira-se o seguinte inciso ao art. 36 do PLDO 2011

xx - publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

JUSTIFICATIVA

Há anos o Legislativo inseriu dispositivo na LDO exigindo que o Executivo publicasse normas e critérios para seleção de entidades privadas aptas a receberem transferências de recursos públicos federais.

O PLDO para 2011 suprime tal dispositivo.

Propomos que se resgate o antigo dispositivo



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2525 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970021**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

Art. 36. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 32, 33, 34 e 35 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3o do art. 12 da Lei no 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - aplicação de recursos de capital, ressalvadas as situações previstas no inciso IV do art. 34 desta Lei, exclusivamente para:

- a) aquisição e instalação de equipamentos, bem como obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
- b) aquisição de material permanente; e
- c) conclusão de obra em andamento, cujo início tenha ocorrido com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, até o exercício de 2000, atestado pela autoridade máxima da unidade concedente, vedada a destinação de recursos para ampliação do projeto original;

JUSTIFICATIVA

A regra original do dispositivo tem cunho moralizador e restritivo. Como forma de não inviabilizar a modernização de entidades que prestam serviços de relevância, foi permitida a aquisição, com recursos federais, de equipamentos e a respectiva instalação desses aparelhos.

Vale dizer, a intenção é que todo equipamento adquirido com recurso federal seja efetivamente instalado e passe imediatamente a atender à população. Não há interesse em autorizar a destinação de recursos para aquisição de equipamentos que ficarão encaixotados, sem agregar qualidade ao atendimento do povo brasileiro.

Todavia, ao desmembrar em duas alíneas ("a" e "d" do inciso I do art. 36), a redação do PLDO ampliou demasiadamente a possibilidade de gastos e não circunscreveu as despesas a obras para instalação de equipamentos adquiridos também com recursos federais.

Além disso, a nova redação permite que se execute obras de adequação para instalação de equipamentos adquiridos em exercícios anteriores, o que não se coaduna com a intenção da norma.

A concessão de recursos públicos a entidades privadas é - e deve continuar sendo - exceção. Logo, se foi realizada uma despesa pública para aquisição de equipamentos, o ajuste que orientou essa despesa deve contemplar necessariamente a instalação do aparelho e permitir o seu pleno funcionamento, fique essa despesa a cargo da União, fique a cargo da entidade conveniente.

O que não se pode admitir é a realização de despesa pública sem que o bem adquirido passe a atender imediatamente a população. Vale dizer, se não era para prestar os serviços esperados, a despesa não devia ter se realizado; se o conveniente não tem condições de arcar nem com a instalação, não devia ter recebido o equipamento.

A presente emenda visa restaurar a antiga redação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2526 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

3497 - Vanessa Grazziotin

EMENDA

34970022

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 37

TEXTO PROPOSTO

Art. 37. Será exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 32, 33, 34 e 35, por meio de recursos financeiros de acordo com os percentuais previstos no art. 39 desta Lei, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos Municípios onde as ações forem executadas ou ao Município sede da entidade.

§ 1º A exigência de contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida mediante justificativa do titular do órgão responsável pela execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

§ 2º Não se exigirá contrapartida nas transferências de recursos às entidades com certificação atualizada de entidade beneficente de assistência social nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 3º A redução a que se refere o § 1º deste artigo levará em consideração diretrizes do órgão colegiado ou conselho ao qual a política pública esteja relacionada.

JUSTIFICATIVA

Até a LDO 2009, exigia-se das entidades privadas - com exceção das que atuassem nas áreas da saúde, educação e assistência social - a apresentação de contrapartida para o recebimento de recursos federais. Referido dispositivo foi vetado na LDO para 2010 (art. 37). A redação aprovada pelo Congresso Nacional para a LDO 2010 foi no sentido de ser "exigida contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 32, 33, 34 e 35, de acordo com os percentuais previstos no art. 39 da LDO, considerando-se para esse fim aqueles relativos aos Municípios onde as ações forem executadas ou ao Município sede da entidade". Tal dispositivo foi previsto na LDO para 2010 por se entender inadequado estabelecer tratamento diverso entre entes públicos e entidades privadas. Vale dizer, se considerou não ser razoável aceitar que Estados e Municípios prestem contrapartida, quando entidades privadas - que apenas complementam a atuação estatal, quando necessário - são dispensadas dessa mesma contrapartida. O PLDO 2011, contudo, acaba com a exigência de contrapartida, que passa a ser facultativa, e ainda prevê que, quando exigida, a entidade possa atendê-la por meio de "bens ou serviços economicamente mensuráveis". Ora, uma vez que o art. 25, §1º, IV, "d" da LRF (Lei Complementar nº101, de 2000) exige previsão orçamentária de contrapartida dos entes públicos para realização de transferências voluntárias, não se justifica deixar de exigí-las ou substituí-las por bens e serviços nas previsões nas transferências para o setor privado. Trata-se, portanto, de mais uma liberalidade na alocação de recursos públicos em entidades privadas. Propõe-se, assim, a restauração das regras implementadas na LDO 2009.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2527 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970023**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 38

TEXTO PROPOSTO

Insira-se a seguinte subseção à Seção III do Capítulo III do PLDO:

Subseção II

Da Subvenção Econômica

Art. xx. A transferência de recursos a título de subvenções econômicas, nos termos do que dispõem os arts. 18 e 19 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá exclusivamente despesas correntes de empresas com fins lucrativos e somente será realizada quando autorizada expressamente em lei especial e destinar-se a:

- a) cobertura dos déficits de manutenção de empresas públicas;
- b) cobertura de diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais; e
- c) pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais

§1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei no 4.320, de 1964, a destinação de recursos de que trata o caput ocorrerá somente por meio de subvenções econômicas e por transferência na modalidade de aplicação 60 - Transferência a Entidade Privada com Fins Lucrativos para a entidade beneficiada.

§2º Na execução, o elemento de despesa deverá identificar o gênero e o subelemento a espécie de subvenção econômica.

3º Será mencionada na respectiva categoria de programação a legislação que autorizou o benefício

JUSTIFICATIVA

No PLDO 2011, o Executivo propõe o remanejamento para a "Seção III - Das Transferências - Setor Privado" de dispositivo que nos últimos anos tem constado da "Seção V - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos". Trata-se de norma que vem regulando a destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores e vendedores e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas (art. 49 da LDO para 2010).

Considerando o remanejamento proposto pelo Poder Executivo e o teor do § 2º do art. 38 do PLDO 2011, tais despesas devem ser classificadas como subvenção econômica. Assim como as demais transferências previstas na Seção (subvenção social, auxílio e contribuição), a subvenção econômica também se encontra prevista na Lei nº 4.320, de 1964 (arts. 18 e 19), porém restrita a entidades com fins lucrativos e a produtores (parágrafo único do art. 18 da Lei nº 4.320, de 1964). Dessa forma, entendemos que deva ter tratamento distinto do conferido às demais transferências.

Deve-se destacar ainda existir atualmente elemento de despesa que detalhe as demais transferências, mas não ocorrer o mesmo em relação à subvenção econômica; bem como o fato de, até o momento, a maior parte dessas despesas estar sendo classificada como aplicação direta (MA 90) no elemento de despesa 45 (equalização de juros/bonificação), situação que deverá ser modificada com a nova redação proposta que exigirá a utilização da modalidade de aplicação 60 - Transferências a Entidades Privadas com Fins Lucrativos.

Propomos assim o desmembramento da Seção III em três subseções: I - Da Subvenção Social, Do Auxílio e Das Contribuições; II - Da Subvenção Econômica e III - Disposições Gerais. As transferências a entidades com fins lucrativos obrigatoriamente seriam classificadas como subvenções econômicas, com modalidade de aplicação 60.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2528 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970024**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 51

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se no art. 51 o seguinte parágrafo:

Art. 51 (...)

§ 2º Para fins do art. 195, § 5º, da Constituição, o Projeto e a Lei Orçamentária de 2011 conterão demonstrativo das alterações nos benefícios ou serviços da seguridade social, indicando a correspondente fonte de custeio, a proposição legislativa e correspondente crédito orçamentário detentor da dotação suficiente para financiamento do impacto orçamentário-financeiro estimado nos termos do art. 123 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

O art. 195, § 5º, da Constituição determina que:

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Ocorre que o controle do dispositivo tem-se se mostrado de difícil atingimento, como o prova o crescente déficit da previdência social.

Propõe-se a adoção de mecanismo semelhante ao hoje já adotado para as proposições que aumentem gastos com pessoal, fundados no art. 169 da Constituição federal.

A constituição do demonstrativo permitirá a formação de um foro para discussão e avaliação do mérito das melhores alternativas em termos de formulação de políticas públicas na área da seguridade social, compreendida aí as áreas de saúde, previdência e assistência social.

Durante o processo orçamentário o demonstrativo encaminhado pelo Poder Executivo pode ser alterado por meio de emendas parlamentares.

O mecanismo permitirá a compensação de proposições que de outra maneira nunca seriam aprovadas pelo Congresso Nacional, em especial as de iniciativa parlamentar.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2529 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970025**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 80

TEXTO PROPOSTO

DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO ART. 80 DO PLDO/2011:

Art. 80. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, a que se refere o art. 78, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:
(...)

IV - parecer favorável quanto ao atendimento às disposições desta Lei, emanado do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que trata o art. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.
(...)

§ 2º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos à sua entrada em vigor

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa manter a redação original das LDOs anteriores e aperfeiçoar o dispositivo relativo ao conteúdo das proposições legislativas que aumentem gastos com pessoal.

No caput do art. 80 restitui-se a redação original das 10 (dez) LDOs anteriores, desde a Lei nº 9811/98, LDO/1999, que faz menção expressa às proposições que tenham por objeto a transformação de cargos. Observe-se que transformar um cargo significa, necessariamente, extinguir um cargo e criar outro cargo, necessitando assim, nos termos constitucionais do art. 169, § 1º, de autorização expressa na LDO e dotação suficiente.

No inciso IV do art. 80 do PLDO/2011, explicita-se que o parecer do CNJ e do CNMP deve ser favorável ao disciplinamento da LDO e não somente do próprio dispositivo, porquanto existem vários outros dispositivos na LDO que também dizem respeito às proposições que criam despesas com pessoal, a exemplo das disposições constantes no art. 18 do PLDO/2011.

No § 2º do mesmo artigo, que hoje fixa a irretroatividade de exercício para os efeitos das proposições, propõe-se que tenha irretroatividade absoluta, como mecanismo de redução do impacto orçamentário e financeiro dos projetos de lei.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2530 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970026**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 87

TEXTO PROPOSTO

INCLUA-SE O SEGUINTE PARÁGRAFO NO ART. 87 DO PLDO/2011:

Art. 87. (...)

(...)

§ 3º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

(...)

§4º Os instrumentos de contratação de serviços terceirizados, inclusive os mencionados no § 3º deste artigo, deverão prever o fornecimento pela empresa contratada de informações contendo o nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados na contratante, para fins de divulgação na internet nas condições estabelecidas pelo § 4º do art. 77 desta Lei.

JUSTIFICATIVA

A transferência do dispositivo que exige transparência na contratação de terceirizados do art. 76 da LDO/2010 para o art. 87 do PLDO/2011 mostra-se adequado.

Porém, a condicionante de restringir a transparência somente ao terceirizados passíveis de inclusão nos limites do § 1º do art. 18 da LRF (terceirização de mão de obra como gasto com pessoal) omite a maior parte dos terceirizados, que não são considerados como substituição de pessoal. Assim, propomos aos nossos pares a supressão da condicionante e explicitação da abrangência das informações, que devem, necessariamente, incluir toda e qualquer espécie de terceirização.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2531 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970027**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 93 Parágrafo 6

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 93 do PLDO 2011 a seguinte redação:

§7º No caso de tributos de natureza vinculada, além do disposto no parágrafo anterior exigir-se-á a demonstração, devidamente justificada, da necessidade de instituição ou ampliação do tributo para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

JUSTIFICATIVA

Uma vez que praticamente todos os tributos não-vinculados já foram instituídos e possuem regras próprias para aumento na Constituição e na legislação ordinária, tem sido prática constante a instituição de contribuições e de taxas por novos serviços a serem prestados ao contribuinte.

A presente emenda visa regular a elaboração de leis que veiculem novas exações vinculadas, ou a ampliação das já existentes, de forma a que também demonstrem previamente o custo e a necessidade do serviço a ser prestado ao contribuinte, que arcará com o tributo.

O que se pretende, é exigir a demonstração da necessidade e dos custos de novas exações em relação ao serviço a ser prestado ao contribuinte, como uma espécie de adequação social para instituição de novas exações.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2532 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970028**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Supressiva	Artigo 102 Parágrafo 2

TEXTO PROPOSTO

Suprima-se o texto atual.

JUSTIFICATIVA

O parágrafo, inserido na LDO de 2010, traz injustificável limitação de prazo para acesso a importantes sistemas de acompanhamento da execução das ações de governo, devendo, portanto estar sempre franqueadas ao Congresso Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2533 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970029**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 102

TEXTO PROPOSTO

Art.(...) Para assegurar efetividade ao disposto no art. 102 desta Lei e ao arts. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101, de 2000, todo documento de gestão orçamentária ou financeira, inclusive empenho, nota de liquidação, contrato, convênio, ordem bancária, DAREF, etc., dos Poderes e do Ministério Público, deve conter, em campo específico, as seguintes informações relativas à respectiva programação:

I - Exercício orçamentário;

II - Exercício financeiro;

III - Unidade Orçamentária;

IV - Código da funcional da despesa ou da natureza da receita;

§ 1º Os sistemas e bases de dados relativos à execução orçamentária e financeira devem estar estruturados e interrelacionados de modo a permitir o acesso, para fins de acompanhamento e fiscalização, a qualquer informação, documento ou relatório, em qualquer nível, a partir de elementos de classificação orçamentária constantes dos incisos deste artigo.

§ 2º O sistemas orçamentários e financeiros conterão mecanismos para impedir lacuna, omissão ou falha no registro de dado ou informação essencial, necessária ou relevante para o acompanhamento ou fiscalização dos atos orçamentários e financeiros , considerando especialmente:

I - elementos da classificação orçamentária;

II - elementos da classificação econômica;

III - a localidade, UF e Região beneficiada pela despesa;

IV - a entidade beneficiária;

V - o instrumento legal ou administrativo de autorização da despesa; e

VI - dados essenciais da licitação aplicada à respectiva despesa ou ato legal ou administrativo base para sua dispensa ou inexigibilidade.

JUSTIFICATIVA

Propõe-se a presente emenda para estabelecer diretrizes e requisitos mínimos para os sistemas e bases de dados orçamentários e financeiros, com o propósito de assegurar maior efetividade no acompanhamento, controle ou fiscalização dos atos orçamentários, financeiros e administrativos relacionados ao registro e execução do orçamento da União.

A iniciativa decorre da dificuldade de obtenção, pelo Congresso Nacional, de informações orçamentárias e financeiras, devido a limitações da estrutura e de conteúdo do SIAFI e de outras bases de dados e sistemas disponibilizados pelo poder Executivo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2534 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3497 - Vanessa Grazziotin	34970030

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

7. Pagamento das ações e serviços socioassistenciais cofinanciados pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

8. Despesas com alimentação do Exército, prevista na ação logística de alimentação, veterinária e agrícola, de acordo com o previsto na letra "g" do inciso IV do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;

9. Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental;

10. Despesas com aprimoramento da execução penal; e

11. Despesas relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Anexo IV, diversas despesas que não devem ser objeto de limitação de empenho, cuja inclusão no Anexo foi vetada pelo Executivo no PLDO 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2535 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970031**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

7. Pagamento das ações e serviços socioassistenciais cofinanciados pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

8. Despesas com alimentação do Exército, prevista na ação logística de alimentação, veterinária e agrícola, de acordo com o previsto na letra "g" do inciso IV do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980;

9. Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental;

10. Despesas com aprimoramento da execução penal; e

11. Despesas relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher.

JUSTIFICATIVA

Restabelece, no Anexo IV, diversas despesas que não devem ser objeto de limitação de empenho, cuja inclusão no Anexo foi vetada pelo Executivo no PLDO 2010.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2536 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970032**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 128

TEXTO PROPOSTO

Art. 128-A O Ministro de Estado da Fazenda encaminhará à Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, mensalmente, demonstrativo, dos últimos doze meses, do saldo devedor, atualização monetária, acertos e incorporações, amortizações pagas e juros pagos, das dívidas refinanciadas com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória 2.192, de 24 de agosto de 2001.

JUSTIFICATIVA

A execução dos contratos de renegociação da dívida dos Estados firmados a partir de 1997 é de difícil acompanhamento pelo Congresso, posto que os dados agregados disponíveis nos sítios do Banco Central e do Tesouro Nacional não identificam seus valores específicos, nem os somam, situação que ora se pretende sanar.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2537 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970033**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 128

TEXTO PROPOSTO

Art. 128-A O Ministro de Estado da Fazenda encaminhará à Comissão de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, mensalmente, demonstrativo, dos últimos doze meses, do saldo devedor, atualização monetária, acertos e incorporações, amortizações pagas e juros pagos, das dívidas refinanciadas com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória 2.192, de 24 de agosto de 2001.

JUSTIFICATIVA

A execução dos contratos de renegociação da dívida dos Estados firmados a partir de 1997 é de difícil acompanhamento pelo Congresso, posto que os dados agregados disponíveis nos sítios do Banco Central e do Tesouro Nacional não identificam seus valores específicos, nem os somam, situação que ora se pretende sanar.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2538 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970034**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso XXVIII

TEXTO PROPOSTO

XXVIII - com relação à dívida líquida e bruta do governo geral e as necessidades de financiamento do setor público, verificadas ao final dos exercícios de 2006 a 2009, e as estimativas para 2010 e 2011, em milhões de reais e em percentagem do Produto Interno Bruto; e ainda a identificação dos principais elementos condicionantes das variações;

JUSTIFICATIVA

Essas informações são importantes para o acompanhamento da evolução das dívidas brutas e líquidas, seus principais elementos determinantes, o que representa o atendimento a uma das recomendações do relatório da CPI da dívida, recém aprovado.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2539 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****3497 - Vanessa Grazziotin****EMENDA****34970035**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 51 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

I - do reajuste dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição, garantindo-se aumento real do salário mínimo de pelo menos 4% ou segundo outra sistemática que venha a ser estabelecida em legislação superveniente; e

JUSTIFICATIVA

A redação proposta ao inciso I do art. 51 visa assegurar pelo menos um aumento real de 4% para o salário mínimo. Estamos diante de um cenário econômico com crescimento estimado superior a 6% para 2010 e também para 2011. Torna-se insustentável manter a redação constante do PL que não assegura qualquer aumento real para o mínimo no próximo exercício.

Essa política de valorização salarial, que tanto assegurou renda e dignidade a trabalhadores e destinatários dos mais diversos benefícios previdenciários, assistenciais e do FAT, não pode ser interrompida.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2540 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2430 - Vicentinho Alves	24300001

PROGRAMA

1457 Vetor Logístico Centro-Norte

AÇÃO

7M29 Construção de Anel Rodoviário - no Município de Gurupi - nas BR-153/242 - no Estado do Tocantins

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho construído (km)	50
------------------------	----

JUSTIFICATIVA

O notável crescimento urbano de algumas cidades situadas ao longo da BR-153 tem provocado a ocorrência de inúmeros acidentes e congestionamentos vários nos perímetros urbanos dessas cidades. Além disto, o tráfego de veículos de transportes pesados tem desgastado prematuramente a camada asfáltica, aumentando o custo de manutenção, e tem colocado em risco a vida dos condutores, dos passageiros e da própria população que mora à margem da rodovia. Essa situação mostra-se ainda mais grave na cidade de Gurupi, polo dinâmico da vasta região sul do Estado do Tocantins, exigindo providências que visem a execução desta obra de forma a permitir o fluxo direto do tráfego de longa distância, sem interferências com o tráfego urbano local. É importante resaltar, ainda, que a Construção do Anel Viário de Gurupi, integrará a logística de transporte de cargas e de passageiros de tráfego de norte a sul do país.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2541 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2430 - Vicentinho Alves****EMENDA****24300002****PROGRAMA**

1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

AÇÃO

7G62 Construção do Hospital Universitário de Gurupi - TO

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade construída (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

50

JUSTIFICATIVA

O município de Gurupi possui uma importância geográfica, política e sanitária muito grande no Estado do Tocantins, por se tratar de acordo com o plano diretor de Regionalização de Saúde, de um pólo estadual de referência macro e microregional e por ser ainda um pólo interestadual, em conjunto com os municípios da região norte de Goiás. É responsável pelo maior nível de serviços e assistências em alta complexidade do Estado com uma população de quase 200 mil usuários distribuídos em 18 municípios, que demanda atendimentos de média/alta complexidade hospitalar, ambulatorial e de urgência e emergência. Estas características fazem com que a sua população flutuante gire em torno do município para utilizar a rede de saúde. Acompanhado desta demanda, faz-se necessária a adequação e ampliação dos serviços e da infra-estrutura física das unidades hospitalares para atender à correspondente demanda. O atual hospital de Gurupi, possui uma estrutura física adequada, tendo sido objeto de sucessivas adaptações em gestões passadas, sem que tivessem sido observadas, de forma adequada, as normativas sanitárias. Conta com uma estrutura precária em suas dependências principais mais de 64 leitos no Hospital das Clínicas.

Buscando consolidar e efetivar o compromisso público de gestão Estadual a Secretaria municipal de Saúde pleiteia a construção do Hospital Universitário de Gurupi, de forma a atender a população local e melhor desenvolver a qualidade de ensino e técnico dos universitários de Gurupi e Região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2542 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2430 - Vicentinho Alves	24300003

PROGRAMA

0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

AÇÃO

7K63 Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal em Palmas - TO

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Anexo construído (% de execução física)

50

JUSTIFICATIVA

A presente emenda, tem a finalidade de proporcionar a Construção de uma área de 5000 metros quadrados, que irá atender os anseios de mais de 200 servidores e funcionários da justiça federal do Tocantins. Vale lembrar que o Estado do Tocantins não possui esses serviços da Justiça Federal em outras localidades se não em sua capital. Portanto necessita a Construção do Edifício Sede da Justiça Federal tocantinense, para bem melhor atender ao público e facilitar os trabalhos deste importante órgão judiciário, viabilizando um melhor ambiente na desenvoltura dos trabalhos judiciais na esfera federal dentro do Estado.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2543 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2430 - Vicentinho Alves****EMENDA****24300004****PROGRAMA**

0570 Gestão do Processo Eleitoral

AÇÃO

1180 Construção do Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Anexo construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

50

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo principal viabilizar os recursos necessários para a Construção do Edifício Anexo da Sede do Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Tocantins, de modo a permitir o aprimoramento no atendimento ao público bem como o suporte aos cartórios eleitorais de todo o Estado. Tal obra, facilitará os trabalhos deste órgão que cresce a cada dia, assim como o número de eleitores, bem como a acomodação de cerca de 70 novos funcionários e servidores que se espremem em salas apertadas e lotadas no Sede do órgão.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2544 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2430 - Vicentinho Alves	24300005

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

10ZP Expansão do Ensino Superior - Campus de Porto Nacional

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Vaga disponibilizada (unidade)	200
--------------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo proporcionar uma expansão no ensino superior em Porto Nacional, cidade importante por seus valores histórico como no ramo da educação de região central do Estado. O campus da UFT de Porto Nacional tem contribuído com o desenvolvimento educacional em todo o Estado, possibilitando a formação e inclusão no mercado de trabalho de profissionais para exercerem funções estratégicas para consolidação da região. Acreditamos que durante estes anos, muitos projetos tem sido realizados mesmo a universidade tendo seus momentos de implantação. Neste contexto, é necessário destacar de forma positiva a solidariedade de parlamentares que tem buscado junto as esferas federais recursos para concretização dos projetos propostos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2545 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2567 - Vieira da Cunha****EMENDA****25670001****PROGRAMA**

1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de
Comércio Exterior (PITCE)

AÇÃO

8470 Fomento a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)

1

JUSTIFICATIVA

Proporcionar o fortalecimento da economia do Estado aproveitando as potencialidades vocacionais, estimulando iniciativas empreendedoras com base ao acesso de novas tecnologias, fomentando o desenvolvimento regional em todos os segmentos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2546 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2567 - Vieira da Cunha	25670002

PROGRAMA

1448 Qualidade na Escola

AÇÃO

0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)	100
---------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

Dizia Darcy Ribeiro: "Nossas crianças não são melhores do que as de todo mundo civilizado, que julga indispensável uma escola de dia completo para que sua infância se integre no mundo letrado. Em consequência, não há outro caminho para que o Brasil venha, um dia, a dar certo que o de generalizar a educação tipo CIEPS".
É imbuídos desse mesmo ideal que apresentamos a presente emenda.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2547 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2567 - Vieira da Cunha****EMENDA****25670003****PROGRAMA**

1430 Desenvolvimento Macrorregional Sustentável

AÇÃO

8898 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Potencialidades Regionais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Diagnóstico realizado (% de execução)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A necessidade de modernização da infra-estrutura hidro-rodo-ferroviária do Estado e sua contribuição ao sistema logístico nacional, são questões sempre presentes em projetos de longo prazo. O objetivo desta proposta é dinamizar os atores intervenientes em políticas públicas com o firme propósito de desencadear um processo sinérgico baseado na visão de projetos catalisadores capazes de criar mais e maiores oportunidades de desenvolvimento econômico e social. Projetos que como este que apresentamos cria uma rede integrada de comunicação logística entre os diversos centros produtores e cujo principal objetivo é aumentar a capacidade de inserção competitiva da economia gaúcha no mercado internacional.

Portanto, considerando os interesses dos governos estadual e federal no que se refere aos investimentos públicos na área logística, a implantação de uma Plataforma Logística-Industrial Multimodal em Passo Fundo se justifica em função das vantagens competitivas que o município oferece em termos de potencial logístico.

Considerando os modais disponíveis no município como o rodoviário, ferroviário e aéreo, (dado a sua localização estratégica beneficiada por entrocamentos de importantes rodovias - BR 285, RS 324 - e da existência de uma rede ferroviária, bem como de um aeroporto) , concluímos que existem condições concretas para a instalação da referida plataforma logística.

Outro aspecto a ser considerado é que o município de Passo Fundo se constitui na mais importante cidade pólo de um grande centro produtor, caracterizado por ter nas exportações de commodities, máquinas e implementos agrícolas e outros diversos produtos industrializados um importante fator de desenvolvimento socioeconômico da economia regional do Norte do Estado do Rio Grande do Sul.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2548 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2567 - Vieira da Cunha

EMENDA

25670004

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36 Inciso I

TEXTO PROPOSTO

e) ampliação de instalações físicas de entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada na área de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, inclusive de assistência a portadores de DST/AIDS, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde.

JUSTIFICATIVA

Cerca de 80% dos serviços do SUS são prestados por entidades conveniadas, entre elas, as Santas Casas de Misericórdia. Permitir a ampliação física desses hospitais, entidades privadas sem fins lucrativos, certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde, que atuam, de forma continuada, no atendimento direto e gratuito ao público, é uma forma de otimizar a estrutura já existente e oferecer à população atendimento mais adequado, com melhor qualidade.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2549 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1976 - Vignatti****EMENDA****19760001****PROGRAMA**

1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca

AÇÃO

6948 Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Unidade apoiada (unidade)

200

JUSTIFICATIVA

As propostas para o desenvolvimento sustentável da pesca giram em torno de ações que possibilitem a ampliação das capturas pesqueiras, de forma sustentável, por meio do desenvolvimento de tecnologias para a pesca oceânica de espécies ainda subexploradas, do ordenamento e recuperação dos estoques pesqueiros, e do acesso dos pescadores à infra-estrutura para beneficiamento, conservação e comercialização do pescado, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, com inclusão social e repartição de benefícios.

A presente emenda destina-se a apoiar a gestão e o funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira e promover sua adequação física e sanitária com o objetivo de gerar produtos de maior aceitação e com maior valor agregado, bem como apoiar o funcionamento de estruturas públicas ou de interesse público em estruturas de desembarque, beneficiamento, conservação e comercialização de pescados, viabilizando as condições necessárias à gestão dessas unidades.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2550 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1976 - Vignatti****EMENDA****19760002****PROGRAMA**

1462 Vetor Logístico Sul

AÇÃO

7J98 Adequação de Trecho Rodoviário - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho adequado (km)

ACRÉSCIMO DE META

680

JUSTIFICATIVA

Construída nas décadas de 1960/1970 a BR 282 é a mais importante ligação do extremo oeste catarinense entre o município de São Miguel do Oeste a capital Florianópolis, atualmente suporta a circulação de mais de 20.000 veículos/dia, faz-se necessário o Projeto de Estudo de Capacidade Técnica e Adequação de Capacidade da BR 282.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2551 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1976 - Vignatti	19760003

PROGRAMA

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

1N47 Construção de Navios-Patrolha Oceânicos

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Navio construído (unidade)	1
----------------------------	---

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

O aumento significativo das mais variadas e relevantes missões demandam maior aporte de Navios-Patrolha a serem empregados. Dentre estas missões destacam-se as operações de defesa de plataformas de

exploração e exploração de petróleo no mar, que respondem por mais de 90% de nossa produção; patrulha naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), garantindo os interesses nacionais no mar; missões de fiscalização contra a pesca predatória e de outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, em apoio aos órgãos governamentais; apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana na área de responsabilidade do Brasil em função de compromissos internacionais; e transporte de pessoal e material a serem empregados em ações de Defesa Civil.

A não alocação de recursos para as referidas metas resultarão em postergação do prazo de construção dos Navios-Patrolha (NPA) de 500 toneladas, já em construção, gerando, por conseguinte, prejuízos na efetividade das atividades realizadas pela Marinha, no que concerne à coordenação de atividades que resultam em ampliação da vigilância/controle da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental brasileira, fontes de incontáveis recursos naturais e que, em razão de sua amplitude, apresenta-se suscetível às denominadas novas ameaças, os crimes transnacionais (contrabando, tráfico de drogas e de armas), o terrorismo, os crimes ambientais e a pesca irregular. Além disso, releva frisar que o não cumprimento das metas programadas também implicarão em prejuízos às atividades de patrulha naval e inspeção naval já que, devido a sua grande mobilidade, os Navios-Patrolha podem ser empregados nas ações de Salvaguarda de Vida Humana no Mar e até mesmo em reboque de outros navios, de tonelagem similar à sua, e em apoio à operações de mergulho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2552 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

1976 - Vignatti

EMENDA

19760004

PROGRAMA

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Submarino construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123H compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2553 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

1976 - Vignatti

EMENDA

19760005

PROGRAMA

0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

AÇÃO

123I Construção de Submarinos Convencionais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Submarino construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

9

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

A Ação 123I compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2554 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1976 - Vignatti	19760006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 6 Parágrafo 3

TEXTO PROPOSTO

§ 3º As contribuições a que se refere o art. 240 da Constituição Federal serão classificadas como receitas do orçamento fiscal e não se sujeitarão a desvinculação, destinando-se integralmente o produto de sua arrecadação às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é o de determinar a contabilização, como receitas do orçamento fiscal, das receitas oriundas das contribuições compulsórias incidentes sobre a folha salarial destinadas às entidades de serviço social e de formação profissional que compõem o sistema S.

Inegavelmente, tais receitas possuem natureza tributária, porém sua arrecadação e destinação têm se mantido ao largo de qualquer acompanhamento e controle por parte do Poder Público, evidenciando um quadro que não se coaduna com os esforços empreendidos por todas as esferas de governo em prol da transparência das contas públicas e da abrangência da peça orçamentária.

Ressalte-se que o caráter de recurso público assumido pelas contribuições destinadas às entidades vinculadas ao Sistema S está consagrado no próprio texto constitucional, na doutrina jurídica e nos acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União, sendo-lhe, portanto, aplicável o mandamento contido no art. 6º da LDO que, com amparo no princípio da universalidade orçamentária, determina que todas as receitas públicas devem integrar o orçamento da União.

Por fim, faz-se importante alertar que o teor da presente emenda proposta não acarreta quaisquer modificações na sistemática de transferência de recursos para as entidades do sistema S e nem altera a autonomia que essas entidades gozam na gestão e aplicação de suas disponibilidades. A finalidade da proposição prende-se unicamente à necessidade assegurar a observância dos princípios constitucionais e legais aplicáveis à administração pública e assegurar a pertinente e correta contabilização de verbas públicas coercitivamente arrecadadas da sociedade.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2555 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1976 - Vignatti

EMENDA

19760007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprir salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2556 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1976 - Vignatti

EMENDA

19760007

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2557 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

1976 - Vignatti

EMENDA

19760008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2558 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

1976 - Vignatti

EMENDA

19760009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estrangeiras nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2559 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

1976 - Vignatti

EMENDA

19760010

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (¿royalties do petróleo e gás natural¿), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o ¿combustível do século XXI¿.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reaparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2560 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1976 - Vignatti	19760011

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36

TEXTO PROPOSTO

§ 7º
A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, quando aplicada ao setor turístico, somente será permitida a eventos compatíveis com os programas e ações de incentivo ao turismo constantes do Plano Plurianual e regulamentados por portaria do Ministério do Turismo. VIGNATTI

JUSTIFICATIVA

Tomo a liberdade de citar a Portaria 153 do Ministério do Turismo:
Os eventos a serem apoiados pelo Ministério do Turismo devem servir ao fortalecimento das políticas públicas e ao desenvolvimento e a promoção do turismo interno, desde que contemplem ações capazes de contribuir para:

I - gerar novos empregos e ocupações, a fim de proporcionar melhoria na distribuição de renda e na qualidade de vida das comunidades;

II - valorizar, conservar e promover o patrimônio cultural, natural e social com base no princípio da sustentabilidade;

III - estimular processos que resultem na criação e qualificação de produtos turísticos que caracterizem a regional idade, genuinidade e identidade cultural do povo brasileiro;

IV - promover à qualificação profissional, o incremento do produto turístico, a diversificação da oferta, a estruturação de destinos e segmentos, além da ampliação do mercado de trabalho e do consumo turístico. (...);

Com apoio do Ministério do Turismo apresentamos emenda com o objetivo de restringir a execução de eventos (ação 4620) por entidades privadas sem fins lucrativos restringindo a alocação de recursos aos eventos do Turismo como especificado nos artigos 4º, 10º e 11º da citada portaria.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2561 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****1976 - Vignatti****EMENDA****19760012**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36

TEXTO PROPOSTO

§ 7º

A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos para apoio a eventos do turismo somente será permitida nos casos de eventos tipicamente do setor turístico que visem à consecução das políticas públicas de turismo.

JUSTIFICATIVA

Tomo a liberdade de citar a Portaria 153 do Ministério do Turismo:

Os eventos a serem apoiados pelo Ministério do Turismo devem servir ao fortalecimento das políticas públicas e ao desenvolvimento e a promoção do turismo interno, desde que contemplem ações capazes de contribuir para:

I - gerar novos empregos e ocupações, a fim de proporcionar melhoria na distribuição de renda e na qualidade de vida das comunidades;

II - valorizar, conservar e promover o patrimônio cultural, natural e social com base no princípio da sustentabilidade;

III - estimular processos que resultem na criação e qualificação de produtos turísticos que caracterizem a regionalidade, genuinidade e identidade cultural do povo brasileiro;

IV - promover a qualificação profissional, o incremento do produto turístico, a diversificação da oferta, a estruturação de destinos e segmentos, além da ampliação do mercado de trabalho e do consumo turístico. (...);

Com apoio do Ministério do Turismo apresentamos emenda com o objetivo de restringir a execução de eventos (ação 4620) por entidades privadas sem fins lucrativos restringindo a alocação de recursos aos eventos do Turismo como especificado nos artigos 4º, 10º e 11º da citada portaria.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2562 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3582 - Virgílio Guimarães	35820001

PROGRAMA

0515 Infra-Estrutura Hídrica

AÇÃO

3735 Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra executada (% de execução física)

35

JUSTIFICATIVA

A Bacia Hidrográfica do Rio Congonhas localiza-se nos municípios de Juramento, Itacambira, Grão Mogol e Francisco Sá, no nordeste do estado de Minas Gerais. Considerada o maior investimento de recursos hídricos nesta região que enfrenta muitos problemas relacionados a falta d'água, inclusive para consumo humano. Essa emenda visa a construção dessa obra de grande importância, que promoverá o abastecimento de água do Município de Montes Claros e região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2563 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3582 - Virgílio Guimarães****EMENDA****35820002****PROGRAMA**

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO7I68 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Manhuaçu - na BR-262 - no
Estado de Minas Gerais**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)****ACRÉSCIMO DE META**

Obra realizada (unidade)

1

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com esta emenda construir contorno rodoviário na BR-262, no Município de Manhuaçu, com o objetivo de reduzir os frequentes acidentes fatais, bem como, melhorar o escoamento da produção agrícola da região.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2564 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3582 - Virgílio Guimarães	35820003

PROGRAMA

1458 Vetor Logístico Leste

AÇÃO

7F60 Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Divinópolis - no Estado de Minas Gerais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Contorno construído (km)

1

JUSTIFICATIVA

A obra, que eliminará os conflitos entre a operação ferroviária e a circulação de veículos e pedestres no perímetro urbano de Divinópolis, Minas Gerais, que é um dos maiores centros ferroviários do Estado e corredor de exportação do País, foi objeto de emenda da Comissão de Viação e Transportes aprovada para o Orçamento de 2010. Contudo, apesar de licitada e contratada, depende de recursos financeiros para ser iniciada ainda neste ano.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2565 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3582 - Virgílio Guimarães****EMENDA****35820004****PROGRAMA**

0155 Gestão da Política de Direitos Humanos

AÇÃO

8942 Desenvolvimento de Estudos, Pesquisas e Indicadores em Direitos Humanos

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Estudo realizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir recursos para realizar Estudo de Impacto de Direitos Humanos e Relatório de Impactos de Direitos Humanos (EIDH/RIDH), de grandes projetos de agrocombustíveis relacionados ao cultivo da Cana de Açúcar nos moldes do EIA/RIMA, para efeito de monitoramento da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e do setor sucroalcooleiro e para servir ao planejamento territorial de desenvolvimento, na perspectiva do direito humano ao desenvolvimento (violações de direitos trabalhistas, ambientais, econômicos, sociais e culturais).

O mercado financeiro global apresenta os agrocombustíveis como uma das saídas energéticas para a crise ambiental do planeta e ainda como uma alternativa econômica para a agricultura. Em janeiro de 2010, a Agência Americana de Proteção Ambiental classificou o etanol como um "biocombustível avançado", que reduz significativamente a emissão de dióxido de carbono.

Contudo, a AFES, no final de 2009, apresentou um DIAGNÓSTICO sobre os impactos da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, MG, no qual constatamos que essa expansão gera impactos que apontam para violações de direitos econômicos, sociais e culturais, que vão muito além dos já conhecidos impactos socioambientais negativos, como as violações de direitos trabalhistas e ambiental. Esses impactos desrespeitam padrões normativos que o sistema internacional de direitos humanos fornece para o desenvolvimento.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), foi adotado pela Assembleia Geral da ONU, resolução 2200A (XXI), em 1966 quando foi aberto para assinatura e ratificação, e entrou em vigor em 1976. Esse pacto estabelece obrigações legais para os estados partes, no sentido de proteger direitos econômicos, sociais, e culturais importantes. O estado brasileiro assinou e ratificou esse pacto em 1992, obrigando-se então a reconhecer e a implementar esses direitos. Esse Pacto impõe três tipos de obrigações aos estados, ou sejam, as obrigações de respeitar, de proteger e de cumprir. O fracasso em realizar essas três obrigações constitui uma violação de tais direitos.

Torna-se necessário, portanto, um monitoramento da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e do setor sucroalcooleiro, na perspectiva dos direitos humanos, analisando os impactos e as transformações que vêm ocorrendo, como exemplo, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que se tornou uma área de expansão do plantio de cana. Esse monitoramento leva a um aperfeiçoamento do planejamento e da implantação de políticas públicas, em nível de território, bem como promove a sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento.

Esse monitoramento deve, ainda, levar à construção de instrumentos públicos de monitoramento dos impactos dos grandes projetos sob a ótica dos Direitos Humanos, como por exemplo, a criação de um instrumento novo, como o Estudo de Impacto de Direitos Humanos e Relatório de Impactos de Direitos Humanos (EIDH/RIDH), de grandes projetos, nos moldes do EIA/RIMA. Esse instrumento se transformaria numa importante ferramenta de planejamento territorial de desenvolvimento, na perspectiva do direito humano ao desenvolvimento. Levando em consideração a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1986, resolução 41/128.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2566 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3582 - Virgílio Guimarães	35820005

PROGRAMA

1409 Desenvolvimento da Agroenergia

AÇÃO

8542 Estudo das Potencialidades das Matérias-Primas Agroenergéticas

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Estudo realizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa garantir recursos para realizar Estudo de Impacto de Direitos Humanos e Relatório de Impactos de Direitos Humanos (EIDH/RIDH), de grandes projetos de agrocombustíveis relacionados ao cultivo da Cana de Açúcar nos moldes do EIA/RIMA, para efeito de monitoramento da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e do setor sucroalcooleiro e para servir ao planejamento territorial de desenvolvimento, na perspectiva do direito humano ao desenvolvimento (violações de direitos trabalhistas, ambientais, econômicos, sociais e culturais).

O mercado financeiro global apresenta os agrocombustíveis como uma das saídas energéticas para a crise ambiental do planeta e ainda como uma alternativa econômica para a agricultura. Em janeiro de 2010, a Agência Americana de Proteção Ambiental classificou o etanol como um "biocombustível avançado", que reduz significativamente a emissão de dióxido de carbono.

Contudo, a AFES, no final de 2009, apresentou um DIAGNÓSTICO sobre os impactos da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, MG, no qual constatamos que essa expansão gera impactos que apontam para violações de direitos econômicos, sociais e culturais, que vão muito além dos já conhecidos impactos socioambientais negativos, como as violações de direitos trabalhistas e ambiental. Esses impactos desrespeitam padrões normativos que o sistema internacional de direitos humanos fornece para o desenvolvimento.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), foi adotado pela Assembleia Geral da ONU, resolução 2200A (XXI), em 1966 quando foi aberto para assinatura e ratificação, e entrou em vigor em 1976. Esse pacto estabelece obrigações legais para os estados partes, no sentido de proteger direitos econômicos, sociais, e culturais importantes. O estado brasileiro assinou e ratificou esse pacto em 1992, obrigando-se então a reconhecer e a implementar esses direitos. Esse Pacto impõe três tipos de obrigações aos estados, ou sejam, as obrigações de respeitar, de proteger e de cumprir. O fracasso em realizar essas três obrigações constitui uma violação de tais direitos.

Torna-se necessário, portanto, um monitoramento da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e do setor sucroalcooleiro, na perspectiva dos direitos humanos, analisando os impactos e as transformações que vêm ocorrendo, como exemplo, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que se tornou uma área de expansão do plantio de cana. Esse monitoramento leva a um aperfeiçoamento do planejamento e da implantação de políticas públicas, em nível de território, bem como promove a sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento.

Esse monitoramento deve, ainda, levar à construção de instrumentos públicos de monitoramento dos impactos dos grandes projetos sob a ótica dos Direitos Humanos, como por exemplo, a criação de um instrumento novo, como o Estudo de Impacto de Direitos Humanos e Relatório de Impactos de Direitos Humanos (EIDH/RIDH), de grandes projetos, nos moldes do EIA/RIMA. Esse instrumento se transformaria numa importante ferramenta de planejamento territorial de desenvolvimento, na perspectiva do direito humano ao desenvolvimento. Levando em consideração a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1986, resolução 41/128.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2567 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA

3476 - Waldemir Moka

EMENDA

34760001

PROGRAMA

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

7N48 Construção da Ferrovia Cascavel/PR - Maracajú/MS - Dourados/MS - na EF-484 - Nacional

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho construído (km)

ACRÉSCIMO DE META

1.200

JUSTIFICATIVA

Esta ferrovia faz a ligação de dois Estados importantes produtores de grãos Paraná e Mato Grosso do Sul. Ajudará no transporte e escoamento da produção pois fará a junção da ferrovia com a Hidrovia Tietê-Paraná, isso servirá para desafogar o tráfego intenso da BR 163, principal rota de pesados caminhões de carga. Vale ressaltar, que esta ferrovia se transformará no principal tronco de escoamento para exportação com acesso ao Porto de Paranaguá/PR. A construção desta ferrovia vem sendo pleiteada em conjunto entre os Governos do Estado de Mato Grosso do Sul e Paraná. Além dos Estados de Rio Grande do Sul e São Paulo que também serão beneficiados. A construção da Ferroeste se insere plenamente nos objetivos do Governo, como parte das ferrovias previstas no PNV Plano Nacional de Viação.

- Principais cargas transportadas: soja em grão, farelo de soja, óleo de soja, milho, cimento, adubos, fertilizantes, trigo e cargas frigoríficas.

A expansão da Ferroeste é estratégica para a região Sul, para o Centro-Oeste, para o Brasil e para a América do Sul. Os atuais trilhos, entre Guarapuava e Cascavel, com 248 km de extensão, serão multiplicados por cinco.

O desafio está à altura do Paraná e do Brasil e será vencido com um projeto audacioso. A Ferroeste vai construir 1.200 km de estrada de ferro interligando três Estados: Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

O papel estratégico da Ferroeste, porém, é bem maior. As novas linhas serão fundamentais na integração da América do Sul. A chegada dos trilhos a Foz do Iguaçu e ao Paraguai permitirá a consolidação do sonhado corredor ferroviário bioceânico que unirá os portos paranaenses e chilenos, especialmente Paranaguá e Antofagasta. Um novo porto público de águas profundas, aliás, será construído pelo Governo do Paraná, na Ponta do Poço, município de Pontal do Paraná. O Porto do Mercosul, como está sendo chamado, integrará o complexo portuário do Porto de Paranaguá, terá capacidade para receber grandes navios e vai operar, sobretudo, com contêineres.

A Ferroeste não está só nesta empreitada, múltiplos agentes, públicos e privados, cooperam para viabilizar a obra, governos e sociedade civil. O projeto mobiliza importantes setores econômicos e políticos da sociedade. Os primeiros a se alinharem foram os governos do Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, no âmbito do Codesul Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul. Com a união da Região Sul o projeto conquistou o apoio do Governo Federal, através da Casa Civil, do Ministério do Planejamento, Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, e foi incluído no PAC Programa de Aceleração do Crescimento. Além disso, em 2008, uma aliança suprapartidária no Congresso Nacional abriu as portas do orçamento da União para o projeto da Ferroeste.

O apoio à expansão da ferrovia paranaense é geral, porque o Brasil precisa reduzir os custos de transporte. A indústria, o comércio e o setor de serviços querem a ampliação da ferrovia. As cooperativas, o agronegócio, os exportadores, os pequenos e médios produtores e os trabalhadores apóiam a construção dos novos ramais. Os municípios das regiões que serão atendidas pelo projeto estão mobilizados. Os órgãos e entidades ambientais manifestam sua adesão, porque o trem é um meio de transporte de menor custo ecológico. O projeto também encontrou acolhida em organismos internacionais como a Associação Latino-Americana de Ferrovias (Alaf) e Fórum Consultivo de Cidades e Regiões



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2568 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA

3476 - Waldemir Moka

EMENDA

34760001

JUSTIFICATIVA

do Mercosul.

Estudos realizados, em conjunto, pela Ferroeste e Petrobrás Transportes S/A Transpetro demonstram que a expansão da ferrovia ao Mato Grosso do Sul e ao Porto de Paranaguá é fundamental para a competitividade da logística da exportação do etanol brasileiro. O mesmo vale para o transporte dos derivados de petróleo desde a Refinaria de Araucária até o Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraguai.

A expansão da Ferroeste, em suma, é irreversível. O Ministério dos Transportes já aprovou o essencial do projeto e os estudos técnicos, econômicos e ambientais do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec) demonstram a viabilidade da construção dos novos ramais. A Ferroeste já está em linha com o futuro.

Os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (primeira fase) dos projetos de expansão da Ferroeste somam R\$ 50 milhões. Os investimentos previstos no projeto, por trechos, são os seguintes: Guarapuava-Paranaguá : R\$ 985 milhões (obra do PAC e PNLT); Cascavel/PR-Novo Mundo/MS : R\$ 430 milhões; Novo Mundo-Maracaju/MS R\$ 540 milhões; Cascavel-Presidente Franco/Paraguai R\$ 390 milhões; Laranjeiras/Nova Laranjeiras/PR-Chapecó/SC R\$ 600 milhões. Totalizando: R\$ 2,9 bilhões.

A capacidade de transporte da companhia, atualmente, chega a 5 milhões de toneladas ao ano. A demanda anual em toda a área de influência da empresa (Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraguai), no entanto, é estimada em 20 milhões de toneladas ao ano. Apenas o Estado do Paraná tem capacidade potencial de movimentar até 12 milhões de toneladas/ano.

O ramal que sairá de Cascavel até Guaíra, com 170 km, às margens do Rio Paraná, na divisa com o Mato Grosso do Sul, no município de Mundo Novo seguirá a Maracaju, passando por Dourados, num percurso de mais 270 km. Para isso, será construída uma ponte ferroviária que vai unir Guaíra a Mundo Novo sobre o Rio Paraná. Para viabilizar este projeto os governos do Paraná, do Mato Grosso do Sul e o Governo Federal criaram a Comissão para a Consolidação do Projeto da Ferroeste.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2569 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3476 - Waldemir Moka****EMENDA****34760002****PROGRAMA**

0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

AÇÃO

1D73 Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

100

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda, visa melhorar as condições de vida da população do Município, que sofrem sérias consequências dos problemas causados pela falta de infr- estrutura. Com o proposito de minimizar esta situação, os recursos solicitados serão investidos nessa importante área.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2570 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3476 - Waldemir Moka	34760003

PROGRAMA

1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO

AÇÃO

6409 Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto executado (% de execução)	100
-----------------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa contemplar Infraestrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-regionais. Especificamente o Assoreamento do Rio Taquari constitui hoje um dos mais graves e discutidos problemas de impacto ambiental e sócio econômicos do Pantanal e, particularmente, do Estado do Mato Grosso do Sul. Com 801 metros de extensão, o Rio percorre 34 Km no Estado de Mato Grosso e, em 134 KM, é o divisor dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para somente depois, iniciar a sua trajetória no estado sul-mato-grossense. A nascente do Rio Taquari está localizada no Município do Alto Taquari/MT e percorre o Estado de Mato Grosso do Sul, no sentido leste-oeste de 500 Km percorrem a planície pantaneira. É importante salientar que a sub-bacia do Rio Taquari pode ser dividida em três compartimentos: Baixo, Médio e Alto Taquari, sendo esta última região a ser priorizada pela ação do Governo Federal. Os recursos da União poderão resultar em importantes melhorias na região Alto Taquari, que tem como objetivo maior recuperar, preservar, revitalizar, sanear e controlar a poluição da Bacia do Alto Taquari.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2571 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3476 - Waldemir Moka****EMENDA****34760004****PROGRAMA**

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

NOVA Apoio à Implantação do Roteiro Turístico "Caminhos da Retirada da Laguna"

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto realizado (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

1

JUSTIFICATIVA

Em 21 de abril de 1867 os brasileiros entravam em Bela Vista, no território paraguaio, e dias depois, em 1º de maio, alcançavam Laguna, distante cerca de vinte e poucos quilômetros. Mas tudo naquele lugar estava devastado. Com a falta de mantimentos tornava a fome iminente, e ainda por cima a munição escasseava de forma preocupante, o recurso derradeiro foi a retirada imediata, que se processou por entre escaramuças com tropas paraguaias e luta incessante contra a vegetação incendiada. Nessa triste e desolada caminhada de regresso à pátria os soldados da coluna se viram obrigados a abandonar cerca de 122 companheiros doentes e feridos, que foram deixados numa clareira da mata, entregues à própria sorte. Dos dois mil soldados que haviam penetrado no Paraguai, restavam apenas 700 homens.

A Retirada da Laguna foi, sem dúvida, a página mais brilhante escrita pelo Exército Brasileiro em toda a Guerra da Tríplice Aliança. O Visconde de Taunay, que dela participou, imortalizou-a num dos mais famosos livros da literatura brasileira. Essa epopéia teve início na fazenda Laguna, situada no Paraguai, a Retirada da Laguna foi uma marcha dos pracinhas brasileiros percorrendo os municípios de Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Anastácio e Miranda, no Estado do Mato Grosso do Sul, e durante essa marcha, diversos acontecimentos marcam a história do país.

Este episódio tem sido revisitado por instituições governamentais e intelectuais ligas às elites sul-matogrossenses. A rememoração desse episódio da guerra com o Paraguai, apropriando-se das representações contidas na obra de Taunay, tem, entre outras, a pretensão da implantação de eventos como a Implementação do Roteiro Turístico da Retirada da Laguna tendo em vista a inserção do Estado no roteiro turístico internacional de visitação histórica.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2572 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3476 - Waldemir Moka	34760005

PROGRAMA

1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

AÇÃO

202Q Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-262 - no Estado do Mato Grosso do Sul

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Trecho mantido (km)

ACRÉSCIMO DE META

326

JUSTIFICATIVA

A presente emenda justifica-se pela real necessidade de se realizar a manutenção e restauração frequente da BR 262, tendo em vista que atravessa o Estado de Mato Grosso do Sul no sentido Leste/Oeste promovendo a ligação do Estado de São Paulo a Corumbá (MS) na fronteira Brasil - Bolívia, sendo considerada rodovia de segurança nacional. A implantação de indústrias de grande porte em Três Lagoas, as fábricas de cimento e siderúrgicas existentes em Corumbá, o fluxo de turistas que viajam pelo Pantanal Sulmatogrossense, o tráfego decorrente das exportações para Bolívia e o Gasoduto Brasil-Bolívia que está instalado em toda a sua extensão, faz da BR 262/MS uma rodovia de grande importância para a economia do Estado de Mato Grosso do Sul.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2573 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3456 - Walter Pinheiro	34560001

PROGRAMA

9989 Mobilidade Urbana

AÇÃO

7L52 Adequação de Vias Urbanas na Região Metropolitana de Salvador - BA

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)	25
---------------------------	----

JUSTIFICATIVA

A principal carência na infraestrutura urbana de Salvador e demais municípios da RMS está na mobilidade. A proposta visa construir projetos que integrem todas as modalidades de transporte coletivo, aliado ao desenvolvimento dessa região, possibilitando a circulação de pessoas e veículos de forma adequada. A idéia é atender a demanda dos fluxos de passageiros e veículos, priorizando o transporte público e reduzindo os gargalos de trânsito, como também encontrar soluções sustentáveis, menos poluidoras, e mais racionais do ponto de vista urbano. Vale ressaltar que Salvador será uma das sedes da Copa 2014, o que implica na reestruturação do sistema de transporte público e na realocação de estacionamentos, envolvendo também, a integração de outros modais, a exemplo do metroviário.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2574 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3456 - Walter Pinheiro	34560002

PROGRAMA

1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

AÇÃO

8991 Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Território apoiado (unidade)

20

JUSTIFICATIVA

Esta emenda destina-se a aquisição de máquinas e equipamentos para proporcionar melhores condições sócio-econômicas dos pequenos agricultores do Estado da Bahia, bem como melhorar a capacidade dos municípios beneficiados e possibilitar que se tornem mais eficientes em sua produção agrícola e comercialização.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2575 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****3456 - Walter Pinheiro****EMENDA****34560003****PROGRAMA**

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

10V0 Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto realizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

A Bahia está entre os Estados de maior expressão turística do país. Nela são destacadas diversas formas, a exemplo, dos turismos histórico/cultural, religioso, ecológico, dentre outros, localizados em Salvador e em várias outras cidades e regiões do interior do Estado. A presente proposta visa melhorar a qualidade do turismo no Estado da Bahia, trazendo grandes benefícios para a população.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2576 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3456 - Walter Pinheiro	34560004

PROGRAMA

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO

12CE Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Aeroporto construído (unidade)	5
--------------------------------	---

JUSTIFICATIVA

Os investimentos em infra-estrutura e logística apresentam-se como pré-requisitos fundamentais para a criação das condições a um desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia. A construção da Ferrovia Oeste-Leste, por exemplo, aumentará a competitividade dos produtos do agronegócio baiano e integrará o Oeste da Bahia com o litoral, dinamizando a área intermediária localizada no semi-árido baiano. O fortalecimento de outros modais, a exemplo do aeroviário, potencializará os demais, em especial o rodoviário e o ferroviário, contribuindo para o incremento na circulação de pessoas e dinamização de novas atividades econômicas, com destaque para a área de serviços e da atividade turística. Nessa perspectiva, a construção de novos aeroportos e aeródromos nos municípios de Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras, Feira de Santana e outros município no estado da Bahia, passa a ser prioritário para a consolidação desta integração do território baiano.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/ 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2577 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3456 - Walter Pinheiro	34560005

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

10RF Melhoria da Hidrovia do São Francisco - Trecho Ibotirama - Juazeiro

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Obra executada (% de execução física)

70

JUSTIFICATIVA

A Hidrovia do São Francisco é, sem dúvida, a mais econômica forma de ligação entre o Sul e o Nordeste. Há muito tempo o Rio São Francisco ocupa lugar de destaque no transporte aquático nacional, recebendo até mesmo a denominação de Rio da Integração Nacional durante o Regime Militar. O Rio São Francisco é totalmente navegável em 1.371 Km, entre Pirapora e Juazeiro/petrolina, para a profundidade de projeto de 1,5m, quando da ocorrência do período crítico de estiagem(agosto a novembro). Sem saída para o Atlântico, o rio São Francisco tem seu aproveitamento integrado ao sistema rodoferroviário da região. O Rio São Francisco atravessa regiões com condições naturais das mais diversas. As partes extremas superior e inferior da bacia apresentam bons índices pluviométricos, enquanto os seus cursos médio e sub-médio atravessam áreas de clima bastante seco. A hidrovia do São Francisco, é uma obra de grande importância para o Estado da Bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2578 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
3456 - Walter Pinheiro	34560006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 36

TEXTO PROPOSTO

§ 7º A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, quando aplicada ao setor turístico, somente será permitida para os casos de eventos tipicamente voltados para o desenvolvimento do turismo brasileiro e definidos por portaria interna do Ministério do Turismo.

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Portaria 153 do Ministério do Turismo, os eventos a serem apoiados pelo Ministério do Turismo devem servir ao fortalecimento das políticas públicas e ao desenvolvimento e a promoção do turismo interno, desde que contemplem ações capazes de contribuir para:

I - gerar novos empregos e ocupações, a fim de proporcionar melhoria na distribuição de renda e na qualidade de vida das comunidades;

II - valorizar, conservar e promover o patrimônio cultural, natural e social com base no princípio da sustentabilidade;

III - estimular processos que resultem na criação e qualificação de produtos turísticos que caracterizem a regionalidade, genuinidade e identidade cultural do povo brasileiro;

IV - promover à qualificação profissional, o incremento do produto turístico, a diversificação da oferta, a estruturação de destinos e segmentos, além da ampliação do mercado de trabalho e do consumo turístico. (...);

Com apoio do Ministério do Turismo apresentamos emenda com o objetivo de restringir a execução de eventos (ação 4620) por entidades privadas sem fins lucrativos restringindo a alocação de recursos aos eventos do Turismo como especificado nos artigos 4º, 10º e 11º da citada portaria.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2579 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1277 - Wellington Roberto****EMENDA****12770001****PROGRAMA**

1344 Gestão da Política Aquícola e Pesqueira

AÇÃO

6112 Fomento a Atividades Pesqueiras e Aquícolas sob Formas Associativas

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade apoiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

50

JUSTIFICATIVA

Promover o desenvolvimento das áreas pesqueiras e aquícolas, fortalecendo o Cooperativismo e incentivando os pequenos produtores no Estado da Paraíba.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2580 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1277 - Wellington Roberto****EMENDA****12770002****PROGRAMA**

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

10V0 Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto realizado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

50

JUSTIFICATIVA

Explorar o potencial Turístico do Estado da Paraíba, gerando emprego, renda e consequentemente o desenvolvimento do Estado.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2581 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

1277 - Wellington Roberto

EMENDA

12770003

PROGRAMA

0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais

AÇÃO

2036 Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Ponto de controle mantido (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

100

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa desenvolver projetos para o controle da malha rodoviária federal, proporcionando a redução de acidentes nas rodovias brasileiras e consequentemente oferecendo maior segurança à população.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2582 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1277 - Wellington Roberto		12770004
PROGRAMA		
6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário		
AÇÃO		
7H17 Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Projeto apoiado (unidade)		500
JUSTIFICATIVA		
Promover o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado da Paraíba, fortalecendo o Cooperativismo e incentivando os pequenos produtores, tendo como resultado o desenvolvimento social e econômico.		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2583 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1277 - Wellington Roberto	12770005

PROGRAMA

9989 Mobilidade Urbana

AÇÃO

2D47 Apoio a Implantação de Medidas de Moderação de Tráfego

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)

200

JUSTIFICATIVA

Apresentamos esta emenda, para viabilizar projetos de instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos das cidades, podendo assim dar mais segurança a população. Esperamos diminuir em muito o numero de acidentes e os índices de violência com projetos desse porte nos municípios do Estado da Paraíba.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2584 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2546 - William Woo	25460001

PROGRAMA

0629 Tecnologia de Uso Naval

AÇÃO

1421 Construção do Protótipo de Reator Nuclear

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRÉSCIMO DE META

Protótipo construído (% de execução física)

9

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de inserção de Emenda ao PLDO-2011 tem por objetivo permitir a inclusão das metas vinculadas à referida Ação Orçamentária, em função da sua contribuição para a redução de desemprego e desenvolvimento da indústria nacional.

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa, que está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprе salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2585 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA

2546 - William Woo

EMENDA

25460001

JUSTIFICATIVA

uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia. O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta. Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo V da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2586 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2546 - William Woo	25460002

PROGRAMA

0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

AÇÃO

5375 Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Organização militar modernizada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

28

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças. Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu reaparelhamento.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que se tornam ressaltadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reaparelhamento do Exército do Exército.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2587 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2546 - William Woo	25460003

PROGRAMA

1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

AÇÃO

NOVA Complementação da remuneração dos policiais civis e militares e bombeiros militares.

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Fundo apoiado (unidade)

100

JUSTIFICATIVA

Acredito que um dos pilares da segurança pública é o reconhecimento dos profissionais que exercem atividades para tal fim. Não há como ter um policial sujeito a remunerações ínfimas. Além da injusta política salarial proporcionada a maioria dos policiais militares, o miliciano chefe de família é freqüentemente ameaçado e condenado a morte pelo crime organizado. Seu instrumento de trabalho é uma arma carregada e seu corpo um alvo visível e inconfundível pela farda, encontrável a qualquer da e hora. Crime é crime em qualquer localidade do país e combatê-lo é uma atividade do Governo, altamente custosa e inevitável, sob pena de periclitar a ordem pública, fazendo-se necessário, regularmente, que se faça justiça as abnegados militares estaduais, conferindo-lhes melhores remunerações, dignas e proporcionais ao singular múnus que ostentam.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2588 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2546 - William Woo	25460004

PROGRAMA

1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

AÇÃO

2E16 Sistema Integrado de Registro de Identidade Civil - RIC

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Sistema implantado (% de execução física)	100
---	-----

JUSTIFICATIVA

Essa emenda se justifica pela crescente necessidade de se unificar e modernizar o sistema de registro civil. Atualmente, a identificação civil brasileira apresenta fragilidade em seu sistema proporcionando, por exemplo, que um mesmo cidadão emita documentos de identidade diferente nas várias unidades federativas.

Tal tipo de ação dá ensejo a inúmeras fraudes que geram enormes prejuízos à sociedade brasileira, ao erário e mesmo a Previdência Social, vítima de diversos criminosos que recebem benefícios fraudulentos utilizando registros de identificação falsos.

Cabe mencionar, a título de exemplo, que o Ministério da Previdência estima que, atualmente, 10% dos benefícios concedidos sejam fraudulentos, gerando uma despesa que varia entre 10 e 15 bilhões de reais a cada ano. O Instituto Nacional de Identificação da Diretoria Técnico-Científico do Departamento de Polícia Federal atribui tal prejuízo, entre outras causas, à fragilidade do sistema de identificação vigente no país.

Além disso, o registro único de identificação civil daria ensejo, ainda, à criação de uma base de dados de âmbito nacional com a utilização de processo datiloscópico automatizado. Tal projeto possibilitaria, então, uma melhor integração entre as ações de segurança pública, permitindo maior colaboração entre as unidades federativas na identificação de criminosos e no combate ao crime.

Razões pelas quais mostra-se urgente a implementação anual de 100% ddo Sistema Integrado de Registro de Identidade Civil - RIC.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2589 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2546 - William Woo****EMENDA****25460005****PROGRAMA**

1463 Qualidade dos Serviços de Transporte

AÇÃO

NOVA ESTUDOS E VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ALTA VELOCIDADE - TAV - NACIONAL

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)

27

JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA TEM COMO OBJETIVO PROMOVER ESTUDOS E VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DO TREM DE ALTA VELOCIDADE - TAV NACIONAL DE FORMA A PERMITIR A INTEGRAÇÃO ENTRE OS VINTE E SETE ESTADOS DA FEDERAÇÃO, CONFORME META SUGERIDA NO ACRÉSCIMO DESSA EMENDA, E DESENVOLVIMENTO DA MALHA FERROVIÁRIA NO BRASIL.

NÃO HÁ DÚVIDA SOBRE OS BENEFÍCIOS QUE UMA INTEGRAÇÃO PODE TRAZER AO PAÍS, JÁ QUE PERMITIRÁ MAIOR MOBILIDADE, DESENVOLVIMENTO REGIONAL, REDUÇÃO DO IMPACTOS AMBIENTAIS E EMISSÃO DE GASES POLUENTES EM DECORRÊNCIA DO DESVIO DA DEMANDA NO TRANSPORTE AEROPORTUÁRIO E RODOVIÁRIO PARA O TREM DE ALTA VELOCIDADE - TAV.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2590 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2546 - William Woo	25460006

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso I Item 64

TEXTO PROPOSTO

- Alimentação do pessoal militar das Forças Armadas, (letra "g", do inciso IV do Art. 50 da Lei Nº 6880, de 09 de dezembro de 1980)

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com alimentação do Exército Brasileiro, no Programa 0620 - Preparo e Emprego da Força Terrestre, previstas na Ação 8966 - Logística de Alimentação, Veterinária e Agrícola.

- A alimentação, assim entendida como as refeições fornecidas aos militares em atividade, de acordo com o previsto na letra "g", do inciso IV do Art. 50 da Lei Nº 6880, de 09 de dezembro de 1980, é um direito do militar (ESTATUTO DOS MILITARES).

- A adequada alimentação dos militares é uma atividade essencial para manutenção da segurança do País e, em consequência, da execução da estratégia da dissuasão, bem como da manutenção do moral da tropa, com a preservação do expediente integral, o que traz reflexos para o nível de instrução do militar.

- A manutenção da alimentação para os militares também tem por finalidade dar tratamento isonômico entre civis e militares, tendo em vista que para os servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com o Art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório, bem como o § 1º e § 2º do Art. 1º do Decreto 3887, de 16 de agosto de 2001, que dispõe que o servidor civil ativo da Administração Pública fará jus ao auxílio-alimentação para subsidiar as despesas com a refeição, sendo-lhe pago diretamente e o receberá na proporção dos dias trabalhados, salvo a hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2591 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

2546 - William Woo

EMENDA

25460007

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito da Marinha.

JUSTIFICATIVA

O Programa Nuclear inclui o domínio de um vasto espectro tecnológico, com a participação de universidades, de institutos de pesquisa e da indústria nacional, que capacitará o país para projetar, construir e operar reatores de potência e de pesquisa, com suas múltiplas aplicações na geração de energia, na medicina, agricultura, engenharia e indústria. Iniciado ao final da década de 70, alcançou os seus primeiros resultados em 1982 quando foi construída a primeira ultracentrífuga em condições de promover a separação isotópica do urânio, ponto de partida para a construção das cascatas criadas pela MB e utilizadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para a produção do combustível das Usinas Angra I e II.

Na atualidade, o principal objetivo do Programa que, está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), é estabelecer, no país, competência técnica para projeto e construção de reatores do tipo {Pressurized Water Reactor} (PWR) e seu combustível. Dominada essa tecnologia, um dos vários empregos que ela proporcionará será a propulsão naval, particularmente a de submarinos.

Ressalta-se que o Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e de produção. As parcerias com esses Setores agregam ao Programa significativa capacidade de gerar efeitos de arrasto, tanto por meio do incentivo à ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca aos setores de C&T e de produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do Programa.

Vale citar que o Programa é considerado pela imprensa especializada e meios acadêmicos/científicos como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo. Cita-se, como exemplo, o Projeto Manhattan (norte-americano), cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio (já desenvolvida pelo PNM), e que consumiu, na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, valor hoje equivalente a cerca de vinte e cinco bilhões de dólares.

A tecnologia de enriquecimento de urânio é conhecida e aplicada, comercialmente, por apenas sete países, além do Brasil, a saber: EUA, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda. Desses, os dois primeiros utilizam a difusão gasosa, que é considerada obsoleta, pois consome vinte e cinco vezes mais energia do que a tecnologia de ultracentrifugação, empregada pelo Brasil e demais países. A título de informação, é possível verificar no sítio da USEC (empresa norte-americana que enriquece urânio para utilização nos diversos reatores que lá existem) que a intenção daquela firma é realizar o enriquecimento por ultracentrifugação, a partir de 2012, substituindo as plantas de difusão existentes.

Cabe mencionar a diferença marcante entre a tecnologia de ultracentrifugação desenvolvida no Brasil e aquela utilizada pelos outros cinco países supracitados. O rotor da ultracentrífuga desenvolvida nesses países gira apoiado em um mancal mecânico, enquanto o rotor desenvolvido no Brasil gira levitando por efeito eletromagnético, o que reduz o atrito e, consequentemente, os desgastes e a manutenção. Não existem informações de que algum outro país tenha desenvolvido tecnologia semelhante a nossa.

Com o Programa, o Brasil passará a integrar o seleto grupo de países que detêm a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, desde a prospecção do minério de urânio até a produção dos elementos combustíveis para os reatores nucleares.

Cumprir salientar que o Programa Nuclear não é unicamente da Marinha, mas sim do país, e o domínio dessa tecnologia, jamais repassada por aqueles que a detêm, nos permite possuir uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia.

O propósito que sempre norteou o PNM foi o de dotar o Poder Naval brasileiro de um Submarino com propulsão nuclear. Em sua trajetória desde 1979, logrou avanços e conquistas extraordinárias para o país. Entretanto, ainda há uma longa singradura na direção dessa meta.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2592 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2546 - William Woo	25460007

JUSTIFICATIVA

Finalizando, ressalta-se que o PNM, caracterizado por uma série de subprodutos de aplicações na área civil, não pode ficar a mercê das variações atribuídas aos cenários econômicos, após anos de reconhecidos avanços. Espera-se que a inclusão dessas despesas na Seção II, do Anexo IV da PLDO 2011, não mais exponha o Programa ao risco de ser descontinuado pela escassez de recursos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2593 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2546 - William Woo	25460008

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei nº. 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (royalties do petróleo e gás natural), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o combustível do século XXI.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão das despesas programadas com os royalties do petróleo, na seção II, do anexo IV da PLDO 2011, contribuía de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2594 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2546 - William Woo	25460009

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha.

JUSTIFICATIVA

As ações 123G, 123H e 123I compõem o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil, cujo objetivo primordial é dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino de propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no Brasil. Ao seu término o País contará com mais quatro submarinos convencionais e um à propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval de apoio específico para dar suporte à operação e manutenção desses meios operativos.

A sua característica mais marcante reside na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da Marinha e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção do submarino à propulsão nuclear. A transferência de tecnologia não contempla o propulsor nuclear, cujo projeto foi concebido e está sendo desenvolvido única e exclusivamente pela Marinha do Brasil, no âmbito de seu Programa Nuclear.

Releva mencionar que o PROSUB pauta-se na segurança nacional, relacionada com a proteção dos interesses brasileiros na Plataforma Continental, da qual extrai diversas riquezas biológicas e minerais e cerca de 90% do petróleo. Deve-se levar em conta, também, a proteção às embarcações que transportam aproximadamente 95% dos produtos do comércio exterior.

Além disso, a área marítima a ser fiscalizada pela Marinha do Brasil será aumentada consideravelmente, haja vista que os limites da Plataforma Continental serão ampliados de 200 para 350 milhas náuticas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para os Direitos no Mar (CNUDM).

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), são três as tarefas estratégicas da Marinha: a negação do uso do mar a terceiros; o controle das áreas marítimas; e a projeção do poder naval. A prioridade estratégica é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer intromissão de forças estranhas nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o que implica na necessidade de reconfiguração das Forças Navais. A END classifica o setor nuclear como estratégico, por ser crucial tanto para a defesa nacional quanto para a independência tecnológica do País em sentido mais amplo.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2595 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2546 - William Woo****EMENDA****25460010**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Artigo 13 Parágrafo único

TEXTO PROPOSTO

As dotações propostas no projeto de lei orçamentária para 2011, à conta de recursos a que se refere a alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o propósito de fiscalização e proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, corresponderão, pelo menos, ao montante autorizado na lei orçamentária de 2010, podendo o excedente constituir reserva de contingência a que se refere este artigo.

JUSTIFICATIVA

As receitas vinculadas ao Comando da Marinha à conta da arrecadação fulcrada na Lei nº. 9.478, de 06 de agosto de 1997, e na Lei n.º 2.004, de 03 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1988 (¿royalties do petróleo e gás natural¿), destinadas à fiscalização e à proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental, têm sido, sistematicamente, objeto de limitação e movimentação financeira.

Vale citar o Acórdão nº 201/2007 proferido pelo TCU, no qual aquele Tribunal recomenda a reavaliação, quando do encaminhamento das propostas orçamentárias, dos montantes de royalties consignados em reserva de Contingência, trazendo como consequência o impedimento da Força Naval de cumprir adequadamente as suas tarefas, em termos de garantir as suas condições mínimas de eficiência.

Ressalta-se que a vinculação dessas receitas à MB, pelos dispositivos legais citados acima, representa uma fonte de recurso essencial para custear onerosas e crescentes atividades de fiscalização e proteção das extensas áreas marítimas brasileiras, particularmente onde estão localizadas as plataformas de prospecção e de exploração de petróleo.

No limiar da auto-suficiência de petróleo, o Brasil possui, ainda, grandes depósitos de gás natural, recentemente descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo (cerca de 200 Milhas Náuticas da nossa costa), que viabilizará, futuramente, a consolidação do produto no mercado brasileiro com o ¿combustível do século XXI¿.

Isso representa grave paradoxo, pois, embora existam recursos destinados à Força Naval, a mesma encontra-se em acentuado estado de degradação, fruto das limitações impostas à execução orçamentária dos mencionados recursos. O fato é que há o comprometimento da tarefa atribuída à Marinha para proteção do inestimável patrimônio nacional situado nas nossas águas jurisdicionais. Em outras palavras, não há como se contestar que, ao longo dos últimos exercícios, a limitação da execução dos royalties do petróleo e gás natural vinculados ao Comando da Marinha tem sido extremamente danosa à componente naval da Defesa Nacional.

Por fim, espera-se que a inclusão do citado parágrafo contribua de forma significativa para a reversão da atual situação de degradação dos Meios Navais, permitindo à MB dar curso ao seu Programa de Reaparelhamento, esmerando-se para o cumprimento de sua destinação constitucional, além de participar mais intensamente do esforço nacional de crescimento do País, com a construção e reparação de seus Meios, agregando-se fatores importantes para geração de externalidades econômicas, como à elevação da disponibilidade de empregos diretos e indiretos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2596 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2546 - William Woo****EMENDA****25460011**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com a atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti do Programa Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas, previstas na Ação Participação Brasileira em Missões de Paz.

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com a atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti no Programa 8032 - Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas, previstas na Ação 2C.06 - Participação Brasileira em Missões de Paz.

- O Decreto Legislativo Nº 75, de 25 de janeiro de 2010, autoriza o aumento de efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas do Haiti (MINUSTAH) em mais 1300 militares (DOU Nº 17, de 26 de janeiro de 2010, Seção 1, página 1), o que caracteriza a importância da presença brasileira naquele País.

- Trata-se de uma operação real com risco de vida para os militares envolvidos, o que significa que o fluxo de recursos para a manutenção das atividades não pode ficar sujeito a contingenciamento.

- Tal emprego das tropas cresceu de importância após o forte terremoto ocorrido naquele País no dia 12 de janeiro, onde a capital Porto Príncipe sofreu sérios danos e mais de 200.000 pessoas morreram.

- Faz-se necessário o aporte de recursos para a referida ação com o intuito de auxiliar na reconstrução daquele País, proporcionar maior segurança possível para as tropas e melhorar as condições oferecidas pelo estado brasileiro aos militares enviados para a região.

- Essa participação trará reflexos positivos ao País diante da comunidade estrangeira, pois a atividade ocorre com sucesso desde 2004, e o Brasil lidera as tropas da ONU, integradas pelos seguintes países contribuintes: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai, o que contribui para a visão estratégica do País de projeção de poder.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2597 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2546 - William Woo

EMENDA

25460012

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu preparo e emprego. Alimentação, fardamento, combustível, munição, suprimento e manutenção dos materiais de emprego militar são atividades típicas cobertas com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que tornam-se ressaltadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Preparo e o Emprego da Força Terrestre.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometedor para o Exército é a inserção dos gastos com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre no inciso II do Anexo IV, deixando-o como uma despesa ressaltada da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2598 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2546 - William Woo

EMENDA

25460013

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre e o Programa de Reparcelhamento e Adequação do Exército Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre encontra-se aquém dos demais fatores geopolíticos nacionais, particularmente quando consideramos a atual projeção do Brasil nos diversos fóruns internacionais.

As dimensões, as capacidades e o preparo são delimitados pelos orçamentos disponibilizados para as Forças Armadas. Se compararmos os orçamentos de defesa versus o PIB de nações sul-americanas e do Brasil, verificamos que existe um forte descompasso entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres sul-americanas.

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças. Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

Não há como estar apto para cumprir sua missão constitucional, se o Exército não tiver assegurado os recursos destinados ao seu reparcelhamento e ao seu preparo e emprego. Alimentação, fardamento, combustível, munição, suprimento e manutenção dos materiais de emprego militar são atividades típicas cobertas com os recursos alocados no Programa Preparo e Emprego da Força Terrestre.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que se tornam ressalvadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reparcelhamento do Exército e para o Preparo e o Emprego da Força Terrestre.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometedor para o Exército é a inserção dos gastos com os Programas de Reparcelhamento e Adequação do Exército Brasileiro e de Preparo e o Emprego da Força Terrestre no inciso II do Anexo IV, deixando-os como despesas ressalvadas da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2599 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA****2546 - William Woo****EMENDA****25460014**

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, voltados para os V Jogos Mundiais Militares - "Jogos da Paz - Rio 2011".

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com o Programa 0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão, voltados para os V Jogos Mundiais Militares - "Jogos da Paz - Rio 2011".

- Proporcionar as melhores condições para a realização dos V Jogos Mundiais Militares no País e projetar positivamente o estado brasileiro no âmbito internacional.

- Os jogos serão realizados em junho/julho 2011, o que demanda que os recursos estejam liberados integralmente tão logo seja sancionada a LOA 2011, a fim de permitir a sua utilização até a realização dos V Jogos Mundiais Militares.

- A adequada e oportuna liberação dos recursos para os V Jogos Mundiais Militares e, em consequência, a sua possibilidade de realizar a sua correta utilização, demonstrarão a capacidade que o País possui em organizar os importantes eventos esportivos que ocorrerão no curto prazo, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2600 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2546 - William Woo	25460015

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Aditiva	Inciso II Item 7

TEXTO PROPOSTO

- Despesas com o Programa Reparcelamento e Adequação do Exército Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

A Força Terrestre necessita de uma estrutura de material de defesa mais moderno, capaz de proporcionar pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflito, tanto externo como interno, bem como uma vigilância mais eficaz das regiões fronteiriças.

Grande parte dos equipamentos atuais são extremamente obsoletos e defasados dos materiais das principais nações vizinhas.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, propõe a priorização da Região Amazônica nos esforços de defesa e a implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região, o que passa pelo trinômio monitoramento/ controle, mobilidade e presença, por parte do Exército e, em consequência, do Estado brasileiro.

A cada exercício financeiro a base contingenciável do governo federal fica restrita em função das vinculações orçamentárias existentes e as despesas que tornam-se ressalvadas de limitação de empenho. O ônus tem recaído, cada vez mais, sobre o orçamento do Ministério da Defesa, onde os contingenciamentos têm incidido em maiores proporções a cada ano. De pouco tem adiantado o incremento recebido e aprovado pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei Orçamentária Anual: o contingenciamento reduz consideravelmente os valores autorizados para o Reparcelamento do Exército.

O mecanismo visualizado para interromper essa situação comprometida para o Exército é a inserção dos gastos com o Programa de Reparcelamento e Adequação do Exército Brasileiro no inciso II do Anexo IV, deixando-o como uma despesa ressalvada da limitação de empenho.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2601 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**AUTOR DA EMENDA**

2546 - William Woo

EMENDA

25460016

MODALIDADE	TIPO DE EMENDA	REFERÊNCIA
Deputado Federal	Modificativa	Artigo 63

TEXTO PROPOSTO

- Art. 63. As eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos, e auxílio-transporte, porventura existentes em unidades orçamentárias no âmbito do Poderes e do MPU, deverão ser remanejadas, prioritariamente, para o atendimento de outras despesas dessas unidades, sendo que os saldos por ventura existentes poderão atender à necessidade de suplementação das dotações de outras unidades orçamentárias dos respectivos Poderes e Órgão.

JUSTIFICATIVA

- Trata-se de despesas com o Programa 0750 : Apoio Administrativo/Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Médica e Odontológica, inclusive Exames Periódicos e Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, qual seja envolve as chamadas despesas obrigatórias.

- Proporcionar a possibilidade de a Unidade Orçamentária transpor para uma ação deficitária as eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias de outras ações, tudo no âmbito das despesas obrigatórias.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004/2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2602 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2626 - Wilson Picler****EMENDA****26260001****PROGRAMA**

1430 Desenvolvimento Macrorregional Sustentável

AÇÃO7M49 Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Região Metropolitana de Londrina - no
Estado do Paraná**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**

Projeto apoiado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

50

JUSTIFICATIVA

A Região Metropolitana de Londrina - RML foi instituída pela Lei Complementar Estadual nº 81, em 17 de junho de 1998, alterada pelas Leis nº 86, de 07/07/2000 e nº 91, de 05/06/2002 e é formada pelos municípios de Londrina (principal centro polarizador), Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Rolândia, Sertãozinho e Tamarana. A RML em sua totalidade abrange uma população de 741.928 habitantes (IBGE 2009). Esses dados revelam a importância da região e ressaltam a polarização de Londrina que possui mais da metade da população de toda a RML com 497.833 habitantes.

A Região Metropolitana de Londrina atualmente não possui uma política regional forte, e continua apresentar um dos menores índices econômicos e pouca diversidade de bens e serviços, e portanto necessita do apoio do Governo Federal para poder mudar essa realidade.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2603 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2626 - Wilson Picler	26260002

PROGRAMA

0581 Defesa da Ordem Jurídica

AÇÃO

102U Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Londrina - PR

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Edifício construído (% de execução física)

25

JUSTIFICATIVA

A Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Londrina/PR irá proporcionar uma significativa melhora no atendimento da população daquela região, no que tange os serviços que a autarquia oferece.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2604 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2626 - Wilson Picler	26260003

PROGRAMA

0172 Cultura Afro-Brasileira

AÇÃO

8053 Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto apoiado (unidade)

10

JUSTIFICATIVA

É importantíssimo o apoio de implementações de ações direcionadas ao desenvolvimento das comunidades de tradição afro-brasileira, inclusive as comunidades remanescentes de quilombos e os terreiros, assegurando o etno-desenvolvimento coerente com suas necessidades históricas, religiosas e culturais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2605 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****2626 - Wilson Picler****EMENDA****26260004****PROGRAMA**

1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

AÇÃO

7H62 Implantação de Terminal de Passageiros no Porto de Paranaguá - PR

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Terminal implantado (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

50

JUSTIFICATIVA

Com a Implantação do Terminal de Passageiros no Porto de Paranaguá/PR, se terá enormes benefícios não apenas em Paranaguá, mas sim, em toda a região litorânea. Outro ponto a destacar é com a proximidade da copa do mundo de futebol em 2014, uma vez que a Cidade de Curitiba será uma das capitais a receber seleções que participarão do evento, então, será imprescindível a implantação desse Terminal de Passageiros no Porto de Paranaguá, pois assim, se terá uma melhor infraestrutura para poder receber os turistas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2606 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2626 - Wilson Picler	26260005

PROGRAMA

1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

AÇÃO

20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

População coberta (unidade)

300.000.000

JUSTIFICATIVA

Essa ação já é prioritária no PLDO, mais é importante sempre o apoio e o aumento da meta desses serviços, pois a população carente é a que mais necessita deles.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2607 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1283 - Wilson Santiago		12830001
PROGRAMA		
0515 Infra-Estrutura Hídrica		
AÇÃO		
3631 Implantação da Adutora Acauã com 130km no Estado da Paraíba		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)	ACRÉSCIMO DE META	
Obra executada (% de execução física)		37
JUSTIFICATIVA		
Conforme cronograma de execução do PPA vigente!		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2608 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1283 - Wilson Santiago		12830002
PROGRAMA		
1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental		
AÇÃO		
7F55 Obras de Recuperação e Urbanização Completa do Açude de Bodocongó e Anexo Adjacentes na Cidade de Campina Grande - PB		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Obra realizada (% de execução física)		100
JUSTIFICATIVA		
Conforme cronograma de execução do PPA vigente!		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2609 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1283 - Wilson Santiago		12830003
PROGRAMA		
1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional		
AÇÃO		
7G66 Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104 - no Estado da Paraíba		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Trecho adequado (km)		17
JUSTIFICATIVA		
Conforme cronograma de execução do PPA vigente!		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2610 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1283 - Wilson Santiago		12830004
PROGRAMA		
1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros		
AÇÃO		
11J9 Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Sistema de trem urbano recuperado (% de execução física)		25
JUSTIFICATIVA		
Conforme cronograma de execução do PPA vigente!		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2611 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1283 - Wilson Santiago	12830005

PROGRAMA

1073 Brasil Universitário

AÇÃO

7G23 Apoio a Projeto de Ampliação e Modernização da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - no Estado da Paraíba

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Infra-estrutura modernizada (% de execução física)

25

JUSTIFICATIVA

Conforme cronograma de execução do PPA vigente!
Levar a UFCG aos municípios de Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Itaporanga, Uiraúna.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2612 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3389 - Zé Gerardo

EMENDA

33890001

PROGRAMA

1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

AÇÃO7P01 Adequação de Trecho Rodoviário - Distrito de Sítios Novos (Caucaia) - Croatá - na
BR-222 - no Estado do Ceará**PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**

Trecho adequado (km)

ACRÉSCIMO DE META

20

JUSTIFICATIVA

Essa emenda é importante para melhorias no Fluxo de Caucaia à BR 222, onde melhorará as condições de tráfego e evacuará toda a produção na Região



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2613 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3389 - Zé Gerardo

EMENDA

33890002

PROGRAMA

1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

AÇÃO

10T0 Apoio à Modernização do Trecho Oeste João Felipe - Caucaia do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho modernizado (% de execução física)

20

JUSTIFICATIVA

Melhorará o transporte Urbano no Município de Caucaia



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2614 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
3389 - Zé Gerardo		33890003
PROGRAMA		
0515 Infra-Estrutura Hídrica		
AÇÃO		
10GJ Construção do Canal de Integração Castanhão-Região Metropolitana de Fortaleza no Estado do Ceará		
PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)		ACRÉSCIMO DE META
Obra executada (% de execução física)		20
JUSTIFICATIVA		
Construção do Canal de integração Castanhão - Região Metropolitana de Fortaleza		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2615 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3389 - Zé Gerardo

EMENDA

33890004

PROGRAMA

0570 Gestão do Processo Eleitoral

AÇÃO

7145 Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Prédio construído (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

40

JUSTIFICATIVA

é muito importante para melhorias nas condições de Trabalho no TRE-CE, assim, agilizará a análise dos Processos nele tramitando



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2616 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA**

3389 - Zé Gerardo

EMENDA

33890005

PROGRAMA

1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

AÇÃO

7196 Recuperação do Litoral de Caucaia no Estado do Ceará

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Projeto executado (% de execução física)

ACRÉSCIMO DE META

40

JUSTIFICATIVA

Essa Emenda é de suma importância para o Desenvolvimento turístico e para melhorias de Infra-estrutura no Município de caucaia, no estado do Ceará



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2617 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1384 - Zezéu Ribeiro	13840001

PROGRAMA

0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

AÇÃO

7G77 Implantação do Perímetro de Irrigação Mocambo com 16.250 ha - no Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Projeto implantado (% de execução física)

70

JUSTIFICATIVA

O projeto de Irrigação Mocambo, de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional e executado pelo DNOCS visa a melhoria de qualidade de vida das populações dos municípios de Santa Maria da Vitória, Correntina, Canápolis, Santana, São Felix do Coribe e do seu entorno, com aumento da oferta de emprego e geração de renda nesses municípios, mediante a produção de frutas e de peixes para os mercados nacional e externo. Trata-se de um projeto impar para a região do semiárido, por ser um projeto que poupa energia elétrica em razão da sua captação gravitatória.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2618 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1384 - Zezéu Ribeiro	13840002

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7F48 Construção de Trecho Rodoviário - Barreiras - Divisa BA/PI - na BR-020 - no Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho pavimentado (km)	250
-------------------------	-----

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover eficiência e efetividade nos fluxos de transportes, na BR-020, trecho Barreiras - Divisa BA/PI - no Estado da Bahia, facilitando o escoamento da produção regional.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2619 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1384 - Zezéu Ribeiro	13840003

PROGRAMA

1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

AÇÃO

7F49 Construção de Trecho Rodoviário - Porto de Campinho - Município de Cocos - na BR-030 - no Estado da Bahia

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Trecho pavimentado (km)

150

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa promover eficiência e efetividade nos fluxos de transportes, na BR-030 - Trecho Porto de Campinho - Município de Cocos - no Estado da Bahia.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2620 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
1384 - Zezéu Ribeiro	13840004

PROGRAMA

0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

AÇÃO

12CE Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)**ACRÉSCIMO DE META**

Aeroporto construído (unidade)	5
--------------------------------	---

JUSTIFICATIVA

Os investimentos em infra-estrutura e logística apresentam-se como pré-requisitos fundamentais para a criação das condições a um desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia. A construção da Ferrovia Oeste-Leste, por exemplo, aumentará a competitividade dos produtos do agronegócio baiano e integrará o Oeste da Bahia com o litoral, dinamizando a área intermediária localizada no semi-árido baiano. O fortalecimento de outros modais, a exemplo do aeroviário, potencializará os demais, em especial o rodoviário e o ferroviário, contribuindo para o incremento na circulação de pessoas e dinamização de novas atividades econômicas, com destaque para a área de serviços e da atividade turística. Nessa perspectiva, a construção de novos aeroportos e aeródromos nos municípios de Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras, Feira de Santana e outros município no estado da Bahia, passa a ser prioritário para a consolidação desta integração do território baiano.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0004 / 2010 - LDO

Data: 11/06/2010
Hora: 18:50
Página: 2621 de 2923

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META**AUTOR DA EMENDA****1384 - Zezéu Ribeiro****EMENDA****13840005****PROGRAMA**

1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

AÇÃO

1H10 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Unidade de ensino implantada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

6

JUSTIFICATIVA

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica apresenta-se como uma prioridade absoluta na medida que contribui diretamente para a inserção dos jovens no mundo do trabalho, possibilitando a volta e a permanência de muitos jovens na escola. A falta de capacitação profissional associada com os efeitos da crise financeira internacional vem contribuindo para o aumento das taxas de desemprego nos centros urbanos, que se reflete no aumento da incidência da criminalidade envolvendo jovens.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 476 páginas

OS: 2010/13308